

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXIV — Nº 010

QUINTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 1979

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 11ª SESSÃO, EM 14 DE MARÇO DE 1979

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres

Referentes à seguinte matéria:

— Mensagem nº 71/78 (nº 109/78, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizado o Governo do Estado do Maranhão a elevar em Cr\$ 24.295.301,00, o montante de sua dívida consolidada.

1.2.2 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 15/79, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de salário-família aos trabalhadores temporários, de que trata a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.

— Projeto de Lei do Senado nº 16/79, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que estabelece limite máximo para a taxa de correção monetária em financiamentos de casa própria, quando o mutuário tiver renda mensal igual ou inferior a seis salários mínimos.

1.2.3 — Requerimentos

— Nº 40/79, de autoria do Sr. Senador Saldanha Derzi, solicitando que não seja realizada sessão do Senado no dia 15 do corrente, nem haja expediente em sua Secretaria. *Aprovado.*

— Nº 41/79, de autoria do Sr. Senador Cunha Lima, de desarquivamento de proposição que menciona.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR LEITE CHAVES — Centenária de nascimento do cientista Albert Einstein.

SENADOR MURILO BADARÓ — Realizações do Governo Geisel, no momento em que Sua Excelência deixa a Presidência da República em virtude do término de seu mandato.

SENADOR PAULO BROSSARD — Apelo ao Governo no sentido da elaboração de um plano assistencial visando amparar o pequeno produtor do Estado do Rio Grande do Sul, vitimado pela prolongada estiagem que atingiu aquele Estado.

1.2.5 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 17/79, de autoria do Sr. Senador Humberto Lucena, que dá nova redação ao artigo 62 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 38/72-Complementar, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que exclui das inelegibilidades os casos de simples

denúncia, modificando a alínea a do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970. *Aprovado o prosseguimento da tramitação da matéria, após usarem da palavra os Srs. Senadores Humberto Lucena, Murilo Badaró e Dirceu Cardoso.*

— Projeto de Lei do Senado nº 125/74-Complementar, de autoria do Sr. Senador Adalberto Bena, que modifica a redação do art. 4º da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, e dá outras providências. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 21/75-Complementar.) *Aprovado o prosseguimento da tramitação da matéria.*

— Projeto de Lei do Senado nº 21/75-Complementar, de autoria do Sr. Senador José Sarney, que dispõe sobre a aposentadoria por velhice dos beneficiários do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, alterando o art. 4º da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 125/74-Complementar.) *Aprovado o prosseguimento da tramitação da matéria.*

— Projeto de Lei do Senado nº 78/76-Complementar, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que altera a Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, para permitir o pagamento da verba de representação aos presidentes das Câmaras Municipais. *Rejeitado o prosseguimento da tramitação da matéria.*

— Projeto de Lei do Senado nº 82/76-Complementar, de autoria do Sr. Senador Leite Chaves, que concede isenção de impostos incidentes nos produtos industrializados de soja, destinados à alimentação humana. *Rejeitado o prosseguimento da tramitação da matéria.*

— Projeto de Lei do Senado nº 89/73, de autoria do Sr. Senador Callete Pinheiro, que altera e acrescenta dispositivos ao Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal. *Rejeitado o prosseguimento da tramitação da matéria.*

— Projeto de Lei do Senado nº 34/74, de autoria do Sr. Senador Carvalho Pinto, que altera o Código da Propriedade Industrial (Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971). *Rejeitado o prosseguimento da tramitação da matéria, após usar da palavra o Sr. Senador Murilo Badaró.*

— Projeto de Lei do Senado nº 118/74, de autoria da Comissão do Distrito Federal, que define os crimes de responsabilidade do Governador e dos Secretários do Governo do Distrito Federal, e dá outras providências. *Aprovado o prosseguimento da tramitação da matéria, após usarem da palavra os Srs. Senadores Dirceu Cardoso e Murilo Badaró.*

— Projeto de Lei da Câmara nº 61/77 (nº 947/75, na Casa de origem), que dispõe sobre inserção obrigatória que constar do rótulo ou embalagem de produto estrangeiro com similar no Brasil, e dá outras providências. *Aprovado em turno único. À sanção.*

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR AGENOR MARIA — Considerações relativas ao modelo de desenvolvimento brasileiro face a realidade sócio-econômica do País. *Aprensão do S. Ex.ª a propósito de declarações, veiculadas em órgão da imprensa, atribuídas ao Presidente do Banco do Brasil, futuro Ministro da Fazenda do Governo Figueiredo, no tocante a supressão do subsídio ao crédito agrícola.*

SENADOR JARBAS PASSARINHO, como Líder — Esclarecimento sobre o verdadeiro sentido do pensamento do futuro Ministro da Fazenda, tendo em vista o discurso pronunciado pelo orador que o antecedeu na tribuna.

SENADOR ORESTES QUÉRCIA — Aspectos de programa da TV-Globo, de domingo último, a respeito da política de racionalização de combustível adotada pelo País. O racionamento de combustível como opção mais lógica para enfrentar a crise mundial do petróleo.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Decisão do Tribunal de Contas da União, ao aprovar parecer do Ministro Luiz Galotti, determinando a extensão aos que se inativaram em virtude de acidente no serviço ou de doenças especificadas em lei de todas as vantagens a que, se continuasse em atividade, teriam direito em decorrência da aplicação do Plano de Classificação de Cargos dos servidores públicos civis da União.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO.
ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

- Do Sr. Senador Leite Chaves, proferido na sessão de 8-3-79.
- Do Sr. Senador Evandro Carneira, proferido na sessão de 9-3-79.
- Do Sr. Senador Marcos Freire, proferido na sessão de 12-3-79.
- Do Sr. Senador Itamar Franco, proferido na sessão de 13-3-79.
- Do Sr. Senador Marcos Freire, proferido na sessão de 13-3-79.

3 — ATOS DO PRESIDENTE

- N^{os} 4 e 5, de 1979.

4 — PARLAMENTO LATINO-AMERICANO — GRUPO BRASILEIRO

- Edital de convocação da Assembléia-Geral.

5 — MESA DIRETORA

ATA DA 11ª SESSÃO, EM 14 DE MARÇO DE 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. LUIZ VIANA E NILO COELHO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guimard — Aloysio Chaves — Jarbas Passarinho — Helvídio Nunes — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Cunha Lima — Humberto Lucena — Nilo Coelho — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Tancredo Neves — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Gastão Müller — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Afonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Paulo Brossard.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE PARECERES

PARECERES N^{os} 1 E 2, DE 1979 PARECER N^o 1, DE 1979

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem n^o 71, de 1978 (Mensagem n^o 109, de 3-4-78, na origem) do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizado o Governo do Estado do Maranhão a elevar em Cr\$ 24.295.301,00 (vinte e quatro milhões, duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e um cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Relator. Senador Milton Cabral

Nos termos do artigo 42, item IV, da Constituição, o Senhor Presidente da República, submete à deliberação do Senado Federal, pleito do Governo do Estado do Maranhão, que objetiva contratar, junto ao Banco da Amazônia S.A., este na qualidade de administrador do Fundo de Desenvolvimento Urbano da Amazônia — FUNDURBANO, a seguinte operação de crédito:

A — Valor: Cr\$ 24.295.301,00;

B — Prazos:

1 — de carência: 18 meses;

2 — de amortização: 102 meses;

C — Encargos:

1 — juros de 10% a.a.;

2 — correção monetária idêntica à das ORTNs;

3 — taxa de administração de 1% sobre o desembolso;

4 — comissão de 2% sobre o valor do crédito;

D — Garantias: Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: conclusão da III Ponte sobre o Rio

Anil, no Estado do Maranhão."

O Conselho Monetário Nacional pronunciou-se favoravelmente ao pedido por julgá-lo técnico e financeiramente viável, não devendo os encargos criados pela

presente operação de crédito gerar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

No mérito, o empreendimento possibilitará a ampliação do sistema viário urbano e uma agilização do saneamento básico da capital daquele Estado, com grande repercussão sócio-econômica para a região.

Assim, opinamos pelo acolhimento da matéria nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N^o 2, DE 1979

Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a elevar em Cr\$ 24.295.301,00 (vinte e quatro milhões, duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e um cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1^o É o Governo do Estado do Maranhão, nos termos do art. 2^o da Resolução n^o 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 24.295.301,00 (vinte e quatro milhões, duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e um cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto ao Banco da Amazônia S.A., este na qualidade de administrador do Fundo de Desenvolvimento Urbano da Amazônia — FUNDURBANO destinado ao financiamento dos serviços de conclusão da III Ponte sobre o Rio Anil, naquele Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2^o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das comissões, 12 de abril de 1978. — Marcos Freire, Presidente — Milton Cabral, Relator — Otair Becker — Orestes Quêrcia — Franco Montoro, com restrições — Murilo Paraiso — Luiz Cavalcante — Roberto Saturnino.

PARECER N^o 2, DE 1979

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução n^o 2, de 1979, da Comissão de Economia, que autoriza o Governo do Estado do Maranhão a elevar em Cr\$ 24.295.301,00 (Vinte e quatro milhões, duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e um cruzeiros) o montante da dívida consolidada.

Relator: Senador José Sarney

O Projeto em análise de autoria da Comissão de Economia, autoriza o Governo do Estado do Maranhão (MA) a elevar em Cr\$ 24.295.301,00 (Vinte e quatro milhões duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e um cruzeiros) o montante da dívida consolidada, a fim de que possa contrair empréstimo junto ao Banco da Amazônia S.A. este na qualidade de administrador do Fundo de Desenvolvimento Urbano da Amazônia — FUNDURBANO — destinado a conclusão da III Ponte sobre o Rio Anil, naquele Estado.

O Mérito do pleito foi estudado pela Comissão de Economia, que, recomendou a sua aprovação, por entender que o empreendimento a ser financiado pelas operações de crédito solicitados se coadunam com os objetivos e diretrizes da política econômica do Governo, inseridos no Plano Nacional de Desenvolvimento, tendo recebido parecer favorável do Conselho Monetário Nacional, quanto aos aspectos financeiros.

A Proposição em exame, obedece a todos os preceitos Regimentais e vem informada com as exigências legais para a espécie.

Assim, opinamos pela sua aprovação, visto ser o Projeto de Resolução Jurídico, Constitucional e de boa Técnica Legislativa.

Sala das Comissões, 13 de março de 1979. — Henrique de La Rocque, Presidente — José Sarney, Relator — Murilo Badaró — Milton Cabral — Lázaro Barboza — Helvídio Nunes — Raimundo Parente — Nelson Carneiro — Arnon de Mello.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — O Expediente lido vai à publicação. Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 1979

Dispõe sobre a concessão do salário-família aos trabalhadores temporários, de que trata a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, fica acrescido de mais uma alínea, com a seguinte redação:

“i) salário-família, nos termos da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Embora possa, à primeira vista, parecer inusitada a presente proposição, ao sugerir a concessão do salário-família para os trabalhadores temporários, na verdade trata-se de medida da maior oportunidade, em razão do que se vem verificando nesse setor de atividades laborativas.

Com efeito, a notícia que se tem é de que os trabalhadores temporários, assim entendidos aqueles submetidos ao regime da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, não vêm percebendo esse indispensável benefício, que, como sabemos, pelo menos teoricamente, visa suplementar o orçamento familiar do trabalhador brasileiro.

Poder-se-á especular que, doutrinariamente, como trabalhadores iguais aos demais, os temporários já têm direito ao salário-família. Em nosso modo de entender, mesmo que assim fosse, a verdade é que as empresas tomadoras de serviços chamados temporários, que quase sempre não o são, vêm se negando a conceder o benefício sob exame.

Realmente de lamentar, em primeiro lugar a existência indiscriminada de empresas de trabalho temporário, os quais nada mais são, via de regra, do que exploradoras de mão-de-obra barata, recebendo do tomador de serviços sempre muito mais do que as importâncias remuneratórias dos empregados. É, sem dúvida, uma espécie de consagração lamentável de que o trabalho é mercadoria, quando há esforços universais no sentido de que o trabalho seja mais humanizado, mais valorizado, mais dignificado e mais consentâneo com a situação de pessoa humana do homem que trabalha, especialmente como assalariado.

A pessoa que nos sugeriu a presente proposição, alude ao art. 12 da Lei nº 6.019, e ao art. 5º do Decreto nº 72.771, para dizer que o trabalhador temporário está esquecido, quanto ao salário-família.

Devemos dizer que o art. 5º do Decreto nº 72.771, de 6 de setembro de 1973, ao definir quem são os segurados da previdência social, em seu inciso I destaca:

“Art. 5º Para os efeitos deste Regulamento, considera-se:

I) empregados — a pessoa física como tal definida na legislação do trabalho.”

A alínea d do inciso III do mesmo artigo, por sua vez, diz que é também segurado da previdência social “quem presta, sem vínculo empregatício, serviço de caráter eventual, seja qual for a duração da tarefa”. Quer dizer: no âmbito da previdência social, como o salário-família passou, a partir da Lei nº 5.890, de 1973, a constituir benefício previdenciário, o trabalhador temporário estaria devidamente amparado.

Entretanto, embora possamos admitir que o salário-família é devido ao trabalhador de modo geral, inclusive ao temporário, achamos que o comando legal da matéria não está na legislação de previdência social e sim na legislação principal, que criou o trabalho temporário nas empresas urbanas. E essa legislação, consubstanciada na Lei nº 6.019, em seu art. 12, explicitou os direitos inerentes ao trabalhador temporário, deixando de fazê-lo quanto ao salário-família. Como a Lei nº 4.266, que instituiu o salário-família é anterior, achamos que há realmente uma lacuna na legislação, pois, embora os temporários sejam trabalhadores como outros quaisquer, a verdade é que a omissão do art. 12 da Lei nº 6.019, vem servindo de pretexto para prejudicar milhares de obreiros em todo o País.

Nosso entendimento é de que a enumeração dos direitos do trabalhador temporário constante do art. 12 já referido é exautiva, isto é, fora dos direitos ali fixados, é bastante discutível o direito do trabalhador. A verdade é que, diante da omissão do salário-família, as empresas tomadoras de serviços vêm se negando a concedê-lo aos seus empregados.

Se é assim, não adiantaria uma longa discussão para buscar direitos na Justiça do Trabalho, até porque, como sabemos os contratos de trabalho temporário, *ex-vi-legis*, são de pequena duração, pouco compensando lides trabalhistas, que, como sabemos, se arrastam anos e anos na Justiça do Trabalho.

Desta forma, melhor e mais prático é explicitar que os trabalhadores temporários fazem jus ao salário-família, mediante o acréscimo de mais uma alínea ao art. 12 da

Lei nº 6.019, com o que, se estará eliminando, de uma vez por todas, as dúvidas existentes.

Do ponto de vista social não há nem mesmo necessidade de maiores comentários justificadores da proposição, pois, todos nós sabemos que são os temporários os trabalhadores mais sacrificados deste País, os quais, via de regra, servem a um empregador direto a quem não estão subordinados porque pertencem a uma empresa tomadora de serviço que funciona como mera intermediária da mão-de-obra. É a aviltamento da dignidade do trabalho, que, quando mais não seja, precisa ser amparada com os direitos mínimos assegurados a todos os trabalhadores, sem distinção de qualquer espécie.

Eis porque temos certeza de que o Congresso Nacional saberá reparar e preencher a lacuna existente, explicitando que aos trabalhadores temporários cabe o direito ao salário-família, nos termos da legislação vigente.

Sala das Sessões, 14 de março de 1979. — Orestes Quéricia.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.019, DE 3 DE JANEIRO DE 1974

Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências.

Art. 12. Ficam assegurados ao trabalhador temporário os seguintes direitos:

- a) remuneração equivalente à percebida pelos empregados de mesma categoria da empresa tomadora ou cliente calculados à base horária, garantida, em qualquer hipótese, a percepção do salário mínimo regional;
- b) jornada de oito horas, remuneradas as horas extraordinárias não excedentes de duas, com acréscimo de 20% (vinte por cento);
- c) férias proporcionais, nos termos do art. 25 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966;
- d) repouso semanal remunerado;
- e) adicional por trabalho noturno;
- f) indenização por dispensa sem justa causa ou término normal do contrato, correspondente a 1/12 (um doze avos) de pagamento recebido;
- g) seguro contra acidente do trabalho;
- h) proteção previdenciária nos termos do disposto na Lei Orgânica da Previdência Social, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, (Art. 5º, item III, letra c do Decreto nº 72.771, de 6 de setembro de 1973).

§ 1º Registrar-se-á na Carteira de Trabalho e Previdência Social do trabalhador sua condição de temporário.

§ 2º A empresa tomadora ou cliente é obrigada a comunicar à empresa de trabalho temporário a ocorrência de todo acidente cuja vítima seja um assalariado posto à sua disposição, considerando-se local de trabalho, para efeito da legislação específica, tanto aquele onde se efetua a prestação do trabalho, quanto a sede da empresa de trabalho temporário.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 1979

Estabelece limite máximo para a taxa de correção monetária em financiamentos de casa própria, quando o mutuário tiver renda mensal igual ou inferior a seis salários mínimos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A taxa anual de correção monetária incidente sobre quaisquer financiamentos destinados à aquisição ou construção de casa própria, concedidos a mutuários com renda familiar mensal igual ou inferior a seis (6) salários mínimos regionais, terá o limite máximo de vinte por cento (20%).

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

São imensas as dificuldades encontradas pelas pessoas que adquirem ou constroem imóveis mediante financiamentos do Sistema Financeiro de Habitação, particularmente quando a respectiva renda familiar não é alta. O pagamento regular das parcelas do financiamento torna-se quase impossível em face, principalmente, do substancial aumento verificado em virtude da incidência da correção monetária.

É de nosso conhecimento, inclusive, que não raros mutuários vêm sendo forçados a abandonar suas casas, adquiridas ou construídas com tanto esforço, por não disporem de numerário suficiente para o pagamento das prestações, cujos valores sobem de maneira insuportável.

De outra parte, a medida por nós proposta não constitui inovação, visto que o próprio Governo, em outro setor de igual importância para o interesse econômico-social da Nação, já cuidou de estabelecer o precedente fixando em 20% a taxa anual máxima da correção incidente sobre os créditos e financiamentos concedidos às empresas privadas.

Temos para nós que seria de toda justiça, conveniência e oportunidade aplicar aos financiamentos para aquisição de casa própria o mesmo teto de incidência de

correção monetária, máxime quando o mutuário classificar-se entre os de baixa renda ou, em termos atuais, ganhar menos do que seis salários mínimos mensais.

Sala das Sessões, 14 de março de 1979. — Nelson Carneiro.

(*As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social, de Economia e de Finanças.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 40, DE 1979

Nos termos regimentais, requero que não seja realizada sessão do Senado no dia 15 do corrente, nem haja expediente em sua Secretaria.

Sala das Sessões, 14 de março de 1979. — Saldanha Derzi.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — De acordo com a deliberação do Plenário, não haverá sessão do Senado nem expediente em sua Secretaria.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 41, DE 1979

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requero o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1978, que acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, 14 de março de 1979. — Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia nos termos regimentais.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Declarei, no meu último pronunciamento nesta Casa, que não trataria de outra matéria a não ser desta Comissão Constitucional, até que ela se realizasse e pudéssemos contar com uma Constituição revisada, que servisse de instrumento de trabalho para esta Casa, e inclusive servisse de orientação válida ao Governo que amanhã inicia o seu mandato.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, há um fato transcendental que ocorreu há cem anos e que todo mundo está comemorando através de espaços inusitados nos jornais, nas televisões e nos rádios. Eu me refiro ao nascimento de Albert Einstein, o gênio da humanidade. Eu não quero me referir apenas ao cientista extraordinário que, em fórmula matemática, sintetizou o espaço. Quero me referir, também, ao gênio político. Ao homem que tinha desmedido amor pela liberdade, desmedido amor pela humanidade, profundo respeito pelo homem.

Não há cientista que não concorde em que Einstein não tenha sido a elaboração humana mais extraordinária dos últimos tempos. Ele hoje estaria completando cem anos, se vivesse, desde que seu nascimento se deu no dia 14 de março de 1879. Os jornais do País publicaram admiráveis trabalhos acerca deste gênio, inclusive, a edição do *Time* de fevereiro traz uma reportagem completa a seu respeito, também o último *Newsweek*. E hoje, a *Folha de S. Paulo* publica um válido encarte da sua vida, do seu trabalho, das suas esperanças, das suas frustrações. O *Jornal do Brasil* também recentemente trouxe um admirável trabalho sobre esse homem que, durante muitos anos, foi profundamente admirado, embora por muito poucos fosse entendido. E foi necessário que em 1919 se desse um eclipse para que os astrônomos reais na Inglaterra constatassem a certeza, a validade dos seus pressupostos matemáticos. E vale que o Brasil esteve presente, deu a sua colaboração para que essa prova se realizasse. Os cientistas vieram da Inglaterra em 1919, Brasil, a uma determinada região do Nordeste, para que se constata-se a deflexão da luz, em razão da gravidade, provando-se ser ela uma manifestação da matéria, sujeita a atração corpuscular, na razão direta das massas e do inverso do quadrado das distâncias.

Sr. Presidente, a despeito de ser um homem pacífico, por sua origem e genialidade, também foi extremamente combatido. Muitos lhe atribuem a responsabilidade pelo desastre de Hiroshima e Nagasaki, com a bomba atômica, sob a alegação de que se Einstein não existisse, a bomba atômica não teria sido feita. Entretanto, é preciso que os fatos sejam contados. Quando dois cientistas húngaros, Leo Szilard e Eugen Wigner, estavam excessivamente preocupados com a possibilidade de a Alemanha primeiro realizar a bomba atômica e sem segurança de que a sua iniciativa convencesse o Presidente dos Estados Unidos a realizá-la em primeiro lugar, eles recorreram a Einstein, que subscreveu a carta. Em razão disso, Roosevelt determinou que a bomba fosse empreendida e Einstein, como confessou, assim procedeu para que não viesse a cair nas mãos dos alemães nazistas aquele engenho, no qual ele antevia potencial suficiente para destruir a humanidade.

No Brasil ele esteve duas vezes em 1923, ao que me parece, e aqui foi recepcionado por grandes cientistas nossos, por jornalistas e por um dos grandes juristas deste País, que atribui a esse contato a concepção de uma das suas grandes obras. Refiro-me a Pontes de Miranda. Aliás, nesse último encontro que tive com aquele jurista na Conferência dos Advogados, em Curitiba, quando ele recebeu uma

grande consagração de seus colegas, advogados brasileiros, confessou-me que a sua maior obra não é o *Tratado de Direito Privado*, e, sim, o *Tratado das Ações*.

A uma pergunta minha por que se especializara em Direito, quando a sua grande vocação é Matemática, respondeu-me: "Mas, a minha obra não é jurídica. A minha obra é matemática". Então me declarou como concebeu o *Tratado das Ações*: disse que, de uma certa feita, teve um encontro com Einstein e estava na dúvida sobre o número das categorias jurídicas — se eram cinco ou quatro. Einstein, então, teria dito para ele: "Olha, Pontes, são cinco as categorias, porque o cérebro humano não cria categorias pares". E eu vejo, num destes jornais, cuja transcrição peço que seja feita, um artigo que diz que, quando Einstein esteve aqui, em 1923, esteve com diversos cientistas, e a pessoa com quem ele manteve o entendimento mais duradouro foi com o Sr. Pontes de Miranda, e parece-me que foi exatamente naquele instante que aquela dúvida entre gênios estava sendo esclarecida.

Sr. Presidente, Einstein é grande demais para ser comentado, examinado nos seus mais diversos ângulos, num ligeiro pronunciamento no Senado. Entretanto, tomo a liberdade de pedir a V. Exª a transcrição destes documentos, deste encarte da *Folha de S. Paulo* de hoje, que se inicia com o título de sua magistral fórmula "Energia é igual a matéria elevada ao quadrado da velocidade da luz". Peço a transcrição, também, de outro artigo de Franklin de Oliveira, "Einstein, o Pensador Político". Peço, Sr. Presidente, a transcrição de uma reportagem fenomenal, trazida pelo *Time*, a seu respeito e cuja tradução peço a V. Exª que determine que o Senado a faça. E também peço a transcrição de uma reportagem igualmente fascinante, publicada no *Newsweek* desta semana, acerca desse gênio.

E V. Exª, Sr. Presidente, recebe de mim, neste instante, a seguinte sugestão, de mandar publicar no Centenário do nascimento de Einstein, o gênio, que V. Exª reconhece tão grande quanto a Humanidade e nós próprios, pudesse mandar enfeixar num livro tudo que se escreveu neste Centenário, para que amanhã melhor o conheçam as novas gerações, inclusive seja esta uma forma de popularizá-lo. Porque, como eu já disse no Senado, os nossos Anais guardam com espaço einsteiniano uma determinada semelhança. Um artigo, um pronunciamento que aqui se faça, um artigo que aqui se transcreva, uma matéria que conste dos nossos Anais, fica sendo objeto de consultas por tempos e tempos. Lembro-me de que, necessitando consultar os Anais do Senado sobre um determinado fato, encontrei matérias maravilhosas em nossos arquivos. Então o que fica aqui no Senado, é como se ficasse num pequeno universo semelhante ao de Einstein. É como a imagem que segundo a Ciência, uma vez emitida no espaço, fica se repetindo constante e permanentemente. Esse livro que V. Exª mandasse publicar enfeixando as maravilhosas reportagens que se escreveram, no País, nestes últimos meses, acerca do seu centenário, inclusive as dessas revistas, feitas no exterior, haveriam de constituir obra valiosa. E esse livro, a exemplo dos que o Senado e o Congresso têm publicado nestes últimos tempos, haveria de trazer para a sociedade inegável proveito.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com prazer.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Senador Leite Chaves, V. Exª presta, nesta Casa, um preito de homenagem a esse extraordinário cientista que na realidade representa uma das maiores figuras da Humanidade em todos os tempos. Alberto Einstein não foi só o cidadão alemão, o cidadão americano, mas foi e será um cidadão do Mundo ao qual a Humanidade deve e deverá, ainda por muitos anos, a abertura de uma nova época de progresso e conhecimento. Congratulo-me com V. Exª em nome da Maioria, e asseguro que a Maioria deseja integrar nessa homenagem de modo que se realce ainda mais a figura desse luminar que foi Alberto Einstein.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Agradeço a V. Exª a gentileza do aparte, que concorre para trazer melhores luzes ao meu discurso.

Sr. Presidente, todos esses trabalhos haverão de retratar também a sua personalidade política e humana. Einstein é tido por muitos como homem intolerante e vaidoso, que não suportava os homens e nem a imprensa. Entretanto, isto não é verdade. As circunstâncias de pensamento, de intuição, levavam-no a um isolamento muito grande, porque a sua obra me parece mais de inspiração do que de Matemática e de Física. Os seus conhecimentos de Física e Matemática serviram apenas para que ele fosse capaz de formular, nesta síntese admirável, o resultado do seu pensamento, do seu trabalho. A sua demonstração de singeleza é tamanha que, quando muitos o alertavam ou indagavam a respeito da sua prodigiosa inteligência acerca disso, ele respondia da seguinte forma, dizendo que ele atribuía a um determinado fato. Até os três anos de idade era incapaz de falar passando por criança retardada, de inteligência limitada. E ele esclarece. Até os três anos de idade o homem está mais ou menos definido em relação às sensibilidade materiais de espaço e de tempo. Eu só vim a pensar em tempo e espaço depois dos três anos. E, porque já pensei numa época mais amadurecida, eu pensei com mais profundidade.

Hoje, uma das universidades americanas está ultimando, em sua homenagem, uma das maiores estátuas, talvez de 300 toneladas. Muito discutível, mas que está sendo esculpida por um arquiteto de talento, de nome Robert Berks, que teve a oportunidade de com ele conversar dois dias seguidos antes da realização dessa obra. E Einstein, que era resistente a qualquer manifestação de elogio ou de louvores, terminou por concordar em que a estátua fosse feita, sob a alegação de que realmente a Humanidade carece de heróis, e, por isso, ele se dispunha a aceitar a homenagem. Assim haveriam outras opções, além de Hitler e Mussolini, na época ovacionados por multidões e dos quais era inimigo político.

Sr. Presidente, é a nossa homenagem, é a homenagem que o nosso Partido presta, e creio também esta Casa. Não podíamos deixar que o Senado ficasse indiferente no dia do nascimento desse gênio, ficasse indiferente ao centenário. E recebo neste instante do ilustre Senador Paulo Brossard a determinação de que este pronunciamento também da nossa liderança, é da nossa bancada no Senado.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com todo prazer, Senador Dirceu Cardoso.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Nobre Senador Leite Chaves, faz muito bem V. Ex^a registrar nos Anais da Casa o centenário de Albert Einstein. Um menino, como disse V. Ex^a, retardado, reprovado no vestibular do Instituto Politécnico de Zurique, onde conseguiu se diplomar. E aos 26 anos de idade, em plena mocidade ainda, publica nos Anais de Física em Berna os três monumentais trabalhos que, sob o seu anonimato e sob o verde dos seus anos, revolucionaram a Física no seu tempo, com 26 anos de idade. Esses trabalhos são: o primeiro, a Teoria Estatística dos Movimentos Brownianos; o segundo trabalho, o efeito foto-elétrico da hipótese dos quanta, de Max Planck, que ele desenvolveu; e finalmente, o terceiro trabalho, a Teoria da Relatividade parcial. Mais tarde, publica então os fundamentos da sua famosa Teoria da Relatividade, que abalou o Mundo. E ele é considerado, ao lado dos grandes físicos que enriqueceram a História do Mundo, e dos grandes astrônomos, ele que era um físico teórico, ao lado de Copérnico, de Galileu, ao lado de Newton, ao lado de Freud e ao lado de Darwin, é considerado o grande cientista do Século XX.

Srs. Senadores, o Senado tem que ser um ressoador dos acontecimentos que se verificam no Mundo, no País, e até nos Municípios. Isto é um ressoador. V. Ex^a faz muito bem registrando o centenário do maior do ano, da Física Moderna. Quero, Sr. Presidente, ao me associar a V. Ex^a na homenagem a Einstein, dizer, apenas, uma referência que demonstra a altitude e a profundidade deste vulto, que a Alemanha judaica forneceu à Humanidade. Eu li em Oppenheimer, o homem da bomba atômica, um conceito em que ele diz que se morressem hoje — na época em que ele escreveu — 15 cabeças coroadas da Física Moderna, a Física sofreria um atraso de 50 anos. Não vi homenagem nenhuma, mais eloqüente e maior do que essas palavras do grande Oppenheimer, prestada a Alberto Einstein. Foi ele quem escreveu a série de cartas a Roosevelt, pedindo que não empregasse a bomba atômica. Esta carta foi encontrada na mesa do Presidente Roosevelt, que faleceu naqueles dias, e dias depois Harry Truman mandava jogar sobre Nagasaki a Hiroshima a bomba atômica, que nasceu, também, da concepção eletromagnética, do espaço e tempo curvos de Albert Einstein.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Nobre Senador Dirceu Cardoso, muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a. A Casa fica tranquila ao saber que um dos seus Membros mais empenhado na Comissão de Energia Nuclear no Senado esteja tão atualizado, esteja tão sintonizado com a figura de Einstein e, sobretudo, com a sua dimensão humana.

Realmente, o nobre Senador Dirceu Cardoso bem diz que as suas três metas dimensionaram o Mundo, sendo que as duas fundamentais, as duas pilstras realmente são as teorias dos quanta e da relatividade.

Sr. Presidente, deixamos traços ligeiros da personalidade de Einstein. Não era um homem tão fechado e tão incomunicável. Depois da I Guerra Mundial — e a sua teoria data de 1912 — perguntaram a Einstein qual era a sua nacionalidade. Ele respondeu que dependia da Teoria da Relatividade: "Se for considerada correta, serei alemão na Alemanha e judeu na França, se não, alemão na França e judeu na Alemanha".

Sr. Presidente, um homem dessa dimensão, dessa grandeza, e talvez por isso mesmo foi por muitos considerado comunista, e até tentaram processá-lo.

Chamo a atenção para o posicionamento político dos homens.

O gênio da Humanidade, um homem que ultrapassou, nesses últimos séculos, a muitos e muitos valores, homem que não teve atuação manifesta na política, e só, e tão-só, pelo seu posicionamento científico, ainda assim foi considerado comunista. Digo isso para que julgemos com imparcialidade os julgamentos políticos. Eles são falhos, são transitórios e são comprometedores. Neste momento, estamos com cinco mil exilados, homens de alto valor científico, amargurando o desterro, sob a pecha de serem comunistas, e partida a acusação muitas vezes de homens que não têm qualificação para julgar ninguém.

Sr. Presidente, dentre esses artigos, há um sobre Einstein que conclui pela seguinte forma:

"Albert Einstein é considerado a maior personalidade da Física do século XX, que foi indiscutivelmente uma das duas eras áureas da Física. Foi também uma das maiores personalidades do nosso século, fora do campo puramente científico, atingindo a uma irradiação comparável apenas à de personalidades carismáticas como Lenine, Gandhi e João XXIII. De Einstein se pode certamente dizer que foi maior do que a sua obra, tão gigantesca."

Sr. Presidente, jamais vi elogio de proporções mais avantajadas do que este, que alguém possa ser considerado maior do que a sua obra, obra dessa natureza, de proporções que a Humanidade antes poucas vezes vira.

Sr. Presidente, formulo a V. Ex^a dois requerimentos. Primeiro, que se determine a transcrição destas matérias nos Anais do Senado. Segundo, que V. Ex^a, depois de ouvida a Comissão Técnica e de acordo com seu grande senso, mande publicar, às ex-

pensas do Senado, um livro do centenário de Einstein, em que se englobem todos os artigos que chegaram às nossas mãos e, sobretudo, os da Imprensa brasileira, muitos deles depoimentos pessoais, daqueles que conviveram ou que privaram com Einstein. Que V. Ex^a mande publicar um volume desta natureza, para que não só os presentes melhor se esclareçam sobre o vulto da obra e para que ela se popularize à luz das novas gerações.

Muito obrigado a V. Ex^a (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LEITE CHAVES EM SEU DISCURSO:

FOLHA DE S. PAULO

São Paulo, quarta-feira, 14 de março de 1979

$$E = M c^2$$

Em 1905 um desconhecido pequeno funcionário do escritório de patentes do governo suíço publicou quatro trabalhos que vieram revolucionar quatro diferentes campos da Ciência e lançaram as bases para uma verdadeira renovação filosófica. Também seriam, nesse mesmo ano, estabelecidos os princípios para a maior inovação tecnológica do século.

Pelo primeiro desses trabalhos, a explicação do efeito fotoelétrico que introduziu a idéia de quantificação da luz, o jovem Einstein receberia o Prêmio Nobel. O segundo trabalho garantiu-lhe a fama quase que imediata e é até hoje o essencial daquele ramo da Física que se chamaria teoria da relatividade restrita. O terceiro desses trabalhos de 1905 explicava o movimento browniano, um fascinante problema das Ciências Naturais que não havia obtido explicação satisfatória embora observado há quase um século. As mesmas idéias viriam a ser fundamentais para a compreensão da termodinâmica.

O quarto trabalho, que melhor revela o espírito místico de Einstein, resultava na expressão suprema de síntese e simplicidade que o homem já produziu, a relação entre massa e energia. Daí viria a era atômica. Sua mais importante contribuição, a teoria da relatividade generalizada, só veio a ser produzida dez anos mais tarde, e comprovada em sua plenitude nestes últimos anos.

Esse inconcebível sucesso não é apenas o resultado de propriedades puramente racionais. Uma grande intuição, o domínio do sentido de harmonia e, antes de tudo, uma obsessão mística pela síntese e pela simplicidade, foram componentes essenciais ao pensamento do maior gênio deste século.

Rogério C. Cerqueira Leite

Visita ao Brasil

Prof. Roberto Vergara Caffarelli

No dia 6 de novembro de 1915 o astrônomo real argentino, em Londres, o resultado de duas expedições britânicas, que se

tinham dirigido uma à ilha de Príncipe (no golfo da Guiné) e outra à cidade de Sobral (Ceará) para observar o eclipse do sol de 29 de maio daquele ano. Durante o eclipse total um grupo de estrelas brilhantes, as Hyades, devia aparecer justo atrás da imagem eclipsada do sol, e se a luz tem peso, como prediz a teoria corpuscular de Newton e a teoria da gravitação de Einstein, encurvando-se os raios na proximidade do sol, este grupo de estrelas aparecerá nas chapas fotográficas com as distâncias relativas radialmente muito afastadas. A teoria de Einstein prediz para raios luminosos que passemem justo à periferia da superfície solar uma deflexão de 1,74 segundos de arco, enquanto só a metade era prevista pela teoria newtoniana. O desvio medido em segundo de arco foi 1,98 (mais 0,12) em Sobral e 1,61 (mais 0,50) na ilha de Príncipe. O número entre parêntese indica o erro estatístico e usualmente por prudência considera-se o dobro deste valor como erro provável. Assim sendo, só os resultados de Sobral excluíam definitivamente a teoria de Newton e foram de grande suporte à teoria da relatividade geral.

E por isso que, solicitado por Assis Chateaubriand a expressar a sua gratidão, Einstein escreveu a frase: "O problema concebido pelo meu cérebro, incumbiu-se de resolvê-lo o luminoso céu do Brasil".

Era a glória mundial. No mesmo tempo próprio era consequência do seu ficar mítico. Einstein começou a ser vítima de perseguições. Em 1929 foi criada em Berlim uma liga anti-Einstein que financiava escritos adversos a obra de Einstein. A sua condição de judeu e a atitude pacifista mantida durante a guerra provocaram estas hostilidades. As cartas ameaçadoras de morte foram-lhe enviadas.

Em 1923 o escritor e jornalista argentino Leopoldo Lugones, professor de literatura no Colegio Nacional de Buenos Aires e depois professor na Universidade de La Plata, encontrando-se na Alemanha lançou a idéia de que fosse oferecida a Einstein uma cadeira na Universidade de Buenos Aires, para evitar que esse homem extraordinário viesse um dia a passar dificuldades. Escritores e professores argentinos aderiram à proposta. Pretendo publicar um manifesto, o Centro dos Estudantes de Engenharia enviou uma petição ao diretor da Universidade Nacional de Buenos Aires, o Instituto de Cultura Germânica-Argentina e a associação Hebraica declararam que estavam dispostos a cooperar financeiramente. Mas no momento Einstein decidiu, agradecendo a oferta. Em julho de 1924 Einstein e Lugones no mesmo dia foram integrados a Comissão de Cooperação Intelectual da Liga das Nações reunida a iniciativa. As Universidades de La Plata, Córdoba, Tucumán e do Litoral aderiram. O próprio governo argentino decidiu contribuir, responsabilizando-se pelas despesas de passagens e hospedagem. Einstein finalmente aceitou o convite e embarcou em Buenos Aires no navio alemão "Cap Polônia". No dia 21 de março o navio fez escala no lido de Jaceiro e uma comissão designada pelo presidente da Academia Brasileira de Ciências, prof. Henrique Morize, sobiu para convidá-lo a visitar a cidade. Outros cientistas e representantes eminentes da cultura do Rio de Janeiro acolheram Einstein no qual: Paulo de Frontin, Aloísio de Castro, que também fazia parte da Comissão de Cooperação Intelectual, Augusto Bragado, Adolfo Murinho, Luis Beltrão Pais Leme, o conde Afonso Celso, diretor da Faculdade de Direito, Sady da Gama, Roberto Marinho e muitos outros. A Einstein foi feito o convite, que aceitou, para demorar-se na volta uma semana no Rio. Nesta ocasião Einstein esteve com terras brasileiras somente algumas horas, tendo desembarcado às nove e meia e voltado no "Cap Polônia" às quinze da tarde. Este breve período foi ocupado com um passeio ao Jardim Botânico, que Einstein apreciou muito, e com um almoço no restaurante do Copacabana Palace Hotel, em companhia de Isidoro Kohn, Eduardo Herawitz, Assis Chateaubriand, R. Galvão, que era o presidente do Boite Horiz, Aloísio de Castro, Beltrão Pais Leme e outros.

No Argentina Einstein esteve desde 25 de março até 21 de abril. Estive depois em

Montevideo, desde 25 de abril até o dia 29, pronunciando naturalmente algumas conferências. No Rio chegou novamente na tarde do dia 4 de maio. É impossível descrever neste artigo com detalhes os acontecimentos de uma inteira semana, mas para não frustrar completamente a curiosidade do leitor darei uma descrição esquemática do programa.

O dia seguinte à chegada, terça-feira, foi essencialmente de descanso, tendo Einstein recebido no luxuoso apartamento que lhe foi reservado no hotel Glória o diretor da Faculdade de Filosofia, Washington Garcia, que lhe entregou os diplomas de lente honorário e de doutor em filosofia. À tarde subiu ao Pão-de-Açúcar. No dia 6, depois de almorçar em casa de Isidoro Kohn, esteve no Café para apresentar seus cumprimentos a Artur Bernardes, presidente da República. Foi depois aos gabinetes do ministro da Justiça, Afonso Pena Junior, e do ministro da Agricultura, Miguel Calmon Visconti, também o prefeito do Distrito Federal, Alair Prata, e a legação alemã. Depois de uma excursão no parque da Boa Vista, finalmente dirigiu-se ao Clube de Engenharia, onde pronunciou sua primeira conferência. Na quinta-feira, dia 7, pela manhã Einstein visitou o Museu Nacional de Ciências Naturais. Almorçou na casa de Aloisio de Castro. De tarde recebeu a recepção na Academia Brasileira de Ciências, onde Julião Moreira saudou o grande cientista em nome do presidente Henrique Morice, adunado. Depois de um discurso de Francisco Laefete e outro do prof. Mário Ramos, que pediu o patronato de Einstein para a criação de um prêmio, para o melhor trabalho realizado em cada ano acadêmico, finalmente Einstein tomou a palavra e falou sobre a natureza corpuscular da luz. Na sexta-feira, dia 8, visitou o Instituto Cavalotti Cruz, em companhia do diretor Carlos Chagas, a tarde realizou uma conferência na Escola Politécnica, cujo assunto foi a teoria da relatividade geral. À noite a colônia comunista ofereceu um jantar no Clube Germânia. No sábado, dia 9, Einstein foi visitar o Observatório Astronômico Pólo Norte, que a colônia israelita lhe ofereceu refúgio extraordinariamente concorrida, no Automóvel Clube do Brasil. No domingo, foi levado de automóvel até a Tijuca, depois à Gávea, e subiu até o Pico do Papagaio. No dia 11, segunda-feira, visitou o Hospital Nacional dos Alienados, sendo recebido pelo diretor daquela instituição, prof. Julião Moreira, que depois o levou para almorçar na sua residência. À tarde visitou a Associação Brasileira de Imprensa, agredendo as gentilezas e as dispensadas por todos os jornalistas. Depois, na redação de "O Jornal", Einstein recebeu uma lembrança, obtida mediante subscrição pública, uma linda coleção de pedras preciosas do Brasil. À noite o ministro da Alemanha ofereceu um jantar do qual participou também o grande jurista e filósofo Pontes de Miranda, que manteve com Einstein interessante coloquio. No dia 12, Einstein desceu-se do Rio de Janeiro, embarcando no "Cap Norte".

A curiosidade pela teoria da relatividade nos anos imediatamente antes e depois dessa visita mobilizou bastante os meios culturais e não se restringiu ao campo propriamente científico, investigando este interesse pode-se contribuir para a análise de uma faceta deste período, tão importante porque tão próximo. Mereceriam ser estudados os artigos que alguns grandes cientistas brasileiros escreveram naqueles dias: Tasso Ramos, Lello Gama, Roberto Marinho... Deveríamos ler os magníficos artigos e o admirável livro de introdução à relatividade, escritos por Amoroso Costa em anos anteriores, quando Pontes de Miranda, em uma perspectiva mais filosófica, difundia as ideias relativísticas em vários artigos e principalmente no seu fundamental "Sistema de ciência positiva do século". Naquelas dias também Gago Coutinho escrevia um artigo infiltrado de ceticismo, para o ano depois publicar pela imprensa da Universidade de Coimbra a sua "Tentativa de interpretação simples da teoria da relatividade restrita". Quatro dias depois do embarque de Einstein, Lúcio Cardoso publicava o artigo "Relatividade de imaginária", rejeitando a teoria da relatividade, intimido que era de qualquer novidade que punha em dúvida o sacro positivismo de Augusto Comte, dando início a uma acalorada polemica na Academia Brasileira de Ciências, onde tomaram posição a ele contrária Adelberto Mendes de Oliveira, Alvaro Alberto, Inácio do Amaral e Roberto Varnhagen. E talvez não deveríamos esquecer as confusões de Afonso Barrouin e o seu livro "A Ilusão de Einstein", e as conferências a favor da relatividade de Samuel de Oliveira e as curiosas aplicações à estética feitas pelo polígrafo Almaguê Diniz. E como esquecer os luminosos artigos de Assis Chateaubriand e de Gilberto Freyre. E os numerosos artigos que desde 1920 ia escrevendo João Ribeiro no "O Jornal"... Váleria a pena rever mais de perto todo este período.

Professor Roberto Vergara Caffarelli é físico teórico, professor da Universidade de Pisa e se encontra atualmente no Instituto Física da Universidade de São Paulo como professor visitante. Seu principal campo de pesquisa é a Física de Partículas Elementares.

De volta à caverna de Platão

Entrevista com o professor
Luciano Videira

RIO (SUCURSAL) — "Recebida no início do século como mero exercício de malarbarismo matemático destituído de qualquer ponto de contato com a realidade, consagrada hoje como uma das maiores conquistas do espírito humano, a Teoria da Relatividade encerra, em suas implicações mais profundas, uma admirável lição de humildade que Albert Einstein deixou para os homens. A Teoria da Relatividade é um ensinamento na maneira de encarar o Universo. Einstein tirou do homem a certeza de estar alienado da natureza", observou o prof. Luciano Videira, do Departamento de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

"A verdade — prossegue — é que, depois das equações invariáveis de tempo e espaço, até então os fundamentos da explicação científica dos fenômenos da natureza, os orgulhosos guardiões da Física clássica sentiram o tapete correr sob os seus pés."

O MUNDO REPENSADO

"O otimismo científico do século passado — prossegue o professor — fazia da Física um ramo do conhecimento superior aos demais, dotado de uma forma definitiva, a espera somente de que, mais cedo ou mais tarde, toda a realidade do universo se submeteria aos postulados enunciados por Newton. O universo era visto como uma máquina, uma realidade objetiva e absoluta pronta para revelar seus segredos desde que corretamente enquadrada pela razão mecânica."

"Essa presunção levou Hertz a contestar, logo após ter ele próprio descoberto a existência das ondas eletromagnéticas, que o resultado de suas pesquisas era destituído de qualquer valor físico. A invenção do rádio, anos depois, viria desmentir Hertz."

"O que que justamente no estudo da interação dos fenômenos elétricos e magnéticos que se mostravam irreconciliáveis aos cânones da Física clássica, é que se abriu a brecha através da qual as equações einsteinianas iriam penetrar. Ao procurar entender as previsões matemáticas que o físico inglês Max Maxwell fizera para o eletromagnetismo, Einstein constatou a impossibilidade de que até então era um dogma e provou que o tempo, categoria absoluta, aplicável a qualquer ponto do universo, não existe."

"O que Einstein tentava mostrar sem ser levado a sério — acrescenta o prof. Videira — era que tudo, inclusive o tempo, ao ser medido daria um resultado que depende fundamentalmente da velocidade em que se encontra o observador. Esta ideia simples tinha como implicação imediata a necessidade de repensar tudo que até então formava o conhecimento do homem sobre o universo."

"Einstein mostrou que a medida das dimensões de uma caixa, até então tida como uma operação elementar, pode apresentar resultados surpreendentemente diferentes, mesmo que feita com a mesma régua e por a mesma pessoa. Bastaria supor, por exemplo, uma velocidade maior na rotação da Terra para que as dimensões da caixa também se revelassem alteradas."

"A partir de Einstein — lembra o prof. Luciano Videira — não tem mais sentido dizer que uma caixa tem tais dimensões. Ou seja, o que é tido como a realidade aqui e agora de maneira absoluta, na realidade é o resultado de uma conjugação de circunstâncias. E poderá não existir ou ser outra coisa, uma vez que os referenciais variem."

Para o prof. Videira, a Física einsteiniana reconduz o homem à caverna de Platão construída na alegoria em que firmava ser impossível o conhecimento das coisas exatamente como são. "Estamos como os escravos da caverna. Por mais que tentemos, o máximo que podemos perceber são as sombras, nunca as coisas como elas são na realidade."

"Diante dessa situação, a saída apontada por Einstein resume-se no princípio, adotado hoje pelos físicos, de que só se pode pensar sobre o que é possível medir. Mesmo assim o conhecimento não capta a essência das coisas existentes no universo, mas apenas uma relação entre o que elas são e suas representações feitas pela mente humana."

"Entre realidade e representação estão as fórmulas matemáticas, que são convertidas assim no único meio capaz de conduzir ao conhecimento do universo. 'Daí Einstein ter dito que a única coisa que se pode dizer sobre a natureza expressa-se em equações matemáticas', assinala o prof. Videira."

"Uma partícula atômica se reduz a uma equação matemática altamente complexa, mas que em última análise nada mais faz do que alertar o cientista para os limites do seu conhecimento, restringindo-o ao campo das relações numéricas. Essa é a beleza profunda que Einstein nos legou."

"É evidente — conclui o prof. Videira — que a Teoria da Relatividade já não provoca a mesma insegurança da época em que foi apresentada. A maioria das pessoas continua sem entender o que é a relatividade. Apenas a acellam, pois são postas diariamente diante dos milagres da ciência."

Luciano Videira é professor da PUC-Rio.

... "no início, tive muito medo"

Entrevista com o físico Guido Beck

Mário Augusto Jakobskind

Rio. (SUCURSAL) — Guido Beck, um austríaco de 75 anos e há 30 vivendo na América Latina, entre o Brasil e a Argentina, conheceu Albert Einstein em Berna, Suíça, em 1926. Einstein estava de passagem para Genebra, onde integrava uma comissão de cooperação intelectual da Liga das Nações. Hoje, Beck está radicado no Rio e trabalha no Centro de Pesquisas Fisicas Cesar Lattes, da Pontifícia Universidade Católica, continuando seus estudos de Física Teórica e ensinando, como faz desde 1921, quando lecionava em Viena.

Quando apresentou Beck a Einstein foi Michele Besso, que trabalhava com o descobridor da Teoria da Relatividade na Oficina das Patentes, em Berna. Em 1905 Beck também conheceu um dos filhos de Einstein num colégio de Zurique. Embora não lembre o nome, Guido Beck diz que o filho do cientista era um destacado jogador de futebol.

Michele Besso, apesar de engenheiro, teve participação relevante na história da descoberta da Teoria da Relatividade. Einstein elaborou a teoria quando trabalhava naquela oficina em Berna, onde julgava pedidos de patentes industriais. Os superiores do cientista foram benevolentes com Einstein, não exigindo muita assiduidade no trabalho. Michele Besso contribuiu para que isto acontecesse, segundo explica o prof. Guido Beck.

"Einstein passava horas conversando com Besso sobre as pesquisas que vieram revolucionar a Física. Foi o grande interlocutor de Einstein, como não era um especialista na matéria. Besso era um engenheiro — Einstein foi obrigado a expor suas ideias com clareza. Vale ressaltar que o celebre trabalho de 1905, em que Einstein enunciou a Teoria da Relatividade Restrita, termina assim: 'Ao final quero observar que durante todo este trabalho o meu amigo M. Besso estava fielmente ao meu lado'."

Einstein queria dizer que Besso foi a melhor caixa de ressonância que encontrou para a pesquisa em sua vida."

Como não poderia deixar de ser, Einstein tinha um especial apreço pelo engenheiro suíço. Cada vez que passava por Berna visitava o amigo. Numa destas passagens, Besso contou a Einstein o interesse de um jovem assistente sobre os seus estudos. Os dois foram ao encontro de Guido Beck, que morava numa pensão. Conversaram algumas horas sobre Física e depois foram até a estação ferroviária, onde Einstein pegaria o trem para Genebra. Anos depois se reencontraram num colégio em Berna.

É o próprio Beck quem fala sobre as impressões de personalidade de Einstein.

Era uma pessoa muito sensível. No início tive muito receio. Aos 23 anos me senti meio intimidado por travar contato com uma pessoa tão conhecida. Mesmo assim tive uma fortíssima impressão de Einstein. Uma pessoa simples, diferente do que eu imaginava. Além, vale ressaltar que conheci a maior parte dos físicos de nossa época. Nenhum deles me impressionou tanto quanto Einstein."

Guido Beck lembra outros detalhes relacionados com Einstein e conta um fato curioso. Uma vez, em Praga, um grupo de amigos se reuniu na casa de Phila Frank, sucessor de Einstein na Universidade alemã da capital da Tchecoslováquia e autor de um livro sobre o descobridor da Teoria da Relatividade. Naquela época a grafologia era moda em Praga. Como estava presente um grafólogo na casa de Frank, os amigos resolveram fazer uma brincadeira.

"Entregamos uma das cartas de Einstein para ser examinada pelo grafólogo. Ele observou atentamente a escrita, mas

sem saber de quem se tratava, pois a assinatura estava escondida, e deu o veredito. Segundo o grafólogo, tratava-se de um pequeno-burguês, muito equilibrado e sem interesses intelectuais."

Quando jovem, observa Beck, Einstein era algo desordenado e descaído. Depois dos grandes êxitos tornou-se uma pessoa muito séria. Apesar de celebre, nunca se interessou pela publicidade. Segundo ele, Einstein se achava com a responsabilidade de usar sua opinião para o que considerasse bom politicamente, embora não fosse uma pessoa enraizada politicamente.

Para ter uma ideia mais precisa sobre a personalidade de Einstein vale recordar alguns fatos lembrados pelo prof. Beck. Joseph Goebbels, em 1934, recebeu uma comissão de sabias alemãs para estudar a Teoria da Relatividade, estava errada considerando-se uma "ideia judaica", indagado sobre a conclusão dos alemães, Einstein respondeu: mas para que uma comissão, não seria suficiente um cientista?

Depois da 1.ª Guerra Mundial perguntaram a Einstein qual era a sua nacionalidade. Ele respondeu que dependia da Teoria da Relatividade: "Se for considerada correta, serei alemão na Alemanha e judeu na França, se não, alemão na França e judeu na Alemanha."

Einstein era antimilitarista e avesso a qualquer tipo de nacionalismo. Segundo Guido Beck, ele era o proprietário do "mundo". A primeira vez que se manifestou politicamente foi em 1914, em Berlim, em protesto contra o militarismo. Naquela ocasião tornou-se cidadão suíço.

O pacifista Einstein colocou-se publicamente contra 27 cientistas alemães que apoiaram o governo alemão na guerra. Ao contrário de Einstein, eles acreditavam que a Alemanha se fortificaria com o "banho de aço" em função da guerra. Einstein redigiu um contramaneifesto muito corajoso, denunciando o sofrimento que a guerra causaria a todos. Einstein passou a ser odiado pelos nacionalistas alemães.

O formulador da Teoria da Relatividade manteve-se coerente com seus princípios. Em protesto contra a inferioridade a que foram reduzidos os alemães depois da 1.ª Guerra, Einstein voltou a ser cidadão por um ano, coincidindo-se a serviço da República de Weimar.

Mais tarde, a Alemanha caiu nas trevas do nazismo e Einstein abandonou o país renunciando de novo à cidadania alemã, em 1933, e deixando a Academia de Ciências de Berlim. Inicialmente, foi para a Bélgica e, em seguida, para os Estados Unidos, onde se estabeleceu em Princeton.

PROJETO MANHATTAN

Pouco tempo depois do primeiro trabalho, Einstein fazia algumas observações sobre o teor da teoria e de energia. No final do trabalho dizia: "É impossível que estas conclusões, em caso de substâncias de forte radiação de massa, por exemplo, no caso de substâncias radioativas, sejam constatadas."

Vinte e sete anos mais tarde, em Cambridge, o cunhado Rutherford verificou experimentalmente que era mais leve um núcleo formado com emissão de mais energia. Naquela época, porém, os físicos já estavam tão preocupados com a possibilidade de que consideravam a experiência de Rutherford trivial. O interesse para a relação entre energia e massa voltou a tona quando foi descoberto, em 1939, o fenômeno da fissão do urânio. Era o início da era atômica.

Einstein se encontrava em Princeton no início da 2.ª Guerra Mundial. Dois cientistas húngaros — Leó Szilard e Eugene Wigner — preocupados com a possibilidade de os nazistas fabricarem a bomba atômica, redigiram uma carta recomendando o presidente Roosevelt a adquirir as pesquisas atômicas. Tinha sido uma tarefa difícil para se avistar com o supremo mandatário dos Estados Unidos, decidiram procurar Einstein, a quem conheciam de Berlim. Einstein subscreveu a carta, que posteriormente foi entregue a Roosevelt.

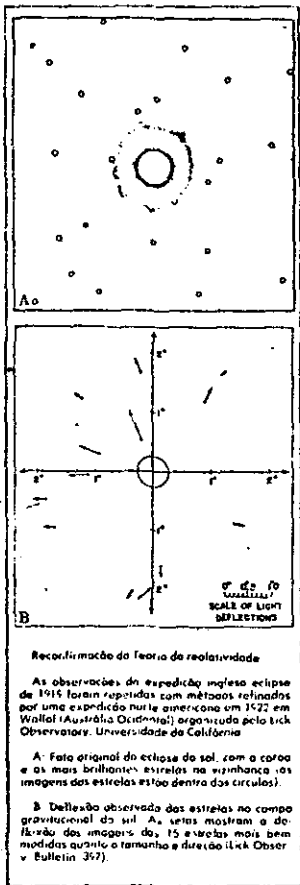
Observa Beck, com base na recomendação de Einstein, os Estados Unidos, junto com a Grã-Bretanha, passaram em marcha o Projeto Manhattan. O governo norte-americano mobilizou 130 mil operários e empregou no projeto cerca de dois bilhões de dólares.

Anteriormente, Enrico Fermi, que já havia trabalhado em Roma, entrara em contato com a Marinha norte-americana, conseguindo cinco milhões de dólares para pesquisas. A Marinha pediu a Fermi para manter a informação sobre a questão. Um ano após o envio da carta de Einstein e dos cientistas húngaros ao presidente Roosevelt, produziu-se o primeiro reator atômico — dezembro de 1942, em Chicago.

te a Primeira Guerra Mundial, quando o casal se divorciou e Einstein desposou sua prima Elsa, viúva com duas filhas.

O CHAMADO DAS UNIVERSIDADES

Sua vida científica cingira rapidamente ao zênite. Anunciou-se então a perspectiva de Privatdozent em Berne, que obteve em 1909, continuando entretanto a



trabalhar nas Patentes, pois as obrigações docentes eram limitadas. Mas quando recebeu convite para professor extraordinário em Zurique, abandonou o emprego de Berne. Logo a seguir vai para Praga, como professor na Universidade Alemã, parte da Universidade daquela cidade. Não se demora ali, pois recebe oferta de professorado em Zurique, que aceita mais por influência da mulher, a quem o ambiente desta cidade agradava mais que o de Praga. Também ali a demora é pouca, pois chega o convite para Berlim, juntamente com sua incorporação à Academia Prussiana de Ciências. Sua nova função, assumida em 1914, era dirigir Instituto de Física Kaiser Wilhelm, com liberdade de pesquisar sem obrigação de ensinar.

Relata M. J. Klein que Berlim despertou em Einstein sentimentos antagônicos. Por um lado, o agradável convívio de sabios extraordinários, como Planck, Born e, mais tarde, Schrödinger e von Laue. Por outro lado, a tensão de ter de produzir quase à força, além da dura rotina de trabalho prussiano. Em 1916 Einstein publicou seu segundo trabalho sobre relatividade, a relatividade geral, para contrastar com a primeira, que então chamava de especial. Não era sem razão o adjetivo "geral", pois a nova teoria abrangia os sistemas de referência acelerados, ao passo que a especial só se referia a sistemas de referência em movimento uniforme e retilíneo. Estabelece a nova teoria o postulado básico de que as leis da física devem ser de tal natureza que se apliquem a sistemas de referência em qualquer tipo de movimento.

A noção de relatividade é muito antiga e está presente em Galileu e Newton. Este, ao estudar o movimento uniforme, formulou em 1687 a lei segundo a qual "os movimentos dos corpos que se acham dentro de determinado espaço são os mesmos entre si, quer esse espaço esteja em repouso quer se mova uniforme e retilineamente". Esse princípio, da relatividade galileana ou newtoniana, também se exprime em outros termos, mais gerais: as leis mecânicas que valem num lugar, valem igualmente em qualquer outro lugar que se mova uniformemente em relação ao primeiro.

As leis de Newton propiciaram um modelo mecânico para todos os fenômenos que ocorrem na Natureza, todos eles tendo como referência um espaço absoluto e imóvel, necessariamente cheio de alguma imponderável substância, o "éter".

Rechaçada a ideia desse éter pelas célebres experiências de Michelson e Morley, uma espécie de perplexidade dominou os físicos, entre os quais o jovem Einstein em seu emprego de Berne. Em seus trabalhos, que tanta fama conquistaram, ele rejeitou, com o éter, a ideia de um espaço que servisse de referência fixa, absolutamente em repouso, dentro do qual fosse possível distinguir o movimento relativo do absoluto. Daí chegou a uma primeira generalização, essência da relatividade especial: as leis da Natureza são as mesmas para todos os sistemas em movimento uniforme. Princípio muito mais amplo que o de Newton, porque abrangia todos os sistemas, não apenas os mecânicos. Aplicava-se à luz e aos outros fenômenos eletromagnéticos.

Para Galileu e Newton o movimento não era considerado apenas como reação determinada por um espaço absoluto, mas também por um tempo absoluto. Einstein rejeitou a noção de tempo absoluto. Espaço e tempo concebem-se, para ele, em função do movimento.

Por uma série de deduções, chegou Einstein à conclusão de que a velocidade da luz é a limitante máxima da velocidade no universo, que a massa de um corpo em movimento não é constante, mas aumenta com a velocidade. Chegou afinal a celebre equação, talvez a mais famosa da história da humanidade — $E=mc^2$ — na qual "E" é a velocidade da luz. Muitos pensam nela como a equação da bomba atômica, mas a verdade é que encerra a resposta a muitos problemas físicos, inclusive a contínua emissão de partículas por substâncias radioativas.

Na teoria da relatividade geral Einstein foi mais longe e afirmou que as leis da Natureza são as mesmas para todos os sistemas, qualquer que seja seu estado de movimento. Ao desenvolver essa tese, elaborou novas leis de gravitação, que ampliaram de muito as de Newton. Na base de sua concepção está a equivalência entre inércia e gravitação, sendo impossível distinguir o movimento produzido por uma das profundas pela outra. A teoria da relatividade geral, diz McCreia, tem sido alcançada por mais de 50 anos, como a maior realização do espírito humano. "Se um gênio poderia perceber como a teoria da relatividade especial precisava ser generalizada", acrescenta, mais adiante: "E também um gênio perceberia a extensão da dificuldade de estender a relatividade, de modo que ela abrangesse a gravitação".

OCÉLEBRE ECLIPSE

Uma das decorrências naturais da Teoria da relatividade era a liberação de um raio de luz qualquer ao passar pelo campo gravitacional do sol.

Em 1919 verdadeiro frenesi percorreu o mundo dos físicos e astrônomos. O eclipse solar anunciado para então constituir a primeira excelente oportunidade para pôr à prova aquele desvio.

O Brasil serviu de centro de observação e muitos especialistas aqui estiveram observando, tomando notas, fazendo cálculos.

Afinal veio a grande confirmação. As observações e medições feitas durante o eclipse coincidem satisfatoriamente com as previsões da Teoria da Relatividade. A notícia tornou-se mancha e o nome de Einstein, até então conhecido nos círculos especializados, passou a pertencer a todos. E Relatividade tornou-se palavra comum, mesmo na boca de pessoas que não lhe compreendiam o sentido preciso.

Com a publicidade que em torno dele se criou, começou a grande atividade social e política de Einstein, assim como sua peregrinação pelo mundo. Em 1921, e convidado para acompanhar o líder sionista Chaim Weizmann aos Estados Unidos para a campanha de arrecadação de fundos para o grande objetivo, que era fundar um Estado para o povo de Israel na Palestina, colaborou ativamente na criação da Universidade Hebraica.

Voltou a Berlim, depois esteve na Inglaterra e França, no Extremo Oriente. Em 1925 visitou a América do Sul e esteve no Brasil, onde foi recebido na Academia Brasileira de Ciências a 6 de maio.

Em dois períodos sucessivos esteve nos Estados Unidos como professor visitante do California Institute of Technology. Mas sua vida na Alemanha havia algum tempo deixado de ser agradável. Sua profunda consciência internacionalista não lhe permitia acompanhar o movimento dos intelectuais alemães que pregavam exacerbado nacionalismo dominador. Pacifista, queria uma comunidade internacional sem rancores. Achou-se por isso em grande solidão, afastado da maioria dos amigos e colegas e só encontrando apoio na correspondência que mantinha com Paul Ehrenfest e H.A. Lorentz, na Holanda, aos quais às vezes também visitava. Lorentz foi, para ele, "o maior e o mais nobre homem de nossos tempos".

O anti-semitismo por sua vez ganhava tremenda força e ate mesmo um Einstein e suas imortais teorias começaram a ser atacados. Tentou resistir quanto pôde. Mas já compreendia o clima de liberdade que poderia ter nos Estados Unidos e, ao regressar à Europa em 1933, verificou que o clima reinante na Alemanha não aconselhava que entrasse em sua pátria. Ficou em Ostend e logo embarcou de volta para os Estados Unidos, onde acabou se ra-

dicando no então novo Instituto of Advanced Study, de Princeton. Ali passaria o fim de sua vida, mergulhada na ciência e nas muitas causas sociais, políticas, educacionais que tanto o empolgaram.

Per seus méritos científicos ganhou vários prêmios, o maior dos quais, o Nobel (1921), não lhe foi especificamente outorgado pelo desenvolvimento da Relatividade, mas pela descoberta do efeito fotoelétrico e suas contribuições à física matemática. Questões de semântica. Entenderam os que concedem o prêmio o que este não poderia, segundo os regulamentos, ser conferido a alguém pelo desenvolvimento de uma "teoria".

Einstein foi escritor prolífico. Mais de trezentos trabalhos publicados de natureza científica, dentre os quais se destacam uns trinta que são verdadeiras pedras angulares. Mais de 100 contribuições escritas ou faladas para o grande público, versando questões de ciência e assuntos políticos da maior relevância. Como exemplo de sua atividade de divulgador científico poderemos lembrar a clara e oportuna explicação que escreveu sobre o verdadeiro sentido da equação $E=mc^2$.

BOMBA ATÔMICA

Durante a Segunda Grande Guerra o grande pacifista teve momento de forte sobressalto. Havia os alemães descoberto a fissão do urânio e não seria impossível que os nazistas chegassem à produção da bomba atômica. Em vista das circunstâncias, Leo Szilard e E. Fermi sugeriram a Einstein escrever apelo direto ao presidente Roosevelt. A 2 de agosto de 1939 Einstein dirigiu ao presidente das Estados Unidos uma das cartas mais célebres da história, cujo começo e alguns de cujos trechos dizem assim: "Trabalhos recentes de E. Fermi e L. Szilard, cujos manuscritos me foram comunicados, levam-me a prever que o elemento urânio pode ser transformado em uma nova e importante fonte de energia no imediato futuro. Uma bomba desse tipo... explodida num porto... poderia muito bem destruir todo o porto, juntamente com o território vizinho..." Superfútil ainda que a pesquisa nesse campo poderia estar muito adiantada na Alemanha e Alemanha e risco para os EUA.

Na verdade, os alemães não desenvolveram engenhos atômicos, algum, ao melhor, nesse sentido não tiveram mais do que uma esperança, como demonstram os reclusos de 1939-40. Hitler estava mais interessado noutros meios, que certamente julgava mais rápidos e decisivos. Mas a oferta de Einstein despertou a atenção do governo norte-americano, que se empenhou a fundo na produção da pólvora e da bomba atômica. O lançamento desta, de tão trágicas consequências, ainda hoje lamentadas, fez-se a revelia de Einstein, a quem certamente horrorizaria sequer imaginar o que aconteceria em Hiroxima e Nagasaki. Leo Szilard, um dos pais da bomba, confessou seu arrependimento. Em conferência pública, referindo-se guerra nuclear disse que se o primeiro alquimista foi Deus, o último certamente seria o diabo.

Envolvido-se Einstein cada vez mais na causa da paz, buscando até anular a guerra mediante governo internacional. Sempre se fez ouvir a favor dos oprimidos e perseguidos, assim como da liberdade de fazer, conclamando os intelectuais a arriscar tudo na preservação desse ideal. Quando Bertrand Russell redigiu o manifesto que redundaria no Movimento Pugna-Wash, Einstein, após madura reflexão, também o assinou. Todos os conflitos entre povos o preocupavam, e pouco antes de expirar escrevera o rascunho de discurso sobre as tensões entre Egito e Israel. Mas quando lhe ofereceram a presidência de Israel, recusou honraria.

Não se pense, todavia, que o envolvimento político, social, educacional, religioso cada vez maior em sua vida, haja afastado Einstein das preocupações científicas. Entre muitos anos, no período final de sua existência, trabalhou intensamente na codificação de uma teoria do campo unificado, espécie de ponte entre a teoria dos quanta e a relatividade, que unisse as leis da gravitação e as do eletromagnetismo. Assim como a Relatividade reduziu a força gravitacional a uma propriedade geométrica do chamado "continuum" espaço-tempo, a teoria unificada reduziria a força eletromagnética a situação semelhante.

Resta lembrar, a essa altura, que ninguém mais do que Einstein contribuiu para fazer da geometria um ramo da física. "Por suas teorias da Relatividade", diz H.P. Robertson, "ele deu vida a geometrias físicas que se inspiraram a geometria e a cinemática apriorísticas de Euclides e Newton, mergulhadas na tradição". Que influência poderia ter tido aquele primeiro compêndio de geometria, que mais do que qualquer outro livro encantou Einstein menino, no estabelecimento daquilo que Robertson chama de concepção da Geometria como ramo da Física?

Dividido entre ciência e política, qual dessas atividades mais atraía Einstein? Lamentava ele que as questões políticas lhe tomassem tanto tempo, e explicava que a política e para o hoje, ao passo que

"uma equação como essa e algo para a eternidade".

Os cientistas modernos, em crescente número, têm consciência das terríveis implicações tecnológicas que a ciência põe — guerra nuclear, predominância do militarismo, devastação do ambiente, desigualdade na distribuição de alimentos, malogro político das revoluções verdes — e sabem, como Einstein, que devem participar da vida política em seu mais amplo sentido. E, ainda que sentindo o tempo que assim roubam a ciência, estão cada vez mais cênicos de seu dever de, como cidadãos, defender com máximo vigor outros desafios, ao uso insensato do potencial da ciência em causas que não interessam ao bem-estar geral.

Por tudo isso Einstein surge como figura de cientista completo, vivendo para a eternidade das equações sem perder de vista as contingências do cotidiano. Aos rapazes que se nutrem da insatiable vontade e só a conhecer de nome, como autor de uma esotérica teoria da Relatividade, ele parecerá, fora disso, um homem. Sublime ingenuidade de a pessoa homem que, pertencendo aos mais avançados camadas da ciência, nos quais penetrou toda a harmonia do cosmos, sempre esteve tão perto do coração dos homens e de Deus.

Nosso Irmão

Flávio Rangel

Há alguns meses, entrei numa loja de São Francisco da Califórnia para comprar uma toalha qualquer. E vi na parede um poster de Albert Einstein. Não era aquela famosa fotografia onde o gênio está de língua de fora, cabelos desgrenhados e um olhar brinçalhão. Nessa outra, estava passando de bicicleta feliz como a criança que, sempre supus, jamais deixou de ser. Tinha um blusão folgado, como todas aquelas roupas que sempre gostou de usar, os cabelos grisalhos esvoaçantes e um sorriso maroto.

Fiquei contemplando aquele rosto alguns minutos, lembrei-me de uma outra maravilha, o livro de Richard Avedon publicado em seu livro "Nothing Personal". E achei que "maroto" era um adjetivo que lhe cabia bem.

Há certas pessoas que nos fazem sentir como se fossem nossos irmãos. Algumas personalidades têm o carisma do pai ou o magnetismo do avô, mas são sempre aqueles que parecem nossos irmãos que nos doam mais a vontade. Einstein era o tipo do irmão, e curiosamente, o do irmão mais novo. Como se a gente sempre tivesse de prestar atenção a uma travessura qualquer que estivesse na iminência de fazer. Como se fosse andar sem mãos naquele bicicleta ou botar a língua para uma visita cerimoniosa.

Lembro-me que ajudou muito a mim e a meus colegas de ensino quando reprimos pela negligência nos estudos, era fatal que respondêssemos: "Einstein repetiu uma vez e só aprendeu a falar com três anos". Na verdade, provavelmente falando muitíssimo da rigidez da matemática convencional e da física matemática cujos dogmas de infalibilidade ele iria destruir, não deveria ter o menor interesse numa equação que demorasse tanto a estabelecer o fato que a mais B é igual a zero.

O que sempre me fascinou nele é que encarnava ao vivo a teoria do gênio distraído, capaz de trocar o dia pela noite sem se dar conta disso, com total despreocupação por assuntos materiais como o dinheiro e as burras da alimentação; e do ponto de vista de seu trabalho, a eletricidade das teorias que propôs. Algo me diz que elas no que diz respeito à aplicação no universo, chegaram até a ter um componente de religião. No filme "Contactos Imediatos de Terceiro Grau", um dos cientistas terrestres comenta com outro, ao ver desbaratarem os pilotos desapaixoados há trinta anos e que voltaram sem ter envelhecido: "Einstein tinha razão", e o outro responde: "Einstein era um deus".

No livro "2001", de Artur Clarke que Stanley Kubrick transformou num filme inesquecível, civilizações mais adiantadas que a nossa plantaram um monólito irradiador de inteligência e de energia criadora. Estabelecem seus sinais que aparentemente não causam efeito, até que, dos primatas, parece recebê-los, doado como era, de uma inteligência superior a de seus semelhantes. A partir daí o progresso tem início.

Através dos séculos, esse monólito irradiou sua generosidade que atingiu alguns, especialmente os cientistas e os artistas donos de uma imaginação que transpõe os limites do cotidiano. Tanto um como outros vêm mais longe, sentem em mais profundidade, são profetas. E seu valor principal reside no fato de que não

...em medo de ver a verdade, onde quer que ela esteja escondida. F. principalmente, não tem medo das ideias novas.

Em sua peça "The Skin of our Teeth", o escritor Thornton Wilder descreve a família de Sauter Antropus e faz em duas horas um resumo antropológico da Humanidade. Vemos o protagonista inventando a roda, o alfabeto e os algarismos. E um desses milhares de personagens atirados pelos raios de monólito, como foi Colômbio ao tentar provar a fé no seu sonho.

Os onze primeiros matemáticos que conseguiram aprender em sua totalidade a Teoria da Relatividade de Einstein provavelmente devem ter sentido a mesma emoção que os mais sensíveis espectadores do teatro grego sentiu à primeira encenação do Epílogo Rei de Solócles, assim como estrepitosamente estalaram diante do momento culminante do drama. Aquelas devem ter sentido que seus horizontes estavam alargados e que a Física jamais seria a mesma.

Einstein levou a Humanidade mais longe, mas a que e mais bonito e que ele está na linha direta dos que o sucederam. Não teria feito o que fez sem Sir Isaac Newton, e este não teria feito o que fez sem Galileu Galilei, e este não teria feito o que fez sem Copérnico, e este não teria feito o que fez sem Platonismo. É o encadeamento de humanidade na procura de um mundo melhor.

Eles sabiam que a verdade está acima de tudo, e por isso conseguiram desvendar alguns dos mistérios que nos cercam, levantando a ponta da véu da ignorância e transformando os problemas em soluções — "cum clarea cognita" — como o título de um poema de Baudelaire.

Albert Einstein e posso irmão; irmão de toda a humanidade.

Einstein e a natureza da luz

Prof. H. Moisés Nussenzveig

Einstein "seria um dos maiores físicos teóricos de todos os tempos mesmo se não tivesse escrito uma só linha sobre relatividade", conforme afirmou seu illustre colega Max Born. Entretanto, os aspectos da obra de Einstein não ligados à relatividade têm sido bem menos divulgados.

É preciso rememorar a Newton, na história da Física, para encontrar um ponto comparável a Einstein. Curiosamente, com três séculos de intervalo, há um notável paralelismo entre as preocupações centrais de ambos: os princípios da mecânica, a teoria da gravitação e a natureza da luz. Einstein abordou os dois primeiros temas em suas teorias da relatividade restrita e geral, suas contribuições ao terceiro também foram de caráter fundamental.

A situação das teorias sobre a natureza da luz no início do século II foi assim descrita pelo físico inglês Thomas Young: "Atualmente se geralmente que a luz consiste seja na emissão pelos corpos, luminosos de partículas, muito pequenas — seja na excitação de um movimento ondulatório, análogo ao que constitui o som — e, entretanto, o julgamento dos especialistas de todas as épocas tem-se dividido muito entre uma ou outra dessas opiniões".

É comum atribuir-se a Newton a preferência pela teoria corpuscular (ou de partículas), que explica de forma muito simples diversos fenômenos óticos. Descartes já havia empregado, para ilustrar as leis da reflexão e refração da luz, a analogia com o movimento de bolas de teia lançadas sobre uma superfície dura ou porosa. Mas o próprio Newton descobriu um fenômeno que não parecia admitir explicação corpuscular, quando uma lâmina com uma face côncava e colocada sobre uma superfície de vidro plana, formava entre as duas uma lâmina de ar de espessura variável, aparece em torno do ponto de contato uma série de anéis circulares concêntricos coloridos (anéis de Newton). Se a iluminação for com luz monocromática, observam-se anéis alternadamente claros e escuros.

Este é um típico efeito de "interferência", característico da propagação de ondas. Pode ser observado facilmente em ondas na superfície da água, quando dois conjuntos de ondas distantes se encontram, há regiões onde eles se reforçam (quando duas cristas de onda se superpõem) e outras onde tendem a anular-se mutuamente (quando uma crista se superpõe a um vale). Os anéis escuros de Newton correspondem a regiões onde luz superpõe com luz por diferença de fase.

Newton teve cuidado de evitar pronunciamentos definitivos sobre a natureza da luz, fez uma série de conjecturas em que procurava conciliar de forma excessivamente próxima as concepções atômicas, aspectos corpusculares e ondulatórios.

A teoria ondulatória da luz foi formulada por um contemporâneo de Newton, o físico holandês Christiaan Huygens. A primeira vista, ela não parece explicar a propagação retilínea da luz, as ondas sonoras e as ondas na superfície da água contornam os obstáculos, desviando-se da propagação em linha reta. Entretanto, os desvios tornam-se cada vez menores à medida que diminui o "comprimento de onda" — distância entre duas cristas de onda consecutivas — e o próprio Newton, através de experiências dos anéis por ele descobertos, mostrou que esse comprimento, para a luz visível, é da ordem de milésimos de milímetro. Devido da propagação retilínea da luz, realmente aparece quando ela atravessa orifícios muito pequenos, constitui um fenômeno da difração, já observado por Leonardo da Vinci.

No início do século 19, Thomas Young e Augustin Fresnel mostraram que a teoria ondulatória permitia explicar, além dos demais fenômenos óticos já conhecidos, os efeitos de interferência e difração. Exemplos de fenômenos de interferência observáveis na natureza são as cores das bolhas de sabão, das asas de borboletas e da plumagem das aves; flores, bem como as freixas, em geral de tons verdes e rosados, visíveis ocasionalmente na parte interna do arco-íris primário. Uma existência crucial foi a medição da velocidade da luz na água, mostrando que é inferior à velocidade da propagação no ar, conforme previsto pela teoria ondulatória, e ao contrário do que previa a teoria corpuscular.

O cerneamento da teoria ondulatória foi a identificação das ondas luminosas com ondas eletromagnéticas, feita pelo grande físico teórico escocês James Clerk Maxwell em 1861. A existência de ondas eletromagnéticas foi prevista por Maxwell a partir de um celebre conjunto de equações que levam o seu nome, e foi brilhantemente confirmado numa série de experiências realizadas por Heinrich Hertz em quarto de século mais tarde. Conhecemos hoje toda uma gama de radiações eletromagnéticas, que diferem da luz visível apenas pelo comprimento de onda, e incluem radiações aparentemente tão diversas como as ondas de rádio produzidas por Hertz e os raios X.

Ironicamente, foi um efeito secundário observado por acaso pelo próprio Hertz em suas experiências, o efeito fotoelétrico, que veio abalar o aparente triunfo final da teoria ondulatória. Foi observado que luz ultravioleta, incidindo sobre um metal, é capaz de produzir uma corrente elétrica. As fotocélulas, utilizadas na abertura automática de portas de elevadores, atuam um feixe de luz e interrompem exemplificam uma aplicação prática deste efeito. Várias características da mesma, observadas no início deste século, pareciam inexplicáveis pela teoria ondulatória.

Em 1905, Albert Einstein, com 26 anos, empregando como "pequena técnica de 1.º classe", pela Esplanada de Paris, explicou os fenômenos fotoelétricos, aplicando a teoria ondulatória da luz, e a pesquisa nas horas vagas, publicou quatro trabalhos, cada um dos quais era baseado para maioritariamente na história da Física. Os dois últimos, introduzindo a relatividade restrita, mas foi ao primeiro que "Sabado de 1.º de maio, em carta a um amigo, como 'uma coisa muito revolucionária'". Com efeito, foi neste que Einstein recolocou em questão o problema da natureza da luz e deu uma contribuição básica à teoria quântica, a principal revolução científica do século.

A teoria quântica, que permitiu a Física penetrar no mundo atômico e subatômico, e que hoje constitui o trabalho de Max Planck, em 1900, foi a primeira a ser formulada, depois da teoria da energia em relação à radiação eletromagnética e a matéria, com a ideia de que a energia não poderia ser dividida em forma contínua, como previa a Física clássica, mas seria "quantizada", ou seja, haveria quantidades mínimas, "quantas", de energia que poderiam ser trocadas. A ideia pode ser ilustrada por analogia com nosso sistema monetário: o "quantum" de dinheiro é 1 centavo, o menor troco possível; qualquer troca de dinheiro só pode ser feita em múltiplos dessa unidade.

De acordo com a Física clássica, porém, toda energia pode ser trocada em quantidades de energia, e a conservação das trocas de energia e momentum (Planck, físico extremamente conservador, considerava sua hipótese como "puramente formal"), e nos levou a dois resultados: primeiro, a conservação por ele próprio, se deu conta de uma profunda e a revolução por ele introduzida.

Einstein decidiu investigar as implicações da hipótese de Planck sobre a estrutura da própria radiação eletromagnética, da qual ele considerava já bastante conhecido, e um caso particular. Não estava claro se essa hipótese implicaria uma estrutura granular, quantizada, para a própria radiação. Einstein referiu-se posteriormente a si próprio analogia que ilustra seu senso de humor característico. "O fato de que a energia seja sempre ven-

ida em garratas não implica que a energia consista de porções individuais de uma garrata cada uma".

A hipótese audaciosa lançada por Einstein em seu trabalho de 1905 foi de que a própria radiação eletromagnética em particular, a luz — e quantizada. Os "quantas" de radiação assim introduzidos por ele receberam mais tarde o nome de "fótons".

Einstein mostrou que sua hipótese permitia não apenas interpretar de forma muito simples os resultados de Planck, mas também explicar a forma igualmente simples os resultados, até então inexplicáveis, sobre o efeito fotoelétrico.

A hipótese de Einstein foi recebida com grande entusiasmo pela maioria dos físicos. O físico americano Robert Millikan empreendeu uma série de experiências cuidadosas com a expectativa de que mostrariam total desacordo com a teoria de Einstein do efeito fotoelétrico. Ao cabo de dez anos, chegou a conclusão oposta: os resultados confirmavam plenamente a previsão da teoria. Embora a teoria do efeito fotoelétrico fosse um dos aspectos menos importantes do trabalho, foi ela — e não a relatividade — que valeu a Einstein o Prêmio Nobel de Física de 1921, devido à estipulação de que o prêmio deveria sempre ser concedido por uma descoberta com aplicações práticas.

Os argumentos empregados por Einstein em seu trabalho de 1905 para justificar a hipótese dos fótons não o satisfizeram plenamente. Nas duas décadas seguintes, ele voltou a analisar o problema repetidas vezes, procurando argumentos mais definitivos, o que o levou a dar algumas das contribuições mais importantes ao desenvolvimento da Física, durante a mesma época.

Assim, em 1917, Einstein introduziu uma série de novas hipóteses para analisar os processos elementares de emissão e absorção de luz pelos átomos. Em particular, discutiu a relação entre os processos de emissão espontânea, induzida e pela radiação externa, e emissão induzida pela presença da radiação. Este último processo tem um papel preponderante no laser, cuja invenção mais de quatro décadas mais tarde levou ao desenvolvimento explosivo de um novo ramo da física, a ótica quântica. As ideias de Einstein nesse trabalho também influenciaram fortemente o grande físico dinamarquês Niels Bohr, um dos criadores da teoria quântica.

Em 1921, Einstein divulgou e generalizou as ideias contidas num trabalho que lhe havia sido enviado por um jovem físico húngaro, Salomon Bohr, sobre as peculiaridades quânticas dos fótons. Os fótons são partículas idênticas, indistinguíveis entre si num sentido que não tem contra-exemplo em termos da Física clássica. Esses trabalhos levaram à formulação de um dos conceitos mais significativos da Física quântica, conhecido atualmente como "a estatística de Bose-Einstein".

Einstein estava profundamente consciente, desde o início, das aparentes dificuldades em reconciliar sua hipótese dos fótons, que poderia ser interpretada, à primeira vista, como um retorno à teoria corpuscular da luz, com as inúmeras confirmações experimentais da teoria ondulatória. Ainda em 1905, externou sua opinião de que "a próxima fase do desenvolvimento da Física teórica levava a uma teoria da luz que pode ser interpretada como uma espécie de fusão das teorias ondulatória e corpuscular, uma profunda alteração das nossas ideias sobre a natureza da luz torna-se indispensável".

Essas profecias foram realizadas pelo desenvolvimento ulterior da teoria quântica. As bases para esse desenvolvimento foram lançadas por Heisenberg e Schrödinger em 1925 e 1926, um trabalho de Dirac em 1927, introduziu ideias básicas da moderna teoria quântica da radiação.

Entretanto, Einstein nunca se satisfaz com a solução proposta pela teoria quântica para reconciliar as propriedades ondulatórias e corpusculares da luz. Em 1933, poucos anos antes de sua morte, ele enviava a seu amigo Michele Besso: "Cinco anos de meditação não me aproximaram mais da resposta à questão: 'O que são os fótons?' Hoje em dia qualquer um acredita conhecê-la — mas está enganado".

Embora essa atitude de Einstein não fosse compartilhada pela maioria dos físicos, o tempo se encarregou de justificar a sua cautela em relação aos argumentos sobre a existência dos fótons. Trabalhos realizados nos últimos quinze anos mostraram a possibilidade de explicações alternativas para grande parte dos efeitos atribuídos aos fótons, tornando necessária uma análise cada vez mais refinada, tanto teórica como experimental, para demonstrar a existência dos mesmos. Resultados mais conclusivos se-

foram obtidos recentemente. Uma das demonstrações mais cabais está contida num trabalho realizado na Universidade de Manchester e publicado há apenas alguns meses, em que foi observado experimentalmente o processo de emissão de luz por um átomo individual.

Estes resultados podem ser considerados como um grande triunfo da ideia lançada por Einstein em 1905. Ao mesmo tempo, devemos encarar como uma das lições mais importantes que ele nos deixou sua atitude de completa independência de espírito, de permanente crítica e impugnação, não se satisfazendo com explicações apenas aparentes, procurando sempre ir até o âmago das coisas. Nas palavras de Einstein: "Uma coisa aprendi numa longa vida: que toda nossa ciência, em confronto com a realidade, é primitiva e pobre — e no entanto é o que temos de mais precioso".

Moisés Nussenzveig é diretor do Instituto de Física da USP.

Einstein e a Bomba Atômica

Jose Goldenberg

Um dos aspectos mais dramáticos da longa vida de Einstein é o seu envolvimento nos eventos que levaram ao desenvolvimento da bomba atômica pelos norte-americanos durante a 2.ª Guerra Mundial e o seu uso subsequente na destruição de Hiroshima e Nagasaki.

A posição de Einstein em 1939 é descrita em geral como ambivalente e embaraçada para o homem que revolucionou a Física e se tornou sem dúvida a família da física e Newton do século 20.

Os fatos principais são bem conhecidos, mas seu significado não é profundo não é ainda bem compreendido. Em 11 de outubro de 1929 foi entregue ao presidente Roosevelt uma carta assinada por Einstein (mas redigida pelo seu amigo Leo Szilard), alertando-o para o fato de que descobertas científicas recentes — a fissão do urânio — tornaram possível a destruição de um país e parte da maioria da gente com uma única bomba — a bomba atômica.

O fato de Einstein ser o cientista que estabeleceu a equação fundamental na qual se baseia a liberação da energia nuclear (E=mc²), a sua enorme reputação e autoridade, impressão, assim o presidente americano, que temia imediatamente as providências que tais resultados pudessem depois o Projeto Manhattan e todo o esforço de pesquisa e desenvolvimento efetuado por Oppenheimer que levou à produção de armas nucleares em 1945.

Sucedeu que em 1945 a bomba foi usada pelos americanos para destruir Hiroshima e Nagasaki, com uma única bomba, como Einstein havia previsto ocasionalmente mais de 100.000 mortos de civis, em cada uma delas.

Mais tarde Einstein declararia que "foi o maior erro de sua vida ao assinar a carta ao presidente Roosevelt recomendando que bombas atômicas fossem construídas, mas que no entanto não na época alguma justificativa para fazer isso de que os alemães as fizessem primeiro".

O fato fundamental, entretanto, que ocorreu neste episódio é que Einstein, como Oppenheimer e muitos dos outros cientistas que participaram do esforço de guerra, acreditavam que construíam, durante ou influenciar o curso dos eventos, o que não ocorreu.

Não é esta a primeira vez na história em que cientistas bem informados como testemunhas ou cúmplices.

O caso de Einstein certamente tem atenuantes — mas apesar de tudo — a força que fez avançar a Guerra para dissolver os dois eventos que levaram ao uso das armas nucleares — a sua posição — portanto — ambivalente.

Em 1950 com Bertrand Russell para banir as armas nucleares, revelando de novo a grande coragem com que se distinguia na 1.ª Guerra Mundial quando se declarou pacifista e renunciou a cidadania alemã por causa disso.

Além disso não há dúvida de que Einstein, como muitos outros cientistas, refugiados da tirania nazista nos Estados Unidos, entrou realmente em conflito com a possibilidade de que a fissão nuclear — descoberta experimentalmente na Alemanha por Hahn e Strassman em 1938 — fosse a responsável pela

“Quando Einstein viu que suas próprias equações não conduziam ao universo estável, ele introduziu o termo cosmológico para chegar ao universo estático. No entanto, o físico soviético Friedman mostrou que, pelas equações de Einstein, é inevitável a expansão (ou contração) do universo e fez a previsão que foi confir-

Newton". Bruno Thuring, da Universidade de Munique, onde lecionava Astronomia, ingenuamente de materialista o conceito einsteiniano de espaço-tempo. Para Thuring a teoria da relatividade só poderia ter germinado e florescido no solo do marxismo — ela "destruiu a concepção do mundo do homem alemão". Homem alemão aqui significa: nazista.

Compreende-se, assim, por que em 1933 Einstein foi destituído de sua cátedra na Universidade de Berlim, que ocupava desde 1913, depois de ter lecionado na Universidade de Zurique, na Universidade alemã de Praga e dirigido o Departamento de Física Teórica do Kaiser Wilhelm Institut. Em 1916 ele lançou a teoria geral da relatividade, a qual antecipara em 1911, com a teoria da equivalência da gravidade e da inércia. Em 1950 completou a sua gigantesca construção científica com a teoria unificada do campo — construções que o colocam ao lado dos maiores cérebros da humanidade — um Leibnitz, por exemplo. Sua elaboração teórica não se confinou, porém, nos domínios da Física. Ela suscitou problemas de caráter lógico, epistemológico, ontológico e cosmológico. Com Einstein a Cosmologia perdeu o seu caráter teológico, conquistando "status" de disciplina científica ligada à Astronomia, à Astrofísica, à Física Teórica e à Matemática. Passou a ter como objetivo principal a construção de "modelos do universo".

No campo da Gnoseologia, Einstein assumiu a defesa do determinismo. Mas determinismo aplicado ao mundo dos fenômenos, e do qual se excluem as ações humanas. Einstein tinha fé inabalável na

racionalidade da natureza, cujas leis — disse — se caracterizam pela simetria e a simplicidade, em consequência do que só a percepção estética pode nos guiar na valorização da massa gigantesca dos dados empíricos. "Creio no Deus de Spinoza que se revela na harmonia de tudo que existe", confessou. E Spinoza — pondera Barrow's Dunham — se tivesse vivido não no século 17 mas no século 19 poderia ter sido Marx.

Em 1908, três anos após o estabelecimento da teoria restrita da relatividade, Hermann Minkowski, grande matemático báltico, do qual Einstein fora aluno na Universidade de Zurique, deu uma interpretação geométrica daquela teoria, com base no conceito de espaço tetra-dimensional. Segundo Minkowski, o espaço em si e o tempo em si não tinham sentido. Disse: "Jamais alguém observou um lugar, senão em um tempo dado, num um tempo, senão em lugar dado". Esta concepção, que substitui as noções de tempo e espaço pela de um contínuo único de quatro dimensões, permitiu a Einstein conferir às suas ideias maravilhosa amplitude, expressa na teoria geral da relatividade, em que espaço, tempo e gravitação se fundem indissoluivelmente numa realidade única. Com ela caiu a noção do absoluto — de qualquer absolutismo.

Filósofos e pensadores têm-se empenhado na análise das múltiplas significações filosóficas da teoria de Einstein, proclamando que ela nos coloca em nova atitude diante do universo e da vida. Uma das consequências fundamentais do pensamento e einsteiniano é o postulado de que a realidade que o observador percebe

e está determinada pelo lugar que ele ocupa — o "espaço" em que ele se situa. Exemplificando: as verdades do homem da Terra não são as verdades do homem de Marte, se Marte fosse habitado. Na nossa terrenalidade, sabemos a cor do nosso planeta: sépia, amarronzada, escura, por aí. No entanto, contemplada dos espaços siderais, na sua nave interplanetária, Gagarin a viu azul. "A terra é azul", exclamou, surpreso, o astronauta.

Não conheço nenhum esforço dos cientistas sociais no sentido de demonstrarem o significado político da teoria da relatividade, fato estranho porque, como observava Havermann, a Ciência Social não pode prescindir do afluxo do universo conceitual das Ciências Naturais. No caso de Einstein, não se trata de resvalar para um fisicalismo, mas de reconhecer a existência de um "perspectivismo democrático subjacente em sua doutrina. Como já se, sabentou, a teoria da relatividade é uma prodigiosa justificação da multiplicidade harmônica de todos os pontos de vista em que se colocam os observadores do universo. Quer dizer: assim como ela imprimiu novos rumos à Cosmologia, à Epistemologia, à Estética e à Filosofia, também carrega nova fundamentação à política, aprofundando o entendimento de que sejam democracia e sociedade aberta como sistemas de convivência humano em que diversidade e multiplicidade de pontos de vista não derogam sua harmonia, cujo tecido é feito de contrários e contrapostos. Outra vez, encontro com Marx, que ensinava ser a verdade a síntese de múltiplas determinações.

Desde 1916, ano da teoria geral da relatividade, Einstein dedicava-se com a mesma paixão científica ao estudo dos problemas sociais, que o levaram a uma posição socialista. Ele não cedeu "às corrupções do poder" que, na acusação de Roszak, atingiram vários cientistas da chamada sociedade afluyente. Não aceitou a "exploração da Ciência para fins nocivos", referida por Shapiro. Não contribuiu para que "a Ciência perdesse sua inocência", segundo o diagnóstico de Oppenheimer, perda que resultou na sua conversão em força criadora de novas formas de dominação e manipulação. A luta que Einstein travou pela paz, a luta contra o ódio, as discriminações raciais, a miséria, a injustiça e a opressão foram a luta de um sábio que tratava o conhecimento como um valor ético, e que reverenciava a vida (luta contra a ameaça nuclear) como bem supremo do homem. Elas se inserem na sua concepção de liberdade como direito de cada qual dizer que a terra é azul, vermelha, amarela, cinza ou da cor que lhe indica a perspectiva em que está instalado, quer dizer — sua posição histórica na sociedade que observa. Esta é a maior contribuição de Einstein para o destino do homem, nestes tempos de absolutismo, ostensivos ou disfarçados, que nos querem render à sua prepotência.

Franklin de Oliveira é jornalista, escritor e crítico de literatura e música além de estudioso do patrimônio cultural brasileiro.

Science

COVER STORY

The Year of Dr. Einstein

Centennial fever rises over the man whose ideas reshaped the universe

He was a modern Merlin, conjuring up astonishing new notions of space and time, changing forever man's perception of his universe — and of himself. He fathered relativity and heralded the atomic age with his famed formula $E=mc^2$. Yet his formidable reputation never undermined his simple humanity. He spoke out courageously against social injustice. In his later years, dressed in baggy clothes, his white hair as unkempt as a sheep dog's, he helped youngsters with their geometry homework, still loved to sail, play Mozart melodies on the violin and scribble reams of doggerel. Though he has been dead nearly a quarter of a century, there are few people who do not recognize the face or name of Albert Einstein.

Scientists share that adulation, for Einstein was the most eminent among them, in this century and, in the eyes of some, the greatest scientist of all time. Says Nobel Laureate I.I. Rabi: "There are few ideas in contemporary physics that did not grow out of his work." Adds M.I.T.'s Irwin Shapiro, "He makes me proud to call myself a physicist."

This year marks the centennial of Einstein's birth on March 14, 1879, in Ulm, Germany, and all the world seems to be joining the party. In the U.S. and Europe, in Asia and Latin America, even in the Soviet Union, where Einstein's ideas

were once considered heresy, academic institutions are vying to outdo each other with special tributes.

The largest commemorations will be held next month at the Institute for Advanced Study in Princeton, N. J., where Einstein spent his last 22 years, an avalanche effect," says Relativist Jerusalem, which he helped found. "It's an avalanche effect," says Relativist Peter G. Bergmann of Syracuse University, one of Einstein's old collaborators. "Everyone wants to snatch a bit of reflected glory." Says Cambridge University's Martin Rees: "Einstein is the only scientist who has become a cult figure, even among scientists."

But the centennial fever has spread far beyond academe. The U.S., West Germany and other countries are issuing special Einstein stamps. There is a spate of new books on Einstein, including two volumes of his writings published in China. Museums such as the Smithsonian Institution in Washington and the Pompidou Center in Paris are mounting Einstein exhibits. In New York City, the American Institute of Physics is assembling Einstein memorabilia for a traveling show. The East Germans are sprucing up Einstein's old summer cottage at Caputh, near Ber-

lin. Japanese Einstein buffs are planning a pilgrimage to some of his European haunts. Television too is paying homage with several Einstein specials, including the BBC-WGBH two-hour *Einstein's Universe*, starring Peter Ustinov as a wide-eyed student of relativity, and PBS's 60-minute *Nova* documentary *Einstein*. Above it all is the "Einstein Observatory," an astronomical satellite launched in November to investigate stars and other celestial objects that radiate high-energy X rays.

Some of Einstein's old associates are appalled by the hoopla. Says Helen Dukas, his longtime secretary, who lovingly watches over the Einstein archives in Princeton and still places flowers in the study of his white clapboard house on Mercer Street: "Do you know what he would say? 'You see, they are still taking pieces out of my hide.'" Philosopher Paul Schilpp, who is helping arrange a centennial symposium at Southern Illinois University, acknowledges that Einstein "would hate all this uproar."

What has aroused Einsteinophiles especially is a 12-ft.-high bronze statue of the physicist that will be unveiled in April by the National Academy of Sciences on Washington's Constitution Avenue. Crit-

ics have attacked Sculptor Robert Berks for his "bubble gum" style, the astrological connotation of the star-studded base and the statue's cost (at least \$1.6 million). Others insist that no statue could really be appropriate; Einstein, after all, was so opposed to posthumous veneration that he willed his ashes to be scattered at an undisclosed place. Constantly called upon to pose for photographers, painters and sculptors (including Berks), he once gave his occupation as "artist's model."

Perhaps the most meaningful tribute to Einstein is entirely unplanned: the renaissance of interest in his scientific work. Before his death in 1955 at 76, Einstein had called himself a "museum piece," a fossil who had long since slipped out of the mainstream of physics. Indeed, his greatest work, general relativity, fell into an intellectual limbo. Explains University of Texas Physicist John Wheeler: "For the first half-century of its life, general relativity was a theorist's paradise but an experimentalist's hell. No theory was more difficult to test." Physicists turned to other concepts, mostly concerning atomic structure, that could be more easily verified and had more applications.

Now that view has undergone a dramatic change. Says West German Physicist Carl Friedrich von Weizsäcker: "Einstein's true greatness lies in the fact that he remains relevant today, in spite of the breakthroughs that have occurred since his death." Indeed, it is many of those breakthroughs that have contributed to the Einstein revival.

Since the early 1960s, astronomers have been opening up an entirely new universe, aided by technology only vaguely dreamed of in Einstein's day: giant radio antennas that can "see" hitherto unknown sources of energy in space, orbiting satellites that scan the heavens high above the obscuring atmosphere, and atomic clocks so accurate they lose or gain barely a billionth of a second in a month.

This unexpected world includes enigmatic objects called quasars. Radiating prodigious amounts of energy, they are visible on earth despite the fact that they may be the most distant objects in the universe. Pulsars, or neutron stars, have also been detected; these highly compressed cadavers of massive stars usually signal their existence by their highly regular radio beeps. Even stranger are the giant stars that may have in effect gone down the cosmic drain: those elusive black holes, with gravitational fields so powerful that not even light can escape them. Astronomers have also picked up what may be the echo of the Creation. Coming from everywhere in the skies, and in a sense from nowhere at all, these faint microwaves appear to be the lingering reverberations of the Big Bang, the cataclysmic explosion in which the universe was apparently born 15 billion to 20 billion years ago.

Einstein, in his time, could have had little inkling of this astronomical revolution. Yet to understand phenomena of such cosmic proportions, scientists must rely on his theoretical masterwork: the general relativity theory. Unfolded in 1916 to an astonished and largely uncom-

prehending scientific community, it is Einstein's complex and subtle yet beautifully elegant mathematical explanation of nature's most pervasive—and paradoxically, its weakest—force: gravity.

As a direct consequence of the recent astronomical discoveries and a host of new and precise measuring techniques, general relativity is finally enjoying boom times. Thus Einstein, a genius in his own age, remains a powerful intellectual force in this time as well. The number of learned papers on general relativity has risen from only a handful a few years ago to some 600 or 700 a year. The relativistic revival can also be seen in the spirited competition by scientists around the world to be the first to detect the gravity waves, which, Einstein said, are the vehicle by which gravitational force is transmitted, just as light or radio waves are the carriers of electromagnetic force.

Scientists are also conducting ever more sensitive tests of Einstein's theory. M.I.T.'s Shapiro and his colleagues have been sending radio signals past the rim of the sun, bouncing them off other planets and clocking their return to earth to an accuracy of better than a millionth of a second. The object: to see if solar gravity slows the signals down by the amount forecast by Einstein. So far, general relativity has passed these and other tests without exception. Says Yale Physicist Feza Gursey: "Einstein's theories tend to become stronger with time."

In his earliest years, Einstein Showed no obvious sign of genius: he did not begin talking until the age of three. At Munich's Luitpold Gymnasium (high school), he bridled at the inflexible system of rote learning and the drill-sergeant manner of his teachers annoying them with his rebellious attitude. Said one: "You will never amount to anything."

Yet there were also some hints of the man to be. At five, when he was given a compass, he was fascinated by the mysterious force that must be influencing its needle. He went through a deeply religious period before adolescence, baring his freethinking father, a manufacturer of electrochemical products, for straying from the path of Jewish orthodoxy. But this phase passed soon after he began studying science, math and philosophy on his own. He was especially enamored of a basic math text—his "holy geometry booklet." At 16, he devised one of his first "thought experiments." These can only be done in the mind, not in a laboratory, and would eventually lead him to his stunning theories. In this case, he imagined what a light wave would look like to an observer riding along with it.

Within a year after his father's business failed and the family moved to Northern Italy to start anew, Einstein dropped out of school and renounced his German citizenship. To shake off the bitter memories of the Munich school, he spent a year hiking in the Apennines, visiting relatives and touring museums. He then decided to enroll in the famed Swiss Federal Institute of Technology in

Zurich. Though he failed the entrance exam — because of deficiencies in botany and zoology, as well as in languages other than German — he was admitted after a year's study at a Swiss high school. (Eventually he became a Swiss citizen.)

Yet Einstein's rebelliousness continued. He cut lectures, read what he pleased, tinkered in school labs and incurred the wrath of his teachers. Mathematician Hermann Minkowski, who later made valuable contributions to Einstein's new physics, called him a "lazy dog." Only Scrupulous notes kept by a classmate, Marcel Grossmann, enabled Einstein to cram successfully for his two major exams and to graduate in 1900.

Having antagonized his professors, Einstein failed to obtain a university teaching post. He eked out a living by doing calculations for an astronomer, tutoring and substituting as a teacher. At 23 he got a job as an examiner with the Swiss Patent Office in Bern. His title: technical expert, third class. His pay: a modest 3,500 francs, then about \$675, a year.

Still, as Einstein said, the post "in a way saved my life." It enabled him to marry a fellow physics student Mileva Marie, from Serbia. In reviewing patent applications, he also learned to get to the heart of a problem and to decide quickly if ideas were valid. That left him time to think about physics.

There was plenty to ponder. For more than two centuries, the basic laws of motion and gravitation postulated by Isaac Newton had prevailed. They were more than adequate to describe planetary movements, the behavior of gases and other everyday physical phenomena. But by the end of the 19th century serious cracks had developed in the Newtonian edifice. For example, Newton had regarded light as a stream of particles ("corpuscles"). Experiments had already shown that light was wavelike. Perhaps more significant, the English scientist Michael Faraday and the Scot James Clerk Maxwell had demonstrated that electromagnetism, which includes light, comprised a class of phenomena that did not fit easily into the Newtonian system.

If light consisted of waves, however, how were they transmitted? Scientists realized that space was largely empty of conventional matter. So, to carry light over such vast distances as that between sun and earth, they postulated the existence of a tenuous, invisible substance called the ether. To detect the ether, the Americans Albert Michelson and Edward Morley performed a clever experiment in 1887. As the earth moved around the sun at about 30 km (19 miles) per second, the motion would generate an ether "wind" in the opposite direction, just as a bicyclist pedaling on a calm day creates a wind that blows into his face. Thus the velocity of light should be greater when light moves with this wind, or across it, than against it. To test the ether theory, Michelson and Morley constructed an ingenious rotating apparatus with a light source and mirrors. To their amazement, they found that no matter in what direction light was beamed, its velocity remained exasperatingly constant. Could it be that the ether did not exist?

In an attempt to preserve the ether, Irish Physicist George FitzGerald offered a novel theory: perhaps motion through the ether causes an object to shrink slightly in the direction of its travels. Indeed, by his argument, the contraction would be just enough to compensate for the change in the velocity of light caused by the ether wind. Thus the wind would be impossible to detect. Putting the theory into elegant mathematical form, the Dutch physicist Hendrik Lorentz added another idea: permeating the structure of all matter, the ether would also slow down clocks traveling through it—in fact, just enough so light's speed would always seem constant.

Even to scientists of the day, these theories seemed patchwork: they dealt with nagging questions, but in an artificial and contrived way. Yet they contained seeds of truth. Science was groping toward the answer to the ether dilemma and the limitations of Newtonian physics. And even without Einstein, someone eventually would have solved the puzzle.

Still, the intuitive flash did not occur to any of the scientific greats of the day, but to the 26-year-old patent examiner on the fringes of physics. That insight was shown in two remarkable papers that appeared during 1905 in the German scientific journal *Annalen der Physik*. The title of the first—"On the Electrodynamics of Moving Bodies"—did not begin to reflect its eventual significance. Later it would become known as Einstein's special theory of relativity.

Einstein boldly disregarded the notion of the ether. Then he went on to state two postulates: 1) An experiment can detect only relative motion, that is, the motion of one observer with respect to another. 2) Regardless of the motion of its source, light always moves through empty space at a constant speed (this seems to violate common sense, which suggests that light projected forward from a moving spacecraft, like a bullet fired from a plane, would travel at a speed equal to its velocity plus that of the craft). From these statements, using thought experiments and simple mathematics, Einstein made deductions that shook the central ideas of Newtonian physics.

In demolishing Newton's basic assumption that time is absolute, that it is universally the same, and that it flows steadily from the past toward the future, Einstein used the following thought experiment: an observer standing next to a railroad embankment sees two bolts of lightning strike the tracks at the same time and bus concludes that they occurred simultaneously, one far to the east, the other an equal distance to the west. Just as the bolts hit, a second observer passes directly in front of him on a train moving at high speed from east to west.

To the second observer, the bolts do not seem to strike simultaneously. Reason: because he is moving away from the bolt in the east, its light takes slightly longer to reach him. Similarly, because he is moving toward the bolt in the west, its light reaches him earlier. Thus what the stationary observer sees as simultaneous lightning strikes, the moving observer sees as a flash in the west followed by one in the east. If, on the other hand, the bolts had struck at different times, it could well

have been the moving observer who saw them simultaneously and the man along the tracks who thought that they did not occur at the same time.

In any case, the question remains. Which of these views is wrong? Neither, said Einstein. Measurements of time depend on the choice of the reference frame—in this case, the train or the point along the tracks.

By similar reasoning, Einstein also showed that the Newtonian concept of absolute length was obsolete. In Einstein's new relativistic world, both time and distance are equally fickle and depend on the relative motion of observers. The only absolute remaining is the speed of light. Out of this theorizing emerged some bizarre conclusions about the effect of so-called relativistic speeds, those near the velocity of light. As an observer on earth, for example, watches a spacecraft move away at about 260,000 km (160,000 miles per second, time aboard the ship) (assuming he is able to see the ship's clock) seems to him to move at only half the rate that it would on earth. The mass of the ship and everything on it appear to double relative to what their mass was on earth, while all dimensions in the direction of travel seem to contract to half their earth lengths. Strangely enough, a shipboard observer notices no changes aboard his craft. He thinks that it is time back on earth that is slowing, and that the masses and lengths there are changing.

These seemingly contradictory effects lead to a famous brain teaser called the Twin Paradox: If one twin goes off into space, which twin will be the older (if either is) when the brothers are reunited? Einstein says there is a definitive answer and, therefore, no paradox. Because of other relativistic effects that stem from leaving and returning to earth, if one twin departs on a high-velocity space journey, he will be younger than the earth-bound brother when he returns.

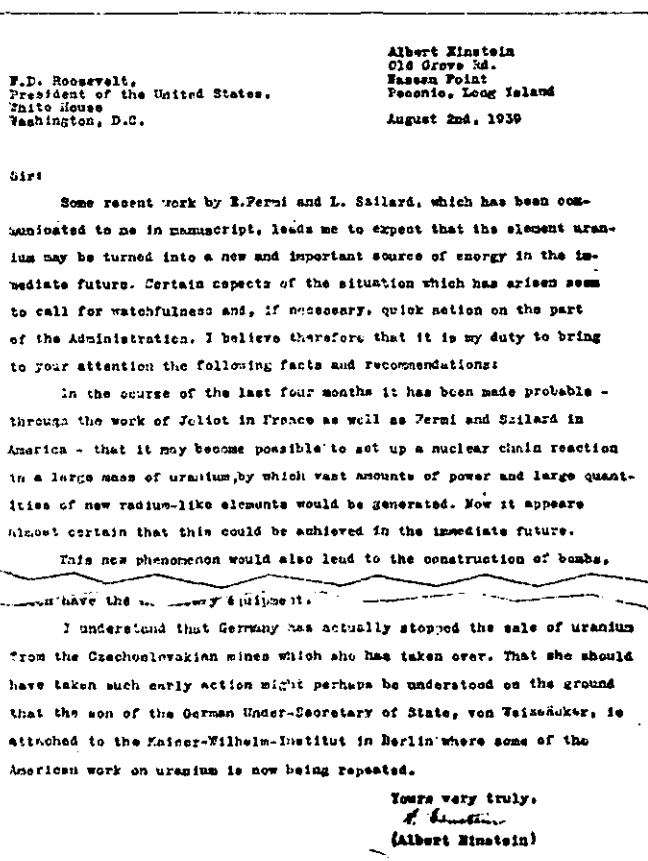
Astonishing as these effects seem, they have all been verified. In designing nuclear accelerators, for example, scientists must take into account the fact that subatomic particles whipped to speeds approaching the velocity of light will appear to increase in mass. Furthermore, particles called muons, which at rest exist for only very short spans of time before decaying into other particles, are found to live far longer at high velocities.

Einstein published two other landmark reports in *Annalen der Physik* during 1905. One paper explained a laboratory curiosity called the photoelectric effect, which occurs when a light beam hits a metallic target and causes it to give off electrons. (This phenomenon makes possible a host of today's electronic gadgetry, ranging from electric-eye devices to TV picture tubes and solar panels for spacecraft.) In this paper Einstein borrowed from a theory by German Physicist Max Planck, who had solved a vexing problem about the radiation of heat and light from hot objects by proposing that this radiant energy is carried off or absorbed in tiny packets, or quanta. Planck himself was dissatisfied with the theory believing it contrary to nature, but Einstein enthusiastically seized it. He introduced the very revolutionary idea that light at times has the characteristics of particles (later named photons). These particles were knocking the electrons from the metal.

Before the scientific world could even begin to digest these assertions, the journal published still another communiqué from the young patent examiner. Einstein had devised an equation that accounted for Brownian motion, the random, zigzagging movements of microscopic particles within liquids (named after the Scottish botanist Robert Brown, who first observed it in 1827). Einstein suggested that the specks were being jostled by molecules in the liquid, an idea that finally convinced many early 20th century skeptics of the atomic nature of matter.

In his second relativity paper, the final report published in 1905, Einstein used relativity's mathematics as well as ideas from his photoelectric paper to make a historic deduction: if a body gives off an amount of energy (E) in the form of light, its mass will be reduced by that amount divided by the speed of light squared ($m = E/c^2$). From there it was only one short algebraic step, but a giant intellectual leap, to a more daring conclusion: that mass and energy are not only equivalent but interchangeable. That idea was contained in a far more famous equation published two years later: $E = mc^2$. This said in effect that even a small amount of matter held the explosive power of tons of TNT, which opened the door to the nuclear age. It also eventually explained why the sun could burn for so many billions of years while not shrinking appreciably in size.

Einstein's awesome output in that miracle year of 1905 was as astounding as its implications. In fact, nothing quite like it had occurred since 1666, when Newton, at 23, had left Cambridge and taken refuge in Lincolnshire from the bubonic plague and in that isolation studied the spec-



Letter to Roosevelt warning of possible Nazi A-bomb

trum of light, invented calculus and laid the groundwork for his universal theory of gravitation and motion.

After seven years Einstein at last emerged from the patent office and won a succession of academic posts in Prague and Zurich. Finally, on the eve of World War I, in spite of his distaste for Germany's pervasive militarism, he accepted a professorship at the University of Berlin and an appointment to the Kaiser Wilhelm Institute as head of a newly created center for theoretical physics.

The move had some bitter consequences. After the outbreak of hostilities, Einstein, a socialist and pacifist, was one of four German Intellectuals who signed a manifesto condemning the war. His wife and their two sons had returned to Switzerland. Within a few years the separation led to divorce. In a characteristic gesture of generosity, Einstein had agreed to give the money from his anticipated Nobel Prize to his family (The \$30,000 prize was finally announced in 1922 — for his photoelectric theory. Relativity, still not universally accepted among scientists, was only hinted at in the Nobel citation.) Shortly after the divorce, Einstein married his widowed cousin Elsa.

Meanwhile, Einstein's restless mind had turned from special relativity's uniform motion to the greater complexities of accelerated movements. These are motions involving changes in velocity: as when the earth's gravity draws an object toward the ground, the object's velocity increases by 9.8 meters (32 ft.) per second each second. Einstein took an approach entirely different from Newton. The 17th century master had noted what

seemed to be a remarkable coincidence: gravity acted in the same way on all bodies, regardless of their mass. That could be shown by an apocryphal experiment of Galileo's in which objects of different weight dropped from the Tower of Pisa were said to strike the ground at virtually the same instant (any difference being due to air resistance). Einstein offered an explanation. Acceleration caused by gravity, he said, is indistinguishable from that caused by other forces.

That proposition is Einstein's principle of equivalence. As usual, Einstein gave a graphic example. Consider a scientist riding in an elevator in space, far from the earth. The elevator is accelerating "upward" at a rate of 9.8 meters per second each second. As a result of his body's resistance to change in velocity (his inertia), the scientist's feet press against the floor just as they would if the elevator were at rest on the earth's surface. He has no way of telling whether the pull from below is gravitational or inertial.

Then what is gravity, this mysterious force that Newton believed exerted its influence instantaneously over the greatest distances? According to Einstein, it really is not a force at all, but a property of what came to be called space-time. In this world picture, the universe is shaped by the three spatial dimensions of ordinary experience, plus the added dimension of time — one that cannot be described by the sacred Euclidean geometry of Einstein's youth. In his search for a new "metric" to describe space-time, Einstein again turned to his old friend Grossmann, now a distinguished mathematician. Grossmann provided the necessary mathematical

tool; an obscure non-Euclidean geometry (developed by the 19th century German mathematician Bernhard Riemann) that could accommodate Einstein's new four-dimensional world.

Tying everything neatly together in ten complex "field" equations, Einstein in 1916 published his general relativity theory. Unlike the special theory, it had almost no immediate intellectual predecessors. Even today, scientists marvel at the mental processes Einstein used to develop it. Says Nobel Laureate Physicist Richard Feynman of Caltech: "I still can't see how he thought of it."

Hard as it is to visualize, Einstein's curved four-dimensional space-time "continuum" is often likened to a suspended rubber sheet stretched taut but deformed wherever heavy objects—stars, galaxies or any other matter—are placed on it. Thus, according to Einstein, a massive body like the sun curves the space-time around it. The planets, instead of being held in their elliptical orbits around the sun by the force of gravity, move along the curved pathways of space-time.

To prove his dumbfounding theories, Einstein first used the field equations to clear up a puzzling anomaly in the orbital motion of the planet Mercury. Over a century, the point closest to the sun in Mercury's elliptical orbit moves 43 seconds of arc more than Newtonian mechanics dictated that it should. Scientists had been unable to explain this difference. But when the Einstein equations were applied to Mercury's orbit, they precisely accounted for the extra 43 seconds of arc.

In another thought experiment, Einstein imagined that his hypothetical elevator, accelerating at a tremendous rate, was traveling at close to the speed of light. In that case, a beam of light entering through a hole in the wall would appear to a scientist inside the elevator to bend down in an arc and exit at a lower point on the opposite wall. Reason: even as the

On the Human Side

A prolific and engaging writer, Einstein in his long career corresponded with notables and ordinary people alike. At times he touched on matters of great moment, at other times on everyday things, like advising a young person on a career choice. In a small centennial volume, Albert Einstein, The Human Side (Princeton University Press, \$8.95), his onetime collaborator Banesh Hoffmann and his former secretary Helen Dukas have mined some nuggets from his letters in the master's archives at Princeton. A sampler:

On his world renown: With fame I become more and more stupid, which, of course, is a very common phenomenon. There is far too great a disproportion between what one is and what others think one is. With me, every peep becomes a trumpet solo.

To a student having troubles in school: Do not worry about your difficulties in mathematics; I can assure you that mine are still greater.

On idle hours: When I have no special problem to occupy my mind, I love to reconstruct proofs of mathematical and physical theorems that have long been known to me. There is no goal in this, merely an opportunity to indulge in the pleasant occupation of thinking.

On the quest for truth: I know from my own painful searching, with its many blind alleys, how hard it is to take a reliable step, be it ever so small, towards the understanding of that which is truly significant.

On his motivations: My scientific work is motivated by an irresistible longing to understand the secrets of nature and by no other feelings. My love for justice and the striving to contribute towards the improvement of human conditions are quite independent from my scientific interests.

On scientists and prayer: Everyone who is seriously involved in the pursuit of science becomes convinced that a spirit is manifest in the laws of the Universe—a spirit vastly superior to that of man, and one in the face of which we with our modest powers must feel humble.

To a youngster who apologized for being female: I do not mind that you are a girl, but the main thing is that you yourself do not mind. There is no reason for it.

To a psychotherapist who wanted to psychoanalyze him: I regret that I cannot accede to your request, because I should like very much to remain in the darkness of not having been analyzed.

To youngsters who gave him a present: Your gift will be an appropriate suggestion to be a little more elegant in the future than hitherto. Because neckties and cuffs exist for me only as remote memories.

To a young relative who missed him during a visit: I hear that you are dissatisfied because you did not see your uncle Einstein. Let me therefore tell you what I look like: pale face, long hair, and a tiny beginning of a paunch. In addition an awkward gait, and a cigar in the mouth—if he happens to have a cigar—and a pen in his pocket or his hand. But crooked legs and warts he does not have, and so he is quite handsome ... It is indeed a pity that you did not see me.

light moves across the elevator, the elevator is moving "up." But the scientist inside, aware only that his feet are pressing on the floor (because of the acceleration), assumes that gravity is bending the beam. The experiment suggested—and Einstein's equations showed—that gravity would indeed curve light.

It was a test of this effect, expanded from the hypothetical elevator into a global picture by his field equations, that finally brought Einstein worldwide attention. General relativity indicated that when light from a distant star passes very close to the sun on its way to earth, it should be deflected by solar gravity, thereby shifting the star's position in the sky. The amount of shift, Einstein calculated, should be 1.75 seconds of arc—a small variation, but one discernible by astronomers of the day. But how could astronomers photograph a star nearly in line with the sun when it would certainly be obscured by sunlight? Answer: during a total eclipse. On May 29, 1919, during an eclipse expedition to the island of Principe off the West African coast, the British astronomer Arthur Eddington found deflections in starlight that almost matched Einstein's prediction. Later, when Einstein was asked what he would have concluded if no bending had been detected, he replied: "Then I would have been sorry for the dear Lord—the theory is correct."

In a world still reeling from a bloody war, the thought that a single man, working only with mathematical scribbles, could reorder the universe seemed just short of miraculous. Newspapers and magazines clamored for interviews. Einstein was besieged by lecture invitations, received by presidents and kings and given tumultuous welcomes by throngs from Tokyo to Manhattan. Popular books were written to explain the mysteries of relativity. Still, the theory was difficult, its mathematics decipherable by only a tiny part of the scientific priesthood. Asked if it were true that only three people understood the subject, Eddington jokingly countered, "I'm trying to think who the third person is."

Einstein soon found himself embroiled in controversy. Some churchmen perceived his theory, which did not rely on the old Newtonian absolutes, as an attack on religion. Boston's Cardinal O'Connell charged that relativity was "cloaked in the ghastly apparition of atheism." For a rabbi who asked him frankly if he believed in God, Einstein recalled a famous Jewish apostate: "I believe in Spinoza's God, who reveals himself in the orderly harmony of all that exists, not in the God who concerns himself with fates and actions of human beings."

It was easy to see why Einstein aroused ire. Revolutionary in nature, his ideas about space and time collided directly with ancient prejudices and seemed to contradict everyday experience. In addition, there were his outspoken antinationalism and, ironically in light of his own lack of belief in formal religion, the fact that he was a Jew. But criticism abroad was muted compared with that in Germany, where Jews were being made the scapegoats for loss of the war and Einstein's pacifism was bitterly remembered. Einstein and his "Jewish physics" became the object of increasingly scurrilous de-

nunciations. Fellow German scientists turned their backs on him—with the notable exception of a few men like Planck. Shortly after Hitler took over in 1933, Einstein, who was abroad at the time, accepted a post at the newly created Institute for Advanced Study in Princeton and never returned to Germany.

Despite his public activities, Einstein managed to push ahead with his scientific work. In 1917 he completed a paper of considerable import for all of physics: it not only laid down the basic principle of the laser some 40 years before the first such device was made but, more broadly, also advanced quantum theory. In addition, Einstein contributed significantly to the rebirth of cosmology, the study of the origin, history and shape of the universe. The Dutch astronomer Willem de Sitter and later the Russian scientist Alexander Friedmann had concluded that Einstein's equations pointed to an unstable universe—possibly an expanding one. Because such a changing, dynamic universe was totally at odds with the popular picture of the heavens portrayed by most astronomers, Einstein had opted for a stable, unchanging universe; he had managed that feat with a mathematical sleight of hand that involved what he called the cosmological constant. A decade later, after the American astronomer Edwin Hubble had shown that the distant galaxies were all receding from one another and that the universe was indeed expanding, Einstein reversed himself and accepted the fact toward which his original equations had pointed. The cosmological constant, he allowed, was the worst mistake of his scientific career.

But he was stubborn on other scientific issues. As he admitted in his later years: "I have become an obstinate heretic in the eyes of my colleagues. In Princeton, they consider me an old fool." He had earned this new reputation by his continued objections to what had become the basic conceptual tool for studying atomic structure: quantum mechanics, a

statistical way of looking at the atom that Einstein himself had helped develop by using Planck's quanta to explain the nature of light.

Nowadays physicists rank quantum mechanics alongside relativity as one of the twin pillars of their science. But at its heart is an almost philosophical aspect that deeply troubled Einstein. It is the uncertainty principle, which says, for example, that it is impossible to tell both the exact position and the momentum of a single atomic particle—an electron, say—because the very act of observing disturbs it. Only by statistical means (like those used to determine probability in dice or poker) can a scientist predict what the results of such an experiment will be.

Einstein, who had helped revolutionize 20th century physics, now was resisting the revolution's latest turn. To him, quantum mechanics was fundamentally incomplete. Nature, he was sure, operated by strict rules that scientists could uncover. But because of the role of probability in quantum mechanics, Einstein felt that it failed to meet his crucial standard. The universe, he insisted, could not operate on chance. Causality had to exist. Again and again, he would say such things as "God does not play dice". Exasperated, the Danish physicist Niels Bohr, Einstein's friendly adversary, finally replied, "Stop telling God what to do."

Einstein, however, was determined to go his own way. Despite criticism he spent much of the second half of his life pursuing the development of what scientists call a unified field theory. In Einstein's time, this meant an all encompassing mathematical construct that would unite under a single set of equations not only gravity but also electromagnetism. Since then the task has become even more difficult, with the discovery of two other basic forces: the nuclear forces. Most physicists thought Einstein's lonely quest was hopeless, and in fact he never succeeded. But Einstein was convinced such a basic harmony and simplicity existed in nature.

Even after the pace of Einstein's career slowed and his resistance to quantum mechanics earned him the scorn of some scientists, he still epitomized science in the public eye. As Carl Sagan notes, his example inspired numerous Depression-era youngsters to choose scientific careers. His persona and pronouncements became legends. Asked why he used one soap for washing as well as shaving, he replied, "Two soaps? That is too complicated." Even when receiving visitors like David Ben-Gurion (who later offered him the presidency of Israel), Einstein often would be tieless and sockless. Recalls Physicist-Biographer Banesh Hoffmann, who worked with Einstein: "He never tried to show you how clever he was. He always made you feel comfortable."

Einstein had enormous powers of concentration. When the wind died down while he was out sailing, he would whip out his notebook and do his calculations. Stymied by a thorny problem, he would tell his colleagues in accented English, "Now I will a little tink," pace slowly up and down, while twirling a lock of his unruly hair, or perhaps puff on his pipe, then suddenly erupt in a smile and announce a solution. Interrupted by parades of visitors to his Mercer Street house, he could resume his work almost as soon as they stepped out of his second-floor study. Recalls British Author C.P. Snow: "Meeting him in old age was rather like being confronted by the Second Isaiah—even though he retained traces of a rollicking, disrespectful common humanity and had given up wearing socks."

In 1939, when Einstein's fellow refugees Leo Szilard and Eugene Wigner learned that German scientists had managed to split the atom, they sought Einstein's help. Einstein himself may have had only the faintest idea of the recent progress in nuclear physics, but after a briefing by Szilard and Wigner he agreed to write a letter to President Roosevelt alerting him to the possibility that the Nazis might try to make an atomic bomb. That letter is popularly credited (though its precise effect is unclear) with helping to persuade Roosevelt to order up the Manhattan Project, which produced the first atomic weapons.

Later, when A-bombs exploded over Hiroshima and Nagasaki, Einstein expressed deep regret. After the war, he apologized personally—and in tears—to visiting Japanese Physicist Hideki Yukawa. On another occasion, he said, "Had I known that the Germans would not succeed in developing an atomic bomb, I would have done nothing for the bomb."

In his final years Einstein was an outspoken foe of McCarthyism, which he felt was an echo

of the turbulent events that had preceded the downfall of Germany's Weimar Republic. He urged intellectuals to defy what he considered congressional inquisitions, even at the risk of "jail and economic ruin". He was widely denounced, and Senator Joseph McCarthy called him "an enemy of America". In his last public act, Einstein joined Bertrand Russell and other scholars in a desperate plea for a ban on all warfare.

British Science Writer Nigel Calder says that "the Einstein honored in later generations expired long before — in 1919". That is, to so-

me extent, true, although work by Physicists Steven Weinberg of Harvard and Abdus Salam of London's Imperial College of Science and Technology suggest that Einstein's dream of a unified field theory may some day be realized. There is also a glimmer in the esoteric new work on such baffling mathematical concepts as "supergravity" and "twistors" of possibly achieving a union of Einstein's beloved relativity and the quanta that he so distrusted.

However that quest may turn out, the father of relativity remains a moving figure: a 20th century Newton who set phys-

ics aflame and left an intellectual legacy so rich and profound that its depth is still a source of amazement and discovery. Yet Einstein, for his part, never lost sight of the humanity that new knowledge should serve. Says Einstein's executor, Economist Otto Nathan: "Even if he had never done science at all, he would have been one of the memorable figures of the century." That may be the exaggeration of a loyal friend. But as a centennial assessment, it is, relatively speaking, not entirely off the mark.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — A Mesa se associa à homenagem que acaba de ser prestada pelo Senador Leite Chaves ao sábio Albert Einstein, e tomará as providências devidas, para que S. Ex^a seja atendido na sua justa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Tem a palavra o nobre Senador Murilo Badaró.

O SR. MURILO BADARÓ PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Brossard.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Creio que não tenho a necessidade de dizer palavra acerca dos encômios que o Governo que está a findar vem de receber de seus amigos, nesta Casa.

A nossa posição, traçada e mantida durante um extenso período, creio que exonera a Liderança e qualquer dos integrantes da Bancada da Oposição no Senado de fazer pronunciamento nesta hora. O País conhece o juízo que a Oposição formula a respeito do Governo que está a findar-se.

Mas, o meu objetivo, Sr. Presidente, ao ocupar a tribuna nesta tarde, é bem distinto. E quero, desde logo, anunciar ao Senado que a minha permanência nela é muito breve. Queria falar, hoje, mais como Senador pelo Rio Grande do Sul do que como Líder da Oposição, ainda que o assunto que me vai ocupar não seja um problema exclusivamente local, mas tenha uma dimensão marcadamente nacional.

Aqui, o Senado já teve ensejo de ouvir várias manifestações, cada qual mais ilustrativa e convincente, acerca das enchentes que têm atingido diversos pontos do território nacional e que chegam mesmo a caracterizar um quadro de inequívoca calamidade pública.

Nós, homens do sul, evidentemente que somos solidários com os brasileiros dos outros rincões do nosso País e que estão a atravessar uma fase de real dificuldade com o excesso de chuvas, com o extraordinário volume das águas que se derramam, cobrindo extensas regiões e cidades inteiras e, por conseguinte, causando prejuízos difíceis de calcular.

O que ocorreu no meu Estado foi exatamente o contrário, Sr. Presidente; foi a falta de chuvas, foi uma estiagem intensa e extensa. O Rio Grande é atingido periodicamente por ciclos de estiagem, particularmente a região da campanha, a região da fronteira; têm havido secas que causam prejuízos imensos àquela região, e nem é de estranhar-se, por isso mesmo, que seja uma região onde a agricultura não prepondera, salvo a orizicultura, porque é uma lavoura que lá se faz com irrigação e, por este motivo, tem uma estabilidade que as outras culturas não oferecem.

Mas, neste ano, pode-se dizer que a seca atingiu todo o território rio-grandense, atingindo de uma só vez todo o Rio Grande. Posteriormente, e já faz isso pouco tempo, começou a chover, mas de forma desigual, de modo que, em alguns lugares, a questão pode-se dizer que já está superada, mas, em outros ainda perdura a situação decorrente da falta de chuva.

Mas, V. Ex^a sabe que, quando não chove em determinado momento, todo trabalho agrícola fica sacrificado, ainda que venha a chover abundantemente, após.

Em razão disto, Sr. Presidente, segundo dados que considero idôneos, pode-se dizer sem receio de errar que a lavoura de soja no meu Estado sofreu um dano, um prejuízo da ordem de 50%, como perda média, porque há regiões em que a perda foi de 60, 80 e de 100%; mas, um prejuízo médio de 50%, vamos convir, é um prejuízo de proporções tremendas.

Em relação ao milho, a safra normal estimada seria de 2 milhões e 800 mil toneladas, e agora, depois da seca, se fixa em pouco mais de 1 milhão e meio; quer dizer, uma quebra superior a 1 milhão de toneladas.

O arroz, Sr. Presidente, que é, como disse há instantes e como a Casa sabe, a mais estável das culturas, exatamente porque é irrigada e a irrigação lhe assegura uma estabilidade que as outras culturas não têm, mesmo o arroz sofreu uma queda da ordem de 15%; pequena em relação às demais, mas, ainda assim, expressiva.

O leite, a queda foi de 25%, segundo estimativas que reputo idôneas, e para outros produtos agrícolas o feijão, inclusive, a fruticultura, a queda prevista é da ordem de 30%, notando-se que esta estimativa considera a hipótese de uma segunda colheita de feijão, que lá se chama de safrinha e que se faz em outro período, porque se se tratasse apenas da safra atual, da colheita atual, a queda seria muito superior a 50%.

De modo, Sr. Presidente, que este é o quadro. O Governo Federal, ao que sei, já recebeu um relatório do Governo do Rio Grande do Sul, com solicitação de determinadas medidas para minorar os efeitos dessa calamidade.

Não conheço, exatamente, os termos da petição do Governo local, como não conheço, também, a solução que porventura tenha sido dada pelo Governo Federal para este problema, que, volto a dizer, não é exclusivamente local, porque tem uma evidente repercussão nacional. Mas, eu ocupo a tribuna, nesta tarde, Sr. Presidente, para sugerir uma medida especial em relação ao assunto, que eu não sei se chegou a ser proposta pelo Governo rio-grandense.

Consiste no seguinte: grande número de agricultores do meu Estado são pequenos agricultores, são pessoas que vivem efetivamente do trato, do trabalho da terra e que uma queda na produção, desta ordem, representa praticamente a miséria.

Porque um produtor médio, um produtor grande, geralmente tem outros recursos, tem outros meios, tem outras atividades e mesmo quando não os tem e se dedique exclusivamente à agricultura exatamente pelo patrimônio que possui e pelos recursos, tem meios, digamos assim, de sobreviver e superar uma calamidade.

Mas, o pequeno produtor, o pequeno agricultor, este que vive limitado e reduzido ao seu trabalho e ao fruto do seu trabalho, este, evidentemente não tem outros recursos senão os bons resultados que a terra lhe possa dar.

Pois bem, Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção para este aspecto; eu considero a situação tão grave, tão difícil, que não hesito em requerer ao Governo Federal a elaboração pronta de um plano assistencial visando o pequeno agricultor, para que ele possa sobreviver no local onde ele vive e trabalha, para que ele não seja obrigado a entregar o seu pequeno trato de terra e ir aumentar as populações marginais da cidade.

Eu entendo que um plano de assistência direta de doação de recursos para que o pequeno agricultor consiga sobreviver será, em primeiro lugar, um investimento de alto sentido social, de alto rendimento, porque vai permitir que esse homem fique ali na sua terra aguardando um período mais feliz, e ao mesmo tempo, objetivará impedir que este homem abandone a terra, sacrifique o seu patrimônio, venda a sua pequena área, e hoje a propriedade rural no Rio Grande do Sul está muito subdividida, e vá engrossar essas zonas cinzentas, quando não negras, que formam um colar trágico e sinistro em torno das grandes cidades.

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Pois não.

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Ouso apartear V. Ex^a e o faço com o maior respeito e a maior admiração que nutro por V. Ex^a. Aliás, esta admiração vem de longe, temos as mesmas origens políticas, viemos daquela mesma agremiação pequenina, mais idealista e atuante da qual V. Ex^a era grande Líder no seu Estado, que era o Partido Libertador, e eu, um dos modestos integrantes, fazendo toda a minha carreira política, de vereador a governador, neste Partido de que muito me orgulho de ter pertencido. Sou admirador do seu talento, do seu equilíbrio, pois é V. Ex^a, sem dúvida alguma, um grande mestre nesta Casa, mestre sob todos os títulos e nós esperamos, neste convívio, aprender muito. Mas queria manifestar a V. Ex^a a minha solidariedade ao seu pleito, homem do campo que sou, ligado às atividades do campo, como V. Ex^a o é. Problemas do pequeno produtor, eminente Líder, têm que ser olhados sob um outro prisma, não direi o prisma do paternalismo, mas da compreensão. Este cinturão de miséria a que V. Ex^a alude vem se tornando uma realidade. É o pequeno produtor que não tem condições de ir ao Banco, que não tem acesso ao crédito, numa catástrofe dessas. Veja como tudo é contraditório: ontem estava ali a pedir, a fazer o mesmo pleito para uma região assolada pela enchente. O Rio Grande, o Sul do País, que não tem conhecido esses períodos negros da seca, começa de uns tempos para cá a experimentar a agrura da estiagem e da seca prolongada. Portanto, receba V. Ex^a o meu apoio a este pleito mais do que justo; e que o Governo encare por outro prisma este pequeno produtor, que não tem acesso ao crédito, que vê dizimado o fruto, o suor, o esforço, que é a representação do seu trabalho, do seu sacrifício. Ele tem que ser assistido até mesmo por uma doação e eu concordo com V. Ex^a, para que ele se fixe à terra, para que ele, desiludido, não vá bater a outras portas e venha a se incorporar a essa legião de marginais que nós temos que evitar por todos meios, até se possível, acenar com o retorno daqueles desiludidos que vieram para cá e não encontraram aquele mesmo ambiente de trabalho. A minha solidariedade a V. Ex^a e a renovação da minha admiração, do meu respeito, ao grande mestre que lidera a Oposição nesta Casa.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Agradeço, e não poderia deixar de fazê-lo, o apoio tão valioso que recebo da Bahia, através do eminente representante nesta Casa, o Senador Lomanto Junior.

Também sou sensível às palavras endereçadas à minha pessoa, tão generosas. Já que S. Ex^a lembrou as origens comuns e as suas vinculações com o Partido Libertador, gostaria de lembrar os nossos compromissos com o aperfeiçoamento democrático, com a eliminação do sistema político que proporciona um Governo irresponsável que é o regime presidencial e que, ultimamente, em nosso País, atingiu os requintes e a exacerbação do paroxismo.

O nosso velho mestre Raul Pilla, quantas e quantas vezes não me disse depois do que ocorreu no nosso País, quantas vezes não me disse que chegava a ter saudades do presidencialismo da velha República, ele que fizera toda a sua vida pública combatendo.

Mas, recebo realmente com agrado, com prazer, o apoio do eminente Senador baiano, que compreendeu com precisão o sentido exato da colocação por mim feita. É claro que eu não requereria, aqui, uma solução paternalista, que não me agrada, até porque descreio dessas soluções paternalistas. Mas estamos diante de uma situação em que é preciso, realmente, encontrar uma medida prática, eficaz e pronta para evitar uma migração do pequeno produtor para os centros urbanos.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Ouço, agora, a voz de Santa Catarina, que vem através do Senador Evelásio Vieira que, nesta Casa, tantas vezes tem versado problemas relacionados com a agricultura do seu Estado e do nosso País.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Especialmente nesta ocasião em que é um Estado flagelado também pela seca; outros o são pelas enchentes e nós, no presente, pelas secas. Inicialmente, meus saúdes pela sugestão ao Governo da criação de um fundo emergencial, para o atendimento dos flagelados da seca, das enchentes, de outras naturezas. Saudares principalmente pelo apoio que V. Ex^a recebe, nesta oportunidade, da Liderança do Governo, na certeza de que a sugestão será acolhida e será materializada imediatamente pelo novo Governo que, amanhã, se instala neste País.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Aliás ela deve ser realmente tomada.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Este Governo vai reorientar sua política econômica, colocando no primeiro degrau, como primeira prioridade, a agropecuária. Para isso, há necessidade de instrumentá-la para que ela possa alcançar seus objetivos. Para isso, é preciso neste País se criar o seguro agrário, nobre Senador Paulo Brossard, para que o agricultor, o ruralista da Bahia, de Pernambuco, de Mato Grosso, de Goiás, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, quando foi atingido por uma seca, por uma praga ou por uma enchente, ele tenha tranquilidade, ele saiba que amanhã ele vai ser indenizado não apenas no seu capital, no seu financiamento, mas, também, no seu capital próprio, e no seu trabalho e vai prosseguir com tranquilidade, sem angústias, na recuperação da sua atividade agrícola. Nós poderíamos tecer comentários maiores, mas não queremos roubar o tempo precioso de V. Ex^a, já que o grande objetivo foi alcançado, a partir do momento em que a ARENA se manifesta incondicionalmente a favor da proposta de V. Ex^a.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — A idéia do seguro agrário, realmente, já envolve — digamos — uma solução de maior profundidade e amplitude e com a qual estou de acordo e creio que todos estão de acordo.

Mas a minha solicitação, neste momento, é para uma solução para o caso...

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Emergencial.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — ... que está ocorrendo e que, evidentemente, não seria, nem poderia ser alcançado pela solução do seguro agrário.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Mas se houvesse o seguro agrário, V. Ex^a não estaria usando a tribuna.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Sem dúvida nenhuma, claro, mas endosso, acolho e agradeço a sugestão, apenas quero chamar a atenção não da Casa mas do Governo, para a urgência de uma solução que venha agora, e não amanhã.

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Permite V. Ex^a um aparte, apenas para complementar?

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Pois não.

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Eminente Líder Paulo Brossard, mais uma vez, a Liderança da ARENA, por meu intermédio, vem manifestar, já agora, ao Sr. Senador Evelásio Vieira, a sua concordância. É urgente que se institua o seguro agrário como garantia para a própria produção e para aqueles que se dedicam a esta perigosa, difícil...

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Sempre arriscada, sempre aleatória.

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — ... mas calivante tarefa. Então, o nosso integral apoio à sua idéia, que deve ser uma aspiração de todos os homens que se dedicam ao setor agrícola. Mas queria atender a outra convocação, e o faço em meu nome pessoal, como Senador que está procurando, vencendo as suas limitações

de escrever, quem sabe, talvez o último capítulo da sua vida pública, para dizer a V. Ex^a...

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — V. Ex^a está com muita pressa

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — ... para dizer a V. Ex^a que eu aceito a segunda convocação. Não trairei, não fugirei às responsabilidades de um homem que, iniciando a sua vida, começando a subir o primeiro degrau da vida pública, como Vereador de sua terra natal, não trairei aqueles princípios que o velho Otávio Mangabeira, meu mestre na vida pública, que Simões Filho, que tanto me encorajou para trilhar os caminhos cheios de espinhos, de cargos de quem, porventura, escolhe, a vida pública como razão de ser da sua existência. Terá V. Ex^a a minha modesta colaboração...

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Valiosa colaboração.

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — ... para o aperfeiçoamento do sistema democrático, que é uma aspiração de todos, que todos desejamos, que é um compromisso, que é um juramento do próximo Governo e com que todos estaremos aqui acordes. É preciso que superemos essas divergências, às vezes superficiais, para que nos possamos ater, eminente Líder, àquele essencial, àquele fundamental, que é o regime democrático. Este, sim, é o caminho, é o objetivo definitivo a perseguir, porque é o regime da convivência, é o regime em que o povo pode manifestar-se, é, enfim, o melhor para se trilhar. Se temos que pagar, às vezes, um alto preço para viver no regime democrático, vale a pena que se pague esse alto preço, para que o País possa estar sob a égide de um regime que assegure a todos a participação nas decisões nacionais. Está atendida a convocação. V. Ex^a me terá aqui sempre para dar a minha modesta contribuição para que aqueles princípios que defendemos ontem se materializem, se concretizem, hoje e, sobretudo, nos dias porvindouros.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Eu não tinha dúvida, Sr. Presidente, de que o nobre Senador pela Bahia não havia esquecido os compromissos políticos assumidos perante a Bahia e ao País, em tempos idos. Mas, de qualquer sorte, rejubilo-me por haver proporcionado esta reafirmação dos seus propósitos, no sentido de lutar pelo aperfeiçoamento desta democracia no nosso País. S. Ex^a falou no preço que é preciso pagar para a democracia. E já que S. Ex^a lembrou, dentre outros nomes ilustres da sua terra, o de Otávio Mangabeira, eu poderia dizer, até por uma questão de justiça, que raros brasileiros pagaram, durante tanto tempo, um preço tão alto para que este País vivesse sob um regime democrático. Por duas vezes, ele conheceu o exílio, o exílio amargo, o exílio frio, o exílio cruel. Por duas vezes, ele foi expatriado. E, seguramente, não suportou esses sacrifícios, para que a Nação brasileira viesse a experimentar as deformações autocráticas, que depois veio a fazer. Espero que os erros do passado não voltem, e o futuro venha a proporcionar apenas as realizações efetivas dos princípios democráticos do nosso País.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, não poderei furtar-me de ouvir a voz de Mato Grosso, que vem pela palavra do Senador Saldanha Derzi.

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MT) — Nobre Líder Paulo Brossard, serei rápido e me furtarei de fazer os elogios que V. Ex^a merece. Pela amizade e admiração que dedico a V. Ex^a, esses elogios tornar-se-iam totalmente suspeitos. Mas congratulo-me com V. Ex^a e a nossa solidariedade na hora em que vem, pela tribuna desta alta Casa do Congresso, clamar por medidas de emergência que, realmente, atendem os agricultores vitimados pela estiagem no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e uma parte de Mato Grosso e São Paulo. Realmente, são necessárias, já, medidas que venham para os pequenos, sobretudo, porque há agricultores, pequenos e médios, que atingiram uma colheita de 60% do seu plantio e acredito que, com a alta dos preços nessa emergência, eles terão equilíbrio nesta situação. Há, todavia, pequenos e médios que perderam totalmente a sua safra em determinadas regiões desses Estados, e estes devem ser auxiliados imediatamente. Embora haja o PROAGRO, que lhes vem atender apenas com 80%, é preciso que esses 20%, compromissos que eles não têm condições de solver, sejam parcelados a longo prazo, e, sobretudo, uma medida que V. Ex^a pede, que é a mais justa, que é a necessária, que é emergente, a de dar possibilidade ao pequeno agricultor que receba do Governo como contribuição gratuita, pelo esforço que está fazendo para construir a grandeza desta Pátria, dentro da agricultura. É preciso que ele tenha esses recursos para a sua manutenção até a próxima safra. É preciso ser estudada essa emergência, com toda a urgência, a fim de que se dê esses meios ao pequeno agricultor, como donativo-contribuição, agradecimento mesmo do Governo, do País, para que ele possa sobreviver.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Investimento social.

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MT) — Isso é fácil e já há precedentes, em outras ocasiões, em outros Estados, com catástrofe igual, em que deram um número "x", se não me engano, de 600 cruzeiros por hectare plantado; tipo doação, e lhe proporcionando um empréstimo, também, a título de capital de giro, para continuar os seus serviços na terra, desestimulando-o a não abandonar a terra.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Esse é o aspecto que deve ser ressaltado.

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MT) — O agricultor, todos nós sabemos, é um leal, mas patriota, que tem amor à terra, e só irá para a beira das cidades, para o desconforto, para o abandono nos casebres, nas favelas, se o Governo não lhe der meios para permanecer na terra. Mesmo com menores possibilidades, com menores recursos, ele tem amor à terra e é patriota. Ele ficará na terra. Congratulo-me com

V. Ex^a. O Governo deve tomar, de imediato, com a máxima urgência, essas medidas, para amparar esses brasileiros que foram sacrificados, esses brasileiros que trabalham pela grandeza de nossa Pátria.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Nobre Senador Paulo Brossard, V. Ex^a me permite um rápido aparte, em relação à intervenção do Senador Saldanha Derzi? (Assentimento do orador.) O PROAGRO oferece o seguro, mas do crédito, e para uma parcela de agricultores. Estamos a defender o seguro à produção para todos.

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MS) — Muito bem!

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Sr. Presidente, como um tema que me parecia tão simples e tão brevemente poderia dele tratar, despertou — e felizmente — a atenção dos Srs. Senadores, e como a minha presença na tribuna, afinal de contas, se prolongou por mais tempo do que eu imaginava.

A observação que fez o nobre Senador Evelásio Vieira é exata. O PROAGRO realmente cobra o crédito e parte do crédito. Até porque, geralmente os financiamentos são inferiores aos custos reais. Mesmo quando integral, ainda assim, ele cobra não plenamente, mas até 80%. Não se trata dessa medida. Até porque, quem faz o PROAGRO já está beneficiado na medida em que ele puder beneficiar ou que efetivamente beneficiar. Geralmente são os agricultores já um pouco mais desenvolvidos que fazem o PROAGRO.

Insisto neste ponto, Sr. Presidente. Tenho a honra de ser também agricultor. Poderia dizer ao Senado Federal, se fosse o caso, que o meu prejuízo é superior à média a que me referi de início. Não estou aqui falando no meu caso e daqueles que estão no meu caso, porque pessoas como eu têm outros meios, têm outras condições. Ainda que o prejuízo seja real, maior ou menor, não ficam na condição triste de ter que abandonar a sua atividade. Podem esperar, podem superar essa ou aquela calamidade, esse ou aquele insucesso. Estou falando daqueles que têm toda a sua atividade econômica e, por conseguinte, todas as suas condições de vida dependentes de um pequeno trato de terra e que, sofrendo um prejuízo intenso, como estão a sofrer, fiquem realmente impossibilitados de enfrentar as despesas mais elementares, próprias e da família, e que, por isso, tidos pela calamidade, podem ter que abandonar a sua pequena propriedade, indo em busca da miragem de uma solução que as cidades lhes possam dar.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Senador Paulo Brossard, gostaria de apartear-lo para reconhecer a pertinência e oportunidade do discurso de V. Ex^a (Assentimento do orador.) Quando ao crédito de subsistência para os pequenos lavradores, invoco que já existe — a Lei nº 4.492 — que estabelece o penhor rural. Para casos dessa natureza, os bancos, às vezes, têm até a obrigação e o dever de elasticar o vínculo pignoratício às safras futuras. Isto para evitar situações de emergência dessa natureza a que nos referimos. E há o aspecto para as situações de normalidade. Nos últimos tempos, o Governo, faz alarde do financiamento que concede. Mas não é isto de que o lavrador carece apenas. De que serve a repetição constante de financiamentos? Há lavradores que estão com vinte hipotecas — hipotecas sucessivas — verdadeiramente apavorados e inseguros, diante daquele amontoado de comprometimentos, quando o que se pretende é o preço justo quando há a produção, e o pagamento imediato do seguro quando a frustração ocorrer. Entretanto, além de não cobrir convenientemente as despesas, o PROAGRO é pago muito tempo depois da ocorrência. Enquanto isso, o débito fica gerando juros contra o lavrador. E o contrato de seguro — o PROAGRO não passa de um contrato de seguro — é um contrato aleatório que deve ter aplicação imediata, isto é, o pagamento deve incidir sobre o débito no momento em que a ocorrência se realiza. O pronunciamento de V. Ex^a é de inteiro cabimento e está sendo ansiado pelo Sul do País, porque realmente o flagelo houve e a seca foi muito acentuada em nossos Estados, inclusive no Paraná, como V. Ex^a sabe.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Agradeço o aparte do nobre Senador Leite Chaves.

Sr. Presidente, encerro o meu pronunciamento, felicitando-me pela boa acolhida, pela simpática acolhida e compreensão que logrei obter nesta tarde. Estou certo de que, se dependesse do Senado, a solução seria adotada hoje.

Dirijo estas palavras ao Governo que amanhã se vai instalar no País, requerendo-lhe estas providências. São providências excepcionais para uma situação também excepcional. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Evandro Carreira — João Bosco — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Petrólio Portella — Cesar Cals — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Passos Porto — Jutahy Magalhães — Lomanto Junior — Hugo Ramos — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Henrique Santillo — Benedito Canelas — Vicente Vuolo — Jaisson Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1^o Secretário.

E lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 1979

Dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1^o O art. 62 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 62. Somente poderão filiar-se aos Partidos os brasileiros que estiverem no gozo dos seus direitos políticos."

Art. 2^o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3^o Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Não se compreende que continue em vigor o item II do art. 62 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, pelo qual os brasileiros que tiverem sofrido suspensão dos direitos políticos, com fundamento em ato institucional, não poderão filiar-se aos Partidos.

Trata-se de uma norma injurídica, pois pretende que a punição se prolongue, por tempo indeterminado, além do prazo da pena cominada.

É um dispositivo que agride a nossa cultura jurídica, justamente na hora em que o Congresso Nacional é chamado a colaborar na modernização do Código Penal e do Código de Processo Civil.

Ora, terminado o período de suspensão dos direitos políticos, é óbvio que a pessoa readquire, plenamente, o seu *status* de cidadão. Poderá, evidentemente, amanhã, embora filiada a um partido político, ser privada de candidatar-se a um posto eletivo, se estiver enquadrada em qualquer dos casos previstos na Lei das Inelegibilidades, como por exemplo acontece com o que foi simplesmente denunciado por crime contra a segurança nacional, a ordem política e social, a economia popular, a fé pública, a administração pública, ou o patrimônio, o que, já por si, é um disparate jurídico.

Por outro lado, como está redigido no momento, o art. 62 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, encerra uma contradição gritante, pois ao tempo que prevê a filiação dos brasileiros que estiverem em gozo dos direitos políticos, no item seguinte proíbe a filiação dos que embora no gozo desses direitos, tiveram-nos suspensos, no passado, por força de ato institucional. Ou se tem ou não se tem a sua cidadania. O meio-termo, juridicamente, é impossível.

Pelo que, acreditamos que este projeto vem ao encontro do aperfeiçoamento de nossas instituições democráticas.

Sala das Sessões, 14 de março de 1979. — Humberto Lucena.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.682, DE 21 DE JULHO DE 1971

Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

Art. 62. Somente poderão filiar-se aos partidos os brasileiros:

I — que estiverem no gozo dos direitos políticos;

II — que não tenham sofrido suspensão de seus direitos políticos, com fundamento em Ato Institucional.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está finda a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 38, DE 1972 — COMPLEMENTAR

(De autoria do Senador Franco Montoro)

Exclui das Inelegibilidades os casos de simples denúncia, modificando a alínea n do inciso I do art. 1^o da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970.

Andamento:

25-8-72 — Lido em Plenário e despachado à Comissão de Constituição e Justiça.

Constam do processo: 1) Parecer do Relator, Senador José Augusto, rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça, que conclui pela constitucionalidade e juridicidade, nos termos de Substitutivo que oferece.

Designado Relator do vencido o Senador Eurico Rezende.

2) Requerimento nº 128, do Senador Franco Montoro, de inclusão da matéria em Ordem do Dia.

As matérias constantes dos itens nºs 1 a 8, conforme consta dos avulsos da Ordem do Dia, foram incluídas em pauta para que o Plenário delibere se as mesmas devem ou não ter prosseguimento em sua tramitação.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o prosseguimento da tramitação do projeto, queiram permanecer sentados.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Tem a palavra o nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB. Pela ordem.) — Inicialmente, indago a V. Exª se não deveria estar presente na Ordem do Dia, também, o parecer a que alude o avulso, emitido ao projeto pela Comissão de Constituição e Justiça, devendo, nesse caso, ser a matéria retirada da pauta, para que a ela volte com o parecer, a fim de que a Casa dele tome conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A Assessoria informa que não existe o parecer do Relator, porque esse foi rejeitado na Comissão.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Nobre Presidente, sem querer dialogar com a Mesa, próprio avulso diz: "Designado Relator do vencido o Senador Eurico Rezende".

De forma que há um parecer, que é o parecer do Senador Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O parecer do Senador Eurico Rezende, que é voto vencido, não existe.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Então, o avulso está incorrendo em algum erro.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A Comissão não se reuniu para apreciar esse parecer do Senador Eurico Rezende.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Então, Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena, para encaminhar a votação.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A expressão que mais se tem ouvido nestes últimos tempos, sobretudo às vésperas da posse do novo Presidente da República, General João Baptista Figueiredo, é "abertura política".

Então, a mim me parece incrível, que um projeto dessa natureza, de autoria do nobre Senador Franco Montoro, que se destina a "excluir da Lei das Inelegibilidades os casos de simples denúncia, modificando a alínea "n" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970", não continue na sua tramitação para efeito de apreciação dos nossos nobres Pares.

Como sabe V. Exª, o dispositivo que o nobre Senador por São Paulo tenta alterar é altamente draconiano, e está redigido nos seguintes termos:

"Art. 1º São inelegíveis:

I — para qualquer cargo eletivo:

n) os que tenham sido condenados ou respondam a processo judicial, instaurado por denúncia do Ministério Público recebida pela autoridade judiciária competente, por crime contra a segurança nacional e a ordem política e social à economia popular, à fé pública e à administração pública, o patrimônio ou pelo delito previsto no art. 22 desta Lei Complementar, enquanto não absolvidos ou penalmente reabilitados."

Em outras palavras, Sr. Presidente, esta norma desrespeitou, inteiramente, no Direito Eleitoral Brasileiro, a nossa tradição que sempre foi, a de se tornar *inelegível* aquele que fosse condenado, por sentença irrecorrível, nos processos para a apuração desses crimes.

Esse dispositivo visado pelo projeto do nobre Senador Franco Montoro tem ensejado uma série de perseguições políticas, pois não há Estado em que não se saiba da instauração de um processo contra um ex-prefeito municipal com a finalidade única de torná-lo *inelegível*, a partir do recebimento da denúncia, para futuros pleitos eleitorais. Isso, por exemplo, só para referir-me aos crimes contra a administração pública.

Daí por que eu, na ausência do Senador Franco Montoro, que é autor desta proposição, apelaria à nobre liderança da Maioria, no sentido de que fosse mantida a tramitação desta matéria para que, afinal, no dia apropriado, examinando o seu mérito, o Plenário, na sua soberania, viesse a opinar sobre ela. (Muito bem!)

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Tem a palavra o nobre Senador Murilo Badaró, para encaminhar a votação.

O SR. MURILO BADARÓ (ARENA — MG. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Por mais sérias que sejam as razões aduzidas pelo nobre Senador Humberto Lucena, o projeto recebeu parecer pela inconstitucionalidade, o que nos leva a sustar ou a trancar a sua tramitação, em decorrência de um acerto feito entre as lideranças, que pactuaram arquivar todos os projetos que tenham parecer contrário.

No caso específico, sabe-se que as direções dos dois Partidos estão promovendo entendimentos, no sentido de promover a consolidação da legislação partidária e da legislação eleitoral, oportunidade em que esse assunto seria tratado com a atenção e com a seriedade que merece, fora deste projeto isolado, que foi apresentado já há acerca de sete anos, e não teve a sua tramitação normal, nesta Casa. De forma que, atendendo ao que foi pactuado, a Maioria opinará pela tramitação do projeto. (Muito bem!)

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, para encaminhar a votação.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O nobre Senador Humberto Lucena fez um apelo ao Plenário no sentido de ser garantida a tramitação do projeto, porque este pretende expungir uma violenta disposição de lei que atinge os denunciados com a inelegibilidade.

Nós que somos da Oposição, do lado de cá, isto é, daqueles que enfrentam também a má-vontade dos Juizes, nas três ou quatro mil Comarcas deste imenso Brasil, que, às vezes, nos defrontamos com essa situação, aquele candidato denunciado apenas pelos Promotores, Promotores que são nomeados e localizados nas Comarcas por vontade dos Partidos políticos, dos chefes da ARENA. É a ARENA que coloca, que classifica, que transfere o Promotor Público. Pois bem, o Promotor Público denunciando qualquer um candidato a Senador, a Deputado Federal, ou qualquer candidato a Deputado Estadual, o candidato estará fulminado e, sob o gúante da inelegibilidade, não poderá participar das eleições. Isto é uma violência.

Quando eu estava na Câmara dos Deputados, membro de uma Comissão Mista, já discuti o caso das inelegibilidades aqui no Senado, àquela época. Tive ocasião, Sr. Presidente, através de uma emenda, de reformular esse juízo de se colocar sob o gúante do Promotor Público, sob a simpatia do Promotor Público, sob os condicionamentos do Promotor Público as candidaturas mais autênticas do nosso interior.

V. Exª, Sr. Presidente, que tem a sua base nas barrancas do São Francisco, ou melhor, estou até diminuindo V. Exª; V. Exª tem a sua base em todo o território de Pernambuco — daquele Pernambuco que não tem as vantagens da Bahia, que tem 7.9% dos incentivos fiscais — Pernambuco conta apenas com 1,8%. V. Exª tem que corrigir isso, essa discriminação violenta em favor da Bahia. V. Exª que tem a sua família na Petrolina, essa comarca pulsante, esse núcleo de civilização no interior de Pernambuco, pois bem, lá, um Promotor que apresentar uma denúncia qualquer contra um candidato, denúncia por um crime qualquer, por uma irregularidade qualquer, por uma infração penal qualquer, o candidato está fulminado por inelegibilidade.

Não sei o porquê de inconstitucional deste projeto. O nobre Senador Humberto Lucena está querendo garantir a sua tramitação e a liderança da ARENA se ergue e fulmina logo, dizendo, porque é inconstitucional, que não poderá haver a tramitação desse projeto que expunge, que arranca, tira, erradica essa figura sinistra de inelegibilidade por denúncia apenas. Se o Juiz aceitá-la, neste caso já é outro andamento. A denúncia é uma peça inicial.

Faço um apelo ao nobre Senador Murilo Badaró — que também é do interior, de Minas Nova, o núcleo dele no interior e hoje um nome estadual, hoje até nacional —: é a tramitação que queremos, apenas. É uma enormidade o Promotor denunciar e o cidadão ficar impedido de participar da eleição, qualquer que ele seja. O Promotor pode denunciar até o padre e este torna-se inelegível, denunciar o sacristão, os pastores de qualquer denominação religiosa, se denunciados pelo Promotor, com a sua má vontade, a sua antipatia, liquida com o cidadão.

Então, faço um apelo no sentido de que "os ventos da liberdade" que sempre sopraram em Minas Gerais, soprem, também, às vésperas da posse, Sr. Presidente, em que Minas Gerais será governada não mais por um mineiro, mas por um piauiense. Isso não é nenhuma diminuição, mas é a respeito dos "ventos da liberdade" que nunca sopraram lá e, agora, estão soprando e sopram também aqui no Plenário. O apelo é para que S. Exª retifique a sua atitude e aceite a tramitação do Projeto, porque nós estamos querendo tirar, decepar, uma enormidade deste projeto — é a inelegibilidade por denúncia.

Era isto, Sr. Presidente, o que desejava dizer.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Murilo Badaró.

O SR. MURILO BADARÓ (ARENA — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a retórica do nobre Senador Dirceu Cardoso, me seduz mas não me convence, até porque este projeto já tem 7 anos de tramitação e não atende a nenhum preceito de economia processual. Mas, em homenagem à nobre Oposição e, sobretudo, porque de resto a Maioria, ontem, propôs a discussão de toda esta

temática polêmica, que constitui o manancial e a munição permanente da gloriosa Oposição, aprovamos o seguimento do projeto. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam a tramitação da matéria, queiram permanecer sentados. (Pausa.) Está aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 2:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 125, DE 1974 — COMPLEMENTAR

(De autoria do Senador Adalberto Sena)

Modifica a redação do art. 4º, da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, e dá outras providências.

Andamento:

15-10-74 — Lido e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

23-4-75 — O Senador Itálio Coelho emite parecer, na Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

12-5-75 — Aprovado o Requerimento nº 169, de 1975, do Senador Accioly Filho, solicitando que o Projeto tenha tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1975 — Complementar.

2-10-75 — Aprovado na Comissão de Legislação Social parecer de autoria do Senador Mendes Canale, favorável.

3-12-75 — Aprovado na Comissão de Serviço Público Civil parecer do Senador Gustavo Capanema, favorável.

A Presidência esclarece que esta proposição tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1975 — Complementar, constante do item nº 3, da Ordem do Dia. Nestas condições, a aprovação do item 2, implicará, igualmente, a aprovação do item 3.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o prosseguimento da tramitação do projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

As matérias prosseguirão em seu curso.

É o seguinte o item nº 3 da pauta:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 21, DE 1975 — COMPLEMENTAR

(De autoria do Senador José Sarney)

Dispõe sobre a aposentadoria por velhice dos beneficiários do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, alterando o art. 4º da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971.

Andamento:

18-3-75 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social, de Serviço Público Civil e de Finanças.

23-4-75 — Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça parecer do Senador Nelson Carneiro, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, pela aprovação, com voto vencido, em separado, do Senador Orlando Zancaner quanto à constitucionalidade da matéria.

12-5-75 — Aprovado o Requerimento nº 169/75, do Senador Accioly Filho, solicitando que o Projeto tenha tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 125, de 1974 — Complementar.

2-10-75 — Aprovado na Comissão de Legislação Social parecer do Senador Mendes Canale, favorável.

3-12-75 — Aprovado na Comissão de Serviço Público Civil parecer do Senador Gustavo Capanema, pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 4:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 78, DE 1976 — COMPLEMENTAR

(De autoria do Senador Franco Montoro)

Altera a Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, para permitir o pagamento da verba de representação aos Presidentes das Câmaras Municipais.

Andamento:

22-4-76 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

24-11-77 — Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça parecer do Senador Nelson Carneiro, pela constitucionalidade e no mérito, pela aprovação, com voto vencido, em separado, do Senador Otto Lehmann.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o prosseguimento da tramitação da matéria, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O projeto vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 5:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 82, DE 1976 — COMPLEMENTAR

(De autoria do Senador Leite Chaves)

Concede isenção de impostos incidentes nos produtos industrializados de soja, destinados à alimentação humana.

Andamento:

27-4-76 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.

Em votação.

Os Srs. Senadores que são favoráveis ao prosseguimento da tramitação do projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

A matéria será arquivada.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 6:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 1973

(Do Senador Cattete Pinheiro)

Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal.

Andamento:

24-8-73 — Lido em Plenário e despachado à Comissão de Constituição e Justiça.

8-8-74 — Lido o Parecer nº 345-CCJ, favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

18-9-74 — Incluído em Ordem do Dia, é aprovado o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, ficando prejudicado o Projeto.

24-9-74 — Lido o Parecer nº 465-CR, oferecendo a redação do vencido para o 2º turno regimental.

30-10-74 — Incluído em Ordem do Dia, foi a discussão encerrada com apresentação de emenda, voltando, em consequência, ao exame da Comissão de Constituição e Justiça.

16-5-75 — Lido o Parecer nº 80-CCJ, contrário à emenda de Plenário.

7-10-75 — Lido e despachado à Comissão de Constituição e Justiça o Requerimento nº 448/75, do Senhor Senador Cattete Pinheiro, solicitando o sobrestamento da matéria.

8-3-78 — É anexado ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1978, nos termos do art. 389, inciso II, do Regimento Interno.

6-9-78 — Volta a tramitar isoladamente em face da retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 5/78.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o prosseguimento da tramitação da matéria, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O projeto vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 7:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 1974

(De autoria do Senador Carvalho Pinto)

Altera o Código da Propriedade Industrial (Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971).

Andamento:

25-4-74 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Economia.

31-5-74 — Lidos os Pareceres nºs 229-CCJ, pela constitucionalidade e juridicidade e 230-CE, favorável.

28-6-74 — Incluído em Ordem do Dia é aprovado em 1º turno.

14-8-74 — Incluído em Ordem do Dia tem a discussão encerrada com apresentação das Emendas de nºs 1 a 6, voltando, em consequência, às Comissões de Constituição e Justiça e de Economia.

26-5-75 — Lidos os Pareceres nºs 118-CCJ, contrário às Emendas de nºs 1, 2, 3, 5 e 6 embora constitucionais, e jurídicas, e favorável à de nº 4; 119-CE, que conclui por Substitutivo que apresenta e 120-CCJ, pela constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito, favorável ao Substitutivo da Comissão de Economia.

30-9-75 — Devolvido o Projeto à Comissão de Economia, pelas razões expostas no Aviso nº 477/75, do Presidente do Senado Federal.

9-6-76 — A Comissão de Economia, em parecer preliminar, solicita a audiência do Instituto Nacional da Propriedade Industrial — INPI, com voto em separado do Senador Arnon de Mello.

17-9-76 — Devolvido à Comissão de Economia em virtude de não ter sido atendida a diligência.

Em votação.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Murilo Badaró para encaminhar a votação.

O SR. MURILO BADARÓ (ARENA — MG). Para encaminhar a votação. Sem revilação do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Esse projeto demonstra a necessidade de correção de um aspecto institucional da maior gravidade. Apresentado em 1976, foi encaminhado para uma diligência junto ao Poder Executivo, que não foi cumprida.

É que o Regimento do Senado, mesmo em caso de diligências, suspende a contagem do tempo para sua aprovação, o que é lamentável e faz com que a Casa se defronte com extraordinário número de proposições dormitando nos seus arquivos, sem nenhuma possibilidade de terem seguimento, por força das dificuldades materiais que anseiam o Poder Legislativo.

Um projeto de 1974, com uma diligência não cumprida vem hoje para nosso exame. Vamos opinar pelo seu arquivamento, mas ressaltando a necessidade de se corrigir isso, pelo menos no que se refere ao problema dos prazos para tramitação dos projetos na Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a tramitação da matéria queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 8:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 1974 (De autoria da Comissão do Distrito Federal)

Define os crimes de responsabilidade do Governador e dos Secretários do Governo do Distrito Federal, e dá outras providências.
Andamento:

24-9-74 — Lido em Plenário o Parecer nº 443/74, da Comissão do Distrito Federal, sobre o Ofício nº 8/15/74, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, concluindo pela apresentação do presente Projeto. À Comissão de Constituição e Justiça.

13-3-75 — Arquivado nos termos do art. 367 do Regimento Interno.

12-3-75 — Aprovado o Requerimento nº 78/75, do Senador Castello Pinheiro, solicitando o desarquivamento da proposição que é despachada à Comissão de Constituição e Justiça.

Em votação o projeto.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Com a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES). Para encaminhar a votação. Sem revilação do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Talvez na pauta de hoje, nem na pauta do dia inicial da nossa Sessão Legislativa, não conste um projeto de tanta responsabilidade e de tanto alcance como o que, ora o Senado vai estudar. É o processo que regula os crimes de responsabilidade do Governador do Distrito Federal e dos seus Secretários.

Nós da Comissão de Constituição e Justiça já tivemos a oportunidade de estudar um processo de prestação de contas de um Governador aqui de Brasília, que foi inquinado de uma irregularidade monstruosa por troca de terrenos do interesse do Governo do Município, com uma construtora aqui de Brasília.

Pois bem, esse processo rodou na Comissão de Constituição e Justiça, fizemos tudo para que se impedisse a aprovação daquelas contas mal prestadas, mal referidas e mal sustentadas e o processo foi aprovado.

Agora, este projeto regula os crimes de responsabilidade do Governador.

Sr. Presidente, o Governador de Brasília movimentou somas vultosas. Não estou acusando ninguém. Em tese, numa hipótese de trabalho, o Governador de Brasília manipula dinheiro vultoso, quantias vultosas, dotações vultosas, créditos vultuosos. Se todos os Governadores de Estado têm cominações penais quando não atendem às prescrições da lei, aqui, a Comissão quis criar uma codificação especial para os crimes de responsabilidade do Governador de Brasília e dos seus Secretários.

Sr. Presidente, é um apelo que faço ao nobre Líder da Maioria, que nos atendeu num apelo há poucas instâncias, para que deixe tramitar este projeto que é de saneamento moral.

Hoje o Governador é da ARENA, amanhã será do MDB, qualquer Governador de qualquer partido tem que prestar contas da sua gestão, da gestão de seus negócios, da gestão da sua gerência.

Este é o apelo que faço, mais uma vez, à liderança mineira, Sr. Presidente, essa liderança que está fazendo pauta à política do País. Enquanto nós tivermos a liderança paulista e gaúcha, teremos essas dificuldades, esse clima de insegurança nosso. O dia em que voltarmos, nobre Senador Murilo Badaró, à liderança mineira, dessa gente do coração do Brasil, desses políticos que tanto serviram e engrandeceram a nossa Pátria e todos os partidos e que pertenceram, seja do PSD antigo, ou da UDN, ou do PR, todos os mineiros, a sabedoria mineira, a honrabilidade mineira, o

equilíbrio mineiro, aí sim, porque é isto o que está fazendo falta à política nacional. Quero orar, Sr. Presidente, que se o Ministério do futuro Governo, que vai se empossar amanhã — alguns deles eu não posso e nem quero nomear, mas sabe V. Ex. muito bem ou mais do que eu — fosse ocupado por políticos mineiros, como nós conhecemos tantos e de tal relevo, o Brasil caminharia mais depressa e aceleradamente para a normalidade. É uma homenagem que presto à política mineira, simbolizada aqui em Murilo Badaró, filho de um ex-Ministro da Justiça, nosso companheiro, Sr. Presidente, da Câmara Federal. O nobre Senador ainda não era nem nascido, talvez fosse menininho, pegava passarinho lá em Minas Nova com a gaiolinha, e o pai dele era Ministro da Justiça do Brasil e o avô também já era homem público de respeitabilidade, em Minas. Que S. Ex. abra o seu coração e o seu espírito arejado e aceite a tramitação deste projeto. Isto é um saneamento moral que nós estamos querendo; não estamos votando a aprovação dele, nem a desaprovção; queremos a tramitação dele. É o apelo que endereço à sabedoria mineira, essa sabedoria que constrói em silêncio, essa sabedoria que só teve força para fazer o Sr. Camilo Pena, Ministro do futuro Governo, não teve força para mineiro nenhum mais.

E eu espero que o dia em que voltar, em plena carga, a mediterraneidade de Minas na direção da política nacional, nós tenhamos dias mais serenos e mais tranquilos, como os que tivemos tão serenos e tão tranquilos, na época em que Ministros mineiros dirigiam a política nacional.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Murilo Badaró.

O SR. MURILO BADARÓ (ARENA — MG). Para encaminhar votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Casa percebe facilmente o constrangimento em que me acho, porque a concessão da Maioria para tramitação do projeto já estava deferida, pela importância, em si mesmo, da matéria.

Os mineiros são inflexíveis em matéria de cumprimento do dever. Portanto, nem as palavras sensibilizadoras e generosas do Senador Dirceu Cardoso me demoveriam a decisão tomada, se a matéria fosse para ser rejeitada.

Vamos aprová-la, face à sua relevância, e, de envelopos os meus melhores agradecimentos pelas gentilezas que o nobre Senador pelo Espírito Santo faz a minha modesta pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam a tramitação do projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 9:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1977 (nº 947/75, na Casa de origem), que dispõe sobre inscrição obrigatória que deve constar do rótulo ou embalagem de produto estrangeiro com similar no Brasil, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 28, de 1978, da Comissão:

— de Economia, favorável, com voto vencido dos Senadores Luiz Cavalcante e Milton Cabral.

A Presidência esclarece que o presente projeto deverá ser apreciado quanto ao mérito e não quanto ao prosseguimento de sua tramitação. Foi incluído na Ordem do Dia, face à aprovação do Requerimento nº 335, de 1978, de adiamento da votação da matéria para a presente sessão.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

É a seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, DE 1977 (nº 947-B/75, na Casa de origem)

Dispõe sobre inscrição obrigatória que deve constar do rótulo ou embalagem de produto estrangeiro com similar no Brasil, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Todo e qualquer produto estrangeiro com similar nacional, quando destinado à comercialização interna, terá obrigatoriamente no rótulo ou embalagem, e n caracteres destacados, a inscrição "existe produto brasileiro similar".

Art. 2º Para aplicação do disposto no artigo anterior, o Ministério da Indústria e do Comércio divulgará, periodicamente, relação completa dos produtos que o Brasil importa e que têm similares nacionais.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, dispondo especialmente sobre a fiscalização do seu cumprimento, bem como sobre as penalidades aos infratores.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ontem, o Líder da ARENA e do Governo contestando pronunciamentos dos nobres Senadores Roberto Saturnino e Henrique Santillo, defendia o modelo econômico e se dizia em condições de provar que o salário real, hoje, no Brasil, atende às necessidades daqueles que trabalham e que são assalariados em nossa Pátria.

Sr. Presidente, eu venho à tribuna protestar contra o Líder do Governo, porque o salário não atende...

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Eu pediria a V. Ex^a apenas para me deixar terminar o meu raciocínio.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — É quanto a afirmação de V. Ex^a

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Deixe-me terminar o meu raciocínio e V. Ex^a vai entendê-lo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o salário mínimo, no Brasil, é um salário de fome. O salário mínimo, no Nordeste, na minha região, é de um mil e vinte e dois cruzeiros e trinta centavos. Este salário não corresponde, Sr. Presidente, a nada; o assalariado na minha região está jogado à sarjeta do sofrimento, do abandono e da dor.

Em 1963, antes desta Revolução, o assalariado da minha terra, o Rio Grande do Norte, ganhava treze cruzeiros e cinquenta centavos, ou seja, àquela época, treze mil e quinhentos cruzeiros. Comprava, com esse salário, dez quilos de café, dez quilos de açúcar, dez quilos de feijão, dez quilos de arroz, dez quilos de carne, dez quilos de sal, e sobrava um *superavit* da ordem de 3,02 centavos. O salário se mede sobre o que se leva para a despesa; o salário se mede pelo que ele compra em utilidades; o salário não se mede pelo volume do dinheiro que o assalariado bota no bolso.

Mil novecentos e setenta e nove, depois dessa Revolução, desse milagre maravilhoso, o salário para comprar 10 quilos de carne, 10 quilos de café, 10 quilos de açúcar, 10 quilos de arroz e 10 quilos de sal fica com *deficit* na ordem de Cr\$ 1.005,00.

Trago à tribuna dados reais e objetivos, para provar ao Líder do Governo, para que, já agora que se vai reunir, a partir do próximo mês, às autoridades responsáveis para a fixação do novo salário, S. Ex^a tenha em mente que o assalariado brasileiro não pode continuar espoliado e jogado a sua própria sorte.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o açúcar custava, em 1963, 0,09 centavos; o arroz, 0,17 centavos; o café, 0,09 centavos; o feijão, 0,15 centavos; o sal, 0,06 centavos e a carne, 0,03 centavos. O salário era de Cr\$ 12,42, pois de Cr\$ 13,50, descontados os 8% do INPS, o que sobrava era essa importância. Então, tomando-se por base a aquisição de 10 quilos de arroz, 10 quilos de açúcar, 10 quilos de café, 10 quilos de feijão, 10 quilos de sal e 10 quilos de carne, esse assalariado tinha um *superavit*, daquela época, de Cr\$ 3,02. Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se o açúcar, que custava 0,09 centavos, subiu ao preço de 8,40 centavos; se o arroz subiu de Cr\$ 0,17 para Cr\$ 11,57 o quilo; se o café subiu de Cr\$ 0,09 para Cr\$ 82,52; se o feijão subiu de Cr\$ 0,15 para Cr\$ 18,03; se o sal, de Cr\$ 0,06 para Cr\$ 4,28; se a carne está em Cr\$ 78,00, é lógico que o salário de Cr\$ 1.022,21, que é o salário da minha região, nos dias atuais, confrontando-se com o salário de 1963, comprava essas utilidades com *superavit* e não compra hoje, a não ser com o *deficit* de Cr\$ 544,17, e já agora, em 1979, com o *deficit* de Cr\$ 1.005,79.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite um aparte, nobre Senador Agenor Maria?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Com o maior prazer, Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Considero V. Ex^a, e tenho todas as razões para assim o considerar, um adversário leal.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Muito obrigado.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Acho que é uma das características fundamentais de V. Ex^a Estava no meu gabinete, atendendo a outros compromissos, mas com o aparelho de som ligado e tive a impressão — e vim perguntar a V. Ex^a se a minha impressão era verdadeira — de que V. Ex^a afirmou que eu dissera ontem que o salário mínimo é suficiente para a manutenção de uma família brasileira. Foi isso que V. Ex^a atribuiu a mim?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — V. Ex^a assegurou, segundo eu ouvi, que o salário de hoje é melhor do que o salário de antes da Revolução.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — V. Ex^a está se referindo a salário mínimo?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — A salário mínimo.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Pois V. Ex^a ouviu muito mal, e fastio que tenha ouvido muito mal, porque é um homem leal. Fiz uma diferença exatamente clara entre salários de categorias organizadas, ou seja de trabalhadores sindicalizados, e salário mínimo. Na hora em que li salário mínimo, — peço a V. Ex^a que se dirija à Taquígrafia e peça o meu discurso, — ao contrário do que V. Ex^a afirma, declarei que era justa a crítica que se fazia à queda do poder aquisitivo do salário mínimo. Muito diferente, portanto, do que V. Ex^a, infelizmente, interpretou. A única diferença que fiz ao tratar de salário mínimo foi estabelecer duas categorias de salário mínimo, como sabe V. Ex^a que, agora mesmo, se referiu ao salário mínimo do seu Estado; nós ainda não temos — feliz ou infelizmente — uma homogeneização do

salário mínimo no Brasil; ainda há o salário mínimo mais alto, para determinados centros, e mais baixos para outros. Disse que mostraria, e estou pronto para mostrar a V. Ex^a, nas mesmas fontes que V. Ex^a e seu Partido citam que enquanto o salário mínimo, o maior salário mínimo vem caindo progressivamente, e continuou caindo e, talvez, só agora, nos últimos anos do Governo Geisel, ele tenha melhorado em relação aos anos anteriores, o menor salário mínimo tinha aumentado. Isto eu provo a V. Ex^a pelos dados estatísticos do IBGE. Portanto, em nenhum momento declarei que o salário mínimo satisfaz às necessidades de uma família brasileira. Eu seria um energúmeno se afirmasse uma coisa dessa. Quem é que pode pensar que uma família com 5 dependentes pode se sustentar, inclusive aqui em Brasília, com 1.500 cruzeiros por mês? Daí peço a V. Ex^a que retifique o seu discurso, ou então me dê o direito da dúvida, e analise o meu discurso antes de fazer essa afirmativa, que é muito perigosa.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Senador Jarbas Passarinho, recebo e incorporo ao meu pronunciamento o que V. Ex^a acabou de afirmar. E vou além: mais de 90% do assalariado brasileiro recebe salário mínimo.

No meu Estado, o Rio Grande do Norte, os dependentes do salário mínimo têm um subsalário, que é abaixo desse salário de Cr\$ 1.022,30.

A estatística que trago mostra que, na realidade, este assalariado de salário mínimo está comprando muito menos utilidades hoje do que comprava em 63: isto é o que trago à tribuna.

O jornal de hoje adianta:

“O Senador paraense acha, ao contrário das afirmativas feitas na véspera pelos oposicionistas Roberto Saturnino e Henrique Santillo, que, de 1968 para cá, houve um indiscutível crescimento do salário real e não arrocho salarial. Ele ressaltou, entretanto, que concorda com as críticas à perda do poder aquisitivo do maior salário mínimo regional. “Na verdade — disse — o período em que se deu essa queda foi de 1959 a 1964, quando tivemos governos populares e populistas no País.”

Passarinho acentuou que, na discussão do modelo econômico, vai usar a mesma fonte de citação preferida pelos oposicionistas, o DIEESE, e provar que a maior perda real de valor aquisitivo do maior salário mínimo deu-se no período anterior à Revolução.

O Líder governista comentou, também, as críticas ao crescimento da dívida externa brasileira que, a seu ver, “não deve ser analisada pelo ângulo restrito dos valores absolutos, mas levando em consideração o desempenho das exportações”. “A dívida externa brasileira — disse — é perfeitamente compatível com a pujança econômica do Brasil de hoje e, quando comparada com 1963, é bastante favorável.”

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Veja V. Ex^a quanto material dei para me atirar às “feras”. Agora, eu, não sendo homem do MDB, naturalmente, não tenho tanto espaço à minha disposição. Talvez por isso a matéria tenha sido restrita onde não deveria ter sido. Porque, quando falei em incremento de salário real, falei claramente em categorias organizadas de trabalho. Isto é, o trabalhador, o operariado urbano, e a este, estou pronto a provar isso a V. Ex^a, foi dado um aumento real de salário, do segundo semestre de 1968 em diante; houve arrocho, reconheci, quando Ministro do Trabalho, houve uma fria interpretação da lei; a lei estava correta, porém a interpretação é que era fria e distorcida, e fez, portanto, com que determinadas correções salariais ficassem abaixo até da inflação, porque se a correção fosse apenas equivalente à inflação, o valor do salário seria imobilizado; não haveria, digamos, depois de 10 ou 15 anos de trabalho ninguém melhoraria, teria o mesmo salário, se apenas fosse corrigido o valor da inflação, quando a política salarial previa, sobre esta estabilidade da capacidade de compra, o crescimento que é dado pela produtividade, a participação da produtividade. Agora, o que disse, realmente, está aí bem traduzido; afirmo a V. Ex^a, nobre Senador Agenor Maria, que é tão sensível aos problemas do trabalhador, porque é um trabalhador...

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Muito obrigado.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — ... afirmo a V. Ex^a que, apesar das mensagens lindas, estas sim, retóricas, que se ouvia neste País, de 1959 a 1964, apesar dos aumentos nominais concedidos de 100% do salário mínimo, criado por Getúlio Vargas, em 1942, e dado depois em 100%, não duravam um ano; o que se dava com a mão direita ao trabalhador tomava-se com a esquerda, o que levava a UDN, na época, a dizer que “o Governo era o pai dos pobres e a mãe dos ricos”. Pois bem, nos dados do DIEESE, utilizados aqui, nesta Casa, pelo Sr. Senador Marcos Freire, para justificar um projeto de correção salarial semestral, há uma série histórica, publicada pelo próprio DIEESE, que vem desde o ano de 1950, se não estou equivocado, até o ano de 1975 — que me parece foi o último ano no quadro contemplado. E veja V. Ex^a, toma-se por base índice 100, no ano de 1950; quando chegava-se no ano de 1963, o índice 100 estava reduzido a bem abaixo de 100, quando chegava em 1964, bem mais abaixo ainda, depois continuava caindo. Daí a crítica de V. Ex^a é justa. Mas, o que mostrei é que a maior velocidade de perda se deu exatamente nos governos que se diziam tão amorosos dos trabalhadores.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Então, Senador Jarbas Passarinho, tenho em conta de que quatro coisas importantes devam ser discutidas sobre o problema do modelo econômico: a primeira, o Presidente Geisel recebeu a Nação, em 1974, com o dólar sendo comprado, àquela época, a Cr\$ 6,55. Ele vai entregar, amanhã, o

Governo com o dólar valendo o equivalente a Cr\$ 22,72, ou seja, com o acréscimo de 246,87% para mais, demonstrando, com isso, a queda vertical da nossa moeda.

Em segundo, a agricultura, segundo palavras do atual Presidente do Banco do Brasil e futuro Ministro da Fazenda, apresentando uma rentabilidade de apenas Cr\$ 0,98 do custo do dinheiro, da rentabilidade do dinheiro, enquanto o dinheiro globalmente apresenta uma rentabilidade de Cr\$ 9,25. O que é espantoso, ao ponto de S. Ex^a confessar que é necessário tirar subsídio do dinheiro, porque estão desviando vultosas somas para o open market e outras espécies de investimentos.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Não é propriamente desviando; estão aplicando. O que também não aprovo. Não se trata de desvio, porque dá a impressão de surruiar, como dizia o Padre Vieira.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Levando para aplicar na Agricultura, segundo ele, e desviam para aplicar em outro setor.

Em terceiro lugar, a defasagem do salário do trabalhador, classe que defendo desde que aqui cheguei, é de Cr\$ 1.005,69; o que ele ganha hoje é o próprio custo de utilidade.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Mas a Maioria não está contra V. Ex^a nesse ponto. V. Ex^a pode até contar com o apoio da Maioria para que façamos coro comum. Nós precisamos melhorar esse quadro, pois reconhecemos que esse quadro existe. Agora, o que não é justo é sacrificar um companheiro, dizendo que ele declarou que o salário mínimo é capaz de suprir as necessidades de uma família.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Em quarto lugar, para que V. Ex^a tenha uma idéia desse modelo econômico, a dívida externa era, em 1974, de 17 bilhões e 300 milhões de dólares. Sua Excelência vai entregar amanhã a Presidência, com uma dívida externa de 31 bilhões de dólares.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Não sei se o meu colega está fazendo um elogio do Governo Médici, ao qual eu pertenci, porque todas as referências são de 73/74 e o dólar era seis cruzeiros. Mas, de qualquer maneira, é um elogio de uma parte da Revolução. Eu acompanho V. Ex^a ao ouvi-lo.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Muito obrigado. Esse é o modelo que proporcionou a Agenor Maria vir para a tribuna trazer essa realidade. Primeiro, é a desvalorização gradativa da nossa moeda. Já agora, em março, ela caiu quatro vezes. Devemos dar oportunidade para os exportadores, ou importadores; mas, para o País como um todo, é uma situação delicadíssima, porque na proporção em que se desvaloriza a nossa moeda, passamos a pagar mais caro e a comprar mais caro.

O problema da agricultura é ainda mais melindroso, porque a sua rentabilidade não chega a um cruzeiro e a rentabilidade do dinheiro, globalmente, passa de Cr\$ 9,25. Como é que poderemos praticar a agricultura se amanhã o Governo tirar o subsídio ao investimento rural? Pergunto à Casa e ao Governo: quem é, neste País, que tendo o seu dinheiro limpo vai aplicá-lo na agricultura, se a agricultura é deficitária? Ou o Governo financia essa agricultura, ou o Governo dá condições de um financiamento altamente subsidiado, ou vai cair a produção agrícola no Brasil. Vai cair por quê? Porque ninguém pode aplicar dinheiro numa agricultura deficitária. Quem diz isso não é Agenor Maria, quem afirma é o atual Presidente do Banco do Brasil.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Com o maior prazer, nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador Agenor Maria, V. Ex^a deve observar que, em qualquer país do mundo, em desenvolvimento franco, as taxas de crescimento da agricultura são normalmente inferiores às taxas de crescimento da indústria e serviços. A elasticidade, renda na área da agricultura não é igual a de outros setores; no entanto, as taxas de crescimento da agricultura, neste País, têm sido elevadas desde 1971. Exceto, é claro, nos anos de crise climática. Ora, isso só se pode conseguir através de investimento, através da formação bruta de capital fixo, através de maior produção, em suma. De modo que se há setores na economia agrícola que realmente carecem de maior incentivo do Governo, sobretudo na área da pequena propriedade e nas regiões mais pobres, é certo também que o desempenho da economia brasileira, de modo nenhum vem deixando o País em situação difícil, como diz V. Ex^a. Com as novas políticas do Governo que se instala, possivelmente teremos ainda melhores desempenhos do que tivemos até hoje, porque o País tem largas possibilidades nesse campo.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — O PIB, neste caso, eminente Senador José Lins é a mesma coisa que a renda *per capita*.

Eu não concordo é que se queira tirar o subsídio a uma agricultura que todos reconhecem ser gravosa ou deficitária. Se o Governo tirar esse subsídio, como é que nós vamos poder produzir? Ninguém pode pegar o seu dinheiro limpo e seco e aplicar em algodão, em sisal, aplicar realmente em todos os produtos, já que no Nordeste eles são quase que deficitários. V. Ex^a foi superintendente da SUDENE e reconhece que todos os produtos produzidos na agricultura nordestina são gravosos e, em última instância, tornam-se deficitários com a alta tributação que violentou a economia rural. V. Ex^a reconhece que os 15% de ICM, os 2,5% de FUNRURAL, sobrecarregando o produto, transformou uma agricultura gravosa em altamente deficitária. V. Ex^a reconhece que a pequena e média agricultura do Nordeste estão proletarizadas. E estão proletarizadas por quê? Porque nós não produzimos com rentabilidade para res-

ponder por essa carga tributária que criou uma situação insustentável para aqueles que produzem no Nordeste.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Com o maior prazer.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Estou de pleno acordo com V. Ex^a em que a agricultura precisa de subsídios; além do mais, nas condições do nosso País, há certas regiões que precisam, além de ajuda na área da produção, de subsídios muitos maiores, para pré-investir a fundo perdido, na área da infra-estrutura, para que se possa ajustar a própria natureza às condições de produção. Neste ponto estamos de pleno e total acordo.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Agradeço a V. Ex^a, Senador José Lins.

Vou mais longe: o êxodo rural, hoje, na minha área, é altamente perigoso, porque está saindo do campo o homem que não foi preparado para viver no asfalto, e na proporção em que ele sai do campo e vai para o asfalto, para onde não foi preparado, é um marginal a mais das grandes urbes, é um homem que deixa de produzir, mesmo deficitariamente. Essa é a realidade da minha região. Chegamos a um ponto em que, numa safra grande, hoje, em grandes partes do Nordeste, não vamos ter com quem colher a safra de algodão, porque o braço está desaparecendo do interior. Desaparecendo por quê? Porque marginalizaram aquela agricultura que, deficitária ou gravosa, precisa continuar sendo praticada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando aqui cheguei apresentei um projeto, o meu primeiro projeto, que tinha como base fundamental profissionalizar a juventude rural, para que se assegurasse à juventude rural as condições de poder, realmente, compartilhar do desenvolvimento nacional.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Só para terminar o meu raciocínio.

O meu projeto, que se encontra no EMFA, até hoje não foi executado por falta de verbas. Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não acredito que possamos ter uma agricultura desenvolvida neste País se o homem não evoluir. Na minha área é muito mais fácil comprar um trator do que encontrar um tratorista; na minha região, o homem recebe o cultivador mas nunca foi orientado para saber o que é curva de nível, o que é erosão, o que é inseticida, como combater as pragas. Conheço serras antes privilegiadíssimas, de alta produtividade, hoje estéreis porque são terras acidatadas, e o cultivador, entregue ao homem despreparado, acabou com a fertilidade do solo; e a máquina na mão do homem despreparado se torna obsoleta ou deficitária.

Esta é, infelizmente, a grande realidade desta Nação. Estamos devendo uma fortuna; seca no Rio Grande do Sul, enchentes em Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco e Bahia; um sofrimento permanente, e a Capital da República se engalanando para empossar amanhã o seu Presidente, com a maior despesa já havida em qualquer parte do País. Onde está a economicidade, onde está a economia, enfim, onde está a parcimônia com o sacrifício de milhões de brasileiros?

Sr. Presidente e Srs. Senadores, diz o nobre representante da Bahia, aqui, o Senador Lomanto Júnior, por quem tenho uma profunda admiração, que esteve na região-limite da Bahia com Pernambuco e viu o sofrimento das populações ribeirinhas de toda aquela área. Juazeiro pode, a qualquer hora, soçobrar. De Minas Gerais até a fronteira com Pernambuco, este é o sofrimento de centenas de milhares de brasileiros.

Pois bem. A Capital da República se engalana para, amanhã, dar posse ao futuro Presidente da República, como se não estivéssemos devendo um centavo; como se não houvesse seca; como se não tivesse tempestade; como se o Brasil estivesse nadando em dinheiro. Francamente, não entendo esse paradoxo. Que se dê posse! Mas gastar-se bilhões, como vamos gastar amanhã, com representantes de todos os municípios do País, às expensas dos cofres públicos. Sinceramente!

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Deixe eu terminar o meu raciocínio.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — V. Ex^a assegurou-me que daria o aparte oportunamente.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Darei o aparte com o maior prazer, mas permita-me terminar o meu raciocínio.

Acho que a Nação vive em dificuldades. Acho que a hora é de sacrifício; acho que é hora de abertura. Mas é sacrifício e abertura para todos. Não para meia dúzia. É para todos nós. E aqueles que têm melhores condições, devem dar um maior sacrifício do que aqueles que não têm.

Realmente, a dificuldade é nacional. Se a hora é de dificuldade nacional, e necessitamos de poupança, de sacrifício, de apertar os cintos, então vamos todos concorrer para isto. Mas, infelizmente, a realidade é outra, totalmente diferente.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — V. Ex^a vai-me permitir conceder, em primeiro lugar, ao nosso Líder do Governo e meu amigo particular, Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Senador Agenor Maria, estou até preocupado porque V. Exª está tão estuante de entusiasmo que me parece um pouco cansado, nesta altura do seu discurso, gastando uma extraordinária munificação que é praticamente giratória. V. Exª trata de todos os assuntos ao mesmo tempo.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Tudo é economia...

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — É, desgraçadamente. Nós estávamos parados, ainda há pouco, quando pedimos o aparte a V. Exª. Primeiro, porque tivemos de vir, às pressas, ao Plenário, para pedir a retificação que V. Exª, fidalgamente, fez, porque não afirmamos, absolutamente, que salário mínimo é suficiente para a vida de ninguém. Em nenhum momento afirmamos isto. Segundo, porque V. Exª está fazendo uma acusação muito grave que, me parece, cai sobre assunto que, eu pelo menos dele não tenho conhecimento concreto, que seria retirar o subsídio da agricultura. Até aqui, me parece que se está inaugurando uma nova Oposição, aqui no Senado Federal, com os discursos que, ainda ontem, comentei e, hoje, o de V. Exª é uma Oposição por antecipação, uma Oposição pelo que poderá ocorrer, e não Oposição pelo que ocorre ou ocorreu. Então, até aqui, ao que eu sei, e aqui nesta Casa há vários peritos, expertos com "x" — oxalá não confunda expertos com "s", nesse caso — em matéria de agricultura, eles sabem que nossas áreas pobres, a pobreza que V. Exª descreve bem, é realmente um fato inegável, elas ainda subsistem, de algum modo, pelos benefícios de juros baixos e prazos longos. Nós sabemos, por exemplo, qual é o papel que o Banco do Brasil exerce nisso no crédito rural. Ai de nós se esse crédito rural não fosse oferecido, até em áreas de economia pujante do País, como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e outros Estados. Mas, como V. Exª faz acusações de que se está retirando subsídio da agricultura para transferir para o capital, não estou entendendo por quê. Qual é a acusação concreta que V. Exª está fazendo, porque não conheço nenhuma decisão do Governo, que ainda nem começou, que leve a isto. Este é o primeiro ponto. O segundo...

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Pediria a V. Exª para que fosse breve.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Mas a hipótese foi levantada.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Se V. Exª me permitir, eu interromperia, mas se V. Exª me garantisse uma segunda fase.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Pois não, correto.

Respondendo ao primeiro: citei que o atual Presidente do Banco do Brasil confessou, em entrevista coletiva, que o rendimento do dinheiro, no seu todo, globalmente, foi de Cr\$ 9,25 e o rendimento da agricultura apenas apresentou Cr\$ 0,98, ou seja, não apresentou Cr\$ 1,00. Dada essas razões, ele defende que seja cortado o subsídio à agricultura, passando a subsidiar a produção. Este é o pensamento do atual Presidente do Banco do Brasil, que vai ser o Ministro da Fazenda. Então, começou a me doer os calos.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Vejamos se isso ocorre.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Mas antes de ocorrer, precisamos gritar.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — A hipótese já foi levantada.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Isso já não é nem legítima defesa putativa, é incriminação antecipada.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Tenha paciência, deixar acontecer para gritar depois, não tem sentido.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Primeiro, porque tenho dúvida de que essa expressão tenha sido corretamente registrada.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — É do conhecimento de vários Senadores que essa entrevista foi dada.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Com o maior prazer, nobre Senador Evelásio Vieira.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — V. Exª me permitiria, depois, a honra de continuar debatendo?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — S. Exª vai me auxiliar no debate.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — A apreensão de V. Exª é perfeitamente correta, porque o atual Presidente do Banco do Brasil, futuro Ministro da Fazenda, não apenas declarou à imprensa, tem defendido, sistematicamente, a transferência do subsídio ao crédito agrícola para a produtividade agrícola.

Ele tem defendido isto. E essa tese está encontrando ressonância dentre as pessoas de prestígio, de força, de poder de decisão do Governo que vai-se instalar amanhã. A apreensão de V. Exª é perfeitamente justificável.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Muito obrigado, Senador Evelásio Vieira.

Dai, Senador Jarbas Passarinho, a minha apreensão em trazer à tribuna, neste dia...

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Apreensão.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — ... que se avizinha à posse do novo Presidente. A minha apreensão, que é a apreensão de todos aqueles que fazem agricultura extensiva, neste País.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Creio que a apreensão seja geral. Agora, eu, como Líder da Maioria, fico feliz que a Oposição, neste momento, não tenha nenhum fato concreto, só tenha apreensões sobre fatos possíveis. Eu fico feliz porque, se a Oposição tivesse fatos concretos, não estaríamos sendo poupados aqui. Já V. Exª está falando por antecipação. Este é um ponto. O outro ponto é que não é cabível apenas dizer... E veja V. Exª que eu pertenci muito mais ao Governo Médici do que ao Governo Geisel. Entretanto, seria para mim até um gesto desleal se eu admitisse que a afirmativa de V. Exª passaria sem reparo, porque nós, realmente, em 1973, tivemos um resultado espetacular. Tivemos o melhor índice de solvência de toda a economia brasileira em 1973, tivemos 0,993; comparada à dívida externa líquida sobre as exportações. Hoje não, hoje estamos com mais de 2 e o índice 2 é perigoso, todos nós concordamos. Mas o que não podemos, Senador Agenor Maria, é apenas nos referir que tínhamos uma dívida de 14 bilhões e passou para 30 bilhões, porque, ao mesmo tempo, tínhamos uma exportação de 6 bilhões e passamos para uma exportação de 12 bilhões. O quadro é dinâmico. O que eu pedi ontem, nesta Casa, era exatamente que não se analisassem a dívida externa apenas sob o ângulo de valores absolutos. Ela tem que ser analisada sob o dinamismo das exportações, sob o índice de solvência que é extremamente importante, e sob o perfil da dívida. O que temos de pagar dessa dívida nos próximos anos, no primeiro, no segundo, no terceiro, no quarto e no quinto porque, em 1973, devíamos apenas três bilhões. Se a comparação fosse feita em termos absolutos, veja V. Exª, iríamos pedir perdão, nós que fizemos a Revolução, porque devíamos três bilhões e agora devemos trinta. Mas devíamos três bilhões e não podíamos pagar três bilhões. Corríamos, de pires na mão, nos banqueiros internacionais, pedindo moratória. Hoje devemos trinta, mas não temos um compromisso retardado. Há esta diferença. Então, o que eu não aceito é a comparação em valores absolutos.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Senador Jarbas Passarinho, respondendo a V. Exª, a dívida não pode ser medida pela exportação, porque V. Exª, tem de reconhecer que exportamos doze bilhões, mas quem concorreu com mais de 70% para essa exportação foi a agricultura deficitária, foi essa agricultura que concorreu...

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Perdão. Sou inteiramente a favor de V. Exª e do agricultor, mas não é verdade. Por favor, o dado está aqui.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Se V. Exª considerar a agricultura, em termos de matéria-prima e considerá-la também em termos de exportação de produtos industrializados, a agricultura concorreu com mais de 70%.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Perdão, Senador, mas é um cochilo. No total das exportações de doze bilhões, no ano de 1977, os produtos industrializados entraram com cinco bilhões. Produtos industrializados!

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Se V. Exª procurar ver, nesses produtos industrializados, aqueles que foram fabricados com algodão, com algumas fibras naturais, verá V. Exª que a agricultura concorreu com mais de 70%. Se a agricultura concorreu para que a balança de exportações...

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Mas a premissa não é verdadeira...

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — ... chegasse a oito bilhões, V. Exª compreende, então, que não é possível, nós que fazemos agricultura, especialmente no Nordeste, calarmos diante desta situação.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Estamos a favor das aspirações de V. Exª, quero apenas corrigir os dados.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Pois não, Senador. Os oito bilhões — falo oito bilhões porque é questão de fração — que a agricultura concorreu — pode cair. Porque, afirmo a V. Exª, se o Governo que vai entrar amanhã tirar o subsídio do dinheiro...

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Mas não vai tirar. Não vai tirar!

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — ... para a produção, se concordar com o futuro Ministro da Fazenda...

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Não vai tirar.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Porque o problema é o seguinte: o que nos deixou preocupados...

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Estou empenhado na responsabilidade de Líder, mas acho que a intuição de V. Exª, embora justa, pelo que vejo, não vai-se dar.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Senador Jarbas Passarinho, me conceda a oportunidade de terminar o meu raciocínio.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Pois não.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Quem afirmou foi o Presidente do Banco do Brasil, e este homem foi promovido a Ministro da Fazenda, Senador. Depois que ele afirmou a tese que defende, foi promovido a Ministro da Fazenda.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — V. Ex^a me permite, nobre Senador?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — E isto realmente nos preocupa. Quem afirmou foi uma autoridade da maior importância do futuro Governo.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Não foi o Presidente da República futuro quem afirmou, foi?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Quem afirmou foi o Sr. Ministro da Fazenda.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Dá licença, Senador?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Com o maior prazer, concedo o aparte ao Senador Henrique Santillo.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Nobre Senador Agenor Maria, V. Ex^a está carregado de razões. É evidente que estamos prestes a iniciar um novo Governo, e o eminente Líder da Maioria sabe disso, e há uma plêiade de intenções já manifestadas na imprensa quanto a determinadas modificações na estrutura econômica do País. E todas estas manifestações têm sido feitas pelos futuros Ministros, entre os quais o atual Presidente do Banco do Brasil, futuro Ministro da Fazenda, o Senador e futuro Ministro das Minas e Energia, Cesar Cals. Apenas para citar dois assuntos: este que V. Ex^a traz, hoje, à tribuna desta Casa, e a outra intenção de privatizar a economia nacional — e aí vem o problema da discussão do juízo de valor, — provavelmente para desnacionalizá-la ainda mais, porque, em passado muito recente, todas as tentativas de se privatizar qualquer empresa estatal, no País, esbarraram com a falta de condições dos empresários nacionais de assumirem as grandes proporções econômicas de nossas empresas públicas. Então, V. Ex^a está certo quando manifesta, aqui, sua apreensão diante deste problema. Por outro lado, não foi apenas o futuro Ministro da Fazenda que se manifestou, também, favorável à extinção dos incentivos à agricultura, à produção agrícola.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Ao crédito.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Ao crédito, incentivos creditícios, mas também o futuro Ministro da Agricultura que, há bem pouco, pela imprensa, dando suas impressões, evidentemente em caráter ainda de impressões, declarou que não tinha, ainda, um plano político-administrativo para o seu Ministério, mas que tinha a impressão de que era preciso modificar o sistema de incentivo creditício à agricultura. Ora, isto somado à declaração do futuro Ministro da Fazenda, realmente, é preocupante. Por outro lado, gostaria de frisar uma coisa: ninguém tem trazido aqui, em nome da Oposição apenas a configuração da dívida externa bruta do País. Pelo contrário, como cita o elevado montante da dívida externa bruta do País, se faz referências, também, às nossas reservas, se faz referências, sobretudo, também ao nosso índice de solvência que atingiu, no ano de 1978, o seu maior valor em toda a história da economia deste País: 2,6; e, o ano referido por S. Ex^a, o Líder da Maioria, que foi 1973, apresentou o índice de 2,11. Portanto, estamos hoje numa situação muito pior, do ponto de vista econômico, do ponto de vista de solvência de nossas dívidas, do que em 1967, que foi um dos anos mais desastrosos na História do País. Tivemos, também, a oportunidade de abordar, desta tribuna, não apenas isso, mas também os serviços da dívida que chegou a atingir, em 1978, importância superior a 50% de todas as nossas exportações no mesmo período.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Este é um dado terrível!

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Terrível, chocante, mas verdadeiro! São os números fornecidos pelo próprio Banco Central, compulsados por nós outros pelos próprios órgãos do Governo. Não estamos aqui pondo em dúvida os dados fornecidos pelos próprios órgãos governamentais. Por outro lado, temos que convir, sabemos perfeitamente que as exportações brasileiras subiram bastante, mas, lamentavelmente, subiu muito mais o serviço da dívida, e a própria dívida, em proporções assustadoras. Não estamos aqui para apresentar valores absolutos, para fazer comparações sofistas, não estamos aqui para sofismar, para raciocínios apriorísticos, mas, pelo contrário, para mostrar a realidade econômica do País à Nação inteira porque, para isso estamos aqui, e para isso fomos trazidos pelo povo a esta grande Casa que é o Congresso Nacional. Agradeço a V. Ex^a e eu precisava dar este aparte para que, realmente, as coisas pudessem ser colocadas nos seus devidos lugares. Pretendia dizer isso da tribuna na próxima semana, e irei para dizer novamente, porque acho que isto deve ser repetido e com bastante frequência. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Muito obrigado a V. Ex^a Antes de conceder o aparte ao nobre Senador Lomanto Júnior, desejo dizer o seguinte: a ânsia, a ganância desenfreada deste Governo por dinheiro é tão grande que o preço do café foi autorizado a subir para Cr\$ 82,50 o quilo.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Posso dar um depoimento ligeiro?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Só para terminar o meu raciocínio...

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — De um industrial do café. Ele estranhou isto. Senador!

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Para que a Casa tenha uma idéia, 60 quilos de café em grão produzem, na casa de qualquer um de nós, num caco de prato, numa teta qualquer, quarenta e oito quilos de pó de café, e isto, a Cr\$ 82,50 perfaz um total de Cr\$ 3.966,90. Não há nenhum produtor de café que esteja vendendo café

nem a dois mil cruzeiros. O preço do café oscila entre 1 mil e setecentos, e mil e novecentos cruzeiros. Por que, então, essa alta desenfreada do café? Por incrível que pareça o argumento maior que aparece é que é preciso subir o preço do café para as camadas mais sofridas, mais pobres, mais desgraçadas, de poder aquisitivo mais baixo, e se possa exportar mais café. Infelizmente esta é a grande realidade desta Nação. Somos o maior produtor de café do mundo e nosso assalariado de baixa renda não pode tomar café porque precisamos exportar mais. O ano passado na América do Norte, que não produz café em parte alguma do seu imenso território, o café em pó, durante o ano, teve uma baixa de três vezes, o café em pó baixou nos Estados Unidos por três vezes, e aqui, no Brasil, não baixou nem uma vez.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — V. Ex^a vai me permitir terminar o meu raciocínio.

Defender o Governo é uma coisa, e querer defender o imponderável é outra coisa muito diferente. O que estou afirmando sobre o café é uma realidade, e eu me permito dizer: não tem sentido, Sr. Presidente e Srs. Senadores, essa alta do café para Cr\$ 82,50, elevando o custo do café torrado para Cr\$ 3.960,00, quando o produtor do café está vendendo em Vitória, Estado do Espírito Santo, no máximo a Cr\$ 1.900,00 a saca. Sobe mais de 100%. E é de se perguntar: com quem fica essa diferença? Por que não fica com o torrefador? Se não fica com o torrefador, esmaga-se o produtor, o consumidor deixa de tomar o café, porque não tem poder aquisitivo. Por que tudo isso?

Isso se passa com o café e o açúcar. Estamos exportando o açúcar a menos de Cr\$ 4,00 o quilo mas estamos pagando a Cr\$ 8,40. Por que isso? Somos os maiores produtores de café e açúcar a partir do ano passado, e não podemos tomar café e, no meu Nordeste, quem ganha esse salário miserável de 1.022 cruzeiros, faz garapa de rapadura porque não pode comprar açúcar.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é a realidade. O resto é folclore, o resto é querer ser agradável a um Governo que, a cada dia, enterra mais esta Nação. Sim, porque eu afirmo, Sr. Presidente e Srs. Senadores: a situação do assalariado da minha região é insustentável. O Governo, não sei como, subiu, agora, a taxa de luz, o gás, mas está pensando em subir o salário só a partir do dia 1º de maio. Esse mesmo Governo que concede a alta ao cimento a cada noventa dias. Então, o cimento, dada a inflação a cada noventa dias pode ter alterado o seu preço; o cimento que não sente, o cimento que não come, o cimento que não tem sentimento, o cimento que não é um ser, sim, pode subir a cada três meses porque a inflação assim manda que ele suba, mas o assalariado que tem estômago, o assalariado brasileiro que come, que tem alma, esse tem que esperar que o Governo, a 1º de maio, diga quanto é que ele vai ganhar.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, sempre que venho a esta tribuna, venho trazendo elementos que possam robustecer o meu pronunciamento.

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — E, agora, trago junto com esses elementos, a esperança de que o Presidente que se empossa amanhã, o Presidente que assumirá amanhã...

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — V. Ex^a me permite, agora, um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — ... compreenda que nós não podemos continuar subjugados a uma filosofia política aonde as leis são elaboradas tendo em vista o lucro do capital e onde a criatura humana é um mero e simples instrumento. Não, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não tem sentido que continuemos assim, porque assim continuando, vamos perder a nossa própria tranquilidade.

E, agora, é com o maior prazer que concedo o aparte ao homem da terra do cacau, que no ano passado concorreu com mais de oitocentos milhões de dólares para a nossa balança comercial e que irá concorrer com muito mais, desde que o Governo continue a dar juros subsidiados para que a agricultura possa, mesmo com sacrifício, produzir para o enriquecimento desta Nação.

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Agradeço a V. Ex^a; Senador Agenor Maria, e quero dizer que a admiração é recíproca.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Muito obrigado.

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — V. Ex^a é, sem dúvida alguma, um dos representantes do povo nesta Casa, que tem marcada a sua atuação, a sua presença, na defesa dos seus mais lúdimos interesses. Apenas não posso concordar com as apreensões de V. Ex^a exatamente quando vai se iniciar, dentro em breve, a ação de um Governo que elege a agricultura como meta prioritária, não posso concordar. Fico ainda a escutar e a ter a segurança, através daquelas palavras ditas pelo Presidente João Baptista Figueiredo, de que no seu Governo a Agricultura teria um tratamento prioritário. E não pode haver tratamento prioritário sem subsídio, sem preferência, sem ajuda concreta e maciça.

Concordo com V. Ex^a que a agricultura brasileira tem dado a sua contribuição decisiva no processo de desenvolvimento do País, sobretudo, repito, contribuindo com uma parcela considerável no produto da exportação brasileira — e ela vai continuar. Disse bem V. Ex^a que o cacau deu expressiva contribuição e este ano deverá contribuir ainda com muito mais, graças, sem dúvida alguma, à ação do Governo, dos Governos revolucionários que transformaram o País de 4º ou 5º produtor de cacau em 2º produtor, numa programação para que tomemos a dianteira na comunidade internacional. Tenho razões para ter esperanças, fundadas esperanças no

Governo que vai se instalar, e ainda novos incentivos, subsídios maiores se forem necessários, serão dados a essa agricultura, que se de um lado, recebe a ajuda do Governo — com dificuldades, é bem verdade — responde também aos apelos, aos chamamentos do próprio Governo. Não tenha preocupações, porque se o Governo elegeu como uma das metas principais a agricultura, não será ele que irá desestimulá-la. Fique tranquilo, V. Ex^a, como estou tranquilo neste momento, de que providências novas, objetivando uma melhor produtividade, objetivando amparar a produção, objetivando estimular o campo, essas providências virão no Governo do eminente Presidente João Baptista Figueiredo. Quero dizer a V. Ex^a ainda, para não tomar mais o seu precioso tempo, que não se antecipe num pessimismo que não constrói, numa advertência que no meu entender ainda não deve ser feita porque o que ainda escuto — repito as palavras iniciais do meu aparte — é a segurança com que todos nós assistimos o futuro Presidente do Brasil dizer que, no seu Governo, a agricultura terá um tratamento especial, os homens do campo serão amparados, e protegidos, porque esses heróis anônimos têm dado ao País uma contribuição admirável em circunstâncias às vezes adversas, para o desenvolvimento nacional. Muito obrigado a V. Ex^a por haver me concedido este aparte. Nós prosseguiremos o debate. V. Ex^a ter-me-á a seu lado nos momentos em que trouxer para o Senado fatos concretos, como também, não devo participar nesta hora das suas apreensões, porque confio na ação do Governo que vai-se instalar a partir de amanhã, não com gastos excessivos como V. Ex^a anunciou neste instante, mas um fato, um episódio da mais alta relevância para o País. É a assunção de um novo Chefe, onde nós estamos recebendo do mundo inteiro a presença das suas representações, aonde o povo vem para assistir, para prestigiar a posse de um novo Presidente. Ora, Ex^a, é um fato significativo, da mais alta relevância, que não impede, como não tem impedido, que o atual Governo venha socorrendo como levei de vista, levando aquelas providências emergenciais, gêneros alimentícios, providências de ordem sanitária, que serão complementadas com aquelas providências definitivas para recuperar-se a economia da região assolada. Creia, sinceramente, e desculpe alongar-me neste aparte. É porque tenho admiração também por V. Ex^a, que simboliza, nesta Casa, a representação legítima do povo do seu Estado; V. Ex^a é, sem dúvida alguma, a síntese, o retrato do esforço de um homem do povo que chega à mais alta Casa da representação popular.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Muito obrigado, Senador Lomanto Júnior. Na realidade, V. Ex^a emociona-me com o seu aparte mas, mais uma vez, volto a dizer: as minhas apreensões têm fundamento, porque elas partiram de uma entrevista dada por aquele que vai ser o Ministro da Fazenda.

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Prefiro ficar com a palavra do Chefe.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Quero mostrar que o *Correio Brasileiro* de domingo trouxe a situação de desespero de centenas e milhares de pessoas que, em Brasília, não têm um leito de hospital; que, na Capital da República, não têm como tirar uma radiografia. São milhões de pessoas que sofrem, na carne, a marginalização de um Governo que não dá a assistência devida a milhões de criaturas que estão aí marginalizadas.

Quem está dizendo não é o Senador Agenor Maria, não, mas o *Correio Brasileiro* de domingo, 11 de março, que conta a história dos previdenciários de Brasília. Trago, também, a situação da Cidade Ocidental, com as crianças morrendo de meningite, abandonadas, sem tratamento; trago, também, documentos sobre o Hospital do Gama, com fotografias de centenas de criaturas doentes na fila sem poderem ser atendidas. Essa é que é a posição que nós, que representamos o povo e que temos, antes de tudo, obrigações com esse povo que foi quem nos mandou para cá, de falar desta tribuna, porque aqui estão os jornais — não são do ano passado, são de domingo —, contando a história real da pobreza da nossa Capital. Não vou ler, mas estão aqui os jornais e qualquer dos Srs. Senadores pode ler, o *Jornal de Brasília* do dia 11 de fevereiro e o *Correio Brasileiro* do dia 11 de março. É uma história que nos arrepia.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Enquanto isso o Governo faz um banquete de cinco mil talheres.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — É uma história que nos entristece. Para que o Senado tenha uma idéia, há pessoas que passam oito horas na fila, quando chega o médico e diz: "Nós não temos especialista-otorrino; você tem que procurar um outro hospital". Há pessoas que levam oito a dez dias para encontrar um especialista na sua doença, depois de passarem pelo vexame, pela fadiga, pelo sofrimento de várias horas numa fila.

Estive na França e lá não existe esta humilhação. Lá, o previdenciário procura qualquer médico credenciado, mas aqui, não, é essa fila monstruosa e humilhante. Uma fila que, realmente, nos entristece. No Gama, para radiografias...

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — ... a pessoa se inscreve e leva 30 dias esperando chegar o dia para fazer o exame.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, sendo esta a realidade, nós não podemos calar, lendo, hoje, a notícia de um banquete de 5 mil talheres e, lendo os jornais, vi o paradoxo da situação atual desta Nação. Eu não posso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ir ao banquete porque, se eu for, vai me dar indigestão; se eu for, sinto que não vou poder fazer a digestão daquela comida, porque estou pensando nesses miseráveis brasileiros como eu, que não podem tirar uma radiografia, que não podem fazer uma consulta médica e que não podem pagar o médico.

É com o maior prazer que concedo o aparte, agora, pedindo desculpas ao nobre colega Humberto Lucena, da Paraíba.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Trago o meu apoio ao discurso que V. Ex^a está pronunciando, nesta tarde, com a preocupação primordial de defender a situação das classes menos favorecidas da nossa população do meio urbano e do meio rural. Quanto ao Nordeste, V. Ex^a, no início de seu pronunciamento, referiu-se a uma questão que é das mais graves para aqueles que lidam na produção agrícola: ao êxodo rural. Lembra-me, então, de uma pastoral de Dom José Maria Pires, Arcebispo da Paraíba, que V. Ex^a bem conhece, que hoje é um dos Líderes da Igreja Católica do Nordeste, quando S. Ex^a Revma., referindo-se aos projetos agropecuários que a SUDENE vinha aprovando para a nossa região, de pecuária extensiva, dizia que "o boi estava expulsando o homem do campo". Acredito, nobre Senador Agenor Maria, que esse seja um aspecto para o qual V. Ex^a deva atentar bem. E ninguém melhor do que o nobre Senador José Lins, que foi ex-Superintendente da SUDENE, para nos dar um depoimento a respeito. Mas, não gostaria de terminar a minha intervenção no discurso de V. Ex^a, sem aludir também a um ponto que se me afigura da maior importância: é que V. Ex^a tem absoluta razão quando se preocupa com a questão da extinção do subsídio dos juros do crédito rural, pois não se trata apenas de uma entrevista do futuro Ministro da Fazenda, Sr. Karlos Richbieter, mas, sim, de uma das diretrizes na sua gestão no Ministério da Fazenda.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Muito obrigado, nobre Senador Humberto Lucena.

O Presidente do INAN — Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, não é o Senador Agenor Maria, não, mas o Presidente desse Instituto — disse que o problema da subnutrição no Brasil não é um problema biológico, mas um problema econômico. Ora, Sr. Presidente, quem diz não é a Oposição, nem Agenor Maria; quem diz é o Presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. Nós temos mais de nove milhões de crianças carentes de melhor alimentação — e não podia ser diferente: o salário é de fome. O salário da minha região, volto a repetir, de Cr\$ 1.111,20...

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Senador Agenor Maria, seu tempo está esgotado e peço a V. Ex^a para concluir o seu pronunciamento.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Sr. Presidente, peço permissão para conceder um aparte ao Senador Evelásio Vieira.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permita-me, Senador? Eu também já tenho um aparte pedido desde o início do discurso de V. Ex^a

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Concedo o aparte ao Senador Evelásio Vieira e, a seguir, ao Senador José Lins.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Quando V. Ex^a chega ao epílogo do seu carrossel sócio-econômico, cabe, de minha parte, externar os cumprimentos particularmente, porque fez a apreciação, fez a crítica com dados, com números que não foram contestados pelos homens do Governo. Antes, pelo contrário, vários deles até se associaram nas críticas de V. Ex^a. Mas quero me referir à intervenção do Líder Jarbas Passarinho, quando diz que a dívida externa de 31 bilhões de dólares, líquida, não é razão para preocupações porque as nossas exportações se ampliaram para 12 bilhões de dólares. Há equívoco do Líder da ARENA. Subiram, cresceram essas exportações, a que preço? Os brasileiros todos, a subsidiarem até 64% a exportação de manufaturas, ICM de produtos industrializados, para os países ricos. Estamos, hoje, Senador Agenor Maria, em face dessa dívida externa inquietante, preocupante para todas as pessoas responsáveis neste País, subsidiando até matérias-primas que vão para a Europa, são transformadas em bens úteis que são vendidos ao brasileiro a altos preços, como um componente extraordinário dessa inflação galopante. É preciso que se esclareça à Nação, esses pontos, esses aspectos, porque o Líder do Governo, Senador Jarbas Passarinho, está totalmente equivocado nas suas afirmações.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Senador Evelásio Vieira, a exportação do açúcar, volto a dizer, para a Alemanha, para o Japão, faz com que lá eles estejam consumindo um açúcar mais barato do que nós. A exportação do café para os Estados Unidos, onde o ano passado baixou por três vezes, aqui só faz subir, e dá a demonstração patente...

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — O calçado, o automóvel...

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Não, o automóvel não, porque nós pagamos aqui, para comprar um Opala, 49% de taxa, fora a taxa indireta do emplacamento, que representa mais de 50% do valor do automóvel; é tributo.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — A inflação é de custo tributário no caso do automóvel porque é mais de 50%, é tributo; 49% paga o automóvel...

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Assim que terminar o meu raciocínio, nobre Senador.

A caminhonete paga 35% e o caminhão 22. O que eu quero afirmar é o seguinte: quando exportamos o automóvel lá para o estrangeiro eles não pagam um centavo; o automóvel custa para eles 47% do que custa para nós, resultando nesse salário miserável pelo qual, hoje, os metalúrgicos estão em greve; salário desgraçado que está aí matando o nosso povo.

O sustentáculo, a base maior da sociedade brasileira está na família, na religião. Sr. Presidente, Srs. Senadores, a base da nossa estabilidade está na nossa família e na nossa religião; pois bem, o empobrecimento das classes assalariadas está concorrendo para fazer desaparecer a cada dia a família e infelizmente a fé. A família e a fé, no Brasil, a cada dia que passa diminuem mais, por conta do empobrecimento que transformou-se em miséria, e miséria é sinônimo de prostituição; pobreza é aquela que o homem pode bater no peito e dizer: "eu sou pobre mas vivo às minhas custas". Mas, qual é o assalariado neste País que pode dizer, hoje, que é pobre e vive às próprias custas?

Que fez o Governo o ano passado? Mandou dar remédios de graça reconhecendo que o poder aquisitivo das classes assalariadas mais humildes é baixo, mandou dar alimentos através da LBA.

Dar é uma maneira de desfibrar a criatura, nós não podemos conciliar na mesma pessoa o homem que trabalha e o homem que pede, Sr. Presidente. Daí, estamos pervertendo o processo da própria dignidade em nosso País.

Sim, repito, não podemos conciliar na mesma pessoa o homem que trabalha e, ao mesmo tempo estira a mão e pede. Não, Sr. Presidente, tenho dito, desta tribuna, vamos dar a quem trabalha o direito, o sagrado direito, o obrigatório direito de poder dizer, "sou pobre, mas vivo às minhas custas". Não é digno o homem trabalhar e receber de graça o remédio, ir para as filas da LBA receber de graça o alimento, porque o poder aquisitivo dele, que trabalha, é baixo.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Concluindo, pediria permissão à Presidência, na sua generosidade, para conceder um último aparte ao nobre colega José Lins.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Agradecido, nobre Senador Agenor Maria. V. Ex^a tem o mérito de levantar problemas, mas nem sempre a segurança de analisá-los com a tranquilidade que a responsabilidade desta Casa exige. V. Ex^a fala a respeito de questões da agricultura brasileira, enquanto levanta também problemas da agricultura do Nordeste. Acredito que nenhum brasileiro, em sã consciência pode negar o progresso que fizemos nos últimos anos na agricultura brasileira, e mesmo o nobre orador confirma, dessa tribuna, a este Plenário que a agricultura tem contribuído em larga faixa para ampliar as exportações brasileiras e, portanto, para compensar a balança comercial. Quanto à produção em si, após um período de estagnação, passou a se expandir entre 71 e 77 a uma taxa média de mais 6% ao ano. Atingimos em 1974 a mais de 8%; e em 1976 — se não me engano — ou em 1977 a mais de 9%. É verdade que em outros anos mesmo do período do Presidente Geisel, como em 1978 tivemos taxas baixas, até mesmo um decréscimo na produção, mas V. Ex^a sabe quais foram as causas dessas dificuldades: a seca do Rio Grande do Sul, inundações em certas áreas e outros acidentes climáticos. V. Ex^a reclama a manutenção de subsídios para a agricultura, embora seja contra o subsídio para a indústria e, até para exportação.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Não sou contra; faço uma avaliação.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Pelo menos foi o que entendi. Além do mais, pretende chamar a atenção para a suposta posição de alguns Ministros sobre o problema dos subsídios à agricultura. Passa o nobre orador a supor que esses Ministros são contra esses subsídios. Nada mais injusto e inoportuno. Todos entendemos que a agricultura precisa de ajuda. Mas o que se tem verificado é que os subsídios dados à agricultura estão sendo muitas vezes desviados com graves prejuízos para o setor. O Governo pretende corrigir essa distorção. Em vez de premiar os que dizem, que querem produzir, deseja-se premiar efetivamente a produção e a produtividade. Não é justo, por exemplo, que créditos destinados a uma área tão carente, passem a ser, aplicados ou, por que não dizer, desviados para outros objetivos muitas vezes prejudiciais ao povo brasileiro em benefício de interesses pessoais ou de grupos. Quem pode desconhecer, por outro lado o esforço que o Poder Público tem feito nos últimos anos para reduzir a pobreza das camadas mais desfavorecidas? V. Ex^a há de convir que em 1963, a renda *per capita* do nordestino era inferior a 250 dólares e que hoje é de mais de 630 dólares por habitante. Isso não significa empobrecimento. Embora concorde com V. Ex^a que nem sempre essa distribuição é equitativa, é evidente que mesmo as camadas mais pobres da população tiveram aumento da renda *per capita*. É certo que seu padrão de consumo mudou. O grau de suas necessidades, o grau de suas aspirações cresceu. Mas ninguém pode negar o esforço que este Governo tem feito para aumentar a produção, para aumentar o produto, para aumentar a renda, para aumentar as exportações, para melhorar o padrão de bem-estar do povo. V. Ex^a há de convir que, se queremos crescer temos que produzir bens de capital neste País e sem importar *know-how*, sem trazer de fora os meios necessários, sem fazer um grande esforço na área da importação, no momento; não vamos poder nos preparar para o futuro. Desculpe V. Ex^a esta intervenção, que deveria ter sido feita ao longo do seu discurso e que está agora se alongando, ocupando parte de seu precioso tempo. O culpado foi V. Ex^a que não me concedeu os apertados pedidos...

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Três vezes.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — ... quando me preteriu para conceder a palavra a todos os membros do MDB.

O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN) — Sr. Presidente, concluo, agradecendo a generosidade dos apertados, agradecendo à Mesa e peço a Deus na sua onipotência que esclareça, que ilumine o futuro Presidente da República, para que não só continue

subsidiando os juros, mas baixe o tributo que sobrecarrega o produto bruto na mão do homem do campo, porque posso afirmar à Casa, à Nação e ao Governo, a agricultura de algodão e sisal é deficitária e não pode continuar a responder por uma taxa tributária que vai a 15%, inclusive como ex-produtor. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Na forma do Regimento, concedo a palavra ao nobre Líder Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Nada como os fatos concretos, porque na proporção em que estabelecemos aqui esse tipo de convivência, me parece que será muito fácil esclarecer ou definitivamente assumir responsabilidades.

Acabo de falar com o Ministro Karlos Rischbieter. Disse que S. Ex^a estava sendo brindado pela ira sagrada do Senador Agenor Maria em defesa da agricultura e que a colocação tinha sido exatamente essa, a de que se atribuiu a S. Ex^a, numa entrevista coletiva, pois que afirmada pelos srs. presentes, a declaração de que pretendia eliminar o subsídio da agricultura, fazendo até comparação com a maior velocidade de remuneração do capital, o que antecipei a S. Ex^a antes de vir resposta, o que achei um despautério de tal ordem, que arriscando a minha posição de Líder, desde logo, disse que não acreditava que o Sr. tivesse dito isso. Terminei essa parte e perguntei-lhe: acertei ou errei? A resposta dele foi: "Acertou *in totum*, jamais disse isso. Ao contrário do que o seu ilustre colega do MDB está afirmando da tribuna, a minha preocupação é com o pequeno produtor, e exatamente com aquele que é a preocupação dele. Como o pequeno produtor, em geral, o pequeno agricultor tem extrema dificuldade de acesso ao crédito, mesmo ao crédito rural, o que recomendei, e pretendo recomendar, é que haja ao lado do subsídio, mas com muito maior ênfase, a garantia do preço mínimo e a garantia da compra do produto". Então, esta é a política que S. Ex^a pretende imprimir junto com o Ministro da Agricultura, neste campo. Ouvi de S. Ex^a, nunca tive com ele maior relacionamento pessoal. Não tenho, entretanto, a menor dúvida de acolher as suas informações, até porque a forma provocativa pela qual eu lhe transmiti o pensamento da Minoria, foi esta que acabei de descrever à Casa.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Ouço o nobre Senador por Santa Catarina.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Senador Jarbas Passarinho, sempre de total credibilidade às palavras de V. Ex^a Eu ouvi, eu escutei do Dr. Karlos Rischbieter, meu conterrâneo, em Blumenau, que ele defende a tese da transferência paulatina do subsídio do crédito agrícola para a produtividade, como um prêmio à produtividade, tese de que eu participo, desde que gradual. Tenho, também, publicação nesse sentido. O que não se pode e é a impressão do Sr. Senador Agenor Maria, é transferir de imediato. V. Ex^a sabe que no Pará, como em Santa Catarina, os grandes e médios empresários conseguem o financiamento do Banco do Brasil a um custo, que eu reconheço e nós todos reconhecemos, baixíssimo e aplicam na especulação imobiliária, no mercado aberto. De forma que a afirmação do Presidente do Banco do Brasil é verdadeira.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — E também no golpe dos fertilizantes.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — E em outros tantos.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — É assunto tornado sigiloso pelo Governo Federal.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Senador Evelásio, vejamos se nós vamos por partes.

Mereço a honra de um ataque global e nesse sentido me estimulo. Não sei por que tornado sigiloso, porque não deveria ser. E, se tornado sigiloso, para encobrir qualquer coisa, é tempo, inclusive, que quebre o sigilo. Posso garantir a V. Ex^a que correligionários de V. Ex^a, como meus, devem ter sido envolvidos no mesmo escândalo do fertilizante. Não deve ter sido este triste comprometedor privilégio apenas de alguém com pensamento governista ou antigovernista.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Faço abstração disso. Acho que o assunto não pode ser sigiloso, quem tiver responsabilidade deve responder por ela.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Gostaria de dirigir-me ao nosso bravo companheiro de Santa Catarina, um dos homens cujo caráter eu aprecio tanto na Casa e, portanto, a recíproca é verdadeira: se V. Ex^a me empresta credibilidade, eu empresto total credibilidade a V. Ex^a

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Senador, rapidamente, eu gostaria de ser amigo de V. Ex^a

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Se V. Ex^a quer ser meu amigo, não seja tão rápido.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Vou demonstrar que sou amigo do Líder Passarinho, não apenas do cidadão Passarinho, mas do Líder da ARENA. Ontem, ao discursar daquela tribuna, V. Ex^a fez uma afirmação que talvez o meu aparelho auditivo não tenha funcionado bem, ou o aparelho de som, e eu estou "encucado"

V. Ex^a afirmou que a nossa dívida externa é em razão também dos empréstimos vultosos, contraídos por empresas particulares, empresas estatais e empresas transnacionais. E que essas empresas têm manipulado esse dinheiro, e segundo o meu entendimento das palavras, pelo menos implícitas, de V. Ex^a,...

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Até aí há palavras do Jarbas Passarinho. Agora, daí por diante, vamos ver qual foi a interpretação.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — ... manipulavam esses recursos e atuavam no mercado aberto. Eu queria saber se V. Ex^a confirma, reafirma essa denúncia.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Não, só a primeira parte. Aliás, discutindo com o Senador Henrique Santillo eu não me recordo que tenha dito que aplicasse em mercado aberto. Eu quis mostrar o fato, mas preferiria que V. Ex^a, por ordenação de raciocínio, me permitisse retomar ao assunto original e volto logo a isto. Certo?

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Certo.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Dizia agora mesmo o futuro Ministro Karlos Rischbieter: Senador, ao contrário desta ira de que estou sendo alvo — porque eu falei em ira a ele, mas disse em tom de bonomia — eu acho que merecia o aplauso do Senador Agenor Maria, porque eu sei que ele é um pequeno proprietário. (Pausa.)

Eu só fiz a pausa, Senador Agenor Maria, porque o recado do Ministro foi diretamente para V. Ex^a. Então, ele disse que merecia o aplauso de V. Ex^a porque ele sabe que V. Ex^a é um pequeno produtor e um trabalhador. Então ele disse: aposto 99 em 100 que ele já deve ter sido vítima de intermediários. Disse a ele que eu também admitia, porque não passou pela minha cabeça que fosse V. Ex^a intermediário alguma vez. Então, ele dizia: deve ter sido vítima de intermediário como pequeno produtor e a área de consumo. E o que eu quero proteger é precisamente o pequeno produtor. Por isso, eu não digo que se deva eliminar subsídios da agricultura para passar para capital. O que digo é que a política de preço mínimo e garantia de compra é mais importante que o subsídio na forma atual.

Esta é a declaração de S. Ex^a, mostrando-se contrário à espoliação do pequeno trabalhador pelo intermediário, porque o pequeno trabalhador não tem avalista, não tem condições de ir ao banco para fazer o levantamento do financiamento. Esta é a colocação de S. Ex^a.

Agora ouço o aparte do nobre Senador pelo Rio Grande do Norte e voltarei ao meu ilustre amigo Evelásio Vieira.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Sou muito grato a V. Ex^a e fico mais do que satisfeito, porque V. Ex^a levou um caso, que representa a apreensão de todos nós, principalmente do Nordeste que fazemos a agricultura, imediatamente ao futuro Ministro da Fazenda. Isto faz com que V. Ex^a cresça no nosso conceito. V. Ex^a vai ser aqui, estou certo, um representante das reivindicações justas desta Nação. V. Ex^a vai fazer não só o papel do Líder do Governo, mas vai fazer o papel do Líder de todos aqueles que, precisando de justiça, precisam ser justificados. Antes de dar o meu aparte, quero, em primeiro lugar, agradecer a V. Ex^a a gentileza, a fidalguia e a presteza com que V. Ex^a apressou-se em levar ao futuro Ministro a nossa preocupação. Mas, levei o caso para a tribuna porque li e posso trazer o jornal ao qual S. Ex^a deu essa entrevista.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Agora, o que não é mais justo é que continuemos sobressaltados depois que provamos que o fantasma não existe. Isto seria um excesso nosso. Por outro lado, sejamos um pouco generosos com a criatura humana.

Já dizia um grande e admirável escritor francês, George Bernanos, no seu livro "Diário de um Pároco de Aldeia", no momento em que há uma imprecisão contra Deus e uma das suas personagens diz: "Oh! meu Deus, porque só me deste a palavra para expressar o pensamento."

É um instrumento tão frágil que é possível que, ao expressar o seu pensamento, o futuro Ministro tenha dado uma impressão aos Senadores, e a homens brilhantes como o Senador Evelásio Vieira, que estava presente, e que não era exatamente aquela que ele na verdade gostaria de dar, porque não creio que S. Ex^a agora, covardemente, modificasse um pensamento pessoal apenas porque estou dizendo que ele está sob ataque no Senado.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Não deduzi, eu li.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — V. Ex^a leu, já é uma transição da palavra. Eu não, estou me referindo primariamente ao Senador por Santa Catarina que ouviu. Então, estou admitindo que, neste ouvir e neste dizer, há uma margem de interpretação que pode levar a conclusões diferenciadas para o que disse e para o que ouviu.

V. Ex^a mesmo acaba de ouvir, agora voltando à segunda parte, que o nobre colega que estava, ontem, atento aqui, que me deu a honra da sua atenção enquanto eu falava, já me atribuiu ter, depois de ter condenado o papel da multinacional neste campo, ter dito que era utilizado o subsídio para jogar no *open market*. Não, não me lembro de ter dito isto. Salientei um ponto positivo do discurso do Senador Santillo e me pus de acordo com S. Ex^a e pedi a S. Ex^a, humildemente, que não se sentisse incomodado, ou como diríamos no Pará, vexado, porque estava, como Líder da Maioria, de acordo com o Senador da Minoria.

O que se passa é o seguinte, nobre Senador Evelásio Vieira, o Brasil é um dos raros, se não o único país no mundo, que declara a sua dívida externa englobando a dívida do Estado, a dívida de particulares honrada pelo Estado e a dívida pura e simples de particulares, sem garantia do Estado. É um dos raros países. Daí, então, o equívoco de se dizer que o Brasil é o país que mais deve no mundo, no chamado Terceiro Mundo. Não é justo porque estamos comparando quantidades heterogêneas.

Bem, dentro disto, feito um exame, uma análise de um economista a quem muito prezo, e pretendo submeter esse trabalho à Comissão, ou ao Plenário, quando oportuno, quando discutirmos a matéria, ficou um fato que me impressionou profundamente. Desde a Lei nº 4.132, que regula a remessa de lucros para o exterior, que variou com o Dr. Getúlio Vargas, pois era o máximo de 8% e, agora, chega a 12%, se fazem as multinacionais, o que V. Ex^a em linguagem atualíssima chamou as transnacionais, palavra que eu também prefiro, vocábulo com o qual eu prefiro designar essas empresas, porque elas nem têm bases nacionais; elas são transnacionais. Elas, para fugirem do pagamento progressivo do Imposto de Renda, — porque a partir de 12% é progressivo —, fazem investimentos mascarados, sob a forma de empréstimos tomados a uma firma no exterior. Então, esses empréstimos tomados, e muitas vezes, nisso há subfaturamentos, pelo meio, e outras jogadas dessa natureza, esses empréstimos, no trabalho desse economista, que é respeitável, significava em si, só em relação a essas grandes empresas estrangeiras, cerca de um terço do total da dívida externa brasileira a confessar.

Veja V. Ex^a: um terço! A dívida pública representa 51% do que está expresso, mas só aquilo, que corresponde ao que não tem garantia do Estado, mas que é feito por esse processo bilateral, representava um terço. Mas, não me referi a *open market*.

Aí, então, sim, existe um outro campo que exortei a Oposição a que estudássemos e, juntos, profligássemos e juntos chegássemos a uma conclusão.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador.) Após, ouvir o discurso de V. Ex^a, fui à Taquigrafia. Não vou recomendar, mas sugerir a V. Ex^a que faça uma revisão deste tópico. Sou amigo de V. Ex^a.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Então, aí, V. Ex^a é um amigo, mas um amigo impiedoso, porque primeiro leu, depois me perguntou e jogou na minha memória. É possível, até, que, no calor do meu improviso, eu pudesse atribuir que parte desse dinheiro podia estar sendo aplicado, realmente, em remuneração de capital, em *open market*.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Pois não.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Realmente, V. Ex^a se referiu a isso, ontem. E há, inclusive, acusações de economistas conceituados no País...

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Agora, eu teria me referido positivamente ou disse "podem estar aplicando?"

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Parece-me que "podem", uma coisa assim.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Talvez "podem", não é?

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Mas, V. Ex^a se referiu também a esse outro fato que, sem dúvida alguma, é um fato conhecido, descrito agora tão bem por V. Ex^a. E há também, inclusive, acusações de economistas conceituados, quanto à aplicação em *open market* pelas empresas transnacionais no País.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Agradeço muito o aparte do Senador Henrique Santillo e o refrescamento de memória que ambos me deram.

Sou dos que não fogem do que afirmo; sou daqueles que recuo dos erros que pratico, mas não sou dos que fogem do que afirmam. Posso ter, inclusive, admitido essa hipótese, porque todos sabemos que, depois da instituição do *open market*, apareceu até a figura do *overnight*. Então, se uma companhia dessa dispõe de dinheiro, é o requinte, que é combatido aqui e lastimo que tenha obrigado a se ausentar o Sr. Senador Agenor Maria, que sempre faz esse tipo de condenação da remuneração excessiva sobre o capital, em detrimento da remuneração do trabalho. Aí, eles aplicam, numa noite — já houve casos, sei de casos de *overnight*, neste ano que se encerrou, em que se remunerou a 1% a noite, o que corresponderia a 30% ao mês. Isto é meramente especulativo, isso é o lado altamente negativo do processo capitalista. Então, foi isso que eu condenei. E se adiantei um pouco mais, adiantei, possivelmente, na suposição de que eles poderiam também fazer isso. Agora, eu não responderia, honestamente, que estejam fazendo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu me dou por feliz que possa ter esclarecido à Casa o verdadeiro sentido do pensamento do futuro Ministro da Fazenda. E estou absolutamente certo de que, no decorrer dos nossos trabalhos, sempre que houver uma oportunidade como esta, será extremamente útil...

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Para isto serve o debate parlamentar.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — E para isto serve o debate parlamentar, disse tão sensatamente, tão corretamente, o nobre Líder da Minoria.

Era o nosso papel e estamos satisfeitos. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quêrcia.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero fazer um apelo a V. Ex^a. Tenho o máximo respeito pelos colegas que vão à tribuna, têm os seus assuntos, as suas matérias. Mas, estou verificando que a Mesa atual — e não é só V. Ex^a — tem deixado de, realmente, exercer o comando do horário, no que diz respeito a cada orador, porque cada um tem o seu horário estabelecido no Regimento. Tenho o máximo respeito, a máxima consideração pelos oradores que vão à tribuna levar a sua mensagem, o seu trabalho. Mas faço um apelo, nesse sentido, de que a Mesa faça cumprir o regimento. Tenho verificado isto, em geral, nesses dias, e não só com V. Ex^a mas também quanto aos outros que, como V. Ex^a, presidem as sessões. Lembro-me perfeitamente de que, quando era Presidente o Senador Petrônio Portella, dificilmente acontecia isso, a não ser em ocasiões bastante especiais. Portanto, é um apelo que faço a V. Ex^a, em nome do interesse e do direito dos Senadores desta Casa.

No último domingo, à noite, em horário nobre, a TV Globo realizou um programa com a presença do futuro Ministro das Minas e Energia, César Cals, nosso colega nesta Casa, o General Araken de Oliveira, Presidente da PETROBRÁS e o Coronel Ludwig, Assessor de Imprensa do General Geisel. O objetivo de convencer a população brasileira das excelências da política de racionalização do consumo do petróleo adotada pelo Governo, ao que parece, ficou longe de ser alcançado.

Essa política é socialmente injusta na medida em que fere os interesses, principalmente, dos mais pobres, quando os preços da gasolina e dos demais derivados são majorados. É comum a constatação feita, em diversas pesquisas, da presença de televisões coloridas em residências cujos ocupantes não possuem um nível de vida que lhes dê sequer possibilidade de se alimentar bem. A sociedade de consumo vive pressionada pela propaganda, pelos anseios e aspirações que esta provoca e a realidade salarial da maioria do povo. Em razão disso, surgem as disparidades. O trabalhador é praticamente obrigado, pela situação reinante, a comprar televisão colorida e deixar de comer.

O mesmo raciocínio cabe para o consumo da gasolina. À medida em que o Governo aumenta seu preço, os mais pobres acabam por continuar a consumir o mesmo, em detrimento de outras necessidades, enquanto que os mais ricos são menos prejudicados, pois não precisam sacrificar o consumo de outros bens em favor da gasolina.

Em razão disso, a diminuição do consumo dos derivados do petróleo fica muito aquém da necessária, e a chamada racionalização provoca inflação, na medida em que o Governo majora os preços, atingindo às indústrias que consomem óleo combustível; o transporte, que graças a uma política errada, é feito fundamentalmente por caminhões e as donas-de-casa com seus fogões a gás.

Quando, em todo o mundo, se quer economizar petróleo, os governos adotam pura e simplesmente o racionamento, por que razão o Governo brasileiro persiste na sua política infundada de racionalização?

Nós sabemos que nos regimes democráticos da Europa e dos Estados Unidos, os governos podem adotar medidas mais drásticas de racionamento porque gozam da confiança popular. Mas isso não ocorre num país que vive sob um regime de arbítrio como o nosso, onde os governos não são eleitos pelo povo como naqueles outros citados. O Governo brasileiro não vê condições de enfrentar a impopularidade de um racionamento porque já é impopular demais e receia seriamente as consequências de uma medida que nos países democráticos é tão comum.

Preferimos acreditar neste receio do Governo, do que nas teses também correntes de que o Governo mais uma vez se submete a pressões dos credores internacionais para beneficiar a indústria automobilística, ou de que o Governo é simplesmente teimoso.

Há muitos anos estamos pregando a necessidade do racionamento, porque nos parece a opção mais lógica. Poderíamos contar com uma distinção de tratamento entre automóveis de passeio e caminhões de transporte; muitas indústrias, dentro dos critérios de uma política racional do Governo, poderiam modificar o tipo de energia para as suas máquinas e os mais pobres não seriam mais prejudicados do que os mais ricos. Além do mais, haveria um controle rígido para que a Nação tão-somente gastasse o que fosse possível gastar.

Num futuro bem próximo o Governo terá de encarar de frente esta opção, mesmo sendo ela impopular e tendo ele receio disto, porque será superado pela realidade, que sempre é maior do que qualquer regime de arbítrio, por mais forte que ele seja.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Com todo o prazer, nobre Senador.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador Orestes Quêrcia, parece-me que o objetivo do programa levado à Televisão, há poucos dias, não foi, evidentemente, o de dirimir dúvidas, ou melhor, de traçar, de indicar uma política para a utilização do petróleo e da gasolina em particular. Evidentemente, foi um programa do qual constaram perguntas avulsas feitas por pessoas do Brasil e de pessoas que estão no exterior, atualmente, as quais o futuro Ministro das Minas e Energia e o General Araken, Presidente da PETROBRÁS, deveriam responder. Então, um programa desta natureza é, evidentemente, inadequado para o esclarecimento da política nacional, sobre problema tão sério como é o problema do petróleo e da energia em geral. V. Ex^a ainda fala a respeito do problema do preço da gasolina. Evidentemente, V. Ex^a pretende indicar que o Governo aumenta o preço da gasolina para beneficiar a indústria de carros. É exatamente ao contrário. A gasolina alta jamais poderia bene-

ficiar a venda de automóveis; portanto, não tem sentido a alegação de V. Ex^a neste sentido. O preço alto da gasolina é um problema para os ricos. A gasolina é, realmente, mais usada pelos ricos; neste caso não se estaria prejudicando os mais pobres, quando se aumenta o preço da gasolina. Vamos ao caso da televisão. V. Ex^a diz que quando se aumenta o preço da gasolina, alguém vai deixar de comprar alguma coisa da qual necessita mais, embora, no meu modo de ver, quem mais consome gasolina são os mais ricos. O problema da televisão com o qual V. Ex^a compara, não tem nenhum sentido, porque de duas uma: ou o homem realmente deixa de comprar comida para comprar a televisão — mas pode comprar a televisão, e nesse caso não é pobre — ou então ele pode realmente comprar a televisão. Não há, portanto, nenhuma relação de coerência entre essas alegações de V. Ex^a. É importante, sobretudo, observar que não foi, segundo estou informado, intenção do futuro Ministro César Cals — aqui não falo porque não tenho delegação para falar, do General Araken — traçar uma política ou dar uma informação ampla e precisa sobre a política nacional de energia. Apenas eles foram convidados para responder perguntas a respeito desse problema. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Eu disse para esclarecer alguns aspectos do aparte de V. Ex^a que preferiria acreditar na hipótese de rejeição do Governo de implantar o racionamento, hipótese essa que V. Ex^a não contestou. Portanto, talvez seja realmente a hipótese mais verossímil. Não acredito na hipótese corrente de que o Governo pretenderia beneficiar a indústria automobilística.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a um outro aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — V. Ex^a me permite, dei todo o tempo a V. Ex^a. V. Ex^a está seguindo à risca o exemplo do seu Líder Jarbas Passarinho...

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — É um grande exemplo, se eu puder acompanhá-lo.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Neste campo não sei se seria muito grande, porque S. Ex^a é useiro e vezeiro em não conceder direito a apartes e não concordar com a resposta ao aparte. Mas, se V. Ex^a quiser falar, ouvirei com todo o prazer.

Sr. José Lins (ARENA — CE) — Peço desculpas, mas V. Ex^a citou nominalmente a minha resposta. Apenas para uma informação mais completa, como V. Ex^a deseja. Não sei qual seria o sentido do racionamento, mas ele certamente, prejudicaria ou afetaria toda a população de um modo amplo e geral. O aumento de preço naturalmente afetará menos, porque sobrecarrega aqueles que têm automóveis, por exemplo, que são os mais ricos.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Agradeço o aparte de V. Ex^a. Não concordo com ele, porque estou desenvolvendo um raciocínio, pelo qual concluímos que o racionamento é mais justo e mais lógico — e é aplicado pelos regimes democráticos de todo o mundo — do que a racionalização, que acaba implicando num prejuízo maior às classes menos favorecidas.

Mas, com relação ao programa de domingo último — ao qual V. Ex^a também se referiu — gostaria de dizer que realmente o programa não convenceu.

Ao contrário, ressaltou dois aspectos que merecem ser comentados para demonstrar que neste assunto tão fundamental o Governo não está bem articulado. Em primeiro lugar a ausência do Ministro Shigeaki Ueki, cedendo lugar ao futuro Ministro que o sucederá, enquanto os outros dois personagens presentes ao programa, General Araken e Coronel Ludwig são os atuais ocupantes dos seus respectivos cargos.

Com o controvertido Ueki é o mesmo principal protagonista dos controvertidos assuntos relativos aos contratos de risco, programa nuclear, venda Light e venda de gasolina a preços vis para a Colômbia, a conclusão lógica da sua não presença na televisão é que o próprio Governo reconhece que hoje, perante a opinião pública nacional, não tem o Sr. Shigeaki Ueki a mínima credibilidade.

Mas, por outro lado, se o Governo pensou em substituir o Sr. Ueki, para melhor, não creio tenha tomado a decisão mais acertada. A presença de nosso colega, Cesar Cals, futuro Ministro das Minas e Energia foi frustrante para quem esperava algo melhor; foi frustrante, principalmente, por causa da sua declaração segundo a qual, no mundo atual as nações industrializadas perderam sua importância e o que vale agora é o potencial de energia de cada território.

Sobre isso pedimos a transcrição de um artigo do Sr. Rui Lopes, publicado ontem pela *Folha de S. Paulo* e do qual extraímos as seguintes frases:

“2 — Opinião

A GUERRA DO PETRÓLEO

Brasília

Campanha de Governo tem suas vantagens. Logo em sua primeira aparição na TV, o futuro Ministro das Minas e Energia demonstrou sua flagrante superioridade sobre o atual ocupante do cargo. Mesmo pelo vídeo, deu para reparar que sua coordenação motora é melhor, que ele é capaz de concatenar frases e esboçar sorrisos em momentos apropriados. Daqui a seis anos, a julgar pela mostra que deu ao País, o Sr. César Cals

terá todas as condições para deixar o Ministério — e assumir a PETROBRÁS — sabendo, pelo menos, o preço da gasolina.

Aquela história de poder energético e poder econômico, contada diante de milhões de telespectadores, da bem a medida do que nos espera depois do Sr. Shigeaki Ueki. O homem defende a tese de que as nações industrializadas perderam sua importância, e o que vale agora é o potencial de energia de cada território. Como o Brasil aparece bem nesse item, a superação de todos os nossos problemas está logo atrás da próxima esquina. Não será preciso modificar coisa nenhuma, só esperar.

Se o General Figueiredo procurasse melhor, entre as sumidades que vivem fora do Ceará, talvez encontrasse alguém mais capacitado nessa área. Alguém que soubesse, por exemplo, que o agravamento da situação dos subdesenvolvidos pouco tem a ver com a OPEP."

Diz ele que o Presidente poderia ter escolhido alguém que soubesse isto. E continua:

"Fossem as importações de petróleo a causa do desequilíbrio comercial, e as nações cuja produção é suficiente para o consumo interno estariam com a balança estabilizada, quem não produzisse uma gota estaria à beira da falência.

Japão e Alemanha não retiram do chão um litro de petróleo e, no entanto, acumulam a cada ano maiores saldos positivos nas transações internacionais."

Isso demonstra a inviabilidade das declarações do fuguro Ministro das Minas e Energia, que realmente frustrou a todos aqueles que esperavam alguma coisa a mais do nosso eminente Colega.

E continua:

"Enquanto isto, aqui mesmo, na América Latina, temos produtores com dívidas crescentes. Logo, o problema é um pouco diferente, e não se relaciona apenas com a quantidade e o preço do combustível que importamos. Mais grave é o repasse, ao Terceiro Mundo, pelos países industrializados, de seus custos energéticos. Até o FMI está cansado de discutir soluções para essa manobra, que coloca em risco o sistema econômico do Ocidente ao gerar dívidas que, dentro das atuais regras do jogo, jamais serão pagas. E as propostas de calote universal, subscritas principalmente por nações da África e da Ásia, estão crescendo de volume de maneira a preocupar os ricos.

Como esses assuntos nunca foram discutidos na região em que a Usina de Boa Esperança distribuiu energia, o Sr. César Cals não entendeu patavina da questão proposta pelo ex-Ministro Severo Gomes, sobre as modificações do modelo econômico, sugeridas pela conjuntura. Ameaçado por esse negócio de mudar modelo — que no mínimo é coisa de MDB — ele deve ter inventado na hora a tese do poder energético.

Depois do brilhante programa, os telespectadores ficaram sabendo por que o novo Ministro indicou o Sr. Ueki para a PETROBRÁS. Eles formam uma dupla bastante homogênea, e por certo darão muitas alegrias ao General Figueiredo. — R. L."

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Sr. Presidente, creio que o meu tempo já está esgotado, mas informaria ao nobre Senador que se S. Ex^a desejasse o aparte por um tempo de um minuto, eu o darei.

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — É apenas para dizer a V. Ex^a, nobre Senador — e peço desculpas por interromper o seu discurso — que não foi o Governo quem designou as pessoas para aquele programa. Aquele programa foi organizado pela TV-Globo que, naturalmente, convidou o General Araken, o futuro Ministro das Minas e Energia e, acredito que não tenha convidado o atual Ministro. Não concordo com as restrições que V. Ex^a faz ao novo Ministro — é apenas um julgamento pessoal de V. Ex^a — mas, pelo contrário, estou armado, estou com profundas esperanças na atuação que aquele nosso colega, também membro deste Poder, possa exercer no Ministério das Minas e Energia, com aquela mesma competência, com aquele mesmo dinamismo com que dirigiu o Estado do Ceará.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Agradeço o aparte de V. Ex^a e digo que eu também espero e desejo, como toda a Nação espera e deseja, que o futuro Ministro das Minas e Energia realmente faça bem o seu papel, trabalhe bem. Só quis dizer que, com relação a uma declaração que ele fez na televisão, nós nos decepcionamos um pouco. Mas, isso não significa, evidentemente, que o futuro Ministro vá nos decepcionar em todos os anos em que estiver à frente do Ministério. O nosso desejo é que ele acerte.

Eram estas as considerações, Sr. Presidente, que queríamos expender. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O Presidente tem a dizer ao eminente Senador Orestes Quêrcia que, embora tenha ouvido com toda atenção a advertência para que fosse intolerante e radical no cumprimento do Regimento, com 24 anos de vida parlamentar, ele tem uma ótica muito diferente de quem é Oposição e de quem não participa da Mesa. Dentro do que o Regimento permitir benevolência e tolerância, o atual ocupante da Presidência será tolerante e benevolente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, meus nobres colegas:

Minha presença nesta tribuna, nos últimos dois anos, tem-se caracterizado por constantes reclamações contra os desacertos e injustiças da política de pessoal adotada pelo Poder Executivo.

Como venho demonstrando, em reiterados pronunciamentos, ponderáveis contingentes de servidores públicos, ativos e inativos, encontram-se marginalizados, recebendo tratamento discriminatório e impiedoso, que os colocam em situação verdadeiramente desesperadora.

Até os funcionários aposentados em consequência de acidente no trabalho, de doenças graves, contagiosas ou incuráveis, ou de moléstias contraídas no exercício de suas atribuições, incapacitados, portanto, para todo e qualquer trabalho, tiveram seus proventos congelados, depois de reduzidos a níveis destituídos de qualquer significação, em termos de poder aquisitivo.

Esses antigos servidores estão amparados por legislação especial, a Lei nº 1.050, de 1950, e o Decreto nº 28.140/50 que a regulamentou, por força dos quais seus estímulos deveriam acompanhar, em bases paritárias, os fixados para os seus colegas em atividade.

E note-se que a equiparação tem sentido amplo e irrestrito, abrangendo todos os casos e hipóteses de majoração salarial, mesmo os decorrentes de classificação, reclassificação e reestruturação de cargos e funções, carreiras e séries funcionais.

A intenção do legislador era e é colocar os proventos dos que se aposentaram por invalidez ocasionada por qualquer dos eventos acima mencionados fora da deterioração por que vem passando os vencimentos dos demais inativos, visto que os mesmos, em razão de sua incapacidade irreversível, não têm a menor condição de conseguir um "bico" com que possam suplementar seus orçamentos notoriamente deficitários.

Apesar da clareza solar com que a lei e o decreto citados foram redigidos, o órgão de pessoal do Executivo vem-se opondo, através de pareceres sinuosos e dificilmente justificáveis, ao reajustamento de proventos dessa classe de inativos, sob a alegação de que se trata de questões ora disciplinadas por legislação que, na realidade, visa a regular situações diversas e sem qualquer correlação com a dos elementos de que me ocupo no momento.

Felizmente, ainda existe órgão do complexo administrativo da União que, no uso de suas atribuições e numa atitude altamente louvável, vem defendendo, de forma obstinada, os ex-servidores que o todo-poderoso Executivo insiste em manter, ao arripio da lei, da doutrina e da jurisprudência, em posições de manifesta inferioridade no tocante ao pagamento dos benefícios a que têm direito.

Refiro-me, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ao Colendo Tribunal de Contas da União que, ao aprovar brilhante e erudito parecer do Ministro Luiz Gallotti, determinou a elaboração de Instrução Normativa determinando a extensão, aos que se inativaram em virtude de acidente no serviço ou das doenças já especificadas em outro tópico deste pronunciamento, de todas as vantagens a que, se continuassem em atividade, teriam direito em decorrência da aplicação do Plano de Classificação de Cargos dos Servidores Públicos Civis da União, elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

A decisão daquela alta Corte acaba de ser amplamente divulgada pelos veículos de comunicação social, trazendo aos injustiçados inativos amparados pela Lei nº 1.050, de 1950, um novo alento e a esperança de que finalmente os seus direitos não mais serão postergados.

Deliberações como a que tomou o nosso Egrégio Tribunal de Contas confirmam as tradições de independência e o espírito de justiça que sempre orientaram o funcionamento daquela instituição. Enalteça-se, portanto, a coragem moral do ilustre Ministro Luiz Gallotti e dos seus eminentes Pares, ao modificarem orientação normativa do Executivo, com o fim de adequá-la às necessidades e aos interesses de milhares de velhos e competentes servidores que, por se encontrarem espalhados por todo o território nacional ou por temerem a exclusão dos seus direitos da apreciação do Poder Judiciário, com fundamento no famigerado AI-5, permaneciam inertes, embora informados com o esbulho que contra eles vinha sendo perpetrado.

Desejamos, pois, expressar aos Srs. Ministros daquela elevada Corte de Contas o nosso reconhecimento e a nossa admiração pela maneira com que não apenas defendem a moralidade e a correta aplicação dos dinheiros públicos, mas também, e principalmente, pelo zelo demonstrado no resguardo de interesses de humildes funcionários que, embora inequivocamente amparados por lei, vinham sendo sistematicamente prejudicados por uma burocracia prepotente e sem qualquer sentimento de solidariedade humana.

O nosso reconhecimento, Sr. Presidente e meus nobres colegas, que certamente é compartilhado pela esmagadora maioria do povo brasileiro, se estende a todos os demais integrantes do TCU, aos seus Auditores, Procuradores, dirigentes dos diversos níveis hierárquicos e ao funcionalismo em geral, a quem este País deve os mais relevantes e assinalados serviços, pela sua permanente vigilância em defesa do interesse público e de direitos funcionais sonhados por agentes do Poder Executivo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima sexta-feira, dia 16, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 4, de 1979, do Sr. Senador Henrique Santillo, solicitando o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 43, de 1978, do Sr. Senador João Calmon, que altera a composição de classes da Categoria Funcional de Assistente Legislativo do Grupo-Atividades de Apoio Legislativo de que trata a Resolução nº 18, de 1973, e dá outras providências.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 5, de 1979, do Sr. Senador Dirceu Cardoso, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1977, de autoria do Sr. Senador Otto Lehmann, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e dá outras providências.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 7, de 1979, do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1978, do Sr. Senador Accioly Filho, que dispõe sobre aplicação de regras processuais, e dá outras providências.

— 4 —

Votação, em turno único do Requerimento nº 7, de 1979, do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 346, de 1978, de autoria do Sr. Senador Accioly Filho, que dispõe sobre alterações no Código de Processo Civil.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 1979, do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 347, de 1978, de autoria do Sr. Senador Accioly Filho, que dá nova redação ao artigo 51 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

— 6 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 9, de 1979, do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 348, de 1978, de autoria do Sr. Senador Accioly Filho, que dispõe sobre as Ações Renovatórias de locação.

— 7 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 10, de 1979, do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 349, de 1978, do Sr. Senador Accioly Filho, que dispõe sobre ação de acidente de trabalho.

— 8 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 11, de 1979, do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 350, de 1978, do Sr. Senador Accioly Filho, que dispõe sobre o Mandado de Segurança.

— 9 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 12, de 1979, do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 1978, do Sr. Senador Accioly Filho, que dispõe sobre recursos nos processos de falência.

— 10 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1977 (nº 2.236/76, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo ao art. 26 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que "fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média", instituindo matéria obrigatória, tendo

PARECER, sob nº 135, de 1978, da Comissão:
— de Educação e Cultura, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES NA
SESSÃO DE 8-3-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR,
SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Congresso tem motivos para saudar com entusiasmo esse encontro realizado ontem entre os Presidentes das duas agremiações partidárias brasileiras, entre os dois

presidentes ilustres, o da Aliança Renovadora Nacional, Senador José Sarney, e o ilustre Deputado Ulysses Guimarães, Presidente do nosso Partido, o MDB.

Ontem assistimos nesta Casa a um debate que repôs o Senado em posição elevadíssima, que foi o debate entre nossos dois Líderes, o Senador Jarbas Passarinho e o Senador Paulo Brossard. Fizemos há poucos dias atrás um pronunciamento no sentido de um entendimento em níveis altos. Os jornais noticiaram e pude perceber que também a opinião pública nacional dele está desejosa.

No meu discurso de poucos dias, Srs. Senadores, procurei mostrar que, ao longo de quatro anos, nesta Casa, a despeito do esforço, da qualificação e experiência de muitos Senadores, eles não foram capazes de ver convertidos em lei os seus anseios, isto é, inúmeros projetos resultantes de sua elaboração.

Hoje trago dados concretos. Em 1978, transitaram pelo Senado Federal 916 projetos de lei. Sabem os Srs. Senadores, quantos foram aprovados? 28; o resto foi rejeitado ou retirado pelos autores em razão da certeza de rejeição; ou ficou prejudicado ou arquivado.

O índice de aproveitamento desse trabalho foi de 2,4% — 2,4%!

Srs. Senadores, a respeitabilidade do homem, em qualquer profissão, se mede pela proficiência de seu trabalho;...

O Sr. Milton Cabral (ARENA — PB) — V. Exª dá licença para um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — ... a de uma Câmara ou de um Congresso, mede-se, igualmente, por esse esforço: o trabalho válido. Pelos números, o Senado é uma organização que apresentou, no período legiferante, uma copiosa, uma vasta e abundante produção de projetos, mas seu resultado prático é estarrecedor. Srs. Senadores, repetiremos, então, mais quatro anos, nesse mesmo ritmo?

O Sr. Milton Cabral (ARENA — PB) — Nobre Senador Leite Chaves, posso apartear V. Exª?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com todo o prazer, Senador.

O Sr. Milton Cabral (ARENA — PB) — V. Exª está levantando esses dados e eu gostaria de consultá-lo, já que pesquisou o assunto. Quantos projetos foram aprovados, no total, no Senado? Porque V. Exª destacou somente os aprovados resultantes de proposição de Parlamentares. Gostaria de saber o total, se V. Exª tem esses dados.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Estou me referindo apenas aos projetos originários do Senado. Da lavra de Senadores e rejeitados o ano passado.

O Sr. Milton Cabral (ARENA — PB) — Gostaria de saber o todo, para ter, realmente, um quadro mais compreensivo.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Originários do Senado, que transitaram por aqui, no ano passado, foram 916 projetos, dos quais 24, apenas, foram aprovados.

O Sr. Milton Cabral (ARENA — PB) — E no total?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — No total da Casa? Poderei logo em seguida remeter a V. Exª, porque esses dados estão no relatório da Presidência. Não fora o fato de estar com meu tempo esgotado e eu o daria de imediato a V. Exª; mas, depois o meu gabinete fará chegar ao de V. Exª essas informações.

Então, Sr. Presidente, é o que eu digo, essa Constituição, nos moldes em que se encontra, não permite que projeto algum possa alcançar resultados positivos. E eu provarei à Casa que não há projeto, por mais inocente que seja, na sua aparência, que não possa ser fulminado de inconstitucionalidade, nos termos da atual Constituição. Foram aqui aprovados apenas 28 projetos que, necessariamente, serão rejeitados na Câmara, como os que vêm de lá, na sua grande maioria ou totalidade, são rejeitados nesta Casa. Anulamo-nos mutuamente. Houve diversas matérias aprovadas por iniciativa do Executivo, mas queremos dizer que muitos projetos, embora vindos com a melhor das intenções, causaram, no campo social, resultados nefastos. Muitos deles, neste aspecto negativo, tiveram o reconhecimento da própria Presidência da República que os retirou, um já depois de sancionado há muitos anos, e outro após aprovado na Câmara dos Deputados e que se encontrava nesta Casa. Quero me referir ao Código Penal que foi objeto da aprovação do Congresso Nacional, que estava sancionado há bastante tempo e, por sucessivas vezes, teve a sua vigência prorrogada, sob a desculpa de que somente passaria a vigor quando o fizesse também o Código de Processo Penal. Esse Código, cuja Mensagem veio cheia de vícios para a Câmara, onde foi realizado grande trabalho de aprimoramento. Aqui fui presidente da respectiva Comissão. Depois de receber a contribuição dos melhores juristas do País sobre a matéria, inclusive juizes e da OAB, vi o projeto retirado pelo Executivo.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Ouço, com prazer, o Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Nobre Senador Leite Chaves, atento às palavras de V. Exª, que refletem a atual situação de absoluto desprestígio em que ainda se encontra, no Brasil, o Poder Legislativo, malgrado todo o anúncio de abertura política que aí está, gostaria de anunciar à Casa, por intermédio de V. Exª, que tenho pronta uma proposta de emenda constitucional, cujas assinaturas vou começar a recolher dentro de poucos dias, justamente enfocando este aspecto da questão, através de uma nova redação, de um novo dispositivo constitucional, onde estabeleço que os projetos de iniciativa dos Senadores e Deputados, que não forem apreciados

dentro de 180 dias, a partir de sua apresentação, serão considerados automaticamente aprovados. Eu estendo aos parlamentares o princípio que já é vigente em relação a alguns projetos de iniciativa do Senhor Presidente da República.

O Sr. Murilo Badaro (ARENA — MG) — V. Ex. me permite?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — É louvável o esforço de V. Ex. e não tenho dúvida de que ele tenha a experiência de V. Ex. vivida nesta Casa, no Parlamento, há longos anos. Mas tenho que dizer a V. Ex. que outras emendas de alta relevância estão em andamento e posso assegurar que nenhuma delas haverá de ser aprovada. Nesses últimos dias, tanto V. Ex. quanto eu, temos assinado emendas das mais oportunas e necessárias, mas entram, como esses projetos todos que no ano passado entram. Veja V. Ex. quantas páginas e quantos projetos valiosos! Digo a V. Ex. que bastava que metade desses projetos houvesse sido aprovada para que vivêssemos outra realidade. Entretanto, embora haja, às vezes, reconhecimento da viabilidade por ambos os Partidos, estes têm posicionamento político e o Partido oficial tem suas vinculações ao Poder Executivo. É basta o voto da liderança, basta que um Senador se levante nesta Casa para todas as emendas entrem, ainda que aprovadas. Por essa razão é que tivemos oportunidade de, há poucos dias, formular, nesta Casa, um apelo aos parlamentares e aos políticos no sentido de estimularem as nossas lideranças para se entenderem, estudarem, firmando um protocolo em que todas essas mudanças de ideias sejam consideradas, sendo, logo depois, estudadas por uma Comissão Constitucional, o que é perfeitamente possível, viável e concebível no mundo do Direito Constitucional. Ao depois, sem comprometimento de nossas posições, possamos dar ao Congresso condições de oferecer ao País, no setor legal, a sua grande e insubstituível contribuição.

Com todo o prazer, ouço o aparte do Ilustre Senador por Minas Gerais.

O Sr. Murilo Badaro (ARENA — MG) — É para felicitar V. Ex. pela magnitude do tema tratado em seu discurso e que, inclusive, foi objeto, há aproximadamente dois anos, de um grande simpósio realizado pela Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, sobre o papel do Legislativo no Estado Moderno. Uma das maiores críticas que se abate sobre o Poder é, exatamente, a sua incapacidade de acompanhar a celeridade dos tempos atuais. Tem toda a razão V. Ex. quando ressalta a baixa produção do Legislativo. Todavia, é necessário reconhecer que, nesta quadra republicana que vivemos, o Congresso tem dado uma importantíssima contribuição, sobretudo melhorando, aperfeiçoando, a grande maioria das Mensagens das proposições legislativas, para aqui enviadas pelo Poder Executivo. Esta opinião é unânime e não encontra ninguém que a conteste, apesar de que a produção original das duas Casas do Congresso não seja tão abundante quanto aquela do Executivo. Por outro lado, todas as Mensagens oriundas do Executivo são aqui melhoradas e aperfeiçoadas, o que é um dado positivo no trabalho do Congresso, além deste, de crítica e de fiscalização, exercido tanto pela nobre Oposição quanto pela nobre Maioria. Parabéns a V. Ex. pela seriedade do tema que trata.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Eu é que agradeço a V. Ex.!

O SR. PRESIDENTE (João Bosco, fazendo soar a campainha) — Nobre Senador, irei propor ao Plenário a prorrogação da sessão por mais 20 minutos, para que V. Ex. possa concluir o seu discurso.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Mas, Sr. Presidente, creio que talvez, houvesse engano na marcação do tempo, porque não me parece que eu esteja na tribuna há 10 minutos. Talvez seja engano do meu relógio.

O SR. PRESIDENTE (João Bosco) — A Hora do Expediente terminou. V. Ex. já está exatamente com dez minutos na tribuna, além do tempo.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Sr. Presidente, agradeço a V. Ex. e peço-lhe que me assegurasse a palavra por mais dez minutos e, aí, eu terminaria as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (João Bosco) — Pois não! Mas V. Ex. teria direito a vinte minutos, e eu prorrogo os trabalhos, se o Plenário não tivesse nada a opor. (Pausa.)

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — É o que desejo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Bosco) — O Plenário não se opõe. V. Ex. tem direito a mais vinte minutos, em prorrogação.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Obrigado, Sr. Presidente.

O nosso índice de produtividade no setor legal em relação aos projetos originais nesta Casa, no ano passado, foi da ordem de 2,4%.

Vejam os Srs. Senadores, através do próprio Relatório da Presidência, a variedade, a profundidade, o alcance, a pertinência e o cabimento desses projetos. Pergunta-se: é justo que continue a ocorrer situação de tal natureza? Todos esses esforços se destinam ao arquivo; quando, às vezes, projetos do Executivo, discursivos, surgidos da inspiração de um jovem chefe de gabinete de um Ministro, são aprovados aqui sem maiores discussões.

Por conseguinte, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a nossa experiência de quatro anos — e, aliás, ela se alia à experiência de muitos Senadores desta Casa — nos faz crer que o ponto alto é entendimento político, para que o Congresso se restabeleça em suas reais atribuições, porque, do contrário, vamos viver dias mais difíceis do que os vividos até hoje.

Até recentemente, a luta nesta Casa era pela revogação dos instrumentos de exceção. Houve abstenção, pôde de abstenção. Entretanto continua ela entretidamente li-

mitada, sem poderes para legislar, sem poderes para realizar algo de efetivo no setor da Lei.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com prazer.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Nobre Senador Leite Chaves, solidarizo-me com V. Ex. no instante em que conclamamos o Senado a se arregimentar para defender as suas prerrogativas e, consequentemente, projetar-se diante da comunidade brasileira. Acho realmente indispensável essa coordenação de trabalho e de forças para a valorização do próprio Parlamento. V. Ex., por exemplo, constatou, e o fez compulsando esse admirável trabalho da Secretaria-Geral da Mesa, que é o Relatório de final de cada sessão legislativa...

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Aliás muito louvável.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — ... e esta referência constitui, também, uma homenagem à equipe da Secretaria-Geral da Mesa. Por esse trabalho, constatou V. Ex. que projetos de maior importância são apresentados, projetos que contribuíam para a vida econômica, social, política e cultural do País. Veja V. Ex. que, no ano passado, alguns parlamentares, na Câmara e no Senado, apresentaram proposições relacionadas com a política salarial adotada pelo Governo. Eu mesmo, como V. Ex. se lembra, fui autor de um projeto que estabeleceu a obrigatoriedade para revisão semestral do salário mínimo e a redução das respectivas regras para aplicação dos índices salariais. Pois bem, nobre Senador, o projeto foi aprovado em algumas Comissões, mas como não houve aquele entendimento que V. Ex. preconiza neste instante, não houve condições de aprovação daquela matéria. E, agora, já é o próprio Presidente eleito que, através do seu Ministro do Trabalho, anuncia a disposição de acolher a nossa iniciativa, aquela nossa sugestão, que vem ao encontro das classes trabalhadoras brasileiras possivelmente remuneradas em nosso País. Há, realmente, necessidade dessa arregimentação que V. Ex. prega, que V. Ex. preconiza, neste instante, como uma forma até de valorização do Parlamento brasileiro. Muito obrigado.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Agradeço a V. Ex. a oportuna intervenção e que me faz voltar ainda ao aparte do Ilustre Líder, Senador Murilo Badaro, que, de minha parte, não mereceu maior consideração naquele momento, em razão da intervenção da Mesa, mas quero dizer ao Ilustre Senador que mesmo na nossa atuação de Casa ou de órgão fiscalizador do Governo, nós não temos podido realizar a contento essa fiscalização, porque o art. 45 da Constituição, que determina ou que comete a este órgão, a esta Casa, o encargo de fiscalizar o Executivo, não foi regulamentado. E neste sentido, por sinal, V. Ex. tem, a meu ver, um projeto, ou já proferiu diversos discursos sobre este assunto no Senado.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Realmente, o projeto não conseguiu acolhida por parte do Senado, dentro daquelas razões que foram expandidas pela liderança da Maioria, e que nós constatamos na oportunidade, mas que não chegamos a sensibilizar os representantes da Aliança Renovadora Nacional, que entenderam, na maneira como havia sido formulada a minha proposição, que ela conflitaria com normas constitucionais vigentes no País, o que, verdadeiramente, não tinha consistência, como procurei demonstrar, com o apoio de V. Ex. e de outros eminentes colegas desta Casa.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Muito obrigado, Senador, mais uma vez.

É com desolação que eu vejo essa proliferação de emendas apresentadas por Senadores e Deputados, porque todas deverão de ser rejeitadas, necessariamente o serão, como o foram todas as noventa e dezesseis projetos, muitos vinte e quatro, a que me referi há poucos instantes.

Srs. Senadores, só há uma alternativa. O compromisso maior do nosso Partido foi o de lutar pela revogação dos instrumentos excepcionais, e essa revogação ocorreu inevitavelmente, pelo menos em parte. Hoje a consciência nacional se forma no sentido de os partidos se entenderem para formalização da abertura.

As Lideranças partidárias precisam ser estimuladas pelos Partidos, para se entenderem, dando-se assim os passos iniciais para eliminação do medo a que se referiu o Senador Paulo Brossard, em recente discurso.

O Deputado Ulysses Guimarães está para encaminhado ao Congresso um projeto para a concessão de anistia, mas seguramente esse projeto será arquivado.

Enquanto isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, existem fora do País cinco mil brasileiros exilados, na mais triste e desoladora situação, muitos deles inocentes, amargando o exílio, amargando o desterro.

O primeiro ponto nesse encontro, nesse entendimento, será o estabelecimento de condições para a volta desses brasileiros. O próprio Congresso, antes disso, e com o conhecimento da Nação, poderá até constituir uma Comissão para ouvir esses exilados no exterior, para sentir os seus anseios.

Recentemente foi editado, pela Editora Alfa-Omega, o livro *Os Exilados* e de autoria da jornalista Cristina Pinheiro Machado, de *O Globo*, que ouviu diversos exilados no exterior, muitos deles crianças na época, e hoje adultos. Não ouviu a todos os cinco mil, mas a amostra é suficiente para causar choque, e nos prova, hoje, que o degrado é pior do que a própria prisão, sobretudo quando ele é perpétuo, como está sendo este. Mesmo na época da instauração da anistia mal chegou aos cinco anos.

Agora, no Brasil, já vamos a quantos?

Lendo esse livro, senti que, entre outros méritos, ele tem este, o de transmitir a angústia do exílio. E me fez lembrar o quanto estão sofrendo muitos brasileiros, muitos inocentes, muitos morrendo, como o Padre Tito — e não sei qual o seu crime. Com a obsessão das torturas, numa manhã, apareceu enforcado, pendurado, balançando numa árvore, num bosque de Lyon. Outra exilada se suicidou na Bélgica; outra, na Alemanha. Dezenas de brasileiros estão-se matando lá fora.

Vejam V. Ex^{as} a dor do exílio. Quando saímos para o exterior, mesmo em prisão oficial, com a certeza e a tranquilidade da volta, com as vantagens financeiras para assegurar a permanência, mesmo conhecendo a língua, depois de algum tempo nos deparamos com a angústia. E essas criaturas? São cinco mil brasileiros.

Constato que o exílio é uma prisão muito mais angustiante e mais dolorosa que a própria prisão convencional.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, V. Ex^{as} conhecem a desumanidade da prisão pela balada do *Cárcere de "Reading"*, de Oscar Wilde. Oscar Wilde, preso sob a acusação de um crime que, depois, a Inglaterra chegou a escoimar da sua legislação. Encarcerado entre os maiores bandidos da Inglaterra, escreveu aquela balada pungente, da qual recordo esses versos:

"Não sei se as leis são justas ou se injustas. Os pobres presos miseráveis

Só sabem que as muralhas das prisões são altas, fortes, invioláveis, em que um dia é mais longo do que um ano, ano de dias infundáveis. Sei também, e assim todos soubessem, que as muralhas das prisões são feitas com tijolos de ignomínia e que têm grades negras que são para Cristo não ver como o homem trata barbaramente o seu irmão."

O exílio é uma prisão agravada. E o Brasil e o brasileiro — que é conhecido pela sua capacidade ilimitada de perdoar — têm admitido por circunstâncias, hoje injustificadas, a permanência de tamanho flagelo, de tamanho sacrifício.

O próprio futuro Presidente da República se propõe à concessão da anistia. O Partido oficial a quer, e tem sido este o objetivo da luta de nosso Partido ao longo destes anos.

Mas é justo que discutamos indefinidamente o assunto, enquanto 5 mil brasileiros sofrem situação dessa natureza? Por que já não tratamos da possibilidade de o Congresso Nacional formar uma Comissão para conversar com os líderes dos exilados no exterior, enquanto o entendimento das lideranças partidárias poderá possibilitar a formação daquela Comissão constitucional, para que, além de remediar este problema grave, possamos dar a esta Casa meios de funcionar, possamos dar ao Congresso Nacional condições de oferecer a sua grande contribuição a este País?

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Neste aspecto do pronunciamento de V. Ex^a, aproveite a oportunidade para dizer da minha profunda estranheza — e creio que de toda a Bancada do MDB — pelo fato de o nobre Líder da Maioria, Senador Jarbas Passarinho, em seu brilhante discurso de estréia na tarde de ontem, não ter pronunciado uma palavra sequer acerca da anistia.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Realmente, ontem havia cabimento para que, em seu discurso, o ilustre Líder da Maioria, que foi tão elegante, pudesse ter uma palavra para os exilados, que são brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (João Bosco) — Solicito a V. Ex^a conclua o seu discurso, pois o seu tempo está esgotado:

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Sr. Presidente, lamento não tenha condições de concluir o meu discurso nesta tarde, porquanto não cheguei sequer à metade. Voltarei ao assunto mais vezes. Talvez não trate de outra matéria nesta Casa enquanto não houver entendimento entre as Lideranças para a solução de todos os problemas que têm sido objeto desses pronunciamentos.

Sr. Presidente, vejo, em todo este esforço do Congresso, a repetição inútil do esforço passado. Quantas páginas, Sr. Presidente? Só no ano passado, aqui, no Senado, vemos no relatório, páginas de projetos apresentados, nesta Casa, por senadores do MDB e da ARENA, proposições de pertinência, sobre os mais variados assuntos, em número de 916, para serem aprovados apenas 24 (vinte e quatro) projetos. Não tem sentido, Sr. Presidente.

Dizia, eu em meu último discurso, que o futuro Ministro da Justiça, que foi Presidente desta Casa, merece dela e do Congresso respeitabilidade para coordenar, em fase inicial, com as Lideranças políticas, um projeto de alteração desta Constituição.

Hoje, Pontes de Miranda, na sua sensibilidade jurídica e profundidade de conhecimento, diz que ao Ministro da Justiça ele manda uma sugestão: um Ministro da Justiça — ele manda uma sugestão —, num Governo democrático, deve preocupar-se com o Congresso. O Ministro, qualquer que seja o ministério, tem que fazer propostas ao Congresso e não resolver problemas. Isto está nos jornais de hoje. Então se não tivermos poderes restabelecidos, nem mesmo para emendar ou melhorar as mensagens governamentais, nem mesmo para isto teremos poder. E desta forma respondo ao ilustre Líder da Maioria nesta Casa que se modificação implicar numa daquelas limitações da Constituição, é inviável qualquer modificação, qualquer colaboração.

Ao Executivo convém tanto quanto a nós, uma modificação constitucional, através de uma comissão constitucional. Os Líderes se entenderiam sob a coordenação do Ministro da Justiça. Em razão disso, se estabeleceriam os parâmetros que poderiam

ser objeto de entendimentos e modificações. Com base nisso, constituir-se-ia uma comissão constitucional, composta de Senadores e Deputados, que poderiam recorrer a juristas, para que pudessem apresentar à Constituição ementário, que a tornasse com urgência, um instrumento útil, até que a nova Assembleia pudesse oferecer ao País a constituinte ideal. Agora não teríamos condições de uma constituinte, pois este Congresso dificilmente poderia oferecer uma Constituição ideal. Sejam realistas e façamos desta Constituição um instrumento operante, porque só restabelecidos de alguns poderes, de algumas prerrogativas, poderá o Congresso inclusive se apresentar ao conceito nacional e continuar a merecer o seu respeito. Do contrário, hoje, com essa relativa abertura, a nossa imagem se desgastará violentamente. Falaremos e falaremos, projetos serão apresentados e arquivados e o desgaste já não mais será para o Congresso Nacional, será também para o próprio Governo eis que o povo já está cansado de esperar.

Sr. Presidente, nem por isso a Oposição está cedendo. A nossa luta era contra o AI-5. Supresso o instituto, vamos para o entendimento sem comprometimento. Os Partidos devem-se entender e a função de Partido é esta, é o entendimento, quando, acima dos seus interesses pairar o interesse comum. Acima desses interesses não estão, porventura, os cinco mil exilados enfrentando desnecessariamente situação de extrema injustiça aos olhos perplexos do mundo? É justo que se continue a apresentar, em seu favor, emendas que serão necessariamente arquivadas? E nisso não vai renúncia alguma ao nosso papel de Oposição porque somente enquanto o formos haverá confiabilidade nacional. E as massas frustradas, os estudantes e operários haverão de dirigir ao Congresso Nacional as suas atenções, porque, na medida em que não tivermos poderes ou nada realizarmos, as frustrações populares haverão de surgir e aqueles que jamais aceitaram a abertura ou com ela jamais se identificaram, aproveitarão essas manifestações de estertor social para tentar o retrocesso, com o qual a Nação jamais estará de acordo.

Sr. Presidente, por essas razões, cabe a esta Casa, ao nosso Partido e à Aliança Renovadora Nacional, saudar entusiasticamente o encontro entre os Presidentes das duas agremiações. Temos conhecimento, também, que as Lideranças, na Câmara e no Senado, estão-se entendendo, porque elas estão tanto quanto nós certas de que não há uma alternativa para este País. Mas é urgente que se faça isso, que haja esse entendimento, que se modifique esta Constituição, que se estabeleçam parâmetros de legalidade para as atividades do Congresso, que se defina a situação dos líderes exilados, e que comecemos, Sr. Presidente, a fazer alguma coisa de concreto em favor do País e dos brasileiros. Muito obrigado a V. Ex^a (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVANDRO CARREIRA NA SESSÃO DE 9-3-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Toda nação, todo povo tem o seu Catilina — isto é determinismo histórico; toda nação tem que carregar nas costas um cadáver podre e, por mais que se esforce, forças adversas facilitam esse parasitismo quase saprófita e, no caso específico do Brasil, o nosso Catilina é o Sr. Daniel Ludwig, proprietário da Jari Florestal. A *Tribuna da Imprensa* transcreve, hoje, declaração do gerente-geral do Projeto Jari, nos seguintes termos:

"AMAZÔNIA INTERNACIONAL É PALAVRA DE ORDEM DO JARI

O gerente-geral do Projeto Jari, Nei Monteiro da Silva, confessou à imprensa gaúcha que a orientação política do grupo comandado pelo milionário Daniel Ludwig é de ocupar extensa área verde na Amazônia para garantir uma provável internacionalização da região. O porta-voz da empresa estrangeira desempenhou o papel vigilante como se fosse uma autoridade brasileira preocupada em preservar os interesses nacionais. Em compensação, o Ministro do Interior, Rangel Reis, fez o papel inverso: tranquilizou a Nação. Disse que essa hipótese não existe, "é uma loucura, uma insensatez". Sustentou que a Amazônia tem 5 milhões de quilômetros quadrados "e não vamos deixar ninguém ocupá-la."

Somos remetidos para a segunda página!

"Isso é loucura, insensatez, quem disse isso é doído. A Amazônia tem 5 milhões de quilômetros quadrados, aquilo é brasileiro, nosso, não vamos deixar ninguém ocupar."

A declaração foi feita ontem, em Curitiba, pelo Ministro Rangel Reis, do Interior, ao contestar o gerente-geral do Projeto Jari, Nei Monteiro da Silva, que fez a um jornal de Porto Alegre a seguinte declaração: "A orientação básica que recebemos é a de que estamos ocupando uma extensa área verde que, amanhã, poderá ser internacionalizada. Algo assim como a Antártida".

Sr. Presidente, a notícia merece profunda glosa e profunda análise. Todos nós sabemos que a Amazônia sempre foi cobiçada. Isso já se constituiu num truismo, já se constituiu num chavão.

A Amazônia sempre foi cobiçada, desde o século passado, quando esta cobiça se manifestou, patentemente, através do desejo de transferên-

cia dos negros norte-americanos para a Amazônia; há literatura vasta em torno do assunto, opulenta, nas nossas bibliotecas, inclusive um trabalho da lavra da Professora Nícia Vilela Luz.

Desde então, os arreganhos são manifestos. Cito os mais recentes: a pretensão da institucionalização da hileia amazônica, em 1946, projeto denunciado por Arthur Bernardes, da tribuna da Câmara Federal. Em 1970, outros arreganhos se fizeram notórios.

No entanto, nesta década, o mais saliente foi o celebríssimo projeto do Instituto Hudson, da lavra do tecnocrata Herman Khan, com arrimo nos estudos do Engenheiro Eudes Prado Lopes. Era a intenção da construção de uma grande barragem, criando um grande lago amazônico, que facilitaria as intercomunicações fluviais e lacustres, e poderia produzir um total de 12 bilhões de quilowatts ou 12 gigawatts.

Esse plano foi frustrado em decorrência da posição que tomou o povo brasileiro, denunciando e rechaçando mais uma pretensão de ocupação internacional da Amazônia. No entanto, daquela ocasião a esta parte, os processos começaram a tomar nuances sutis, os métodos passaram a se mimetizar, a se camuflar, de tal sorte, que foram se insinuando sub-repticiamente no território nacional, no território amazônico.

Exemplifico: a presença de empresas multinacionais, em grande escala, a partir de 1964. Esta é uma verdade irretorquível.

O Sr. Daniel Ludwig já estaria lá antes de 1964.

A avalanche de multinacionais passou a se dirigir para a Amazônia a partir de 1964, quando não houve mais nenhum controle na remessa do nosso sangue e do nosso suor para o exterior — esta é uma verdade que ninguém contesta.

Através de um estímulo, os incentivos fiscais, essas companhias adotaram um critério de desenvolvimento que se fundamentaria, essencialmente, na pata do boi, para esconder a estratégia do plano sinistro de ocupação da Amazônia.

Todos nós sabemos que já não existem mais nações. Existem grandes massas de dinheiro, Sr. Presidente. Esta é que é a verdade; vamos ter a coragem de denunciá-las.

Não existem mais nações soberanas; existem massas de dinheiro, massas colossais de dinheiro manipuladas por multinacionais, por holdings, por trustes, por dumpings, por oligopólios, que avassalam o Terceiro Mundo, que avassalam os povos subdesenvolvidos, sangrando e sugando esses povos, exaurindo tudo o que têm e o que não têm.

O Brasil, que tem uma vocação de superpotência, é o mais visado, onde o plano deixou de obedecer àqueles matizes, àquelas conotações de outrora.

No início, seria uma intervenção militar. Distrair as forças imperiais brasileiras, numa luta estúpida contra o Paraguai, a fim de que fosse possível a invasão do setentrão brasileiro e transferência do negro americano para a Amazônia.

Estes métodos de força foram se sofisticando com o passar dos anos, e agora adquiriram esta sutileza diabólica, alcaponeana, de penetração através das multinacionais. Essas massas de dinheiro se infiltraram no Brasil graças a uma revolução que facilitaram e até subvencionaram. E estando aqui, puseram em execução o plano sinistro: como desestabilizar o futuro promissor e hegemônico do Brasil? Destraindo, mutilando, o seu braço mais potente para o terceiro milênio, que é justamente a Amazônia.

E como conseguir isto? Através da pata do boi, sub-repticiamente, acenar com o desenvolvimento, o desenvolvimento pela pata do boi; a ocupação da Amazônia com a presença do homem e a pata do boi.

A sua ocupação deve ser feita de outro modo, desobediente a todos esses parâmetros superados de uma sociedade consumista e imediatista que não leva o homem a nada, a não ser ao estresse, à loucura, ao enfarte, ao derrame cerebral e ao terrorismo urbano.

Mas, Sr. Presidente, este polvo terrível se insinuou na Amazônia vestido de pecuária. Por quê? Porque a pecuária impunha a derrubada da árvore e os estudos edáficos feitos por técnicos de missões religiosas estrangeiras em território amazônico, concluíam por um raciocínio de extrema fragilidade do solo. O próprio Satélite ERTS e outros satélites anteriores já informavam através do sonar que a qualidade do solo amazônico era frágil, extremamente frágil, que toda aquela floresta, aquele tapete verde era um milagre da chuva, do ar, do calor e da umidade, que a terra nada tinha de ubérrima, a não ser um ou outro bolsão insignificante representando muito menos de 10% de todo o território amazônico.

Derrubando a floresta, derrubando as árvores copadas, o solo ficaria exposto ao impacto pluviométrico para a sua lixiviação, e assim retirada aquela tênue camada onde acontece um fenômeno de laboratório biológico, altamente intenso, de reciclagem, um feedback, autotrófico, isto é, vegetal sintetizando matéria orgânica e animal, heterotrófico, analisando matéria orgânica, fechando o ciclo biológico que elabora, desdobra tudo que cai e que a floresta recebe através dos ventos alísios, quantidade enorme de poeira retendo partículas infinitesimais que, no montante, chegam a toneladas de potássio, de cálcio, de magnésio, de ferro, de níquel, de cromo etc.

A floresta amazônica é uma floresta aérea Srs., ela não vem da terra, ela vem da chuva e do ar, é por isso que é estupidez clássica se falar em remanejamento racional

da Amazônia; é estupidez se falar em aproveitamento da madeira amazônica, a floresta amazônica não tem nada com a da Indonésia, não tem nada com a do Congo Belga, não tem nada com a Floresta Negra da Europa, não tem nada com a Floresta Filandesa, é completamente *sui generis*, é um milagre fitológico.

E preciso inventariá-la, é preciso estudá-la para uma interpretação melhor. Contudo, as multinacionais detentoras desse conhecimento da fragilidade do solo amazônico, partiram para o plano sinistro: derrubar a árvore acenando com a pecuária. Procura desestabilizar o solo amazônico, transformá-lo em deserto, e assim feito, o microclima da região será perturbado, com repercussões e reflexos nos microclimas adjacentes, em todas as Repúblicas vizinhas e no resto do Brasil.

Hoje nós já estamos sentindo esta perturbação. Eu lhes garanto, Srs. Senadores, esse fenômeno devastador e apocalíptico que está acontecendo e aconteceu em Minas, Bahia, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo e Rio de Janeiro, é decorrente desta perturbação, que já se começa a sentir, quando 10% da floresta amazônica já foram derrubados, cerca de 30 milhões de hectares.

E o plano prossegue, na sua caminhada sinistra e alienadora. Derruba a árvore para desequilibrar. Desequilibradas, as nações vizinhas irão denunciar nos foros internacionais a nossa incompetência, a incompetência do brasileiro de não ter sabido manter o equilíbrio biológico da Amazônia, manter a integridade da biota amazônica. Diante dessa denúncia, surgiriam os pedidos e exigências de internacionalização da Amazônia, por comprovada incapacidade de nossa inteligência. Esse é o plano, no entanto, o desequilíbrio sub-reptício, através de empresas multinacionais, financiadas com o dinheiro do povo brasileiro, para o desmatamento e aproveitamento pecuário da área, não conseguiu provocar um insulto notório, rápido, contundente. E o que fizeram essas massas de dinheiro? Partiram para uma aceleração do processo. Partiram para um desenvolvimento maior do projeto, partiram para uma aceleração do desequilíbrio. Não bastaria, apenas, às empresas multinacionais devastando dez mil hectares? Cinquenta mil? Cem mil? Trezentos mil? Não. Não era suficiente para desequilibrar o bastante, demoraria muito o desequilíbrio a ser notado. É preciso desequilibrar logo, mais rápido, por quê? Porque há necessidade da internacionalização e da posse da Amazônia, antes que se esgotem os recursos que só ela possui em abundância, em decorrência da carência desses recursos em outras áreas. E as multinacionais têm que se expandir, desde que a fome do lucro cega, Sr. Presidente. Essa ânsia rapasse da plus-valia, não detém o capitalista na sua ânsia de ganho.

É uma verdade que precisa ser dita desta tribuna, na hora em que a voracidade rapace nos ameaça.

Por esta razão, partiram para os celebríssimos contratos de utilização florestal, já agora devastar de uma vez 56 milhões de hectares da floresta amazônica, somados aos 30 milhões já devastados, não seria possível que o desequilíbrio ecológico não ocorresse, provocando o aumento da temperatura na atmosfera.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a sociedade industrial produzindo monóxido de carbono através da combustão de petróleo leva esse monóxido à atmosfera. O monóxido tem a propriedade de, em grande concentração, armazenar calor. E a temperatura do planeta se aumentar em cerca de 4 a 6 graus, provocará um descongelamento sensível das calotas polares e da Cordilheira dos Andes. Se a temperatura na Amazônia subir em média mais 4 a 6 graus, nós teremos grandes degelos, com inundações terríveis na Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia e no próprio Brasil.

O microclima das Antilhas será profundamente perturbado. O aumento dos mares e dos oceanos talvez atinja a cerca de 15 metros além do nível normal, muitas cidades litorâneas desaparecerão em virtude desse descongelamento, dessa fusão de grande parte da calota polar.

O que acontecerá então? Diante de um cataclismo dessa envergadura, os estudos meteorológicos constatarão que esse desequilíbrio é decorrência do desmatamento da floresta amazônica e nós seremos denunciados, nos foros internacionais, por essas nações, como incapazes e incompetentes. Na nossa estultice de fazer dólares, nós devastamos e desequilibramos uma área que desconhecíamos. Entramos, no escuro, numa área e acabamos sendo feridos mortalmente pela nossa incompetência e pela nossa temeridade. Feita esta denúncia, as Nações, nos foros internacionais, na ONU e na OEA, exigirão a internacionalização da Amazônia, alegando a nossa incapacidade, a nossa incompetência.

A Amazônia não pode ser desequilibrada, a Amazônia não pode ser perturbada.

Este moço, que reputo um grande brasileiro, porquanto tem a coragem de denunciar o plano, do qual faz parte o Sr. Daniel Ludwig com a Jari Florestal. É o Sr. Nei Monteiro da Silva, o Gerente-Geral do Projeto Jari, quem afirma:

“A orientação política do grupo comandado pelo milionário Daniel Ludwig é de ocupar extensa área verde na Amazônia para garantir uma provável internacionalização da região.”

Quer dizer que Ludwig pertence a uma daquelas famílias internacionais que controlam o mundo dos negócios, que controlam e participam dessa massa avassaladora de dinheiro. Está a par do plano sinistro e sabe que, mais cedo ou mais tarde, a Amazônia será internacionalizada. E é preciso que, desde já, o Sr. Daniel Ludwig garanta a posse, o *uti possidetis* daquela área.

Isto, eu venho denunciando. Mas como é possível ser ouvido, Sr. Presidente, se o Secretário particular do Presidente da República é um ex-Diretor da Jari Florestal? E vai continuar como Secretário do futuro Presidente da República. Como é possível ser ouvido, se o Sr. Daniel Ludwig, ao chegar ao Brasil e a Brasília é recebido imediatamente pelo Presidente da República? Quando um Senador, um Deputado, quando

outras pessoas, quando uma delegação de operários aqui chegou, com um milhão e trezentas mil assinaturas, lutando pelo congelamento de cinco gêneros de primeira necessidade, lutando pelo custo de vida, pela melhoria do custo de vida, não foram sequer recebidos.

Ora, Sr. Presidente, há de convir que todos nós nos sentimos ameaçados, quando a ameaça vem do próprio Governo, que dá guarida a um absurdo dessa natureza.

Acresce que o Sr. Ministro Rangel Reis ainda tem o deslante, o cinismo de achar natural o comportamento do Sr. Daniel Ludwig.

É preciso que se saiba, nós estamos aqui não é para fazer jus a salários; fomos eleitos Senadores para dar cumprimento a um dever e, se for preciso morrer para isso nós morreremos, porém ninguém nos deterá no cumprimento desse dever — o Sr. Ministro cinicamente diz:

"MINISTRO DIZ QUE JARI NÃO AMEAÇA SEGURANÇA

"Isso é loucura, insensatez, quem disse isso é doido. A Amazônia tem 5 milhões de quilômetros quadrados, aquilo é brasileiro, nosso, não vamos deixar ninguém ocupar." A declaração foi feita ontem em Curitiba pelo Ministro Rangel Reis, do Interior, ao contestar o gerente-geral do projeto Jari, Nei Monteiro da Silva, que fez a um jornal de Porto Alegre a seguinte declaração: "A orientação básica que recebemos é a de que estamos ocupando uma extensa área verde que, amanhã, poderá ser internacionalizada. Algo assim como a Antártida".

Segundo Rangel Reis, não há qualquer preocupação por parte do Governo com a atual ocupação de 100 mil quilômetros quadrados da Amazônia por corporações multinacionais: "Existe uma Legislação que regulamenta a aquisição de terras por estrangeiros no Brasil, dando ao País o controle absoluto desses territórios. É preciso observar que ninguém pode adquirir propriedade acima de 3 mil hectares sem autorização especial do Senado e do Conselho de Segurança Nacional. Tenho acompanhado pessoalmente os projetos de ocupação da Amazônia e não observei nada de anormal que possa causar prejuízo para o País. Ao contrário, a Amazônia está em franco desenvolvimento".

Quanto à real extensão do Projeto Jari que de acordo com levantamento realizado pelo Instituto de Terras do Pará, é de 400 mil hectares, mas, segundo relatórios divulgados pela empresa é de 1 milhão e meio de hectares."

Sr. Presidente, aquilo não é nosso. Se é nosso, desafio o Sr. Ministro a levar a Comissão de Assuntos Regionais ao Projeto Jari Florestal e termos o direito de averiguar o que houver lá dentro, pois eu como membro da Comissão de Assuntos Regionais do Senado, luto há um ano para fazer esta viagem e não consegui. Não consegui e ninguém consegue entrar em Monte Dourados, se não levar um passe, um salvo-conduto da gerência-geral do Sr. Daniel Ludwig, da Jari Florestal.

Sr. Presidente, já estamos cansados, já estamos muito experimentados para sermos enganados como se engana macaco com banana e criança com bombom. O Sr. Ministro acha do alto de suas tamancas que está tudo certinho, basta que diga o seguinte: aquilo é nosso, não admito, é nosso, ninguém tira e só por isso está tudo certinho, no entanto, a Comissão de Assuntos Regionais do Senado não conseguiu ir até lá. Queremos investigar com liberdade de movimentos e não com itinerário marcado.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Ouço V. Ex^a com muita honra.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Meu caro Senador Evandro Carreira, V. Ex^a se faz, quase sempre brilhante na exposição de seus temas. Nesta ocasião, peço, porém, a V. Ex^a que receba, em meu nome pessoal e no nome da minha bancada, um protesto veemente contra a posição que V. Ex^a aqui assume em relação a membros destacados do Governo, ao Sr. Heitor Aquino e ao Ministro Rangel Reis, homem com o qual tenho privado muitos anos desde o Governo do Presidente Médici ao Governo do Presidente Geisel. Fui a ele subordinado e trago o meu testemunho pessoal, que os Senhores não são obrigados a aceitar...

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Graças a Deus.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — .. mas que é dado com absoluta lisura. O Ministro Rangel Reis é homem da maior estatura moral, como tenho certeza, também, o é o Sr. Heitor Aquino. Quando S. Ex^a diz que o Brasil é nosso, o diz com a convicção de um patriota e não merece ser interpretado por V. Ex^a dessa maneira.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Mas são fatos, nobre Senador.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Não posso aceitar que o simples fato de uma empresa estrangeira se estabelecer em determinada área deste País...

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Mas ninguém entra lá, nobre Senador.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — ... através de processo legal, seja condenável e atentatório à nossa soberania. Nada sei a respeito do problema da permissão a V. Ex^a

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Ninguém sabe se é legal, porque ninguém entra lá. Ninguém sabe o que está sendo feito lá.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Mas, desde o fato de não saber até o ato de concluir vai uma distância muito grande e nesse processo de conclusão a responsabilidade de V. Ex^a é tremenda.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Mas, nobre Senador, somos obrigados a concluir que só pode haver obra de velhaco, conquanto não é possível, em território brasileiro, a Comissão de Assuntos Regionais não poder entrar, nobre Senador. Que estatura moral é esta?

O Ministro Rangel — de fato já o vi, é agigantado — vejo nele estatura métrica, mas, moral não, nobre Senador. Ele só terá estatura moral para mim, nobre Senador... Já ouvi muita conversa fiada.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — E eu também!

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — O meu problema é o seguinte: V. Ex^a, como Vice-Líder, diga a S. Ex^a que eu só acredito na estatura moral dele, se S. Ex^a levar uma Comissão de Senadores para examinar *in loco* a Jari Florestal, com técnicos sobre poluição, com técnicos da engenharia florestal, para saber o que o Sr. Daniel Ludwig está fazendo lá.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Eu não sei! Eu não tenho procuração de S. Ex^a, inclusive, não tenho nem a informação de que caberia ao Ministro Rangel Reis abrir as portas da empresa para a Comissão do Senado. Não tenho, sinceramente, e também não vou me aventurar a dar informações, mas o que eu quero...

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Mas claro! Nenhuma empresa no Brasil pode ficar fechada, nenhuma empresa no Brasil pode cerrar as portas a uma investigação da Comissão de Assuntos Regionais do Senado.

Eu considero isso, compreendeu, um verdadeiro encrave, uma verdadeira satrapia!

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permita-me V. Ex^a! Eu estou dizendo é que não sei se caberia ao Ministro Rangel Reis abrir as portas da empresa. Não disse mais do que isso. Mas deixo o meu protesto, na convicção de que o Brasil tem, no seu Ministro do Interior, um homem da maior estatura moral que está tentando acertar. Pode cometer os seus erros, mas jamais apresenta as deficiências morais que V. Ex^a está dizendo.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador, enquanto a Amazônia foi devastada, nesses cinco anos, criminosamente incendiada, por esse homem de estatura moral que dirige o Ministério de Interior, o Sr. Paulo Nogueira Neto, Secretário da SEMA, disse de público ao Presidente da República e a todo mundo: "Pelo amor de Deus, parem de queimar a Amazônia". Este homem vem dizendo aos quatro pontos cardeais, "estão incendiando a Amazônia". Nobre Senador, estamos cansados, nós estamos exauridos dessa conversa fiada.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Eu darei. Mas, permita-me concluir.

O Secretário Paulo Nogueira Neto disse que ficou impedido de levantar voo no seu teco-teco, em Rondônia, em virtude das queimadas em Vilhena, nobre Senador, no Acre, no norte de Mato Grosso e no sul do Pará. Então, pode-se acreditar nesse homem que dirige a política interiorana do Brasil, pode-se acreditar na moral e estatura inquebrantável do Sr. Rangel Reis.

Ouçó o nobre Senador, com muita honra.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador, sabemos que não vivíamos, talvez, numa democracia plena. Mas, somos um povo de vocação democrática. Temos uma empresa privada que interage com o setor público. Tem os seus projetos. Muitos deles não primam pela, já não digo combate à poluição, mas pela a sistemática, pela tecnologia que evite uma poluição maior. Nós sabemos disso. Sabemos também que a poluição não é só no Brasil e que o processo de desenvolvimento acarreta, evidentemente, uma exacerbação do processo de poluição de toda natureza. Mas, sabemos também que há um ponto em que a própria tecnologia começa a ter meios de combater essa poluição. Não tenho dúvidas de que, na medida em que a economia for capaz, vamos transformar esses processos poluentes em processos menos poluentes, quem sabe, se Deus quiser, até a um dia chegando a não poluir mais o planeta. Mas, sabemos que a empresa privada tenta tirar o máximo de proveito. E o papel da SEMA, onde está outro homem pelo qual tenho profundo respeito, o Dr. Paulo Nogueira, ...

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Eu também, Senador.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — ... tem a obrigação de estar do outro lado, de fiscalizar as empresas privadas. Nós mesmos, no Nordeste, em nosso esforço ainda inicial para implantar uma indústria que apenas começa a se movimentar, naquela Região, em benefício daquele povo, temos problemas de poluição. Sabemos que, na Bahia, há uma fábrica de cimento a respeito da qual gritamos todos os dias e a SEMA está tentando resolver o problema. Sabemos que há processos de transformação que estão lançando mercúrio no mar e a SEMA está gritando, no seu papel e, nós, unidos a ela para evitarmos que essa poluição continue e que os nossos processos industriais sejam menos poluentes.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador, uma leve interrupção. O problema não é especificamente de poluição atmosférica, através da indústria. É poluição atmosférica, através da burrice do Sr. Ministro Rangel Reis, que autORIZA, que patrocina a queimada. Foi ele, foi a política do Interior.

Nobre Senador, quem é que regula a política do Interior, no Brasil? Quem é que traça as normas da SUDAM? porquanto V. Ex^a há de convir que o Sr. Hugo de Almeida não passa de um moço de recados do Sr. Ministro Rangel Reis. Vamos botar as coisas nos seus devidos lugares. A verdade é esta e o povo nos deu esta tribuna, para dizer isso, aconteça o que acontecer. V. Ex^a é muito hábil, sofisma muito bem, eu o respeito, V. Ex^a faz um grande esforço em tentar amenizar a burrice do Governo, V. Ex^a é inteligente...

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Muito obrigado...

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — É inegavelmente, um homem muito bem intencionado, trabalhador, culto, merece estar aqui. Mas, veja V. Ex^a que não estou falando em poluição de indústria, estou falando em poluição provocada por queimada, por desmatamento criminoso e ele foi autorizado pela SUDAM, e a SUDAM obedece, as determinações do Ministro do Interior.

Vem S. Ex^a cinicamente dizer que o Brasil é nosso. Como nosso?, se a Volkswagen queima 10 mil quilômetros e paga Cr\$ 200.000,00 de multa. Nobre Senador, isso é ridículo. Os satélites LANDSAT e o ERTS, I e II, provam o crime da Amazônia, nobre Senador. Crime sim, pois está morrendo gente afogada em decorrência do desmatamento. Será que isso não merece uma atitude de coragem nossa? Será que ainda vai se dizer que o Ministro que conduziu essa política tem estatura moral. Inúmeras vezes imploramos uma posição enérgica, pedimos com humildade: "Sr. Ministro, tome uma posição, regulamente o Código Florestal." Esse artigo que permite o desmatamento de 50%, liberando os outros 50%, é criminoso!

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Ex^a permite concluir o aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Pois não, nobre Senador.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Vou começar pelo fim: V. Ex^a sabe que o Código Florestal não é do Ministério do Interior. V. Ex^a sabe, é claro V. Ex^a sabe também, que o processo de queima não é um processo usado somente na Amazônia, todo esse Brasil sabe disso. V. Ex^a sabe também que nem tudo são acertos. Mas, daí a V. Ex^a responsabilizar diretamente o Ministro pela queima na Amazônia ou por todo o processo de ocupação, nos seus defeitos, vai uma distância muito grande. Seria interessante que analisássemos a dimensão da Amazônia. Qual é realmente a dimensão da queima, porque sabemos que o Nordeste tem sofrido terrivelmente a queima e o Maranhão também. Isso é bom? Péssimo! Isso é horrível! Temos que evoluir, temos que evitar isso. Mas, quando foi que conseguimos policiar a invasão das terras, inclusive, particulares do Governo, no processo de ocupação, quando conseguimos impedir...

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador, bastaria que o Ministro requisitasse forças federais.

Quando apareceram os bestalhões em Xambiá, fazendo subversão, até o General Hugo de Abreu, com todas as suas estrelas, se deslocou daqui com 30 mil homens para sufocar a subversão. Devasta-se o Brasil, queima-se a Amazônia e as Forças Armadas não são convocadas.

Nobre Senador, se o Sr. Ministro do Interior tivesse visão bestunto para saber que só as Forças Armadas podem policiar e elas têm competência para isso, quando o problema é um problema de guerra subversiva. Essa é que é a subversão no Brasil; a subversão no Brasil não está no protesto e desespero de 4 ou 8 famintos e 8 ou 12 espoliados. Está no desmatamento da Amazônia. Estão entregando a Amazônia, o nosso território às multinacionais. A Jari Florestal é uma verdadeira satrapia; ninguém entra lá sem a ordem do sátrapa.

O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Com muito prazer.

O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) — Nobre Senador Evandro Carreira, esta Casa já se acostumou a ouvir o seu combate incessante em favor da Amazônia e, conseqüentemente, contra a dilapidação daquele enorme patrimônio nacional, que está sob ameaça constante da depredação, da imprevidência, da incúria nacional. Temos que compreender que a Liderança da ARENA, através da palavra do Senador José Lins, procura ressaltar a posição pessoal do Sr. Ministro do Interior, mas o que nos causa espécie, estranheza mesmo é que não se levante a voz da ARENA para contestar o âmago do verdadeiro libelo que V. Ex^a traz a esta Casa, mostrando que se pratica um verdadeiro crime, já não diria apenas de lesa-pátria, mas de lesa-humanidade, tais as proporções e as dimensões do verdadeiro drama que V. Ex^a teve oportunidade de prever, como seqüência do que vem sendo praticado contra aquela região brasileira. Portanto, cabe a todos nós esperar que a Liderança da ARENA não fique apenas nessa posição defensiva de ressaltar a honorabilidade ou a estatura moral deste ou daquele ministro, mas procure justificar que exista essa liberalidade por parte do Governo em permitir a dilapidação daquele patrimônio nacional. Quero, portanto, em meu nome pessoal e como Vice-líder, em nome da Bancada, solidarizar-me pela posição de defesa que V. Ex^a, mais uma vez assume em favor da Amazônia, porque isto representa ser em favor do Brasil e da humanidade.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Marcos Freire, pelo seu estímulo e pela sua participação.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a mais um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Pois não.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Ex^a está fazendo um dissertando sobre um problema da Amazônia. O nobre Senador Marcos Freire indaga por que nós procuramos defender a figura dos homens, mas não dos programas, da política. De minha parte não gostaria de comentar, hoje, esse assunto, porque não o examinei a fundo. Mas, posso garantir a V. Ex^a, salvo naturalmente algum lapso de memória, que se tomássemos os trezentos projetos já aprovados pela SUDAM...

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — 365 a 367 só agropecuários. Só para desmatar.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Isso mesmo. Se os avaliássemos a 50.000 hectares cada um, o que é uma média alta...

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — É de 300 mil hectares.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Há apenas um ou dois. Tomemos uma média de 50 mil hectares por projeto, número esse já muito elevado. Isso daria um milhão e oitocentos mil hectares, o que corresponde a cerca de 3,5%, da área da Amazônia. Admitamos que Jari se some a isso, e que tenha 500 mil hectares...

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador, só um esclarecimento. Jari, legalmente, não chega a 400 mil, trezentos e tantos mil hectares, mas ela se expande, se espalha, sobre 3 milhões de hectares.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Veja bem, V. Ex^a mesma diz que a floresta é impenetrável. A minha conclusão é a de que apenas uma área restrita da Amazônia está sendo trabalhada pelo homem. Por outro lado, se tomarmos os dados do RADAM e, conscientemente, analisarmos qual é a área que está sendo afetada pela queimada, V. Ex^a verá que realmente sua dimensão não pode assumir a gravidade que V. Ex^a dá a entender. Por outro lado, sabemos do esforço feito pelo Ministério do Interior, pela SUDAM, contratando empresas, inclusive com *know-how* estrangeiro, para conhecimento da floresta...

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — O papa do Governo em técnica sociofisiológica e ecofisiológica é o Sr. Paulo Tarso Alvim, que diz que os europeus e os americanos não entendem nada de floresta tropical.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Não são americanos. Realizamos também levantamentos florísticos no Nordeste. Verificamos, através dos estudos feitos na Região, que realmente, através dos anos, houve devastações tremendas, muito piores do que as atuais na Amazônia. Mas o que quero ressaltar é que o Governo fez um trabalho sensato, realizando o estudo da floresta amazônica, fazendo levantamentos específicos, complementados através do Projeto RADAM, acompanhando a evolução da penetração do homem pelos satélites tentando definir uma maneira racional de explorar a Região sem prejuízos para o imenso patrimônio nacional que ela representa. V. Ex^a com certeza está contribuindo para que ele acerte. Poranto, no meu modo de ver, o Governo pode ter dificuldades e mesmo algumas falhas, mas é sério e bem intencionado, tenta acertar responsabilmente. Portanto, esses homens não merecem a qualificação que V. Ex^a lhes impôs.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Sr. Presidente, encerro o meu discurso pedindo ao ilustre Vice-Líder, José Lins, que arranje um meio, um processo, de chegarmos até a Jari, para uma investigação *in loco*. (Muito bem! Palmas.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MARCOS FREIRE NA
SESSÃO DE 12-3-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR,
SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Falou-se hoje, uma vez mais, do sofrimento de um rio, das angústias da sua população ribeirinha. Aproveito este fim de tarde não para fazer um discurso que havia previsto mas, em face do adiantado da hora, registrar aqui o sofrimento de outros rios que não têm, evidentemente, a importância do São Francisco, cujas tragédias não apresentam a mesma dimensão da que hoje vive o Rio da Unidade Nacional, mas que, nem por isso, seus dramas podem passar despercebidos daqueles que têm, como nós, mandato de representação popular. São rios menores, são rios talvez não assinalados nos mapas, mas nem por isso deixam de ter sua importância e, sobretudo, inegável função econômica. Quero referir-me às dezenas de rios pernambucanos, muitos deles cantados pelos poetas, mas que, infelizmente, são maltratados pelos homens, e descuidados pelos poderes públicos.

Esta não é a primeira vez que aqui me levanto, Sr. Presidente, para falar da poluição dos rios de Pernambuco, esta poluição que mata a sua flora e a sua fauna, e que leva, muitas vezes, à miséria dezenas, centenas e milhares de homens que vivem da pesca. Aqui tenho falado dos mananciais poluídos da minha terra: do Jordão, do Jaboatão, do Pirapama, do Timbó, do Ipojuca, do Una, do Igarapé, do Botafogo, do Tapacurá, do Capibaribe-Mirim, do Jequiá, do Beberibe, do Capibaribe. Isto me

lembra o nosso grande poeta Carlos Drummond de Andrade, que, em determinada feita, dizia:

"O País está sofrendo de industrialite, praga que traz consigo uma riqueza (uma riqueza de benefícios bem mal distribuídos) e a deterioração do quadro natural da vida, sem possibilidade de remissão."

E, ele mesmo, falando do Rio dos Pescadores e do Rio da Morte, advertia:

Existem órgãos incumbidos de impedir que isto aconteça, e de remediar quando lamentavelmente acontece. Sabe-se, porém, que não são os mais fortes nem os mais aparelhados, na luta em favor da natureza e do ser humano, agredidos pela mentalidade de lucro a todo transe. Sabe-se que a decisão contrária à desenvoltura de um grupo econômico esbarra com embaraços burocráticos e orientações desenvolvimentistas, cegas ao malefício social que certos projetos trazem na sua cauda. Quem sai perdendo, em geral, é a natureza, é o homem. E vitoriosa é a concepção do rendimento da fonte de imposto, do emprego multiplicado, embora à custa da própria sobrevivência dos que conseguem emprego."

E o nosso tradicional *Diário de Pernambuco*, também, algumas vezes advertiu que, "se temos evoluído e obtido conquistas nos títulos clássicos dos Direitos Humanos, não custava acrescentar os de respirar, os de banhar-se, os de pescar, e os de colher. São direitos não eruditos e, por isto, não previstos por serem tão fundamentais, e que vão sendo esquecidos, ou violados, em um mundo de ambições que se acumpliciam ao uso imoderado e poderoso dos instrumentos fabris".

Por isto mesmo, Sr. Presidente, quantas e quantas vezes aqui não me fiz portavoz de clamores que vinham da minha terra, de homens humildes, de famílias sacrificadas que foram levados à miséria, à indigência, talvez à mendicância ou ao crime, porque o capitão que deveria cuidar não cuidou.

Tenho em mãos, a este propósito, dois ofícios dos pescadores de Barreira Grande, em Caaporã, na Paraíba, bem como um outro dos pescadores de Goiana, em Pernambuco, homens que trabalham na fronteira entre seus Estados e que ali convivem em sacrifícios. Eles, lá de suas humildes cabanas, por este meio, dirigiram-se, no ano passado, ao Presidente General Ernesto Geisel, contando-lhe um pouco do seu drama, acreditando que dos altos poderes da República alguma coisa pudesse vir em seu socorro.

Dizem os pescadores do sítio Barreiras Grande, no seu ofício de 29 de junho de 1978:

"Barreiras Grande, 29 de junho de 1978.

Exm^o Sr. Presidente da República, Ernesto Geisel, e todo povo solidário

Nós habitantes do Sítio Barreiras Grande, município de Caaporã, Paraíba, estamos novamente denunciando contra a poluição do Rio Goiana, que é produzida pela fábrica "Ponsa", porque as usinas estão paradas, porque ainda não começou a moagem.

A parada das usinas e as grandes chuvadas que caiu naquela região, fez com que o rio limpasse um pouco, deixando os pescadores até alegres; essa melhora durou umas duas semanas, onde já existia peixes subindo em grandes cardumes no rio. Mas logo que encontraram a calda permanente e destruidora da Ponsa, fugiram ou morreram, acabando com o início da pesca.

Nós pescadores, queremos espalhar a todo povo para que saiba de nossa dificuldade que estamos sentindo para sobreviver.

Exm^o Sr. Geisel estamos certos de que Sua Ex^a esteja solidário conosco, e possa se dignar a procurar resolução para esta poluição. — **Pescadores de Barreiras Grande — Caaporã — PB.**"

Em anexo encontram-se vários depoimentos de alguns moradores de Barreiras Grande, Sr. Presidente, que peço sejam transcritos para melhor eloquência da denúncia feita.

Um outro ofício é datado, não de 29 de junho como este que acabei de transcrever mas, de 26 de julho do mesmo ano de 1978, em que se diz:

"Ao Exm^o Sr. Presidente da República, Gen. Ernesto Geisel e a todo o povo de boa vontade.

Mais uma vez, nós, pescadores de Goiana, PE, tomamos a liberdade de denunciar a poluição dos rios Capibaribe-Mirim e Tracunhaém e do Canal de Goiana.

Atualmente as usinas de açúcar se encontram paradas. Mas o camarão continua morrendo nos covos colocados nos rios Capibaribe-Mirim e Tracunhaém, devido à lama que ainda está muito contaminada pela poluição.

O Canal de Goiana não está dando nenhum pescado porque a PONSA — Papel Ondulado S.A. — continua despejando soda cáustica no Canal que desemboca no Capibaribe-Mirim. Acontece que o rio está com grande volume d'água, devido às chuvas. O peixe está subindo novamente, dando alegria e alívio a mais de 3.000 famílias de pescadores residentes em Goiana e Carne de Vaca, PE, Barreiras Grande e Acaá, PB.

Mas quando o rio baixar, vai dar novamente tristeza e desespero, porque a poluição da PONSA vai até a boca da barra, numa distância de sete léguas.

Em setembro, as usinas de açúcar vão recomeçar a moagem. Se até lá não instalarem antipoluentes, o desastre vai ser maior ainda.

E que será após a construção de destilarias previstas pelo PRO-ÁLCOOL, em nossa região???

Estamos prevendo a maior miséria para mais de 3.000 famílias de pescadores.

Por isso repetimos os brados dos pescadores-apóstolos, na tempestade do Lago de Genesaré:

"Senhor, salva-nos;

Nós vamos perecer"!!! — (Mat. 8,25)

Goiana, 26 de julho de 1978. — **Os Pescadores de Goiana, PE.**"

Estes ofícios de meados do ano anterior não encontraram respostas satisfatórias. Setembro chegou e como a previsão feita, as usinas começaram a moer e a situação dos rios piorou enormemente, de tal forma que ao final do ano podia-se dizer que a poluição em Goiana causava fome e revolta.

Registrava a Imprensa de Pernambuco a 21 de dezembro passado:

"A Rua do Balde do Rio, que margeia o canal de Goiana e onde se localiza a Colônia de Pesca e grande número de famílias de pescadores, hoje é só desolação.

Diante da fileira de casas — a maioria de taipa — dezenas de crianças seminuas brincam na rua empoeirada, enquanto homens saudáveis se deixam ficar encostados pelas calçadas, por falta do que fazer. No canal, dezenas de canoas estão ancoradas muitas delas apodrecendo pelo efeito da soda cáustica em seus cascos. Os pererês e outras redes de pesca estão estendidas, inúteis, em varais fincados nas margens do canal de águas tão escuras quanto o petróleo.

"Isso é o petróleo dos miseráveis" diz o pescador José Joaquim, apontando para as águas.

Ao seu redor, vários outros companheiros estão parados, assentindo com a cabeça, confirmando e ampliando seu depoimento.

José Joaquim é pescador e também proprietário de 44 canoas, que aluga aos outros pescadores.

"Vou vender tudo — conta ele — pois ninguém está aparecendo mais para alugar as canoas, pois não existe mais peixe. Esses rios daqui são rios ricos, os mais ricos de Pernambuco. A gente matava curimã ali na ponte. Agora, não há mais quem faça uma pescaria daqui até Carne de Vaca. Antigamente, com a poluição das usinas, a gente ainda se virava. Pelo menos tinha época em que a cheia levava a calda embora. Depois veio a PONSA a situação ficou ruim mesmo".

"De noite — continua o pescador — a podridão é tão grande que a gente não pode dormir."

Depoimentos como esse se sucedem através da imprensa. E, aqui, um outro de Severino Ramos de Santana, o Raminho, 35 anos, conta que nasceu e se criou ali, na Rua do Balde do Rio:

"Meu pai era pescador. Me criei em pescaria. Com oito anos, já saía na canoa com ele. Meu pai tinha três panos de rede, com oito braços cada uma. E sustentava 12 pessoas lá em casa. Ninguém nunca passou fome. Hoje, eu tenho 300 braças de rede de fio e outro tanto de rede de nylon e não pego um quilo de peixe daqui até a barra do rio. Não posso mais viver de pescaria. Vivo fazendo biscoite, um gancho aqui e outro ali. Agora mesmo tô trabalhando na casa de uma mulher, ajudando a construir a casa. Somente arruma alguma coisa por aqui quem arranca caranguejo no manguê. Tenho seis filhos, mas não vou botar eles na pescaria. Não dá pra viver."

Ninguém, Sr. Presidente, é contra a instalação de indústrias, como ninguém será, por certo, contra o Programa Nacional do Alcool e que, através desta iniciativa, cuja expansão já tarda, se procure resolver graves problemas econômicos e sociais do Brasil. Mas não é possível que se continue a assistir fatos consumados, como o da poluição dos rios de Pernambuco, e acredito que o de outros Estados brasileiros.

Aqui tenho declaração do Presidente da Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e Administração de Recursos Hídricos, Carlos Américo Carneiro Leão, informando que muitas são aplicadas a cada derrame ilegal de caldas ou de soda cáustica, mas S. S^a mesmo se encarrega de discordar com a aplicação de multas altas, que se possam atingir as indústrias, pois as tabelas de multas são suficientes para o exercício de autuações; o que precisa ser melhor observado, são as medidas preventivas, para evitar que novas indústrias se localizem em lugares indevidos.

Ora, é o reconhecimento público de que indústrias são localizadas em lugares impróprios e indevidos, e mais do que isso, que não se tenha exigido, pelo menos com eficácia, as medidas de precaução que se fazem necessárias para evitar essa poluição ambiental muitas vezes provocando mesmo o desequilíbrio ecológico de uma região.

Hoje, mais uma vez — disse no início desta oração — se falou sobre o sofrimento do Rio São Francisco. O Senador Lomanto Júnior realizou uma viagem de inspeção, qual a que havia feito eu na semana anterior, e S. Ex^a comprovou as cores dramáticas

que aqui tive oportunidade de traçar perante a Casa. S. Ex^a, como eu, fez proposições solicitando algumas medidas emergenciais ao Governo para minorar o sofrimento daquela gente.

Mas, nesta tarde, não se aprofundou aqui as causas do que vem ocorrendo com os rios do Brasil. Eu tive oportunidade de assinalar este ponto em discurso anteriormente feito: consta-me que 70% do Vale do São Francisco foi desmatado e devastado na sua vegetação originária nesses últimos 40 anos; e quando se assiste nesta Casa análises de fenômenos que ocorrem com os rios do Brasil, é de se perguntar até onde esses fenômenos não são frutos da imprevidência e da imprudência humana. Lembremo-me que da mesma tribuna parlamentar, onde há poucos dias clamava contra as enchentes do São Francisco, tive oportunidade de bradar contra a ameaça da seca do mesmo rio. Houve até mesmo quem anunciasse que o "Velho Chico" estaria morto no ano 2000 e, agora, colhe-se o depoimento dos técnicos da CHESF de que nunca ocorreram tantas trombas d'água como nesses últimos dias, provocando essa verdadeira hecatombe no sertão de Pernambuco e no Nordeste do Brasil.

Pois bem, Sr. Presidente, acredito que ao lado das providências mais imediatas, mais urgentes e conjunturais que o Governo precisa tomar, é preciso aprofundar a análise das causas que estão provocando esses desequilíbrios ecológicos no País, para que se possa levantar um dique à ambição de lucro, até por parte de empresas poderosas que, atrás de lucros, na ganância desenfreada, muitas vezes estão sacrificando o futuro de regiões brasileiras. Assim ocorre também com a industrialização. A industrialização que é necessária, a industrialização que todos queremos, mas industrialização que tem que ser condicionada aos interesses maiores da coletividade toda e, sobretudo, ao futuro a se legar aos nossos descendentes.

Eis aqui um terceiro ofício, já agora 4 de fevereiro deste ano, também dirigido ao Senhor Presidente da República, possivelmente movido pela ingenuidade de pescadores que julgam que o Chefe da Nação tomará conhecimento de apelos como este e, no entanto, os precedentes já lidos aqui mostram que Sua Excelência não tem tempo para isto.

Diz o referido expediente:

"Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República
General Ernesto Geisel
Palácio da Alvorada
70.000 — Brasília — DF

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Nós, abaixo assinados, pescadores de Goiana e Tejucupapo (PE), Barreiras Grande e Acaú (PB), em nome dos outros pescadores da região, recebemos o convite de visitar a fábrica PONSA (papel ondulado), a fim de ver as instalações que estão sendo feitas para diminuir a poluição. O convite foi feito depois do dia 10 de dezembro de 1978, em que a gente fez aquele protesto público contra a poluição e do qual Vossa Excelência deve ter recebido uma carta com mais de duzentas assinaturas. A poluição é causada pelas usinas de açúcar, pelas destilarias de álcool e, principalmente, pela PONSA.

Fizemos a visita no dia 19 de janeiro de 1979, acompanhados por Dom José Maria Pires, Arcebispo da Paraíba, por quatro assistentes da Pastoral dos Pescadores e pelo advogado Dr. Wanderley Caixe, Presidente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, na Paraíba.

Temos que lamentar, no entanto, que o resultado da visita foi nada bom. O Diretor da PONSA mostrou todos os pontos à gente: o maquinário, saída de água, contorno; depois foram mostrar os filtros, muito filtro já pronto. Mas os filtros não tiram a poluição, e ele disse logo que só pode diminuir a poluição daqui a 18 meses. Acharmos este prazo muito longo, porque nós estamos passando fome e não podemos esperar mais. Com 18 meses, a gente não tem mais nem osso. São três mil e quinhentas famílias passando fome.

Perguntamos agora a Vossa Excelência o seguinte:

Depois de todas as leis que já saíram, proibindo a poluição dos rios, as fábricas ainda continuam inteiramente livres para marcar os prazos como bem entenderem? Vossa Excelência — repare bem — a PONSA apenas fala em diminuir a poluição em 60%, nem fala em acabar. O Governo não tem poder para marcar prazos mais curtos? A Portaria nº 323 do Ministério do Interior determinou três meses para as destilarias de álcool. Por que o Governo não estende essa Portaria às outras fábricas? Por que o Governo não determina que a PONSA apresse o reaproveitamento da lixívia?

Outro ponto que não nos agradou foi a lagoa onde é jogada toda lixívia preta. Essa lagoa é muito pequena, não agüenta nem um aguaceiro grosso e esborra facilmente. A decantação é muito pouca e a lixívia preta corre quase todinha para dentro do rio. Devia ser uma lagoa que agüentasse toda água que sai da fábrica. O diretor falou que não havia possibilidade de comprar terreno por ali; que já tinha falado, e as usinas não cederam terreno para ele aumentar a lagoa. Mas o Governo pode e tem força de desapropriar para acabar com essa poluição.

Nós, pescadores, continuamos afirmando que é a PONSA quem mais mata o nosso rio Capibaribe-Mirim e o Canal de Goiana, porque ela concentra todo bagaço de cana de muitas usinas da região, mistura com a lixívia preta e polui durante o ano todo.

Por isso, fazemos um apelo a Vossa Excelência no seguinte sentido:

1º — Que a Portaria nº 323 do Ministério do Interior seja estendida às outras fábricas, no nosso caso à PONSA;

2º — Que seja desapropriado um terreno da Usina Maravilhas, para poder ser feito um aumento considerável da lagoa que recebe a lixívia preta.

Na certeza de Vossa Excelência atender às nossas reivindicações, subscrevemo-nos atenciosamente,

Goiana, 4 de fevereiro de 1979. — Alcino Luiz de Souza — Manoel Cassiano da Silva — João Ambrósio Cavalcante — Severino Soares da Silva — Sebastião Vicente de Souza."

(O original está devidamente assinado.)

Sr. Presidente, as notícias se multiplicariam. Aqui está uma outra do dia 13 de janeiro, dando conta do derrame de caldas no estuário da Barra de Jangada, no Rio Pirapama, em que se anuncia, também, que se estão lançando caldas no Rio Arataca, cujas providências se tem resumido à aplicação de muitas.

Também há grande preocupação em relação ao Rio Jaboatão. No ano passado, tive oportunidade de fazer pronunciamento aqui, dizendo que a cidade toda parou, porque o rio também parou; formou-se uma crosta tão grossa em face da poluição, que a população toda se uniu e acampou sobre o rio, pedindo providências que deveriam ter sido tomadas há muito e muito tempo.

Para, talvez, mostrar as proporções que a poluição está tomando em Pernambuco, tenho que dar notícia à Casa de que, pela primeira vez em sua existência há mais de 100 anos, a tradicional procissão marítima da busca de São Gonçalo, em Itapissuma, Município pernambucano de Igarassu, no dia 14 de janeiro último, foi encerrada com um protesto público.

O ato contou com a presença de Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, e representantes da Pastoral dos Pescadores da Arquidiocese, denunciando a poluição das águas dos Rios Igarassu e Botafogo, que vem prejudicando cerca de 1.500 pescadores e mulheres apanhadoras de crustáceos e moluscos da área.

Sr. Presidente, discute-se e debate-se em Pernambuco — triste disputa esta! — qual o rio mais poluído do Estado? Será o Jaboatão? Será o Capibaribe? Será o Beberibe? Será qualquer um destes que aqui citei?

Caberia, sem dúvida, transcrever o teor do documento que saiu da busca de Itapissuma:

"Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e a todo o povo solidário:

Nós, pescadores (homens e mulheres) de Itapissuma e Igarassu — PE, estamos celebrando a festa de São Gonçalo do Amarante. Já faz muitos anos que nós somos responsáveis pela tradicional "busca" da imagem do nosso padroeiro, saindo, em barcos e canoas da Vila de Nova Cruz à igreja de Itapissuma.

Esta festa sempre foi para nós ocasião de muita alegria. Mas a alegria está se transformando cada vez mais em tristeza e revolta, porque no Município de Igarassu existem indústrias que estão matando os nossos rios pela poluição. São as seguintes as indústrias:

Elektroz — despejando produtos químicos;

Paísa — despejando soda cáustica;

Agroindustrial do Araripe — despejando cloro e mercúrio;

Usina São José — despejando calda de cana de açúcar.

Nos rios Igarassu, Botafogo e Burro Velho não existem mais peixes, nem caranguejos, nem camarão. Até no canal de Santa Cruz a vida está morrendo, como mostra o sururu e a ostra que estão apodrecendo na lama poluída. Cerca de 1.500 pescadores e pescadeiras estão ficando sem seu meio de vida, que é a pesca. Além disso, estamos perdendo a nossa saúde, por causa dos detritos, jogados nos rios. Que será de nós, no futuro? Apresentamos aqui o nosso protesto e o nosso grito de socorro.

Senhor Presidente, esperamos que Vossa Excelência tome, o mais depressa possível, as providências necessárias para acabar com esse crime da poluição."

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — V. Ex^a permite um aparte, nobre Senador?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Com todo o prazer.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Desejo subscrever integralmente a oportuna denúncia que V. Ex^a faz, nesta tarde, no Senado Federal, sobre a poluição dos rios brasileiros, notadamente do Nordeste, que é a nossa região. Em relação ao meu Estado, a Paraíba, tenho também em mãos, no meu gabinete, documentos semelhantes aos que V. Ex^a acaba de ler para os nossos nobres Pares, que bem atestam, sobretudo, nobre Senador Marcos Freire, o extraordinário trabalho que a Igreja Católica está realizando em nossa região em favor dos mais humildes, dos mais oprimidos, pois é a voz que mais se levanta ali, a cada hora e a cada instante, para defender as mais legítimas reivindicações sociais da nossa gente. Eu pediria apenas a V. Ex^a que refletisse comigo num ponto que me parece fundamental: o Governo criou, na sua estrutura administrativa, a SEMA — Secretaria do Meio Ambiente — no Ministério do Interior. Então, é de se indagar: o que está realizando este órgão contra a poluição dos rios brasileiros?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — V. Ex^a fez uma observação muito oportuna quando ressaltou inclusive o papel da Igreja. É bom que V. Ex^a tenha feito tal consideração, porque o registro da presença de R. Helder Câmara na última busca de Itamaracá, que foi ao mesmo tempo um protesto, poderia, quem sabe, levantar suspeição da improcedência do movimento popular encetado contra a poluição. Por isso mesmo, acrescento à consideração feita por V. Ex^a, a declaração do Diretor da Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental, que diz:

“... embora a advertência do Arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife não seja surpresa para a Companhia, — ele afirma que — a denúncia é perfeitamente válida, porque vem ajudar aos objetivos do nosso órgão.”

Portanto, S. Senhoria reconhece a procedência daqueles movimentos, a legitimidade daqueles reclamos. E mais: não se pode deixar de reconhecer que os pescadores, que não são empresas de pesca, muitas vezes ricas, poderosas — mas são pescadores, que muitas vezes, como o exemplo que citamos antes, começaram a pescar ainda meninos e que, portanto, não podem ter outro mister à certa altura da vida — a eles se está negando o mais sagrado dos direitos, que é o do trabalho, aquele que garante a sua sobrevivência.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador Marcos Freire, acompanho com muita atenção o pronunciamento de V. Ex^a e, longe de mim qualquer idéia de discordar da importância do problema que V. Ex^a levanta. O meu aparte se destina, precipuamente, a trazer algumas informações, que, talvez, pelo menos em parte, são do conhecimento da Casa. V. Ex^a sabe que o problema da poluição dos rios de Pernambuco é um problema secular. As indústrias de açúcar já há muito tempo vêm poluindo esses rios, acarretando graves prejuízos. Segundo estou informado, já Gilberto Freyre, em 1927, comentava a questão e pedia providências para a sua solução. Sabemos, entretanto, a poluição cresce com o desenvolvimento, cresce com o estabelecimento das indústrias. O Governo porém já vem se preocupando. Coube ao eminente Presidente Geisel instituir no País o processo de proteção do ambiente contra os riscos da poluição que aliás, é hoje um problema do mundo inteiro. O processo está institucionalizado, o sistema de acompanhamento e de fiscalização é novo, como nós sabemos, mas já vem produzindo alguns efeitos, como o estabelecimento em todos os Estados das Comissões de Defesa Ambiental Contra a Poluição. Esse trabalho vem sendo iniciado e acreditamos que seus frutos vão se tornando cada vez mais expressivos. A última observação seria no sentido de que, além de continuarmos apoiando posições dessa natureza, devemos ter a compreensão de que, nem tudo pode ser resolvido imediatamente. No caso das indústrias de álcool, elas já podem se instalar com equipamentos antipoluição. Mas indústrias antigas precisam de mais algum tempo para substituir os seus equipamentos ou colocar instalações novas apropriadas. Quanto ao Nordeste, a SUDENE tem aceito como investimento das empresas, portanto, merecendo contrapartida aquelas aplicações em instalações antipoluentes. Infelizmente, nobre Senador Marcos Freire, o nosso Nordeste ainda tem essa característica difícil: é que os nossos rios têm pouca água. Tem assim uma capacidade bem menor de absorver dejectos sem criar problemas para a vida aquática e portanto para aqueles que se utilizam dos rios. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Agradeço a V. Ex^a a contribuição que traz ao exame da matéria e quero dizer que qualquer iniciativa governamental para se contrapor à poluição tem, evidentemente, posso apoiar. Eu aproveitaria a oportunidade para apelar, que o Governo desse até maior assistência, maior sustento técnico-financeiro a esses órgãos, inclusive aos órgãos estaduais que têm por objetivo minorar a situação da poluição dos rios. Mas, se a nossa posição é de solidariedade a qualquer iniciativa governamental nesse sentido, quero dizer que realmente esse problema é secular; desde que eu era menino ouço falar nisso, e desde que eu era menino que ouço também falar nas providências do Governo Federal que, na prática, não dão para nada.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — No entanto, agora estão realmente sendo iniciadas.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Já ouvi vários agora, de forma que espero que este realmente signifique algo de concreto para a solução desses problemas, porque, Senador José Lins, V. Ex^a esteve à frente de um órgão desenvolvimentista da região, possivelmente terá sentido de perto o conflito de interesses que muitas vezes certas atitudes provocam. Porque, houve muita indústria instalada no Nordeste, recebendo incentivos do Governo Federal — ocupando-se, portanto, da poupança nacional — e que estão poluindo o Nordeste. Teria sido o caso de, preventivamente, ter-se condicionado de logo à implantação de determinada indústria, de determinada empresa, a instalação do equipamento necessário, antipoluidor. Isso entra logo nos custos do empreendimento. No entanto, o que se assiste são os reclamos depois que o empreendimento já está funcionando, e que fica mais difícil, porque vão os prazos, estes se renovam, se prolongam e a solução não aparece. E os pobres pescadores que viviam daquilo e de daquilo entram no desespero, fazendo reclamações com os que aqui há, e os que sabemos que do resultado prático muito pouco coisa eles conseguem obter.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — O Senador V. Ex^a está dizendo, mas, como muitas das que foram instaladas antes que o país dispusesse de uma estrutura para se

contrapor ao problema da poluição. É claro que elas terão que ser modificadas, o que realmente demora. No momento, todavia, os organismos federais já exigem que as novas indústrias já se instalem com os equipamentos indispensáveis à proteção do ambiente.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, este poderá parecer um problema menor, mas como Senador de Pernambuco, que convive com as classes mais desprotegidas, parece-me de grande importância. Os homens que vivem no litoral ou à beira dos rios deste País, são homens muitas vezes sacrificados aos quais não se asseguram direitos os mais elementares, homens que muitas vezes são uns velhos, ainda em plena idade madura; homens a quem tem faltado assistência de toda a ordem. Portanto, apelo como esses que me chegaram não podem deixar de nos angustiar. E podemos imaginar muito bem o drama de chefe-de-família — que garantem o sustento de seus filhos através da pesca de um modesto rio do interior de Pernambuco ou de outro Estado do Brasil — e que muitas vezes, quando chega aquela indústria com fanfarras, bandeirolas, foguetórios, como se fosse a redenção de uma região, e ela, que vai empregar cem ou duzentas pessoas, acaba levando ao desespero milhares de criaturas que viviam da simples pesca, do rio agora poluído.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, este é um apelo que faço neste fim de tarde, para que providências, como as que foram aqui expostas pelo Senador José Lins, realmente saiam do papel e não fiquem nos bons propósitos, ou em boas intenções, anunciadas pelo Governo.

É preciso que os órgãos públicos, que têm sob a sua responsabilidade essa tarefa, enfrentem os altos interesses de grupos econômicos e procurem exatamente mostrar que eles estão a favor de soluções humanas, de soluções que possam minorar o sofrimento de nossa gente. É a contribuição, a coisa que eu posso trazer como Senador de Pernambuco e cuja única arma é a minha garganta, é o microfone que me deram neste Senado Federal, é a única contribuição que eu posso dar em resposta a esses apelos dos pescadores do Nordeste, sofridos e sacrificados pescadores de minha terra. (Muito bem! Palmas.)

Documentos a que se refere o Sr. Marcos Freire em seu discurso:

DEPOIMENTOS DE ALGUNS MORADORES DE BARREIRAS GRANDE

Sr. Antonio:

“O rio tá limpo um pouco esta semana por causa da água nova que desceu. Quando essa água abaixa, a poluição do rio continua a mesma coisa. Porque quando nós mandamos a carta para o Presidente ela parou um pouco e depois eles acharam que nós táva esquecido e continuaram a arriá, e ainda hoje continua.”

A gente do rio não pode viver, porque nada no rio tem, porque a poluição do rio, da fábrica Ponga, acaba com tudo. Os proprietários emprensa da outra banda e toma a terra que nós temo de plantá. Eles toma tudo. A Fazenda Tabu mesmo eu me queixo porque muito bem falá contra ela porque eu trabalhava com duas cinquentas de terra, então beneficiaria dentro do terreno da Fazenda Tabu, e ela me expulsou-me por meio de estradição, me prometendo a ir fazê uma solta de gado no terreno que a gente ocupava e arranja outro terreno para gente, e depois que todos agricultores saíram do terreno, desocuparam o terreno dela, ela foi, e plantou foi cana, nada de gado. Isto foi com todos os pescadores daqui. Era 12 agricultor que trabalhava somente nessa área aqui, fora a outra área de Caaporá que pegava a outra volta de lá.

Tenho três enxada, duas estradição, quem tá acabando com ela é o ferruge, porque eu não tenho onde botá, porque não tem terra pra plantá um pau de paxazeira, nem uma touceira de batata. Tá se acabando. O ferruge é quem tá comendo. Uma enxada hoje por 60 conto, a minha custou 20 cruzeiro, e quem tá comendo ela é o ferruge, porque eu não tenho terra pra botá ela pra limpi.

Nem a pesca, nem a agricultura. A rede que eu tinha acabei. Tenho duas canoa, eu deixei e acabou porque eu não posso conduzi a fazer a obra dela. Vai terminá se acabá, e o que vai acontecer é eu pedir esmola, porque outro meio eu não tenho. O meio que tem é de eu pedir esmola. Agora, antes mesmo de eu pedir esmola, eu tenho que me ter com o Presidente da República, porque ou me aposenta, ou veja o que é que faz comigo. Qu acaba com a minha vida ou por outra me dá um meio de vida pra viver.

Nesta situação não só é eu, é todos da população. Fica pra mais de mil pessoa aqui prejudicada nessa maneira. Mais de mil pessoa. Porque essa parte de Caaporá até o Sítio das Moças somente de estrada a fora, fora essa redondeza todinha. Taguara, Pilumbu, tudo isso vai de desse terreno e tudo isso vai prejudicado. E prejudicado com o rio, vai pra mais de 5 mil pescador, pra mais de 5 mil família, porque começa de Guaiapa até a Praia. Esse povo, todo são prejudicado. Somente os beira mar que vive de pesca, e os que se alimenta com o material, é muitos, ninguém sabe nem da soma.

Meu vizinho ali também tá com a rede encostada. E tá com o pé enfiado o outro. Por causa da lama. Isso tudo ficou em carne viva. Tudo cheio de ferida desse ferruge. Ficou em carne viva. Depois que as usinas pararam e desceu aquela enchurrada que largou a goma das usinas, e desceu somente ela, aí fez isso. Não só ele e o outro vizinho ali, a filha dele tá com as pernas que faz dó, e muitos daí. Já tem muito gente doente em Goiana, que uma senhora lá foi pra um hospital pra dar o nome da família e largou o corpo de barriga. Quase que eu o filho. Tá lá o hospital. Ninguém sabe se ficou por causa do ferruge. E a rede também que ficou.

Nas duas usinas que estão desocupadas a enchurrada o rio tá com a lama encostada, que tá em gosto. Tem q dar com a rede novinha. Táva navegando, táva navegando, mas não dá. Tá navegando e a rede tá com o ferruge que tá a pilando. Sabi q tá a pilando

para nós aqui era rica, era rica, era pra dar bamburro. A calda desceu, acabou com tudo. Quando parou, aí desceu aquela enchurrada e lavou a lama. Aí o camarãozinho cresceu. O rio ficou grosso numas condições que era alvo, alvo de camarão. Em todo canto que a gente chegasse. Aí elas arriou novamente a poluição e pronto: acabou com tudo. O cabra passa o dia todo na maré pra pegar meia dúzia de camarão. Seis camarão o dia todinho! Com seis gererê! Não é possível. De quê um pobre desse pode viver? Eu mesmo fico imaginando o que é que eu vou fazer. Ainda hoje tava dizendo que eu já vivo de dor de cabeça, imaginando. Vou me deitar, perco o sono a imaginar o que fazer pra dar de comer à minha família. E a mim próprio. E a mim próprio. Tô vendo acabar a roupa que tenho e nem uma lebréia poder comprar. Porque não posso mesmo, que não tenho onde arranjar o dinheiro.

Porque os home só querem mesmo a cana deles. A fábrica só quer fazer o papel dela e acabar com o rio. Os home acabam com a terra, e a fábrica acaba com o rio, e pronto. E a gente vamo morrer de fome. Isso aí só quem pode nos ajudar mesmo só é mesmo o Presidente. Se o Presidente não olhar a situação da pobreza, pronto, vai se acabar tudo pegado um com o outro.

Agora é a fábrica Ponsa. As Usina tão parada. As usina agora tão dando um descanso à gente porque tão parada. Elas começa em setembro outra vez. Agora em agosto elas bota fogo e dezembro por diante começa a moagem."

x x x

Sr. Cícero Félix de Queiroz:

"Da semana passada pra cá a água limpa começou a chegá de novo, mas quando a maré morre essas calda começa a desce de novo. Agora a água tá limpa, mas quando a maré quebra a calda (da fábrica) encosta de novo e fica nesse vai e vem pra lá e pra cá, pra lá e pra cá, pra lá e pra cá, e acabando o que tem.

Os peixe quando quer subir, quando a calda vem, acaba com tudo de novo. Os peixe quer subir e não pode. De vez em quando, quando a maré é morta, a calda encosta. Na maré morta, encosta. Na maré grande, quando sobe, empurra a calda pra cima. Na maré morta desce. E daí nesse vai e vem os peixe nunca sobe.

Passou uns dias parada. Eu fiquei até contente. Graças a Deus agora aquela calda não vem mais. Com umas duas semanas começou de novo. No mesmo vai e vem. Eu tava até contente: ela não vem mais. Depois que a maré começou a morrer, a calda começou a descer de novo. Eu fui pescá e os amoré morreu tudo nos covo, na maré. A gente bota os covo na maré. Bota num dia e vai buscar no outro. Os peixe entra dentro dos covo e fica: num pode sair, e quando a gente vai, no outro dia, está tudo morto por causa da calda. E a gente perde todo o trabalho. A gente só tem um descansozinho na maré grande, umas duas semanas, na maré grande. Quando ela começa a quebrar, não dá uns três quebramento, a calda começa a descer. A gente fica triste quando a maré morre. Nesse vai e vem, não sei mais o que faça da vida.

Fora isso tem o carangueijo. Mas o carangueijo para mim não é profissão não. O cabra tem que meter o braço no buraco e sai todo arranhado das raízes dos mangues. Bota o braço e sai todo melado de sangue. Se arranha todo com o braço pra dentro e pra fora. E a pessoa só trabalha amarrado com as imbirá que serve para amarrar os carangueijo.

Não dá pra viver com isso não. Uma corda agora tá custando dez cruzeiros. Num dia só dá pra pegar 4 cordinhas, 5 é o mais. São 16 carangueijos em cada corda. Se quiser arrancar 4, 5 cordinha tem que sair cedo. Sete hora, seis hora, já tem gente no mangue. Agora, do jeito que tá a maré, sai de 11 hora e só volta de noite. Que a maré agora é tarde.

As criança daqui é só começá a falar que já sabe meter o braço no carangueijo. Menino do tamanho de nada já arranca carangueijo."

x x x

"E nem carangueijo tem mais. A calda acabou até com o carangueijo. Eu trabalho nele, mas não gosto dele não. Tiro conforme seja a maré. Tem maré que eu tiro 5 cordas, tem maré que eu tiro 4, tem maré que tiro até duas e até uma corda já tenho tirado, trabalhando o dia todo. Uma corda é dez cruzeiros...

A gente arranha os braço e tem ocasião que o carangueijo pega o dedo da gente e morde. E ainda tem mosquito, tem mutuca pra apertar. Os carangueijeiro sofre muito. Sofre mais que pescador. A lama, os arranhão, as dentada, os mosquito, tudo. Só uma dentada do carangueijo, o camarada fica prejudicado. Tem gente que já perde os dedos. É um serviço ruim, pesado. A pessoa pega uma coisa ofensiva sem ver, né? Se tivesse muitos peixes no rio, era bom, não precisava pegá carangueijo."

Sr. Severino Serafim Fernandes:

"Só vou pescar longe mode o rio que tá contaminado de bagaço. Daqui pra cima eu pescava até a volta de Boca Funda. E agora ninguém pesca mais. Só pesca de Gongaça pra baixo. Antes a gente pescava só até a Bica. Era difícil um pescador de Goiana chegar até aqui. Nunca ia lá embaixo. Só era aqui mesmo. Agora tem ocasião que vou pescar junto de Ponta de Pedra. É muito longe. Quase meio dia de viagem. A gente sai daqui de dez hora da noite, de 11 hora; chega lá de manhãzinha. Chega no setor de manhã. Passa três dia por lá pescando. Dorme besteirinha, horinha. Três dia sem sair da canoa. Tem vez que a gente passa até sete dia pela maré. Faz sete maré sem vim em casa. Toda qualidade de peixe que nós pescamos aqui, nós vamos pegá lá. Esses três dia é assim: nós acabemo de pescá e vamos, aboletemos na canoa até chegá aquela hora de novo pra nós pescá no outro dia. Quando nós começa a pescá é de uma

hora. Então, pesca aquela maré. Depois, quando chega aquela oportunidade, vamo pescá de novo no outro dia. É assim.

Os peixe pescado na primeira maré, o rapaz daqui vai pegá ele, ou embarcado ou mesmo por terra. A gente vende a ele. Ele fica encarregado pra ir apanhar esses peixe lá. Ele pega e leva pra vender em Goiana.

Não dá pra gente apurá muito porque é muito longe. Mesmo a viagem é muito longa para gente sair daqui, né? Mas com tudo, não tem outro, o jeito é a gente fazer isso mesmo, né. Toda a comida a gente leva daqui pra lá. Vai cada um num barco, numa canoinha dessa. Vai 4 barco, às vezes 5, 4 canoinha de pesca."

Sr. Damião Inácio da Silva:

"Eu trabalho decascando coco. Meu serviço agora é decascá coco. Pesquei muito já. Mas agora não pesco mais porque não vou morrer de fome, né? Eu vou pescá? Pescá o que? Pesca lama é? Se o rio ficasse bom eu voltava a pescá. Na pescaria não ganhava mais, mas me alimentava mais do que decascando coco. Porque eu vendia, comia, né? dava pra quem quisesse: toma, leva. Pra que eu queria vida melhor do que essa? No coco a gente só ganha que trabalha. Eu pego de 5 hora, 6 hora e largo de 3 hora pra dar mil e quinhentos coco. Dá 200 cruzeiros e um quebradinho; 225. Mas é trabalhado! 1.500 coco pra decascá é muita coisa. A média mesmo é 800 coco. É difícil fazer 1.500 coco."

Sr. Gelsino Manoel da Costa:

"Faz um bocado de ano que tô aqui. Quando cheguei aqui para pescá, tinha muito peixe. Não havia calda aqui. A calda que vinha aqui era muito pouca. Era somente da usina.

Não sei minha idade não, mas penso que tenho uns 60, 70 anos. Desde menino que pesco. Aqui não, lá fora em Carne de Vaca. Nasci numa ilha que tem ali. Chama-se Catucá. E sou criado em Carne de Vaca.

O tempo de mais peixe aqui é pelo verão. Mas agora nem verão, nem inverno, nem nada. Antigamente tinha mais peixe porque não tinha calda. A situação é ruim porque não dá peixe. Tem jeito de melhorá, sim. A calda se acabando, então tinha jeito de melhorá."

Maria:

"Nas duas semanas que parou tinha muito camarão. Camarão preto. Mas ontem foram pescar e o que arranjaram deu um pires. Então eu disse: não vou. Pra eu ir e perder o tempo, chegar lá, passar o dia todinho sentada pela canoa, levando sol e não pegar nada, aí não vou pescar."

"Eu fui ontem. Eu, meu irmão e minha cunhada. Minha cunhada pegou meia dúzia e eu peguei 4 camarão. O dia todinho."

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ITAMAR FRANCO NA
SESSÃO DE 13-3-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR,
SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Quando apresentei o projeto, pretendia que a Legislação Eleitoral neste País não fosse alterada, como tem sido, de modo casuístico. Ainda agora, Sr. Presidente, estamos ouvindo, não só no Congresso Nacional mas no nosso Estado, o desejo, sobretudo do Partido do Governo, em prorrogar mandatos de prefeitos, alterando inclusive, desta vez, o chamado "Pacote de Abril".

Toda a apresentação do meu projeto visava exatamente evitar que, durante um ano, pelo menos um ano, nós não alterássemos a Legislação Eleitoral, procurando dar-lhe o cuidado que ela merece, evitando exatamente isso, Sr. Presidente, essa instabilidade do processo eleitoral, do processo político brasileiro. Essa medida parece-me por demais necessária, exatamente agora, quando se fala, repito, da prorrogação de mandatos. Prorrogação que nós, particularmente, não acreditamos.

Tive oportunidade de ler uma entrevista do Líder do Governo nesta Casa, Senador Jarbas Passarinho, que, ao que parece, envidaria seus esforços pela não-aprovação da prorrogação dos mandatos. Não sei se é esse, exatamente, o pensamento de S. Ex^a.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Realmente é este o meu pensamento.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Confirmando o pensamento de V. Ex^a, Senador Jarbas Passarinho, é com alegria que o registro aqui, na defesa do meu projeto.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Eu gosto de correr riscos.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Talvez V. Ex^a não corresse risco porque, ao que parece, o futuro Ministro do Planejamento já disse que a inflação será corrigida rapidamente, o que também não acreditamos, porque já há quatro anos no Senado Federal estamos ouvindo o mesmo Ministro, que agora será Ministro do Planejamento, dizer que a inflação está sendo contida.

Mas, de qualquer forma, Sr. Presidente, é com prazer que ouço essa manifestação, aqui no Senado, do eminente Senador Jarbas Passarinho, manifestação que não me surpreende, porque conheço de perto o pensamento de S. Ex^a Homem democrático, Líder da Bancada arenista no Senado, S. Ex^a não poderia, com o seu passado de luta, e que acredita na eleição direta, que acredita na manifestação do povo, S. Ex^a não poderia, realmente, concordar com essa pretensa e nefasta prorrogação de mandatos dos prefeitos e vereadores. Razão pela qual acho justo que o Senado aprove este nosso projeto, não permitindo que, pelo menos durante um ano, a Legislação Eleitoral seja alterada, e sempre de forma casuística como tem acontecido.

É que, mudadas certas normas, em fase muito próxima à realização do pleito eleitoral, ficam os candidatos e os eleitores não só prejudicados em algumas de suas legítimas expectativas, senão, também, em situação de desconhecimento da realidade legal que domina a espécie.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MARCOS FREIRE NA
SESSÃO DE 13-3-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR,
SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:**

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em nossa vida parlamentar, sempre demos ênfase especial à luta pela redemocratização brasileira. Houve terríveis arrogâncias de forças; cassações de mandatos eletivos, fechamento do Congresso Nacional, edições de pacotes, prisões ilegais, prática de torturas, sacrifícios de vidas humanas. Nem por isso silenciámos. Pelo contrário, fizemo-nos, ao lado de tantos outros companheiros, porta-vozes das denúncias que precisavam ser feitas contra a ditadura.

Esse combate não nos impediu, entretanto, de, como Deputado Federal, na legislatura de 71, e como Senador da República, na de 75, estarmos, constantemente, a analisar a situação do Nordeste brasileiro, que apresenta um gritante descompasso de progresso em relação ao crescimento econômico do Brasil.

Neste início de nova legislatura, a de 1979, não poderíamos, portanto, deixar de voltar a enfocar a nossa problemática regional, cuja dramaticidade é expressa, de modo eloquente, nos seus altos índices de pobreza, tanto em termos absolutos como relativos.

Pobreza, em si mesma, dentro do próprio Nordeste, refletindo em cores dantescas, naquela porção de território pátrio, todas as funestas consequências de um "capitalismo selvagem" que, pela diferenciação de rendimentos entre as classes sociais, provoca uma extrema e acintosa contraposição de padrões de vida, em que uma pequena minoria se sacia fácil até mesmo de seus caprichos e a maioria da população não tem, sequer, como satisfazer suas necessidades básicas.

Bastaria lembrar que 79,6% de nossa população agrícola rural, que no Nordeste representa 54,9% da população total (PDR, 1971, pág. 53), é constituída por família de baixa renda (págs. 96 e 97), tendo uma renda *per capita* anual da ordem de 40 a 56 dólares, incluindo-se o valor dos alimentos consumidos, oriundos da produção própria (PDR, pág. 97) — o que implica a marginalização de milhões de brasileiros em condições subumanas de vida, em que grassa o desemprego, o analfabetismo, a mortalidade infantil, as doenças endêmicas, a criminalidade, a prostituição.

A projeção do modelo concentracionista de renda, a nível nacional, terá encontrado fácil desenvoltura no Nordeste, face à nossa própria formação econômica e social. Com efeito, a cana deu-nos, em priscas eras, a primazia de região mais rica do Brasil. Sua base escravocrata, contudo, configuraria uma rígida estrutura social, com relações de produção diferentes do distributismo de renda da cultura do café, que se expandiria neste século e o qual facilitaria a própria industrialização e modernização da sociedade brasileira, às quais o Nordeste se manteria infenso.

À nossa perplexidade ante o surto progressista dos tempos republicanos corresponderia um imobilismo político, social e econômico que nos distanciaria perigosamente do resto do País. Ao contrário de nós, que empobrecemos, o Sul seria bafejado pelo surto de sua pujante atividade agrícola, pela imigração européia, pela emergência do pólo industrial, sob o estímulo e protecionismo da II República e pelo processo de substituição de importações.

Buscando favores e subsídios econômicos, conseguimos apenas nos sustentar em atividades produtivas pouco competitivas, interna e externamente, com a sobrevida de uma estrutura sócio-econômica inteiramente lesiva em termos de povo.

Diante de tal situação e em meio ao auge do desenvolvimentismo brasileiro, na década de 50, surge a SUDENE, anunciando um "Novo Nordeste". Trazia uma proposta de modernização econômica, apontando-nos, sobretudo, a industrialização e a reestruturação agrária como caminhos para superarmos a desigualdade regional e absorvermos a excessiva disponibilidade de mão-de-obra, às voltas com o desemprego aberto ou disfarçado.

Como denunciou Luiz Fernando Correa de Araújo, Superintendente Adjunto da SUDENE, em depoimento prestado perante Comissão Parlamentar de Inquérito realizada pela Câmara dos Deputados, no ano passado, tal proposição "se constituía num risco para a estrutura econômica e social prevalecente". Daí porque "para sobreviver teve a SUDENE de sacrificar seus projetos mais radicais de transformação estrutural". E terminou, ela própria, esvaziada institucional e financeiramente. Como tantas vezes já o demonstramos, mas vale a pena repetir, seus recursos, anualmente previstos, foram sistematicamente reduzidos, acabando por serem abolidos os planos diretores. Caía a nossa participação na receita da União. Reduziu-se progressivamente o nosso percentual nos incentivos fiscais. Continuam a se esvair as nossas rendas, através de um sistema tributário odioso, em que, por exemplo, a sistemática do

ICM privilegia os Estados predominantemente produtores. O sistema bancário, por sua vez, drena nossas riquezas para o Sul.

Ao lado dos aspectos positivos da SUDENE, aqui já registrado em oportunidades anteriores, o programa de industrialização adotado "revelou-se insuficiente para transformar-se em um fator decisivo de modernização e desenvolvimento" (v. CPI da SUDENE).

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Ouçamos, com satisfação, o ilustre Senador pelo Ceará, Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Nobre Senador Marcos Freire, no instante em que V. Ex^a, a essa altura do seu discurso, se reporta especificamente às dificuldades vividas pelo Nordeste e pela sua agência desenvolvimentista, a SUDENE, não é demais lembrar que, numa hora em que o aludido órgão atravessava momentos dos mais angustiantes, pela evidente carência de recursos, o Governo Federal, numa demonstração de absoluta insensibilidade para com milhões de brasileiros residentes naquela área territorial do País, reduzia os percentuais de incentivos fiscais através daquele famigerado Decreto nº 1.478, de 26 de agosto, contra o qual se insurgiu nesta Casa V. Ex^a com a maior veemência e, da mesma forma como o fiz, tentando sua rejeição por parte do Congresso Nacional. Chegamos mesmo a tentar uma arremetida dos representantes nordestinos, mas lamentavelmente a apreciação do Decreto-lei nº 1.478 se fez naquela mesma ocasião em que se realizavam as eleições municipais, dificultando, portanto, uma ação de nossa parte, mais vigorosa e mais contundente, para profligar comportamento tão injustificável por parte do Governo Federal. E tanto era injustificável, nobre Senador — e V. Ex^a se lembra desse fato — que, três meses depois, o próprio Governo Federal, que reduzira os percentuais de incentivos fiscais, era obrigado a acudir a SUDENE, promovendo o desembolso de Cr\$ 560 milhões de cruzeiros, sem o que se daria, naquela ocasião, um verdadeiro colapso nos programas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Presente a esta Casa, na tarde de hoje e por oito anos, aqui está e estará o eminente Senador José Lins que, àquela época, exercia a Superintendência da SUDENE; e qual não deve ter sido a aflição e a angústia de S. Ex^a, vendo o órgão que ele dirigia ser esvaziado dos seus recursos e ele obrigado a reclamar do Ministério do Interior e, mais do que do Ministério do Interior, do próprio Presidente da República a alocação de recursos que permitisse à SUDENE cumprir os seus objetivos institucionais!

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — V. Ex^a, Senador Mauro Benevides, que tem sido daqueles permanentemente presentes na luta em favor do Nordeste, acaba de situar um dos aspectos da nossa problemática nordestina — o problema dos recursos. Inúmeras vezes, centenas de vezes, esta Casa tem assistido aos pronunciamentos os mais contundentes, respaldados em estatísticas, mostrando como o Nordeste tem sido vítima de distorções e desvios, inclusive dos recursos provenientes dos chamados Arts. 34/18. Com efeito, esse mecanismo de incentivos fiscais foi criado para nós, para a industrialização do Nordeste, devendo-nos, caber 100% e, no entanto, estamos, hoje, reduzidos a cerca de 20%, graças, exatamente, aos desvios sofridos, às distorções, às ingerências, aos interesses que fizeram com que o Governo Federal fosse desvirtuando o sentido original daquela iniciativa.

O problema do Nordeste implica, por certo, problema de recursos que, como temos procurado demonstrar, não têm sido canalizados na dimensão e no quantitativo necessários aos interesses da região, como, sobretudo, não têm sido proporcionais aos que beneficiam outras regiões e certos setores, muitas vezes já privilegiados.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Concederemos o aparte a V. Ex^a, tão logo acabemos as considerações que estamos fazendo a respeito do aspecto levantado pelo Senador Mauro Benevides.

Quando, no II PND, se previa 100 bilhões de cruzeiros para o Nordeste através do PIN — isto era anunciado às vésperas de uma campanha eleitoral, em que o Senhor Presidente da República proclamava tal montante para aquela sofrida região, o que, sem dúvida alguma, sensibilizava a nossa população — tivemos a oportunidade de mostrar que aquilo que poderia parecer uma dádiva tão grande, como que se perdia não apenas — repetimos — diante das nossas necessidades, mas se constituía num tratamento que não era especial, representando, antes, uma preterição dos nossos interesses, porque naquele mesmo plano, só em indústrias básicas de desenvolvimento tecnológico e infra-estrutura para o Centro-Sul, destacava-se cerca de 716 bilhões de cruzeiros.

No mesmo Orçamento para o quinquênio que ele compreendia, o investimento total previsto era de 1,7 trilhão de cruzeiros e, portanto, o Nordeste, que tinha 30% da população brasileira ocupando uma área de 20% do seu território, ficaria aquinhado com apenas 5,7% do total daqueles investimentos, enquanto estaríamos a merecer, pelo menos, um equivalente de 20 a 30%, tendo em vista a própria população brasileira que ali habita.

Por outro lado, nobre Senador Mauro Benevides, sabemos que pela repartição dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, nós do Nordeste não temos sido aquinhoados como precisaríamos e desejaríamos ser, não apenas como desejo subjetivo, mas, sobretudo, como homens que têm por que pleitear tal coisa, porque a Região do Nordeste — já se disse e o próprio Ministro de Planejamento do Governo tem repetido — constitui-se no maior bolsão de pobreza deste País e, conseqüente-

mente, não é possível que esta Região não receba o tratamento que seria de justiça se lhe dar.

Poderíamos, por isso mesmo, lembrar inúmeras sugestões que temos feito da tribuna do Senado no sentido de se esclarecer, de fato e de direito, qual tem sido o tratamento federal para com o Nordeste. Assim seria elucidativo, a respeito, que se partisse para a regionalização do Orçamento da União para que ficasse claro o que nos cabe neste bolo da União, e se evitasse que com argumentos insubsistentes se pudesse dizer que o Nordeste tem sido suficientemente aquinhado com recursos.

A regionalização do Orçamento Federal talvez pudesse esclarecer muitas coisas. Mas não queremos apenas esclarecimentos; desejamos que se procure, através de medidas concretas e de providências objetivas, assegurar para o Nordeste benefícios que possam advir de projetos, de programas muitas vezes anunciados ao Brasil e que não chegam os seus efeitos, na medida do necessário, até os nossos rincões.

Sabemos de vários programas nacionais de investimentos que aí estão canalizando os recursos os mais vultosos para outras regiões, em especial para o Centro-Sul.

Uma das sugestões que fizemos, na legislatura passada, foi a de que se estabelecesse, também nos programas nacionais de investimentos, a sua regionalização, porque quanta coisa — como, por exemplo, no Programa Ferroviário, no Programa Nacional do Alcool, no Programa dos Incentivos do Fundo 157 — quantos e quantos recursos não nos seriam assegurados se estabelecêssemos esta regionalização dos grandes programas nacionais de investimentos, assegurando, assim, certos capitais de que necessitamos.

E que outro pleito mais justo que a reforma tributária, inclusive através da reformulação da sistemática do ICM, velho pleito do Nordeste? O Governo vem anunciando grupos de trabalho e de estudo e, desses grupos, até hoje, não saiu uma solução definitiva para que não se beneficie em especial os Estados predominantemente produtores. Quantas e quantas coisas desse tipo poderiam ser feitas, como, ainda...

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Ouviremos V. Ex^a tão logo concluamos a parte referente ao aspecto financeiro do esvaziamento do Nordeste.

A reformulação das contribuições sociais que hoje, como sabemos — e esse é simultaneamente um outro aspecto de um outro problema — recai sobre a folha de pagamento de pessoal e deveria recair sobre o faturamento das empresas, mas, em relação ao caso específico do Nordeste, poderia ser orientado para que as contribuições sociais variassem em função do tamanho das cidades, em função de regiões mais ou menos atrasadas, de tal forma que se constituísse em incentivos e estímulos ao nosso desenvolvimento. Enfim, alterações na política monetária, creditícia, industrial e tecnológica, tudo isso podendo redundar de instrumentos efetivos para um desenvolvimento regional maior. Mas o problema do Nordeste não é apenas de recursos. Mas, antes de enveredar por esse outro campo, ouviremos com satisfação o aparte do nobre Senador José Lins que, evidentemente, traz como subsídio os anos que esteve à frente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Muito obrigado, nobre Senador Marcos Freire. Início o meu aparte observando que a referência a salários de 40 a 50 dólares feita por V. Ex^a decerto não se refere a famílias e, sim, à renda *per capita*. De outra parte não seremos nós, nordestinos também, que iremos deixar de reconhecer a necessidade de um ajustamento da Política Nacional de Desenvolvimento a nível regional, para que o Brasil passe a tirar proveito de uma maior integração econômica com melhor distribuição dos benefícios sociais. Forçoso é reconhecer que, apesar de todos os esforços, o que vem sendo feito ainda não satisfaz aos anseios do povo brasileiro, sobretudo nas regiões mais pobres. Mas forçoso é também reconhecer que o Governo, em vez de tirar recursos do Nordeste, nos últimos anos, na realidade agregou maiores aplicações à região; por exemplo, de 1963 até 1978, a aplicação de incentivos fiscais elevou-se de 90 milhões para 9 bilhões de cruzeiros por ano; as liberações do FINOR na gestão do Presidente Geisel elevaram-se a 37 bilhões de cruzeiros. Isto significa que essas liberações no período do Presidente Geisel, na SUDENE, corresponderam ao dobro de todas as liberações feitas desde a criação do sistema de incentivos até o final do ano de 1973. Ainda mais, nobre Senador, durante o período do Presidente Geisel foram aprovados 842 projetos, num total de 130 bilhões de cruzeiros; isto é mais do que se havia aprovado, também, em toda a vida dos incentivos nos anos anteriores. Os empregos criados corresponderam, nesse período de 5 anos, a cerca de metade de todos os empregos criados até então pelo sistema de incentivos. V. Ex^a sabe também que os recursos que foram, pela legislação aqui referida, retirados dos incentivos fiscais continuaram em grande parte a ser aplicados no Nordeste. Grande parte deles saiu da área da indústria para a área da agricultura, para apoiar os grandes projetos como o POLONORDESTE, o Programa de Irrigação, o Programa de Pesquisa do Trópico Semi-Árido, o Projeto Sertanejo e outros tantos de grande importância para a Região. O Nordeste alegou muitas vezes que somente a indústria vinha sendo contemplada com a ajuda do Poder Público. A opção foi dirigir parte dos recursos, a fundo perdido, para o setor agropecuário, no qual estão as classes mais pobres do Nordeste. Por outro lado, nobre Senador, os recursos do Fundo de Participação dos Estados e Municípios se elevaram, na gestão do Presidente Geisel, de 8,5 bilhões por ano, em 1973, para 38,2 bilhões em 1978, a preços deste ano. Então, Srs. Senadores, V. Ex^{as} vêem que as aplicações, realmente, cresceram. No caso do ICM as modificações que se pretendem introduzir constituem uma arma de dois gumes. Alguns Estados do Nordeste vão lucrar mas outros vão perder, qualquer que seja a modificação das tarifas. O que se poderia pretender,

talvez, fosse a separação de um percentual de todos os recolhimentos no País para distribuição com os Estados mais pobres. Isso seria talvez mais interessante. Não tenho a intenção de tomar desnecessariamente o tempo de V. Ex^a, mas esses esclarecimentos me parecem necessários.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Nobre Senador José Lins, esperamos que haja muito tempo pela frente, de tal forma que apartes como estes de V. Ex^a não nos vão propriamente roubar o nosso tempo, mas, pelo contrário, possibilitar um debate mais frutífero em torno do assunto.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Se Deus quiser, para ajudar a nossa região. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Antes de mais nada, pensamos que não houve retificação do que afirmamos aqui em relação à população agrícola rural do Nordeste, quando disse que representava cerca de 54,9% da população total e "constituídos por famílias de baixa renda tendo uma renda *per capita* anual da ordem de 40 a 56 dólares", etc. Portanto, V. Ex^a parece apenas ter confirmado os dados a que nos referimos.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Se V. Ex^a se refere a famílias, evidentemente não. Se se atém à renda *per capita*, a citação confere com a publicação.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Por outro lado, não falamos que, nos últimos anos ou neste Governo, diminuíram as aplicações de recursos na região; mas tinha graça que isso ocorresse, Ex^a! Isso seria provocar uma verdadeira insurreição social. O Nordeste, sofrido, pobre, sacrificado, esvaziado, ainda a receber menos, num ano, do que teria recebido no ano anterior. Com a inflação que tem, fechava as portas, não teria nada, nem para a SUDENE construir aquele palácio que construiu lá na Cidade Universitária... É lógico que não dissemos isso. O que dissemos foi que há insuficiência de recursos; e como poderemos até não concluir este discurso, nesta tarde, enfatizemos logo: o problema do Nordeste não é apenas de insuficiência de recursos, estamos apenas versando esse aspecto da problemática nordestina; mas há outros problemas muito mais graves de natureza estrutural. Vamos chegar lá, pois estamos agora no problema de recursos.

Então, o que dissemos foi que em relação ao mecanismo de incentivos fiscais dos arts. 34/18 — que foi criado especificamente para o Nordeste, especialmente para o Nordeste, por causa do Nordeste, tendo como objetivo o Nordeste — os seus recursos deveriam vir 100% para nós, enquanto hoje estão reduzidos a cerca de 20%, graças a desvios, muitos deles indo beneficiar setores econômicos privilegiados ou regiões já ricas do País. Tanto isso é verdade, que é possível que V. Ex^a tenha em mãos, V. Ex^a que foi Superintendente da SUDENE e está sempre pronto em prestar esclarecimentos em torno de pontos levantados por nós, quem sabe se V. Ex^a não poderia declarar à Casa o quanto representou os desvios ocorridos em relação ao Nordeste? Em outras palavras; quanto significa, em bilhões de cruzeiros, aquilo que deixamos de receber, na hipótese de que o Governo Federal não nos tivesse tirado, tivesse deixado intocável e intocado o sistema de incentivos fiscais do 34/18?

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Pois não, pode ser que V. Ex^a tenha esses dados na ponta da língua e achamos que seria altamente esclarecedor saber o quanto deixamos de receber em face dos incentivos do 34/18, nestes anos todos.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Em primeiro lugar, sabe V. Ex^a que não houve desvio, pode ter havido redução. Mas, não desvio.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Não estamos falando em desvio como V. Ex^a está interpretando e, sim, em termos de destinação dos recursos do 34/18. Embora pareça que a SUDENE não esteja tão aparelhada para garantir a excelência da aplicação desses recursos, apesar disso, não temos condições de levantar nenhuma suspeição quanto à lisura nessa aplicação, pelo menos por parte da SUDENE. Quando falamos em desvio do 34/18, são, pois, as destinações outras que o Governo Federal deu, tirando do Nordeste recursos que iriam para o Nordeste. Este é o sentido da palavra desvio. Estou fazendo esse esclarecimento até como homenagem a V. Ex^a

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Obrigado a V. Ex^a. Neste sentido, a informação que posso trazer aos nobres membros desta Casa é a que esses recursos chegaram em grande parte ao Nordeste sob formas diferentes. Ao mesmo tempo, no cômputo geral, em vez de haver redução, houve aumento dos recursos destinados ao Nordeste. Isso se não tomarmos parcelas isoladas. Por exemplo, foram reduzidos, V. Ex^a e todos nós sabemos, os recursos dos Incentivos Fiscais à Indústria. Mas uma grande parcela da diferença continuou sendo destinada ao Nordeste sob outras formas, sob a forma de apoio a outros programas. Aliás, quanto aos Incentivos Fiscais à Indústria, convém ressaltar que o Governo Federal, nos últimos anos, vem complementando os orçamentos do FINOR, seja com recursos do orçamento da União, seja com a transferência de recursos de outros Fundos, como o do Reflorestamento para ajudar o Nordeste. De modo que a resposta à pergunta de V. Ex^a, embora sem quantificação, é a de que a quantidade de recursos anuais destinados pelo Poder Central ao Nordeste tem crescido, nos últimos anos, e não diminuído, como se tem dito. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — V. Ex^a conclui por uma afirmativa que não contestamos. Somente não aceitamos, *data venia*... Talvez seja muita ousadia

de um bacharel em Direito estar, aqui, se levantando diante do Superintendente da SUDENE que, durante tantos anos, dirigiu aquela agência desenvolvimentista. Mas permita-nos que digamos: não nos convence a assertiva de V. Ex^a, de que os recursos desviados — naquele sentido que já mencionamos — do 34/18 chegaram ao Nordeste por formas diferentes. Essa não, Sr. Senador, tenha paciência. Perguntamos: os recursos do 34/18, que beneficiaram o reflorestamento, foram para o Nordeste? E os da pesca? E os do turismo? E os da Transamazônica?

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador, acho que temos de admitir uma base para o diálogo, e como parte deste deveriam estar, pelo menos, os dados numéricos citados.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Pedimos a V. Ex^a, exatamente, o quanto o Nordeste deixou de receber em face desses desvios. V. Ex^a é que não veio com os números; veio genericamente dizer que eles entraram por outras formas. Acharmos que, contudo, pelo reflorestamento e outras atividades mais, os recursos foram beneficiar outras regiões mais ricas do País, Excelência.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador Marcos Freire, V. Ex^a há de convir que os números oficiais têm que ser aceitos. Do contrário as bases de uma discussão específica como esta não podem existir...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Esse é outro problema, Excelência.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — ... e, nesse caso, teremos de pedir novos levantamentos em vez de fazer conjecturas. Mas, não podemos, simplesmente por uma profissão de fé, dizer que foram destinados à região mais recursos ou menos.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Mas, essa é a posição de V. Ex^a, que está dizendo que foram mais recursos.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Estou dizendo que foram mais porque conheço os números, embora não os tenha de cor.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Nobre Senador, estou perguntando aqueles recursos do 34/18, que foram desviados, para onde foram? Para o Nordeste? Não o foram, evidentemente.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Ex^a desviou o sentido da pergunta.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Mas quem fez a pergunta fui eu, Excelência!

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Ex^a pergunta se realmente o Nordeste está recebendo mais ou menos recursos.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Não, não fiz esta pergunta. É lógico que está, e não poderia deixar de estar, Excelência.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Respondi-lhe que, se V. Ex^a perguntasse a respeito de algum programa isolado, eu estaria plenamente de acordo com V. Ex^a. Todavia, quanto ao todo da programação para o Nordeste, quanto às aplicações do Governo com o objetivo de desenvolver a Região, essas têm crescido. Ora, a dimensão de cada programa pode variar, inclusive para introduzir um melhor tipo de aplicação. Respondo, pois, a V. Ex^a, que as aplicações do Governo no Nordeste têm aumentado e não diminuído.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Ai é que seria boa a minha sugestão da regionalização do Orçamento da União, porque, assim, ficaria clarinha a fatia que nos cabe no bolo do Orçamento federal.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Quem sabe se V. Ex^a, que é tão prestigiado pelo Governo, não conseguirá a regionalização do Orçamento federal, para que, a cada ano, a gente saiba a nossa fatia.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Gostaria de dizer a V. Ex^a que a sugestão, da minha parte, já foi encaminhada, por escrito, ao Governo.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Inclusive com essa proposta?

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Inclusive com essa!

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Vê V. Ex^a que algo já nos aproxima.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Ouviremos V. Ex^a, embora tenhamos, antes, algumas coisas a comentar do aparte do ilustre Senador José Lins, para não nos distanciarmos muito de sua intervenção. Acharmos, aliás, que este discurso terá que se prolongar em várias oportunidades, por várias sessões, em face, mesmo, dos debates suscitados.

V. Ex^a, Senador José Lins, esclareceu que nos foram destinados muitos recursos; já vimos que tinha que ir mais recursos, que eles não podiam chegar a decrescer; em números reais isso não seria possível.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador, se me permite...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Permita-nos V. Ex^a podermos ter a consideração de comentar o que V. Ex^a mesmo disse.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Nobre Senador Marcos Freire, aguardo a oportunidade.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Creio que tanto V. Ex^a quanto eu, como todos aqueles que se interessam pelo desenvolvimento do Nordeste, estamos de acordo em que essa política tem que melhorar. De minha parte, estou dando apenas informações...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — O que agradecemos.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — ... sobre a posição do atual programa que, evidentemente, pode ser melhorado. Obrigado a V. Ex^a

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Mesmo que admitamos que os nossos recursos foram em quantidade maior, mesmo assim terão sido tremendamente, insuficientes. Poder-se-ia dizer: sim, perante as necessidades do Nordeste são insuficientes, mas, de qualquer forma, são os que o Governo Federal pode destinar. Mas, não apenas são insuficientes, em números absolutos, às nossas necessidades, mas também em termos comparativos com outras regiões mais bem aquinhoadas do que a nossa. Para não parecer, com a experiência que V. Ex^a traz da SUDENE, a resposta de um Senador, de Oposição — que de qualquer forma não tem acesso íntimo à SUDENE, embora a acompanhando de longe — gostaríamos, a respeito de recurso, de mais, de menos, de bons, de ruins, de precários ou insuficientes, de dar a palavra a um antigo auxiliar de V. Ex^a que, portanto, vivendo a SUDENE como V. Ex^a, teria igual autoridade para falar. E aqui está o que ele diz exatamente a respeito de recursos:

...“Uma destas falácias, por exemplo, procura incutir a idéia de que a região Nordeste vem recebendo recursos em demasia, que os Governos estaduais e os empresários vêm recebendo ajuda excessiva e que a região recebe tratamento preferencial e privilegiado em comparação com as outras regiões do País.”

De tanto divulgar e alardear a ajuda “magnânima” e os bilhões que para cá são transferidos, já há muita gente ficando com a “consciência intranquila” e até mesmo com “complexo de inferioridade”, pois, apesar de tudo, a região continua subdesenvolvida e persistem os grandes “bolsões de pobreza”.

No entanto, isto não condiz com a verdade, pois o Nordeste vem recebendo recursos ainda escassos se comparados com os recebidos pelas regiões mais adiantadas. E se forem levadas em conta as reais necessidades da região e o quanto ela contribui para o desenvolvimento nacional constatar-se-á que são ainda muito inexpressivos os recursos aqui investidos.

Para se verificar quais são as áreas que vêm recebendo vultosos recursos é necessário apenas que se observe onde estão sendo realizados os grandes investimentos no País com recursos orçamentários e provenientes de empresas estatais, multinacionais e nacionais. É, por acaso, na região Nordeste? Da mesma forma seria conveniente que se mostrasse onde são concentradas as aplicações dos inúmeros incentivos, fundos e esquemas de financiamento de âmbito nacional. Será, a região Nordeste beneficiária principal destes estímulos? Igualmente o volume das transferências que os Estados do Nordeste vêm efetuando por conta da injusta sistemática do ICM para os Estados já desenvolvidos mostra que o tratamento preferencial concedido ao Nordeste é muito mais vernacular do que fundado em princípios da justiça tributária. E se há, ainda, algum São Tomé duvidando, por que, então, não se regionaliza o Orçamento federal? Esta não seria uma maneira lógica e racional de propiciar que toda a Nação fosse esclarecida para onde estão indo os recursos? “Paulo de Tarso de M. Souza. — 8-1-79.”

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Ouviremos, com satisfação, o ilustre Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Gostaria de ir ao encontro das palavras de V. Ex^a que, nesta tarde, com muita propriedade, inaugura uma série de debates que haveremos de ter nesta Casa do Congresso Nacional, sobre a problemática do Nordeste brasileiro. V. Ex^a lembra muito bem que os incentivos fiscais foram criados, no Brasil, para atender, particularmente, o Nordeste, por iniciativa de um Parlamentar pernambucano, o Deputado Gileno di Carli. S. Ex^a lembrou-se justamente desse sucedâneo, em matéria financeira, por ter havido naquela ocasião a extinção do Câmbio de custo, através da Instrução nº 204, do Presidente Jânio Quadros. Câmbio de custo esse que havia altamente beneficiado a industrialização do Centro-Sul do País. Então, assim os incentivos fiscais vieram para financiar, os projetos industriais, agroindustriais, agrícolas e agropecuários da nossa região. Então, como bem alude V. Ex^a, mal iniciada a sua aplicação dos seus recursos, começaram os desvios para outras regiões e para outros setores, prejudicando imensamente o Nordeste brasileiro. Inclusive, quando do lançamento do Plano de Integração Nacional, quando eu era líder da Bancada do MDB, na Câmara dos Deputados, tive oportunidade de convocar os Srs. Ministros da área econômica para debater o assunto com S. Ex^{as}, pois que, naquela oportunidade, se transferiram mais 30% dos incentivos fiscais do Nordeste, para custeio dos programas do Plano de Integração Nacional, sob o pretexto de que esses recursos reverteriam à região, porque seriam também empregados no custeio das

obras de irrigação. E aqui é exatamente onde quero chegar, nobre Senador Marcos Freire: as obras de irrigação são de infra-estrutura e, por conseguinte, teriam de ser financiadas por recursos do orçamento federal e não por recursos derivados dos incentivos fiscais.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Tem V. Ext. toda razão, pois quando se reporta a esses desvios, cujo termo merece restrições do Senador José Lins, faz com que de logo, se correlacionemos com um outro programa que nos levou uma fatia daqueles incentivos fiscais e viria beneficiar o Nordeste, o tal do PROTERRA. Lembra-me-nos que, quando anunciaram esse projeto impacto, foram perguntar ao então Superintendente da SUDENE, que não era ainda o ilustre Senador José Lins, o que ele achava sobre esse programa; e ele respondeu que primeiro iria ler o Decreto do Presidente, para, depois, se manifestar. Isso foi dito pelo Superintendente da SUDENE, que é, tecnicamente, o órgão de planejamento e de coordenação para todo Nordeste, enquanto o PROTERRA era apresentado como beneficiando o Nordeste. E o Superintendente do órgão desenvolvimentista da região, e quem cabe coordenar todos os investimentos públicos, orientar e planejar todo o nosso desenvolvimento, ainda ia ler no jornal, como nós outros, o decreto criando o PROTERRA, para manifestar-se a respeito. Ao final, ficamos sabendo para que serviu o PROTERRA, que terminou financiando grandes proprietários de terra, do interior, muitos deles virtualmente falidos, vendendo à vista extensas áreas de terras ou fazendo projetos para conseguir dinheiro, não para usando parte desse dinheiro para fazer especulação nos centros urbanos. Esse foi o PROTERRA, e foi o PROTERRA que levou 20% dos incentivos fiscais do Nordeste. Está aí em que deu esse "elefante branco" do PROTERRA que, na verdade, não resolveu problema fundiário algum do Brasil. Enquanto isso, a concentração industrial desse País continua cada vez pior. É possível que V. Ext. tenha tomado conhecimento, — estávamos em recesso, e recebemos um telegrama da Editora da Economia de um dos jornais, a respeito — de que

"A distribuição geográfica dos projetos novos e reformulados aprovados pelo CDI em 78 continua acompanhando a tendência de concentração industrial nos estados de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que absorveram, respectivamente, 21,33 por cento, 21,33 por cento, 16,91 por cento e 12,53 por cento, — um total de 72 por cento. Já o Nordeste foi contemplado apenas com 1,79 por cento e a Bahia, isoladamente, com 1,83 por cento."

"Está aí o desenvolvimento do Nordeste; está aí a propalada desconcentração industrial que o Governo anuncia, talvez tirando da capital de São Paulo para colocar em municípios do próprio Estado de São Paulo; aí está o percentual que coube ao Nordeste de 1,79, mostrando como é que temos sido "aquinhoados" com essa política de desconcentração industrial."

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Ext. um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Ouvamos o nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Nobre Senador Marcos Freire, no curso do aparte que ofereceu ao discurso de V. Ext. o nobre Senador José Lins focalizou o problema relacionado com os recursos do Nordeste. Naturalmente, S. Ext. fez em termos de SUDENE. Lembraria a V. Ext. que há pouco mais de um ano ou um ano e meio, salvo engano, era o Presidente do Banco do Nordeste, a agência encarregada de impulsionar o desenvolvimento nordestino, que, numa petição proclamada no Conselho Deliberativo da SUDENE, perante Governadores, representantes Ministeriais, o Dr. Nilson Holanda pedia, implorava ao País, num pronunciamento contundente, que se oferecessem recursos estáveis e duradouros ao BNB, sem o que aquele estabelecimento de crédito não teria condições de cumprir os seus objetivos institucionais. O próprio Banco do Nordeste, nobre Senador, ao qual são oferecidas sempre recursos aleatórios, que não permitem o cumprimento ideal de seus objetivos, era esse banco, através do seu Presidente, que vinha reclamar à SUDENE, e mais do que à SUDENE, vinha reclamar ao País, ao Presidente da República, às autoridades da área financeira, recursos estáveis e duradouros. As expressões são essas: estáveis e duradouros, que permitissem ao BNB atender, realmente, aos reclamos desenvolvimentistas da região. Lembraria também a V. Ext. que, dentre os programas apontados como responsáveis pela aceleração do crescimento nordestino e pelo bem-estar dos seus habitantes, foi mencionado pelo Senador José Lins o Projeto Sertanejo, por cujo delineamento, como se sabe, S. Ext. é um dos responsáveis, porque à época em que superintendia a SUDENE foi exatamente que o Projeto tornou-se público. E foi tornada pública como, nobre Senador Marcos Freire? O Senhor Presidente da República, entendendo que aquela solução era efetivamente válida para beneficiar o Nordeste, com ele se comprometeu publicamente e se desagravou a cidade de Recife, em agosto de 1976.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Coincidência, nobre Senador: outro pleito eleitoral, às vésperas de outro pleito eleitoral.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Coincidência, pois aqui, aqui, aqui, o Presidente da República assinou em Recife um decreto instituiu o Projeto Sertanejo, e num dos artigos desse decreto está mencionada toda a programação financeira e de execução pelo Projeto Sertanejo. E imprensa divulgou o fato com o destaque devido e em todas as Casas Legislativas de aplicação à iniciativa presidencial foram indicadas. E o Presidente da República, que firmou o decreto, estava absolutamente certo de que aquele programa de desenvolvimento seria cumprido. E era

1976, nobre Senador Marcos Freire, estava indicada a quantia de 180 milhões de cruzeiros.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Não saiu nada naquele ano.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Até 31 de dezembro, nobre Senador, um real sequer foi desembolsado, entregue ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, que era o órgão executor do Projeto Sertanejo. Isso significa a subutilização dos interesses desenvolvimentistas da nossa região. Era um dado a mais que eu queria trazer a V. Ext. nesta pádua intervenção ao seu brilhante discurso.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Lembremo-nos bem, Excelência, de que inclusive aqui nós tratamos, no próprio ano de 1976, desse problema e fizemos apelo ao Governo Federal. Mas, acabou aquele ano "eleitoral" e não saiu nenhum tostão daquele programa. Não é de admirar, inclusive porque isso vem ocorrendo em relação a vários outros programas ou projetos impactos do Governo, que são muito bonitos no papel, nos seus princípios formais. Ninguém, às vezes, nem pode ser contra eles. Contudo, como se diz por aí, a teoria na prática é outra...

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ext. um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Ouviremos V. Ext. com todo prazer.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador Marcos Freire, meu caro Senador Mauro Benevides, gostaria de informar a V. Ext. que os recursos do Projeto Sertanejo, do primeiro ano, num total de cento e oitenta milhões de cruzeiros, foram liberados, senão naquele ano, pelo menos, em parte, no ano seguinte. No outro ano, que não foram cento e oitenta, mas quatrocentos e cinquenta milhões também saíram, e os do ano passado, cerca de seiscentos e cinquenta milhões, também foram consignados e liberados. Gostaria, ainda, de informar a V. Ext. que o que estamos discutindo talvez não seja bem a posição de um programa, mas a grande necessidade de intervenção ampla e permanente do Governo Federal na região nordestina, tendo em vista acelerar o desenvolvimento de nossa Região. E neste ponto não posso me furtar às informações reais de que as aplicações no Nordeste vêm aumentando. Estou ao lado de minha região, reconhecendo que essas aplicações ainda não são suficientes, sobretudo quando o País passa a crescer a altas taxas, como vem ocorrendo a partir de 1968. V. Ext. bem sabe que, entre 1964 e 1968, o Nordeste cresceu mais do que o País. De 1968 até 1973, com o enorme crescimento que deram origem à expressão "milagre brasileiro", reconhecemos que o Nordeste não pôde acompanhar as altas taxas, aliás atingidas por poucos países em qualquer tempo, de 10, de 11, de 12, de 13, de 14%; realmente o Nordeste não pôde acompanhá-las nessa época, e nós perdemos terreno. Mas já a partir do início do Governo do General Geisel, de 1974 até 1978, nesses cinco anos houve uma pequena recuperação e o Nordeste passou a crescer um pouquinho mais do que o Brasil como um todo, principalmente na sua renda per capita. Quanto à indústria, posso informar a V. Ext. que a indústria do Nordeste, nos últimos cinco anos, cresceu a uma taxa média de 9%, quando a nacional foi de 7,8%. O problema é realmente de dimensionamento da ação do Executivo, na região. V. Ext. nos pergunta se estamos satisfeitos, se não temos mais o que fazer do que está sendo feito. Dizia a V. Ext. que, ao contrário, precisamos fazer muito mais pelo Nordeste brasileiro. Mas tenho que reconhecer que, nestes anos de Revolução, o Governo tem desenvolvido ação razoável, e que principalmente no último quinquênio essa ação foi efetiva e que estamos no caminho certo no nosso programa, devendo, entretanto, dar dimensão a este programa para que a economia do Nordeste cresça sempre nos próximos anos a uma taxa média maior do que a taxa de crescimento nacional.

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Permite V. Ext. um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Nobre Senador, após responder o aparte do Senador José Lins ouviremos V. Ext.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Müller, Fazendo soar a campainha) — Lembro ao nobre Senador Marcos Freire que dispõe apenas de 5 minutos para concluir o seu discurso.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Bem que havia previsto, e até nos rejubilamos com isto, que este discurso não iria ter fim hoje. Estamos vendo aqui que das mal alinhavadas linhas, mal chegamos à metade da terceira página, quando o total era de doze. Nesta proporção vou ter quatro ou três sessões para concluir este discurso...

Mas o nobre Senador José Lins encarregou-se de trazer à tona um ano que é muito significativo para a SUDENE. Talvez se pudesse falar, quem sabe, "a SUDENE até 1968" e "a SUDENE depois de 1968", porque houve coisas que ocorreram neste marco divisorio, quando se exarcebou a ditadura neste País, através do A-1-S. Uma das primeiras investidas do Governo limitou que se apossou dos destinos do Brasil foi, exatamente, golpear econômica e financeiramente os Estados, os municípios, as regiões mais desprotegidas. Foi dessa época, por exemplo, o tal Ato Complementar nº 40, pelo qual o Sr. Ministro Delfim Netto reduziu pela metade o Fundo de Participação das Entidades e Municípios, e quando aqueles que já tinham de pagar um tanto ou quanto tributos. Portanto, na noite negra da ditadura que se estabeleceu neste País, as mais tristes — e sempre ocorre assim — são sempre as que mais prejudicam os que precisam mais. Foi dessa época, também, com o Ministro Delfim Netto, que teve a coragem de tal "milagre brasileiro" a que se refere o Senador José Lins, o qual, agora, vai fazer o milagre de sempre — o milagre agrícola — se lá, lá poderemos imaginar os benefícios que possam ser alcançados por aqueles que precisam mais, e que, como sempre, os mais pobres são os que mais precisam.

O Sr. Delfim Netto fez tais e tantas contra o Nordeste, que derrubou Ministro, que derrubou Superintendente de SUDENE. Os Generais Albuquerque Lima e Euler Bentes preferiram deixar os cargos que ocuparam, porque foi nessa época fatídica a que se referiu o Senador José Lins que se traçaram orientações altamente lesivas ao Nordeste, de tal forma que, não restando outra alternativa àqueles titulares, resolveram protestar demitindo-se dos cargos que ocupavam para serem fiéis ao plano de trabalho do Nordeste.

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Agora pode V. Ex^a conceder-me o aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Ouviremos V. Ex^a. V. Ex^a tem oito anos, oito longos anos pela frente, sem as ameaças que nós tivemos quando aqui chegamos em 1974, que não sabíamos se teríamos oito anos, oito meses ou oito dias. No exercício dos nossos mandatos. V. Ex^a tem oito anos garantidos, garantidos a pedra e cal. Não se preocupe.

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Veja como ocorreu o inverso.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Nós podíamos ter essa ânsia quando aqui chegamos, porque não sabíamos do dia seguinte. Mas V. Ex^a, um dos delfins da República...

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Veja como V. Ex^a subestima o seu colega...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Pelo contrário, superestimo!

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — ... não desejando ouvir o meu aparte...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Mas desejamos, sim. Garantimo-lo, mesmo.

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — ... ao contrário do que aconteceu ontem, quando pressurosamente concedi o aparte a V. Ex^a

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — V. Ex^a está inteiramente enganado. Já dissemos que ouviremos V. Ex^a, mesmo porque a Mesa, sem dúvida, será liberal, também em relação a este orador, como foi em relação a outros que nos antecederam, e V. Ex^a terá vez, não se preocupe. Terá não apenas o aparte solicitado, e todos os oito anos, a menos, quem sabe, que lhe permitam, na próxima eleição de 1982, concorrer às eleições diretas, se elas forem diretas. Aliás, V. Ex^a, líder popular, já poderia ter chegado muito antes a esta Casa, se lhe tivessem deixado, mas V. Ex^a só está chegando agora, para honra deste Parlamento, pois antes o impediram de fazê-lo. Portanto, não se angustie, Ex^a Ouçamos V. Ex^a

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Nobre Senador Marcos Freire, não havia de minha parte, como não há, nenhuma angústia para apartear V. Ex^a

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — E nós angustiados para ouvi-lo...

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Estou acompanhando com o maior interesse e com todo respeito a explanação de V. Ex^a, e em certos pontos temos algumas concordâncias. Não posso deixar de apoiar a reivindicação que não é sua, mas de todo nordestino, e V. Ex^a agora se faz intérprete deles, do retorno daqueles percentuais do incentivo fiscal retirados da SUDENE. Neste ponto, estamos todos de acordo, o Senador José Lins, todos os nordestinos aqui presentes e todos os que habitam aquela sofrida região brasileira. Mas não posso, nobre Senador Marcos Freire. Temos temperamentos mais ou menos idênticos, gostamos do debate, embora V. Ex^a seja um homem muito mais inteligente do que eu,...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Modéstia de V. Ex^a

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Afeito às lides parlamentares...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Não tanto quanto V. Ex^a, que me antecedeu no Parlamento.

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Sou um homem mais voltado para as lides executivas. Não tenho a facilidade de palavra de V. Ex^a, pois encanta a todos quando profere um discurso. Mas, dentro de meus parcos conhecimentos, e proclamando minhas limitações, quero aqui fazer justiça. Eu não me sentiria feliz, e daí a insistência do meu aparte, se não trouxesse, aqui, a minha contribuição e se não o fizesse, minha consciência não estaria tranqüila no dia de hoje. Porque prosseguirei no debate com V. Ex^a Vejo que seu discurso não será concluído no dia de hoje; em novas sessões, seremos brindados com a brilhante exposição de V. Ex^a e eu estarei aqui, talvez menos apressado, talvez menos pressuroso, talvez menos impertinente, para pedir uma intervenção a V. Ex^a É que eu, nobre Senador Marcos Freire, sou participe dessa fase que V. Ex^a chama de negra para o Nordeste...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Para todo o Brasil, Ex^a Ditadura é ditadura, e é ruim de qualquer jeito para toda gente.

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Eu não concordo, e posso trazer aqui o depoimento da Bahia. V. Ex^a não há de me negar que a Bahia não faz parte do contexto da economia nordestina. E de 1964 para cá, o que ocorreu no meu Estado foi, sem dúvida alguma, uma transformação na sua economia, no seu desenvolvimento, que pode servir de paradigma ao País inteiro como exemplo de prosperidade, de esforço, de recuperação econômica, de integração territorial, ainda, é bem verdade,

existindo muito por fazer. Mas se V. Ex^a analisar o quadro da Bahia, com as suas regiões inteiramente isoladas, o extremo sul constituindo-se em uma ilha econômica, vinculada a Minas Gerais e ao Espírito Santo, o São Francisco inteiramente desvinculado da economia baiana, V. Ex^a vai verificar que, no esforço conjugado dos Governos da Revolução e dos Governos Estaduais, vai verificar que nesse período foram construídas as grandes estradas, os grandes estirões rodoviários que unificaram o território baiano; V. Ex^a vai verificar o investimento de recursos maciços. Quem pode negar que foi de 1965 para cá que se definiu, que se iniciou a era industrial do meu Estado? Estou analisando apenas a Bahia, como parte integrante do contexto da economia nordestina, porque o nobre Senador José Lins incumbiu-se de fazer a análise e as considerações em torno do Nordeste como um todo, e não quero tomar a sua parte. Mas foi desta época, meu caro Senador, que o potencial energético de Paulo Afonso cresceu de uma maneira magnífica, permitindo que se energizasse toda a região nordestina, e se estendesse à Bahia, que ainda não teve o privilégio, como seu Estado e outros Estados, inclusive o Ceará, de possuir energia elétrica em todas suas comunidades municipais. Mas esta energia atingiu a vastas regiões do meu Estado. Na Bahia também se construiu um sistema de saneamento básico, que permitiu melhorar as condições não só da população da Capital, mas também das populações interioranas. Lá está o Centro Industrial de Aratu como uma afirmação da capacidade realizadora da gente nordestina, com o auxílio e apoio da SUDENE, com o auxílio e apoio dos Governos da Revolução; lá está o Pólo Petroquímico que, sem dúvida alguma, é o marco decisivo da economia nordestina; lá está, sem dúvida alguma, uma malha de estradas pavimentadas e interligando as fontes de produção; lá está a produção do cacau, Sr. Presidente, Srs. Senadores, crescendo em números recordes, colocando o País, que estava em 4º lugar na produção mundial, em segundo País produtor de cacau, produto importantíssimo, gerador de divisas, portanto, gerador de riquezas para o País; lá está uma rede de comunicações, fazendo os municípios baianos os mais próximos de todos os centros do País. A Bahia cresceu neste período que V. Ex^a considera negro, mas, para nós da Bahia, foi um período áureo no seu desenvolvimento, e como parte integrante do Nordeste ela não poderia deixar de falar, pela minha voz, fazendo justiça a um esforço admirável feito nesta época. A Bahia cresceu e vem crescendo com índices superiores ao crescimento nacional, propiciando também ao Nordeste, através do Pólo Petroquímico, este desenvolvimento e esta integração. Sabe V. Ex^a que no esforço conjugado do seu Estado e do meu, quando estive à frente do Governo da Bahia, integramos o Nordeste através de um estirão rodoviário que realmente mudou, inclusive, o Plano Rodoviário Nacional. Foi este esforço que mudou a fisionomia da própria cidade de Salvador. Ela apresenta-se hoje como uma cidade que ainda tem muito por fazer, com problemas enormes, problemas cruciantes, mas ela já se apresenta — não digo no seu todo, mas analisando, e V. Ex^a tem ciência disso — como uma cidade que se moderniza. Isto ocorreu também nas grandes cidades do interior do nosso Estado. Perdoe-me estar tomando o tempo de V. Ex^a, mas se V. Ex^a tem grande entusiasmo, grande agressividade para criticar, devo ter eu também a mesma agressividade, com o respeito à inteligência, com admiração ao talento de V. Ex^a, dizer que não concordo, porque a Bahia pode ser apresentada como um paradigma, como um exemplo de desenvolvimento no período revolucionário. Era este o aparte que tinha a dar a V. Ex^a Prosseguirei no debate. Não quero mais tomar seu precioso tempo, mas quero registrar aqui, para fazer justiça, o êxito do desenvolvimento regional, o êxito do desenvolvimento da Bahia neste período que V. Ex^a, injustamente, classifica de negro.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no meu modesto e subdesenvolvido discurso nordestino, fica inserido esse discurso baiano de louvação ao novo milagre, que não é mais brasileiro, mas é o milagre baiano, que mostra ter resolvido seus problemas e até mudou rodovias nacionais. Mostra que não é à toa que a Bahia, hoje, tem três Ministros, enquanto meu pobre Pernambuco não tem representante no Gabinete do futuro Presidente. Sim, a Bahia tem três Ministros no novo Ministério, no novo gabinete do novo Presidente...

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Com isto, aliás, ficamos muito honrados. Não temos culpa se vários brasileiros nascidos na Bahia tenham sido convidados para o Ministério.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Estamos dizendo que não é à toa que a Bahia pode mostrar um saldo tão eloquente, tão vasto, com tal dimensão das suas realizações, das suas glórias que deixam tão ufanista seu Senador recém-chegado a esta Casa.

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Senador, não é ufanismo, é o testemunho de quem participou.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Permite V. Ex^a que, pelo menos, os últimos minutos nos pertençam?

V. Ex^a falou, por exemplo, em meio a toda aquela listagem de glórias e de ufanismos, no Pólo Petroquímico.

Quem há de ser contra o Pólo Petroquímico da Bahia? Mas, desgraçadamente, esse pólo da Bahia absorveu, em grande parte, os recursos nossos, do Nordeste faminto, dos 34/18, quando, pela sua necessidade, pela sua dimensão, deveria ter sido suprido por recursos outros, e não aqueles mínguaos 20% dos 34/18. Aquilo representou, sem dúvida alguma, um dos desvios do 34/18. E é por isso mesmo que quando falamos, aqui, nos projetos aprovados pelo CDI, vimos que ao Nordeste — o pobre Nordeste, não esse Nordeste representado pela Bahia, mas o sacrificado Nordeste — coube apenas 1,79% dos projetos aprovados pelo CDI, em termos de inves-

timento fixo, enquanto a Bahia, simplesmente a Bahia, teve 7,83% contra 1,79% de todo o resto do Nordeste. Talvez por isso, infelizmente, não podemos cantar essas loas que, aqui, o Senador Lomanto Júnior vem cantar. Não podemos, Ex^a, porque não temos na nossa relação feitos tão grandiloquentes como os da terra de São Salvador. Infelizmente não podemos cantar essas glórias do Senador Lomanto Júnior.

O Sr. Lomanto Junior (ARENA — BA) — Fomos, a vida inteira, exportadores de matérias-primas, ou exportadores de divisas. Somente a Revolução começou a corrigir para que, realmente, não continuássemos a exportar divisas e importar produtos inflacionados.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes. Fazendo soar a campanha.) — Nobre Senador, solicito a V. Ex^a que conclua sua oração, e não permita mais apartes, uma vez que o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, tantas e tantas coisas mais teríamos a dizer, teríamos que discorrer... Mas, o que vale é que temos muito chão pela frente — como se diz no Nordeste —, chão ressequido do Nordeste, chão duro, chão sofrido, que às vezes não chove, que às vezes é encharcado, como agora, no Vale do São Francisco. Entretanto, um Nordeste que sabe reivindicar; pode não ser atendido, pode não ser ouvido, mas um Nordeste que tem como mostrar que, ao contrário do que dizem, os recursos que vão para lá não são suficientes para resolver os nossos problemas e, sobretudo, são migalhas diante dos vultosos recursos que vão para outros setores. e que vão para outras regiões mais privilegiadas do Brasil.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, reservamo-nos para prosseguir nessa análise da situação nordestina, da economia nordestina, sobretudo do problema estrutural nordestino, em novas oportunidades quando, então, teremos o ensejo de prosseguirmos em nossa análise, com a colaboração dos ilustres companheiros de representação popular.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

ATO DO PRESIDENTE Nº 4, DE 1979

O Presidente do Senado Federal, usando da atribuição que lhe confere o art. 52, item 38, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência

que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 4 de abril de 1973, da Comissão Diretora, e à vista do que consta do Processo nº 00534/79-0,

RESOLVE determinar a rescisão de contrato de trabalho do servidor FRANCISCO BANDEIRA DA SILVA, Artífice Especializado de Mecânica, Classe "B", do Quadro de Pessoal CLT, a partir de 2-2-79.

Senado Federal, 12 de fevereiro de 1979. — Senador Luiz Viana, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 5, DE 1979

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 52, itens 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001221/79-5,

RESOLVE aposentar ANTONIO DE ARAÚJO COSTA, Técnico Legislativo, Classe "C", Referência 53, do Grupo-Atividades de Apoio Legislativo, do Quadro Permanente do Senado Federal, com base nos arts. 101, item III, e 102, item I, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os arts. 403, item II, 404, item I, 405, item II, § 1º, e 392, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972, e alterado pela de nº 30, de 1978, com proventos correspondentes ao vencimento do cargo em comissão de Chefe do Gabinete do Presidente, Código SF-DAS-101.4, e a gratificação adicional a que faz jus, nos termos dos arts. 3º da Lei nº 5.903, de 9 de julho de 1973, e 10 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Senado Federal, 14 de março de 1979. — Senador Luiz Viana, Presidente.

PARLAMENTO LATINO-AMERICANO

Grupo Brasileiro

De ordem do Sr. Presidente, Deputado Geraldo Guedes, convoco uma Assembleia-Geral para o dia 19 de março de 1979, segunda-feira, das 10:00 às 16:00 horas, na Sala Clovis Beviláqua, no Anexo II do Senado Federal.

Ordem do Dia:

- 1 — Exposição do Sr. Presidente.
- 2 — Exame das Contas da Comissão Diretora.
- 3 — Eleição da Comissão Executiva para a 9ª Legislatura.

Brasília, 14 de março de 1979. — Paulo José Maestralli, Secretário-Geral.

MESA**Presidente:**

Luiz Viana (ARENA — BA)

1º-Secretário:

Alexandre Costa (ARENA — MA)

4º-Secretário:

Gastão Müller (ARENA — MT)

1º-Vice-Presidente:

Nilo Coelho (ARENA — PE)

2º-Secretário:

Gabriel Hermes (ARENA — PA)

Suplentes de Secretário:**2º-Vice-Presidente:**

Dirceu Arcoverde (ARENA — PI)

3º-Secretário:

Lourival Baptista (ARENA — SE)

Jorge Kalume (ARENA — AC)
Benedito Canelas (ARENA — MT)
João Bosco (ARENA — AM)
Passos Porto (ARENA — SE)

SEGURANÇA NACIONAL

I — Legislação Constitucional

II — Quadro Comparativo: Decreto-Lei nº 898/69

Decreto-Lei nº 510/69

Decreto-Lei nº 314/67

Lei nº 1.802/53

III — Notas

IV — Jurisprudência

"Revista de Informação Legislativa" nº 39
421 páginas

PREÇO: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

O PODER LEGISLATIVO E A CRIAÇÃO DOS CURSOS JURÍDICOS

Obra comemorativa do Sesquicentenário da Lei de 11 de agosto de 1827, que criou os Cursos Jurídicos de São Paulo e Olinda.

Precedentes históricos, debates da Assembléia Constituinte de 1823, Decreto de 1825 com os Estatutos do Visconde da Cachoeira, completa tramitação legislativa da Lei de 11-8-1827, com a íntegra dos debates da Assembléia Geral Legislativa (1826-1827), sanção imperial e inauguração dos Cursos de São Paulo e Olinda.

Índices onomástico e temático

410 páginas

PREÇO: Cr\$ 70,00

Pedidos pelo reembolso postal à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
(Anexo I) — Brasília — DF — 70160

REPRESENTAÇÕES POR INCONSTITUCIONALIDADE DISPOSITIVOS DE CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

Acórdãos do STF (íntegras) em Representações por inconstitucionalidade de dispositivos de Constituições estaduais. Resoluções do Senado Federal, suspendendo a execução de dispositivos julgados inconstitucionais pelo STF.

EDIÇÃO: 1976

2 tomos

Preço:
Cr\$ 150,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

- Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);**
- Código Eleitoral (e suas alterações);**
- Sublegendas;**
- Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);**
- Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);**
- Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;**
- Resolução do Tribunal de Contas da União
(prestação de contas dos partidos políticos);**
- Lei de transporte gratuito em dias de eleição
(Lei nº 6.091, de 15-8-1974).**

Edição: Setembro de 1974

340 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

SUPLEMENTO 1976

(com adendo de maio de 1978)

Preço: Cr\$ 20,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (ANEXO I)

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Remessas Postais**

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

- **Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);**
- **Código Eleitoral (e suas alterações);**
- **Sublegendas;**
- **Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);**
- **Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);**
- **Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;**
- **Resolução do Tribunal de Contas da União
(prestação de contas dos partidos políticos);**
- **Lei do transporte gratuito em dias de eleição
(Lei nº 6.091, de 15-8-1974).**

Edição: Setembro de 1974

340 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

SUPLEMENTO 1976

(com adendo de maio de 1978)

Preço: Cr\$ 20,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00